

Sinais

Revista de
Ciências Sociais

Universidade Federal do Espírito Santo

Sinais 21/2 Jul-Dez 2017

ISSN: 1981-3988

Equipe Editorial

Editores

[Prof. Dr. Marcelo Fetz](#), Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), Brasil
[Profª. Drª Luciléia Aparecida Colombo](#) Universidade Estadual Paulista (UNESP)
[Profª. Drª Márcia Barros Ferreira Rodrigues](#), Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), Brasil

Conselho Editorial

1. [Prof. Dr. Estevão Bosco](#), Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Brasil
2. [Profª. Dr. Luciléia Colombo](#), Unesp - Araraquara, Brasil
3. [Prof. Dr. Marko Monteiro](#), Departamento de Política Científica e Tecnológica/ UNICAMP, Brasil
4. [Profª. Dr. Gabriela Marques Di Giulio](#), Universidade de São Paulo, Brasil
5. [Prof. Dr. Fabrício Monteiro Neves](#), Universidade de Brasília, Brasil
6. [Prof. Dr. Fabrício Deffacchi](#), Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, Brasil
7. [Profª. Dr. Nina Rosas](#), Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil
8. [Prof. Dr. Tiago Jacaúna](#), Universidade Federal do Amazonas (UFAM), Brasil
9. [Profª. Dr. Daniela Alves Alves](#), Universidade Federal de Viçosa, Brasil
10. Prof. Dr. Erlend Hermansen, Cicero - Senter for klimaforskning, Noruega
11. [Dr. Francisco Araos](#), Universidad de Los Lagos, Chile

Comissão Editorial

[Maro Lara Martins](#), Universidade Federal do Espírito Santo, Brasil
[Igor Suzano Machado](#), Universidade Federal de Viçosa, Brasil

Universidade Federal do Espírito Santo (UFES)
Departamento de Ciências Sociais
Núcleo de Estudos Indiciários (NEI)

SUMÁRIO

EDITORIAL

Apresentação (p.182)

Marcelo Fetz (UFES), Luciléia Aparecida Colombo (UNESP- Araraquara) e Márcia Rodrigues (UFES)

ARTIGOS

Habermas e a esfera pública: anotações sobre a trajetória de um conceito (p. 183-210)

Estevão Bosco (Universidade de São Paulo - USP)

O capitalismo agroindustrial e as frentes de luta e resistência do campesinato brasileiro: o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) (p. 211-225)

André Michelato Ghizelini (Universidade Federal do Espírito Santo - UFES)

Sobre resistências populares e imprevistos: a trajetória de Edward Thompson e sua crítica ao marxismo estruturalista (p. 226-243)

Cessimar de Campos Formagio (Universidade Federal de São Carlos - UFSCar)

Novos tempos, novos desafios: o olhar dos associados da bibliotecária Transcol (p. 244-265)

Marcelo Calderari Miguel (Universidade Federal do Espírito Santo - UFES)

DOSSIÊ

Sociologia do conhecimento e da ciência: da sua emergência a Pierre Bourdieu (p. 266-294)

Gabriel Bandeira Coelho (Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS)

Elites Tecnológicas Locais: o processo de influência na articulação das Políticas de Ciência e Tecnologia e Poder Público Locais (p. 295-322)

Nathália Gonçalves Zaparolli (Universidade Federal de São Carlos - UFSCar)

A gambiarra, o acesso à internet e a ciência de várzea: consumo de Tecnologias de Informação e epistemologias populares (p. 323-341)

Patrícia Pavesi (Universidade Federal do Espírito Santo - UFES)

A construção do Sistema Nacional para a Inovação e o Desenvolvimento: a importância de políticas públicas de ciência, desenvolvimento e inovação (p. 342-362)

Claudio Luiz de Carvalho (Universidade Federal de São Carlos - UFSCar)

Agindo do chão: análise do uso de sementes crioulas a partir de uma “sociologia relacionista” (p. 363-383)

Bruno Lucas Saliba de Paula (Universidade Estadual de Montes Claros - UNIMONTES)

Ciencia, tecnología y sociedad: una aproximación al discurso social de la disciplina en relación a Pierre Bourdieu y Bruno Latour, otros autores (p. 384-401)

Maribel Enríquez (Universidade Federal de São Carlos - UFSCar)

Por uma genealogia da cena hacker brasileira (p. 402-422)

Ana Carolina Estorani Polessa (Universidade Federal de Juiz de Fora - UFJF)

RESENHAS

O retorno do sujeito em tempos de crise: a sociologia da ação de Touraine (p. 423-431)

Raul Felix Barbosa (Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS)

*Carta Editorial*

Caros leitores,

É com enorme felicidade que publicamos o segundo volume da revista Sinais no ano de 2017. A edição 21/2 Jul-Dez apresenta, além de quatro artigos originais e uma resenha, a segunda parte do Dossiê Ciência, Tecnologia e Sociedade. Organizados por Luciléia Aparecida dos Santos e Marcelo Fetz, a segunda parte do dossiê é composta por sete contribuições originais. No total, estes dois volumes especiais trouxeram ao público treze interessantes contribuições para o campo dos estudos sociais da ciência, tecnologia e inovação.

Esperamos que os leitores e leitoras da revista Sinais tenham uma experiência agradável com este novo volume. Os editores deixam um especial agradecimento às pessoas que contribuíram direta ou indiretamente na elaboração deste volume – autores, pareceristas, estudantes.

Marcelo Fetz
Luciléia Aparecida Colombo
Márcia B. F. Rodrigues
16/12/2017



Habermas e a esfera pública: anotações sobre a trajetória de um conceito

Estevão Bosco¹

RESUMO

Neste artigo, elaboro uma reconstrução da trajetória do conceito de esfera pública na obra de Habermas. Cinco livros serão aqui privilegiados, as vinculações internas entre eles e com o conceito de esfera pública. São eles: *Mudança estrutural da esfera pública* (1978a [orig. 1962]); *Problemas de legitimação no capitalismo tardio* (1978b [orig. 1973]); *Teoria do agir comunicativo* (1987 [orig. 1981]); *Facticidade e validade* (2003, 2010 [orig. 1992]); e *A inclusão do outro* (2007 [orig. 1996]). O conceito de esfera pública é tido como elo entre cada um desses livros e argumento haver uma coerência interna entre a tese histórico-sociológica da mudança estrutural da esfera pública, o diagnóstico da crise de legitimação elaborado no início dos anos 1970, a tese da colonização sistêmica do mundo da vida, a tensão entre facticidade e validade no direito democrático e os desafios colocados para a democracia pela globalização. Tal coerência se caracteriza por uma mudança de orientação no diagnóstico da associação histórica entre capitalismo e democracia: em 1962 e 1973, Habermas enfatiza os problemas de integração social e de legitimação decorrentes da evolução do capitalismo, enquanto a partir dos anos 1980, volta-se para a superação dos limites que tal evolução impõe para a realização da democracia.

Palavras-Chave: Habermas, Jürgen; esfera pública; ação comunicativa; democracia deliberativa.

Recebido em 11/02/2017

Aceito para publicação em 12/12/2017

DOI: <https://doi.org/10.25067/s.v21i2.18456>

Introdução

Edward Palmer Thompson nasceu em 1924 em Oxford, cursou História na Jürgen Habermas se dedicou ao desvelamento de fundamentos racionais e normativos para a teoria crítica da sociedade. Em resposta a uma crítica da razão

¹ Sociólogo, atualmente é pesquisador de pós-doutorado da Universidade de São Paulo (USP). Esta pesquisa conta com o apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP). Contato: estevaobosco@gmail.com.

instrumental que se tornou prisioneira de si mesma (Adorno), Habermas desenvolve um conceito de razão encarnado na práxis comunicativa quotidiana. O conceito de razão comunicativa foi elaborado mediante a cooperação entre filosofia e sociologia (Haber, 1998) e é dele que Habermas deriva sua teoria da democracia. O conceito de esfera pública pode ser tido como um ponto de cruzamento no programa do autor.

Neste artigo, elaboro uma reconstrução da trajetória do conceito de esfera pública na obra de Habermas. Cinco livros serão aqui privilegiados, as vinculações internas entre eles e com o conceito de esfera pública. São eles: *Mudança estrutural da esfera pública* (1978a [orig. 1962]); *Problemas de legitimação no capitalismo tardio* (1978b [orig. 1973]); *Teoria do agir comunicativo* (1987 [orig. 1981]); *Facticidade e validade* (2003, 2010 [orig. 1992]); e *A inclusão do outro* (2007 [orig. 1996]). Nas páginas que seguem, veremos que há uma coerência interna nessa trajetória², que perpassa a tese histórico-sociológica da mudança estrutural da esfera pública, o diagnóstico da crise de legitimação elaborado no início dos anos 1970, a tese da colonização sistêmica do mundo da vida, a tensão entre facticidade e validade no direito

² Uma vez que, neste artigo, não me ocuparei do conjunto da obra de Habermas, uma observação concernente aos estudos sobre método se faz oportuna. A posição metódica de Habermas está naquilo que denomina de “reconstrução racional” e comporta uma dupla dimensão, sincrônica e diacrônica. Essa posição deve ser compreendida no contexto da tentativa de formular uma alternativa à epistemologia analítica e à hermenêutica histórica (2005b, p. 07-58 e 339-359). Com esse propósito, Habermas desenha o projeto de “ciências reconstrutivas”, cujas “teorias tratam de explicar aqueles fenômenos que somente são acessíveis a uma compreensão do sentido” (1997, p. 24). Enquanto método, a reconstrução racional está voltada para o desvelamento das pré-condições comunicativas do entendimento. Como afirmam Marcos Nobre e Luiz Repa, o projeto de uma ciência reconstrutiva passou por duas reformulações significativas e tem sua última formulação entre o final dos anos 1970 e início dos 1980 (2012, p. 31). Tanto a alternativa que a reconstrução racional reivindica como as nuances que marcam sua trajetória foram debatidas em alguns poucos estudos sobre filosofia das ciências sociais (McCarthy, 1978 e 1982; Power, 1993; Pedersen, 2008 e 2009; Nobre & Repa, 2012; Repa, 2012; Bannwart Jr., 2012; Silva & Melo, 2012). Entretanto, como salientam Nobre e Repa, Habermas não deixa clara a vinculação interna entre o projeto de uma ciência reconstrutiva, a *Teoria do agir comunicativo* e a teoria da democracia. Apesar de a reconstrução racional consistir na estratégia expositiva, interpretativa e sistemática dos escritos dos anos 1980 e 1990 (Pedersen, 2009), Habermas não deixa claro de que maneira o projeto dos anos 1970 se desdobra nas décadas seguintes. Sintomático desse aspecto obscuro em sua obra é o fato de que Nobre e Repa identificam reconstruções de tipo distinto na *Teoria do agir comunicativo* e na teoria da democracia. Em *Teoria do agir comunicativo* e *Facticidade e validade*, Habermas (1987b, v. 1, p. 15 *sq.* e 2010, p. 19 *sq.*, respectivamente) apenas indica que a estrutura sistemática adotada provém do que denomina “reconstrução”, sem contudo explicitar a conexão com os estudos anteriores sobre método. Isto é, pode-se dizer que nesses dois momentos posteriores aos anos 1970, a reconstrução assume também a forma metodológica de reconstrução da história de teorias.

democrático e os desafios colocados para a democracia pela globalização. Tal coerência se caracteriza por uma mudança de orientação no diagnóstico da associação histórica entre capitalismo e democracia: em 1962 e 1973, Habermas enfatiza os problemas de integração social e de legitimação decorrentes da evolução do capitalismo (1978a, 1978b), enquanto a partir dos anos 1980, volta-se para a superação dos limites que tal evolução impõe para a realização da democracia (2003, 2010).

O diagnóstico das tendências econômicas, políticas e socioculturais para a crise elaborado em 1962 e 1973, foi ampliado nas décadas de 1980 e 1990, vindo a combinar-se, num último momento, com a crise gerencial de um Estado nacional confrontado a uma globalização intensificada (Habermas, 2001a, 2001b, 2007). Disso resulta uma crise mais profunda, que leva a associação histórica entre capitalismo e democracia para um novo nível, um capitalismo global que mina os meios de legitimação do modelo nacional de democracia.

O leitor avisado provavelmente já inferiu que a mudança de orientação a qual me refiro se deve à explicitação do tipo comunicativo de racionalidade da ação e a subsequente formulação de uma teoria geral da sociedade. No plano teórico, é precisamente essa mudança ocorrida após a *Teoria do agir comunicativo* (1987 [orig. 1981]) que a reconstrução conceitual a seguir se empenha em explorar.

1 – Decadência da esfera pública liberal burguesa e a intuição de uma abertura insuficiente das instituições democráticas – Mudança estrutural da esfera pública (1962)

O conceito de esfera pública originalmente elaborado por Habermas (1978a [orig. 1962]) está baseado em uma reconstrução histórica da sociedade moderna estruturada em fases sucessivas, uma primeira pré-capitalista, uma segunda capitalista liberal, uma terceira capitalista burguesa e uma contemporânea do capitalismo administrado. Nessa reconstrução, Habermas define a esfera pública como espaço social de mediação entre Estado e esfera privada. O seu interesse principal aqui é compreender a decadência do projeto liberal do século XIX, que tinha na configuração da esfera pública liberal burguesa a constituição de direitos civis que vieram garantir autonomia da esfera privada perante a regulação estatal. A importância do conceito habermasiano de esfera pública, todavia, não se restringe ao fato de que permite compreender a decadência desse projeto, ele também constitui um marco metodológico para as ciências sociais e, especialmente, para a crítica da ideologia. No lugar de apenas

denunciar a alienação e a reificação da consciência induzida pelas ideologias, Habermas identifica na crítica ao projeto liberal do XIX e sua decadência um excedente normativo.

Apesar de a ancoragem teórica de 1962 não ser a mesma dos estudos posteriores sobre a esfera pública (Habermas, 2003 e 2010; e 2007 [orig. 1992 e 1996]), o lugar estrutural conferido à esfera pública na sociedade moderna e o procedimento crítico que desenvolve em *Mudança estrutural* (1978a) permaneceram *grosso modo* os mesmos. Daí a importância de compreender o lugar da esfera pública no modelo deliberativo de democracia a partir de uma reconstrução ampla, pois permite considerar o projeto intelectual em seu conjunto. O potencial de emancipação diagnosticado em 1962 deu lugar a um projeto político que tem no direito democrático a mediação das relações entre Estado, mercado e sociedade civil, radicando nesta última o excedente normativo passível de institucionalização (Habermas, 2010, p. 17-64; 2003, p. 57-122). Em 1962, Habermas propunha:

Primeiramente, de fato, a universalidade das leis num sentido rigoroso só é garantida na medida em que a autonomia, intacta, da sociedade civil enquanto esfera privada, permite afastar do material tratado pela legislação certos interesses cuja situação é sobremaneira especial, e de limitar o trabalho de codificação às condições gerais necessárias para o reequilíbrio dos mesmos interesses. Em segundo lugar, a verdade das leis só é garantida na medida em que uma esfera pública elevada, enquanto parlamento, à dignidade de órgão de Estado permite a discussões públicas fazer surgir as necessidades práticas que respondem ao interesse geral (Habermas, 1978a, p. 187 [orig. 1962]).

Já em *Mudança estrutural da esfera pública* (Habermas, 1978a), o diagnóstico de uma crise de legitimação derivada da evolução específica do capitalismo e de uma participação política restrita já indicava a possibilidade efetiva e necessidade de ampliar a democracia, no sentido da criação de mecanismos mais variados de participação direta nos processos decisórios. Apenas “indicava” porque ainda não resultava num modelo de democracia propriamente dito. Mesmo assim, o lugar do conceito de esfera pública permanece o mesmo em 1992 (Habermas, 2010, 2003). Os efeitos de constrição sistêmica da sociedade burguesa permanecem vinculados à intromissão crescente do *medium* do dinheiro nas relações sociais.

A sociedade burguesa é formada por pessoas privadas constituídas como

cidadãos econômicos. Ao Estado compete apenas a organização do político. Compreende-se assim que é na esfera pública que o cidadão se constitui politicamente. Sua função de mediação social entre Estado e esfera privada situa-se justamente no fato de que ela é constituída por pessoas privadas que, na autonomia que lhes é conferida pela propriedade econômica, reúnem-se enquanto público e, deste modo, reservam para si a possibilidade de incidir sobre o poder político, sem, todavia, ter a intenção disputá-lo. Tanto em *Mudança estrutural da esfera pública* (Habermas, 1978a, p. 13-66 [orig. 1962]) como em *Facticidade e validade* (2010, p. 73-118 [orig. 1992]), portanto, a esfera pública é funcionalmente política e privada em sua composição.

No século XIX, constitui-se o que Habermas (1978a, *ibidem*) denominou esfera pública liberal burguesa, um espaço comunicativo entre pessoas privadas cuja reunião se caracterizava pelo raciocínio livre orientado para a verdade. Sua estrutura era composta pela pequena família burguesa e tinha um caráter literário. Diante de sua decadência, Habermas então sugere uma reestruturação das relações entre Estado e sociedade a partir da reinserção, assegurada juridicamente, dessa esfera pública. Isso passava necessariamente por uma redefinição político-jurídica da autonomia da esfera privada perante as esferas social e econômica, pois, no século XIX, o que conferia poder de intervenção política à esfera pública era uma autonomia privada assegurada juridicamente e obtida através da propriedade privada e da publicidade da imprensa e do romance. Historicamente, a esfera pública liberal burguesa deve o seu surgimento ao capitalismo primitivo de pequenos produtores, à circulação crescente de mercadorias, à conversão de informações comerciais em mercadoria e à difusão mais rápida de comunicados jurisdicionais. Essa configuração histórica singular da sociedade permitiu, posteriormente, dar publicidade às opiniões do público burguês.

A esfera pública liberal burguesa, portanto, é constituída por pessoas privadas que, reunidas na forma de público em diferentes atividades, reivindicam e negociam as regras que conformam os tipos variados de troca social. Para o Habermas de 1962 (1978a, p. 38-66), a troca de mercadorias e a divisão social do trabalho compõem as dimensões centrais da esfera pública. Seus dilemas políticos, nesse sentido, gravitam em torno da redistribuição das riquezas socialmente geradas. Evoluções recentes como a crise ambiental, os dilemas em torno da manipulação genética e da tecnologia nuclear, entre outros, sugerem que dilemas relativos à repartição de responsabilidades e prejuízos adicionaram-se à esfera pública.

Pressupõe-se, nesse sentido, a atribuição de poder a uma esfera não exclusivamente estatal. Isso significa que a esfera pública liberal burguesa de uma só vez consiste numa esfera de ação reivindicada pelas pessoas privadas e regulamentada pela autoridade do Estado e uma esfera de ação privada que pode justamente opor-se a essa autoridade. Mas a oposição que pessoas de direito privado podem fazer à autoridade política do Estado não pretende substituí-la

por outra. Por definição, esse poder possui um fundamento privado, não público: “[...] o poder, que advém do direito privado, de dispor da propriedade empregada no modo de produção capitalista é, de fato, de natureza apolítica” (Habermas, 1978a, p. 39). Compreende-se assim que a atribuição de poder de conformação da autoridade do Estado a pessoas de direito privado se dá na medida em que estas últimas venham a tornar-se um público. Sendo privado em seu fundamento, a esfera pública liberal burguesa repousa numa subjetividade relativa tanto ao público quanto às experiências próprias da esfera da família. Esse fundamento privado do poder será retomado em 1992 e situado na sociedade civil, enquanto uma dimensão da sociedade que canaliza problemas que emergem na socialização privada e acabam por influenciar o sistema político e as empresas.

A esfera pública liberal burguesa do século XIX está imbricada funcionalmente com o Estado em três grandes eixos jurídicos: assegura-se, primeiro, a liberdade de opinião, associação e de inserção política; segundo, a proteção da intimidade frente ao coletivo; e terceiro, a livre atuação econômica. Tais garantias assumem a forma jurídica de direitos políticos e direitos civis. Funcionalmente, eles protegem a esfera privada e a esfera pública da intervenção arbitrária do poder estatal. Entretanto, esse modelo de esfera pública repousa em uma contradição estrutural, ao pressupor o acesso do conjunto da população à propriedade e à educação, bens que estavam restritos a uma pequena parcela de pessoas. Mesmo assim, a esfera pública liberal burguesa se legitima na medida em que o interesse de classe burguês se afirma como interesse geral.

Sua transformação estrutural se deve a dois conjuntos de processos históricos. Primeiro, ocorre a substituição progressiva do modelo de pequenos produtores por oligopólios e grandes trustes, que tende a subverter a ideia liberal de livre-concorrência em virtude do poder adquirido pela corporação de incidir sobre o preço da mercadoria. Ao mesmo tempo, o proletariado começa a organizar-se em grandes sindicatos e em partidos de trabalhadores. Essas transformações levaram a uma racionalização crescente do direito público e do direito privado. A legislação trabalhista e antimonopólio consistem em exemplos fortes dessa diversificação funcional do Estado, ou ainda, como formula Habermas, de um processo crescente de “socialização do Estado e [de] estatização da sociedade” (Habermas, 1978a, p. 153). A esfera pública se vê então repolitizada, e nessa repolitização se desfaz progressivamente a antiga separação entre o público e o privado (Habermas, 1978a, p. 149-158). A consequência disso foi uma crescente juridificação do trabalho e da circulação de mercadorias, que resulta no Estado de bem-estar social. Aqui, pode-se verificar certa influência democrática sobre uma economia com tendência oligopolista, a qual impediu a redução da renda do trabalhador.

O segundo processo está vinculado diretamente à crescente diversificação da oferta de mercadorias, decorrente, segundo Habermas, da

inovação tecnológica aplicada à produção, com um incremento na produtividade, e aos tipos de produtos. É nesse duplo processo de diversificação que a obra cultural passa a ser o objeto da indústria. Corresponde a isso a transformação de pessoas reunidas num público que faziam uso cultural de sua razão na forma de esfera literária, em um público de consumidores de cultura (Habermas, 1978a, p. 159-182). Os produtos da indústria cultural passam a introduzir-se na esfera privada e substituem a prática literária pelo entretenimento. A passagem de um público que discute a cultura para outro que a consome, dilui a distinção entre esfera pública literária, na qual pensa-se a si mesmo, a própria cultura, e esfera pública política, o contexto de ação por excelência. Essa diluição só é possível mediante a fusão entre informação e raciocínio feita pelas mídias de massas. A publicidade da imprensa e do romance se converte em propaganda e incorpora, difunde e legitima cada vez mais interesses presentes na economia e na política. Não resta ao cidadão senão consumir a cultura objetivada nas redações e conselhos executivos das empresas televisivas e de propaganda.

Há aqui uma mudança na disposição entre público e privado, que tem por efeito a mudança da função política da esfera pública e, conseqüentemente, da relação entre Estado e sociedade. Com o Estado social, surge o tipo administrado de capitalismo e uma democracia organizada. Nessa sociedade, a esfera pública política do Estado social corresponde a uma forma decadente da esfera pública liberal burguesa do século XIX: a discussão pública nos salões e nos círculos literários voltada para a decisão converteu-se em um acordo não-publicamente conquistado ou simplesmente imposto de cima para baixo.

Assim, a tese de Habermas da mudança estrutural da esfera pública assenta sobre o diagnóstico de que a distinção característica da esfera pública liberal burguesa entre público e privado se esvai simultaneamente à diversificação funcional do mercado e do Estado. Isto é: da socialização do Estado e da estatização da sociedade surge uma nova relação entre o público e o privado; surge uma nova esfera, que “não pode ser considerada nem como puramente privada, nem como autenticamente pública” (Habermas, 1978a, p. 159). Pode-se, de fato, falar em um processo de decadência: devido às transformações inicialmente ocorridas na esfera econômica (oligopólios e indústria cultural), o raciocínio livre voltado para a verdade da esfera liberal é substituído pela propaganda e a democracia organizada de massas (*idem*, p. 183-188). A antiga separação da esfera pública do sistema político se dissolve mediante a regulação social do Estado de bem-estar e o poder de influência ampliado de um mercado oligopolizado sobre o governo. Em 1962, é a evolução específica do capitalismo entre os séculos XIX e XX que acaba por restringir a esfera da política, a esfera social e a esfera privada ao generalizar a orientação instrumental da ação. O acento aqui, portanto, é dado ao capitalismo e aos efeitos constringentes que exerce sobre a democracia.

Dessa trajetória da sociedade burguesa, liberam-se problemas

específicos de integração social e integração sistêmica, aos quais Habermas dedicou boa parte de seu trabalho posterior. Em *Problemas de legitimação no capitalismo tardio* (1978b [orig. 1973]), os problemas de integração decorrentes da diluição da antiga separação entre esfera pública e esfera privada passam a ser analisados com base em um conceito em dois níveis de sociedade, como integração sistêmica e integração no mundo da vida. De 1962 a 1992, significativo no plano teórico é a passagem do que Habermas (1978a, p. 112-126) então identificava como sociabilidade através do uso cultural da razão no interior da relação entre esfera privada e esfera social, ao conceito de atividade comunicativa e agir comunicativo (Habermas, 1987, v. 01, p. 14-17, 110-117 e 283-347; 2005a).

2 – O conceito em dois níveis de sociedade e a esfera pública – *Problemas de legitimação no capitalismo tardio* (1973) e *Teoria do agir comunicativo* (1981)

Em *Problemas de legitimação no capitalismo tardio* (1978b [orig. 1973]), o diagnóstico ainda vai da análise da lógica de evolução do capitalismo a seus efeitos sobre a democracia. Nesse estudo, Habermas (*idem*, p. 11-19) introduz a diferenciação entre sistema e mundo da vida e é nessa diferenciação que, posteriormente, repousa sua uma teoria geral da sociedade (Habermas, 1987, v. 1, p. 82-90 e v. 2, p. 125-218 [orig. 1981]) e sua teoria discursiva da democracia (2001b e 2010 [orig. 1992]). De *Problemas de legitimação* à *Teoria do agir comunicativo* e *Facticidade e validade*, o conceito em dois níveis de sociedade está na origem da mudança de orientação operada por Habermas, pois permite que se volte para os limites da realização da democracia tendo em vista sua associação histórica ao capitalismo. Para compreender a reformulação do conceito de esfera pública operada no início dos anos 1990, é necessário, portanto, delinear os contornos gerais desse conceito de sociedade³.

Partindo do conceito de sistema de Talcott Parsons e de Niklas Luhmann, Habermas (1978b, p. 11 *sq.*; 1987b, v. 2, p. 170-202 e 219 *sq.*) confere ao mesmo um significado próprio mediante uma imbricação evolutivamente consequente com o conceito de mundo da vida de Alfred Schütz e Thomas Luckmann (Habermas, 1987b, v. 2, p. 131-167). Se para Parsons e

³ Em *Teoria do agir comunicativo*, Habermas vincula sua concepção de sistema (Parsons e Luhmann) e mundo da vida (Schütz e Luckmann) de uma interpretação da “teoria dos três mundos” de Karl Popper sob o registro da teoria da ação (Habermas, 1987, v. 1, p. 92-99 e v. 2, p. 131-140), vinculação esta inexistente em *Problemas de legitimação no capitalismo tardio* (1978a).

Luhmann a sociedade é tida como um sistema, para Habermas a sociedade é constituída por estes dois níveis: o primeiro se refere aos sistemas funcionalmente especializados do Estado e do mercado, o segundo ao conjunto de saberes e convicções que herdamos quando viemos ao mundo e que nos inscrevem *sempre já* em formas de vida socioculturais. A imbricação entre esses níveis estabelece uma antecedência da linguagem e da cultura sobre a dimensão do sistema; tal antecedência se deve à natureza constitutiva da linguagem e da cultura.

Se, por um lado, linguagem e cultura podem configurar um ponto de partida universal para a crítica e, por outro, a crítica está limitada na exata medida em que, enquanto elementos de fundo do mundo da vida, nos remetem ao *sempre já* pressuposto no entendimento (Habermas, 1987b, v. 2, p. 139), compreende-se que há um conjunto de convicções básicas que compõem o mundo da vida que não podem ser problematizadas, pois estão presumidas tacitamente no processo de intercompreensão. Estamos aqui na dimensão da pré-compreensão linguística do mundo. Não podemos desfazer-nos de pressupostos contidos na linguagem e na cultura justamente porque só podemos tornar inteligível a sociedade por meio delas.

Mediante a reconstrução da fenomenologia do mundo social de Schütz e Luckman a partir do entendimento mútuo concebido comunicativamente, Habermas define três aspectos gerais do mundo da vida. Primeiro, o mundo da vida integra a socialização “sob o modo da evidência”, de maneira tácita, e como estrutura simbólica natural, “é simplesmente impossível que ele se torne problemático”, mas “pode desaparecer” (Habermas, 1987b, v. 2, p. 144). Segundo, enquanto “certeza” intrínseca à “intersubjetividade da intercompreensão mediada pela linguagem”, o mundo da vida “está acima de qualquer tipo de dissenso”, pois repousa sobre um saber intersubjetivamente formado por experiências passadas que validam a “capacidade de agir sobre o mundo”. Uma vez adquirida essa capacidade, ela “permanece enquanto princípio” – enquanto “disposição natural” de uma “reserva de saber” do pensamento (*idem*, p. 145). E terceiro, diferentemente das situações que compõem a vida social, o mundo da vida não possui fronteiras, pois é constituído por uma reserva de saber imanente a cada mudança de situação, sendo, por definição e simultaneamente, indeterminado, limitante do horizonte sobre o mundo e poroso – “O mundo da vida define situações de ação como uma espécie de contexto pré-compreendido, mas que não pode ser invocado”. O aspecto poroso do mundo da vida é verificado quando consideramos que o ator inscrito em uma prática comunicativa quotidiana “depende, de fato, de uma

reserva de saber cultural particular, constantemente suscetível de ser ampliada, e ele varia com ela” (p. 146). O aspecto poroso significa aqui que o mundo da vida passa por transformações na medida em que o ator nele inscrito age sobre o mundo e revisa reflexivamente o saber de que dispõe; saber este de que dispõe justamente porque está inscrito em um mundo da vida.

A existência do mundo da vida se deve à mediação da linguagem e da cultura, posto ser a partir delas que o processo de intercompreensão se realiza, que a intersubjetividade é constituída e com ela também aquilo que designamos com a palavra “sociedade”. Linguagem e cultura cumprem essa função fundamental de constituição e reprodução da sociedade por meio da transmissão de um conjunto de convicções básicas para todo indivíduo capaz de agir e falar. Isso quer dizer que Habermas (1987a, p. 86-97; 1987b, v. 1, p. 146-156) ancora sua concepção de mundo da vida no *sempre já* da hermenêutica filosófica; ao entendermo-nos mutuamente, pressupomos o que é contido na própria estrutura da linguagem; pressupomos *sempre já* no ouvinte o compartilhamento de regras gramaticais e de conduta, *i.e* o compartilhamento de um mundo da vida histórica e socioculturalmente estruturado. O nosso estar no mundo, portanto, está condicionado por aqueles que, antes de nós, fizeram uso da linguagem da qual nos servimos para entendermo-nos mutuamente no presente.

O entendimento mútuo consiste, portanto, no *medium* de direção do mundo da vida. No plano sociológico, isso significa que o uso comunicativo da linguagem é o que torna possível a reprodução cultural, a integração social e a socialização (Habermas, 1987b, v. 2, p. 149 *sq.*). A sociedade civil, com suas associações, movimentos sociais, organizações não-governamentais, por exemplo, é composta por um tipo de atividade social mais próxima do mundo da vida do que do sistema, na medida em que nela o agir orientado para o entendimento prevalece performativamente sobre objetivos instrumentais e estratégicos. Por isso em sua teoria discursiva da democracia, como veremos, Habermas (2003, p. 99-106) afirma que, na sociedade civil, o *medium* de direção é a solidariedade. Isso é central na concepção de esfera pública que então formula.

Compreende-se assim que, na concepção habermasiana do mundo da vida, que está orientada por um interesse sociológico explícito, a sociedade se constitui fundamentalmente pelo uso comunicativo da linguagem. Habermas justifica essa proposição na dupla função semântica e de referência ao mundo radicada na linguagem. A possibilidade de representar simbolicamente e de conferir um sentido a alguma coisa no mundo pressupõe uma abertura

linguística ao mundo como condição de nosso estar no mundo. Isso quer dizer que entender-se mutuamente sobre alguma no mundo comporta uma racionalidade encarnada no uso comunicativo da linguagem.

Entretanto, justamente em virtude da natureza elementar da integração pela linguagem, outros tipos de *medium* de direção podem fazer-se valer na integração social: é o que Habermas designa por integração sistêmica, que tem por *medium* de direção o poder (Estado) e o dinheiro (mercado). Introduzindo essa estrutura básica de *media* no contexto de uma teoria da evolução social mediada pela aprendizagem e que estabelece uma antecedência do mundo da vida sobre o sistema (1987b, v. 1, p. 82-90; v. 2, p. 125-218; 2004, p. 18-60), Habermas diagnostica uma “disjunção” na sociedade moderna: “[...] A disjunção entre integração do sistema e integração social significa, para começar, uma simples diferenciação entre diversos tipos de coordenação de ação: a coordenação se constitui ou por meio do consenso entre os participantes [agir comunicativo] ou por meio de contextos de ação funcionais [agir teleológico-estratégico]” (Habermas, 1987b, v.2, p. 204). Essa disjunção se deve ao fato de que, enquanto a primeira está racionalmente orientada para o entendimento (racionalidade comunicativa), a segunda está racionalmente voltada para meios e fins utilitários (racionalidade cognitivo-instrumental).

Media como o dinheiro e o poder partem de obrigações empiricamente motivadas; eles codificam o comércio racional com vistas para um fim com valores quantificáveis e calculáveis e tornam possível uma influência estratégica generalizada sobre as decisões de outros participantes da interação, contornando os processos de formação de um consenso pela linguagem. Não somente eles simplificam a comunicação linguística, mas também substituem-na através da generalização simbólica dos danos e das indenizações; o contexto do mundo da vida, no qual os processos de intercompreensão estão sempre inseridos, é desvalorizado no contexto de interações conduzidas graças aos media [poder e dinheiro]: não precisamos mais do mundo da vida para a coordenação de ações. Os sub-sistemas sociais diferenciados graças a media como esses podem se tornar autônomos em relação a um mundo da vida relegado ao mundo ambiente do sistema. A recomposição da ação a partir de media reguladores aparece então sob o ângulo do mundo da vida como uma

maneira de amortecer o custo da comunicação e de seus riscos, como uma maneira de condicionar as decisões com margens de contingência maiores, e neste sentido como uma tecnicização do mundo da vida. (Habermas, 1987, v. 2, p. 200-201, grifos no original).

Invadido o mundo da vida pelos *media* sistêmicos do dinheiro e do poder, as possibilidades de entendimento contidas nos processos intuitivos de intercompreensão são reduzidas tendencialmente ao critério teleológico-instrumental de eficácia conforme meios e fins, num sentido utilitarista. Sob o quadro geral da modernização concebida como racionalização sistêmica do mundo da vida, isso significa que os *media* sistêmicos do poder e do dinheiro tendem a simplificar e substituir o *medium* do mundo da vida, o entendimento mútuo. Isso se verifica, por exemplo, na normatização jurisdicional crescente da vida social e na administração empresarial. Aqui, pode-se, de fato, falar de uma racionalização da esfera pública no sentido utilitarista. A consequência disso reside em que a “mediatização da vida vivida então toma a figura de uma *colonização*”, e a reificação, nesse sentido, de uma “*patologia do mundo da vida sistematicamente induzida*” (Habermas, 1987b, v.2 p. 216; grifos no original).

Na medida em que o sistema econômico e o sistema administrativo se diferenciam funcionalmente e se introduzem na reprodução cultural, na socialização e na integração social, eles promovem uma racionalização utilitarista do mundo da vida que libera efeitos patológicos (perda de sentido, anomia, alienação, reificação). Esferas centrais do mundo da vida dirigidas para orientações de valor, para normas e para o entendimento tornam-se monetarizadas e burocratizadas. Uma vez que é o consenso intersubjetivo de fundo que possibilita a existência de solidariedades, as quais germinam no acontecer da transmissão de valores, normas e padrões de comunicação, a racionalização sistêmica tende a esfacelar as formas tradicionais de solidariedade na medida em que passa a regular as esferas do mundo da vida.

Habermas concorda com o diagnóstico de que a modernização se manifesta como racionalização social, mas argumenta que, levada às últimas consequências, como feito por Adorno e Horkheimer (1985), a tese weberiana resulta no paradoxo da razão instrumental (1987b, v. 1, 352-402; v. 2, p. 335-367). Ao considerar como racional apenas a ação conforme fins e meios estratégicos, o devir social nos surge apenas como uma marcha inexorável rumo a uma objetivação do outro que reduz o reconhecimento intersubjetivo a um

modo utilitarista. A modernização assumiria assim uma totalidade patológica, as aspirações libertárias e por criatividade do homem se veriam tendencialmente constringidas pelas criações organizacionais do próprio homem. O paradoxo reside em que a razão instrumental totalizada não permite compreender como tais criações organizacionais foram sequer possíveis, pois pressupõem que o sujeito seja capaz de se elevar, em algum grau, sobre as constringências sistêmicas. Num sentido fundamental, a tese da razão instrumental não permite compreender a possibilidade mesma da crítica.

Ao introduzir o conceito de racionalidade comunicativa, Habermas nos abre para o fato de que as sociedades humanas não evoluem unilateralmente na esfera cognitivo-tecnológica, mas também na esfera sociocultural (1987b, v. 2, p. 168-196 e 2004, p. 31-38). Indicativo disso, por exemplo, é o fato de que o desenvolvimento das forças produtivas (esfera cognitivo-tecnológica) vem acompanhado do surgimento de novos movimentos sociais (esfera sociocultural) – movimentos feminista, ambientalista, negro, por exemplo (Habermas, 1987b, v. 2, p. 431-444). Ou ainda, a descoberta e o domínio da fissão nuclear (bomba atômica, por exemplo) requer uma normatização correspondente (Tratado de Não-Proliferação de Armas Nucleares), sem a qual a vida estaria ameaçada. Apenas com a razão instrumental, não conseguimos compreender e explicar essas evoluções na esfera sociocultural. A racionalidade comunicativa, portanto, permite resolver o paradoxo tanto na dimensão do ator como na dimensão do intérprete, na possibilidade da crítica.

A passagem para a pragmática é central aqui: enquanto os tipos teleológicos de ação – ação instrumental-estratégica, ação regulada por normas e ação dramaturgica – são caracterizados pela intenção-efeito no mundo e, nessa medida, são mediatizados por atos de fala que liberam efeitos perlocucionários, a ação comunicativa não tem por outra intenção-efeito senão a intercompreensão e, nessa medida, é mediatizada por um ato de fala que libera efeitos ilocucionários. No modelo teleológico, a coordenação da ação é mediatizada pela influência sobre os participantes; no modelo comunicativo, pelo acordo entre os participantes (Habermas, 2005a). A ação comporta, nesse sentido, dois tipos imanentes de racionalidade: uma cognitivo-instrumental, outra comunicativa.

Compreende-se assim haver um *crescendum* na trajetória intelectual de Habermas, pois o sentido do diagnóstico de 1962 (Habermas, 1978a) – que identifica uma decadência da esfera pública liberal burguesa em decorrência da oligopolização do mercado, da construção de grandes sindicatos e partidos de

trabalhadores, da conversão da esfera literária em um público de consumidores de cultura e da construção do Estado social – permanece na tese de colonização sistêmica do mundo da vida. O que muda é a ancoragem teórica e a maneira de pensar esse processo. A distinção entre Estado e mercado, esfera pública e esfera privada (1962), passa a ser compreendida a partir do conceito em dois níveis de sociedade (Habermas, 1978b [orig. 1973]). Mas até então, Habermas ainda trabalhava apenas com o conceito cognitivo-instrumental de racionalidade (sistema); é somente em 1981 (Habermas, 1987) que é introduzida plenamente a racionalidade comunicativa (mundo da vida). Com isso, temos a passagem de uma crise de legitimação decorrente da mudança estrutural da esfera pública (Habermas, 1978a [orig. 1962]) e da diferenciação funcional crescente da sociedade no capitalismo avançado (Habermas, 1978b [orig. 1971]) para a colonização sistêmica do mundo da vida (Habermas, 1987 [orig. 1981]) – com a particularidade de que o sentido interpretativo em cada uma dessas teses permanece, *grosso modo*, o mesmo.

Na trajetória de Habermas, a teoria crítica inicialmente influenciada por Adorno (Wiggershaus, 2010, p. 671 *sq.*) incorporou e elaborou, num primeiro momento, uma concepção própria do conceito de sistema (Parsons e Luhmann) e de mundo da vida (Schütz e Luckmann) que, num segundo momento, foi fundada num tipo formal de pragmática (Peirce, Frege, Austin) inspirada na hermenêutica filosófica (Gadamer), sob o registro de uma teoria da ação (Weber). É somente a partir de então, isto é, a partir do momento em que já havia formulado uma teoria geral da sociedade, que Habermas (2003 e 2010 [orig. 1992]) elabora sua teoria da democracia, na qual a formulação original do conceito de esfera pública é amplamente reconfigurado.

3 – Da Teoria do agir comunicativo (1981) à Facticidade e validade (1992): o conceito procedimental de verdade, a situação ideal de fala e a esfera pública

No quadro geral de uma teoria da ação, falar em integração social a partir da intercompreensão linguística significa dizer que são racionais todas as pessoas capazes de agir e falar. Neste sentido, a primeira pergunta a ser respondida é a de saber em que medida pode-se considerar racional uma pessoa, sua fala e sua ação em dada situação. A racionalidade comunicativa não é definida por meio dos três critérios comumente utilizados para definir o que é racional, o que possui uma racionalidade insuficiente ou o que é irracional – a

saber: se uma ação é motivada por uma justificativa criticável, se pode ser fundada no mundo objetivo e se conserva um conteúdo idêntico quando transmitida, isto é, se é dotada de uma “pretensão *trans-subjetiva* à validade” (Habermas, 1987, v. 1, p. 26 – p. 24-26). A racionalidade da ação comunicativa não repousa no efeito de coordenação da ação decorrente da *influência* do locutor sobre o interlocutor, mas do *acordo* (Habermas, 2005a).

A teoria do agir comunicativo está ancorada em uma teoria em dois níveis do consenso da verdade, que distingue entre o conteúdo objeto de consenso expressado no enunciado de um locutor e o procedimento, de aceitação compartilhada, que possibilita tal consenso entre os participantes da interação. Desta maneira, o conteúdo objeto de consenso consiste na verdade em relação a algum estado. Para que a um conteúdo específico seja atribuída a imputação de verdadeiro, é preciso, num momento ainda de comprovação, que haja consenso não em relação ao que é invocado pelo locutor, mas sobre as condições formais da demonstração. São elas que conferem veridicidade aos resultados. E na medida em que tais condições formais de demonstração são discutíveis e não prescindem do acordo entre as partes, exige-se, por definição, que o consenso alcance todos os participantes para que os procedimentos tidos por válidos não sejam válidos apenas para alguns participantes. Isso evita um relativismo quanto à validade dos resultados.

No lugar de apenas partir da pressuposição de uma ontologia do mundo objetivo, o mundo passa então a ter objetividade na medida em que passa a valer “como um e mesmo mundo *para* uma comunidade de sujeitos capazes de falar e agir” (Habermas, 1987, v. 1, p. 29, grifo no original). Não partir de uma ontologia se justifica aqui pelo fato de que a simples possibilidade de haver comunicação pressupõe um entendimento prévio sobre o que acontece ou deve acontecer no mundo. Estamos aqui no pano de fundo da objetivação: a possibilidade de comunicação pressupõe uma reserva de saber tácito (mundo da vida) que funda a possibilidade de interpretação do mundo e que está posto antes de qualquer objetivação, de qualquer problematização possível. Esse saber garante um contexto de vida comum, prévia e intersubjetivamente compartilhado.

Nesse sentido, se a pretensão à verdade é mediada pelo consenso e pelo procedimento, torna-se possível um conceito de racionalidade fundado no entendimento, mas um conceito que não se orienta pela distinção estrita entre correto e falso, pois consenso e procedimento são definidos no decorrer de uma prática comunicativa na qual os participantes avançam pretensões criticáveis de

validade. Desta maneira, o que hoje é tido por verdadeiro pode revelar-se insuficiente numa situação posterior. Isto é, o conceito de racionalidade comunicativa prevê o falibilismo da razão. A presunção de objetividade total do princípio de Absoluto é assim substituída por uma objetividade possível, que repousa num consenso em torno à verdade que, no interior da prática comunicativa que possibilitou esse consenso, está ciente da possibilidade de crítica ulterior.

Sociologicamente, entretanto, sabemos que as condições necessárias para alcançar um consenso são dificilmente preenchidas. Por isso, é necessário frisar que esse consenso deve ser tido como ideia contrafática, no sentido ideal de que, na prática comunicativa concreta, não está isento de dissenso. Isso significa que, para que uma ação seja racional, não é necessário haver consenso no sentido estrito da palavra, pois “não é apenas na aptidão de promover um consenso ou de agir de forma eficiente que reside a racionalidade das pessoas” (Habermas, 1987, v. 1, p. 31). Sua racionalidade antecede o efeito de coordenação das ações liberado pelo consenso. Desse modo, a racionalidade comunicativa comporta, por um lado, “a percepção descentrada das coisas e dos eventos assim como a faculdade de dispor dela”, por outro, amplia o espectro de avaliação racional ao fundar-se no “entendimento intersubjetivo a respeito dessas coisas e eventos” (*idem*, p. 30). Nisto consiste precisamente a teoria da verdade em dois níveis de Habermas, a qual está presumida sua teoria da sociedade e, como veremos, sua teoria discursiva da democracia.

Considerando que a “racionalidade que habita a prática comunicativa se estende sobre um amplo espectro”, Habermas elabora um conceito de racionalidade capaz de dar conta das “diferentes formas de argumentação” e das “tantas possibilidades de perseguir o agir comunicativo por meios reflexivos” (*idem, ibidem*). Em outras palavras, Habermas funda sua teoria da sociedade num conceito de racionalidade capaz de dar conta da prática social cotidiana como prática comunicativa, que pode não estar mediada por critérios funcionais, pela eficácia dos meios empregados mediante uma pretensão de sucesso ou pela justiça normativa da conduta conformemente a regras. Não apenas a influência daquele que age sobre terceiros, mas também o acordo derivado do entendimento mútuo libera efeitos de coordenação das ações. À integração social movida pela influência corresponde o modelo teleológico de ação, ao passo que àquela movida pelo acordo corresponde o modelo comunicativo de ação (Habermas, 2005a).

No modelo teleológico, a racionalidade da ação é definida por três

critérios circunscritos à relação “ator-mundo”: a verdade de um enunciado referido ao mundo objetivo (racionalidade cognitivo-instrumental), a justeza normativa referida ao mundo objetivo e social (racionalidade moral-prática) e a veracidade referida ao mundo subjetivo (racionalidade estético-prática). No modelo comunicativo, a racionalidade da ação é mediada pela discussão e definida pelo entendimento mútuo e a inteligibilidade do que foi dito. Na medida em que remete a uma prática presumida no modelo teleológico, o agir comunicativo remete reflexivamente ao conjunto dos três mundos, o objetivo, o social e o subjetivo (Habermas, 1987, v. 1, p. 100-117). Essa remissão reflexiva aos mundos permite conferir validade a tipos de ação que não pleiteiam normas ou eficácia dos meios empregados, que de outro modo, seriam desconsideradas na avaliação. Não se trata aqui, portanto, apenas de execução, como no contexto dos outros tipos de agir, mas de comunicação - e indiretamente de execução, de uma execução possível, não presumida. Assim, a racionalidade comunicativa antecede a racionalidade teleológica, esta última pressupõe a primeira. Num sentido imediato, a universalidade do tipo comunicativo de racionalidade se deve ao fato de que a linguagem perpassa todas as constelações da vida humana.

Na medida em que uma ação está encarnada em dada situação, Habermas inscreve sua teoria da verdade em um conceito de situação ideal de fala constituído pelas pré-condições do entendimento mútuo. Quatro critérios condicionadores se aplicam aqui: (i) os participantes de uma discussão devem ter igual oportunidade de atos de fala, no sentido de intervenção e réplica; (ii) essa oportunidade tem de ser de tal modo igual que permita salvaguardar-se contra prejulgamentos; (iii) todos os participantes têm de ter igual oportunidade de atos expressivos, no sentido de manifestar sentimentos, posições e desejos; e (iv) admitem-se na discussão apenas participantes que tenham iguais condições de instituir princípios reguladores, como proibir, permitir, opor-se, julgar, mandar, inquirir, de fazer promessas e de retirá-las, pois somente a reciprocidade plena das expectativas de comportamento assegura uma intervenção dos participantes direcionada aos aspectos fáticos da situação de fala, de modo a suspender coações prévias da realidade e possibilitar a passagem para uma prática do discurso livre da obrigação de agir (Habermas, 2005c, p. 320-328).

Neste sentido, os critérios condicionadores que dão forma à situação ideal de fala estão ancorados no princípio de simetria. O caráter contrafático do conceito significa que tais precondições não são preenchidas em contextos empíricos de comunicação. Assim, seu uso é heurístico, no sentido de fornecer uma compreensão procedimental (porque argumentativa) ideal da verdade que

permite analisar, contrafaticamente, a circulação do poder e a distribuição dos direitos na esfera pública. A situação ideal de fala é uma ideia contrafática à situação empírica na medida em que, via a inclusão de um critério externo de avaliação (seu caráter ideal), e retrospectivamente, seja possível a compreensão da situação empírica, se o discurso dos participantes, e o nosso próprio, enquanto intérpretes, foi proferido de forma isenta de coações ou não (Habermas, 1987, v. 1, p. 39 *sq.* e 127-135; 2005 c, *ibidem*).

Em vista do que precede, compreende-se que a concepção de verdade sobre a qual tanto a teoria da ação comunicativa quanto a teoria da democracia de Habermas estão fundadas, repousa sobre o procedimento argumentativo adotado e o conteúdo objeto de discussão em uma situação ideal de fala: o procedimento abstrato formalmente consensuado entre os participantes da interação e a opinião dele derivada conferem uma verdade a algo no mundo criticável, desprovida de uma justificação absoluta enquanto critério necessário de validação, *i.e.* de legitimação. Daí Habermas igualmente renunciar a um sistema de pensamento, sem contudo abdicar, em outra medida, do procedimento consensuado na comunidade científica em torno à validação. Isso significa que em sua teoria da ação comunicativa e teoria da democracia, a verdade deixa de ser um conceito da tradição relativo à substância; ela se torna um conceito procedimental, em última instância falível, provisório e desvinculado da natureza (Habermas, 2004, p. 45-62). Isto é, a teoria habermasiana da verdade possui uma fundação pós-metafísica.

Como prova suficiente da verdade, temos, portanto, que considerar a aceitabilidade racional das condições mais ideais possíveis da comunicação. O que torna essa formulação passível de utilização na teoria social e na teoria política é, num sentido imediato, a evidência factual de que o nosso acesso ao mundo está impregnado pela linguagem. O consenso em torno à verdade consiste, assim, apenas no retrato de um estado atual do conhecimento, permanentemente falível, o que é diferente de instável. No contexto de uma teoria crítica da sociedade, portanto orientada para a emancipação possível diante do presente histórico, isso significa que a verdade figura além da situação empírica possível, sendo, para todos efeitos, um futuro possível e passível de disputa no presente. A teoria pragmático-formal do consenso da verdade, portanto, ecoa na ação política, no sentido de que a aceitabilidade das normas deriva ética do discurso. Com isso, Habermas vincula internamente verdade e normatividade: a (definição da) verdade possui *sempre já* implicações normativas (2004, p. 45-62).

A categorização habermasiana das racionalidades da ação corresponde a maior ou menor proximidade de cada uma delas aos contextos de interação altamente diferenciados da sociedade moderna. De maneira esquemática, os tipos teleológicos de agir são dotados de uma racionalidade próxima dos sistemas funcionais (Estado e mercado), e o tipo comunicativo é dotado de uma racionalidade próxima do mundo da vida (sociedade civil). Isso quer dizer que as patologias da modernidade advêm da intervenção direta e crescente de uma racionalização de tipo cognitivo-instrumental no mundo da vida que acompanha a diferenciação dos sistemas funcionais. Tal racionalização está na origem de uma crise de legitimação na medida em que a racionalidade que emana dos sistemas funcionais coloniza a racionalidade que emana do mundo da vida.

A vinculação interna entre a teoria da verdade e a teoria política de Habermas implica na substituição da natureza pelo entendimento, de modo que o homem possa reger as leis para si sem qualquer tipo de limitação, sejam elas advindas do relativismo ou da essencialização. Enquanto interesse prático, a ausência de uma fundação ontológica, natural, abre caminho para entretecer politicamente a tolerância *vis-à-vis* todas as formas de vida culturais e todos os seres humanos como expressão da abertura proporcionada pela prática comunicativa, *i.e* da universalidade ideal da linguagem. Como veremos a seguir, o potencial universalizante que Habermas atribui aos direitos humanos se justifica no fato de que sua forma de direito subjetivo permite que constituam o fundamento de um modelo democrático de esfera pública capaz de fornecer a engenharia institucional para a diversidade (cosmopolita) das sociedades democráticas.

4 – Esfera pública, democracia e globalização: Facticidade e validade (1992) e A inclusão do outro (1996)

A crise de legitimidade (direito) e de legitimação (Estado) diagnosticada por Habermas, que entre 1962 (Habermas, 1978a, p. 189 *sq.*), 1973 (Habermas, 1978b) e 1981 resulta na tese da colonização sistêmica do mundo da vida (Habermas, 1987, v. 2, p. 168-223, 378-410), desdobra-se numa teoria da democracia, ela também ancorada numa abordagem reconstrutiva, agora do direito democrático (Habermas, 2003; 2007; 2010). Com base em seu conceito de situação ideal de fala, nosso autor introduz o princípio do discurso como fundamento dos procedimentos para a tomada de decisão, cuja simetria estabelece que as normas de ação válidas são aquelas de cuja formulação

pueram participar todos aqueles aos quais elas se aplicam, sendo, portanto, produto de um acordo. Por meio da aplicação da simetria do princípio do discurso aos procedimentos para a tomada de decisão, Habermas lança mão do direito como *medium* de definição para a reconstrução do sistema de direitos e dos princípios do Estado de direito. Isto é, o direito figura como mediação da relação entre Estado e sociedade. Sua tese é a de que, no exercício legítimo do poder, Estado de direito e democracia pressupõem-se mutuamente e, nessa medida, devem ter sua relação efetiva fundada de maneira simétrica (Habermas, 2010, p. 17-64).

Para chegar a uma concepção de direito que possibilite a simetria desejada entre democracia e Estado de direito no exercício do poder, Habermas (*idem*, 113-168 e 169-240) comprova uma concorrência interna entre direitos humanos e soberania do povo: há um déficit de racionalidade no interior da dogmática jurídica, no que tange à “relação não-esclarecida entre direito subjetivo e público”, e na tradição do direito racional, no âmbito do aspecto concorrencial entre direitos humanos e soberania do povo tal como traduzida no processo de autolegislação, que revela “que até agora não se conseguiu harmonizar conceitualmente e de modo satisfatório autonomia privada e pública” (*idem*, p. 115). A doutrina positiva do direito, argumenta Habermas, ao mesmo tempo em que pretende assegurar a efetividade do direito subjetivo por meio da objetivação e, desta maneira, avança um sentido moral explícito, desvincula-se de todo conteúdo moral no momento da regulação da relação entre autonomia privada e autonomia pública. Isso significa que a realização fática da igualdade invocada nos direitos humanos só é possível se asseguradas condições iguais de vida e de participação, que permitam o exercício amplo da soberania do povo. Nesse contexto, a validade jurídica dos direitos humanos não se torna fática porque são desiguais as condições de vida sob as quais é exercida a soberania do povo. Isto é, a insuficiente racionalização da relação entre autonomia privada e autonomia pública significa aqui que o direito positivo passa ao largo do fato de que a propriedade privada condiciona a participação na esfera pública, impedindo a realização da igualdade presumida na democracia.

No plano moral, a simetria que Habermas julga necessária se justifica quando considerada a situação pós-metafísica das sociedades pluralistas contemporâneas, com suas formas socioculturais de vida altamente diversificadas. Essa situação define um ponto de partida desprovido de uma concepção prévia de “vida boa”, dificultando a construção do consenso na esfera pública. A intensificação recente dos processos de globalização é fonte, em

níveis variados, dos principais impulsos dessa pluralização sociocultural (Habermas, 2002; 2001b). A ausência de uma concepção comum de “vida boa”, porque vinculada a uma forma sociocultural de vida particular, dificulta o processo deliberativo, no sentido democrático de pessoas que buscam compreender-se mutuamente com vistas à definição de normas que regulam sua vida em comum.

Compreende-se assim que o déficit de racionalidade para a fundação de normas legítimas (Estado) decorre da alta pluralização da sociedade (democracia), da impossibilidade de presumir uma concepção de “vida boa” compartilhada entre todas as formas de vida que compõem a vida social (Habermas, 2007, p. 21-33; 2010, p. 48-64). Diante da inexistência de formas de vida mais homogêneas, Habermas argumenta que o que há de comum entre todas elas é que são constituídas comunicativamente. Temos assim um elemento fundamentalmente comum a todas as formas de vida e, nessa medida, *neutro* diante das concepções de “vida boa” particulares a cada uma delas. O processo deliberativo, nesse sentido, pode repousar sobre o princípio de discussão: “O ‘bem transcendente’ que falta só pode ser compensado de forma ‘imanente’, com base no caráter inerente da práxis de reuniões em conselho [...] A distribuição equitativa de liberdades comunicativas *no* discurso e a exigência de sinceridade *em favor* do discurso significam direitos e deveres *argumentativos*, e de forma alguma *morais*” (Habermas, 2007, p. 57-58-61, grifos no original).

Nesse sentido, a situação ideal de fala composta por todos aqueles interessados na definição de normas que lhes dizem respeito, pode ser elevada, contrafaticamente, à engenharia elementar para a fundação de normas legítimas, uma vez que nela pessoas encarnadas em formas socioculturais de vida diferentes e, conseqüentemente, com concepções de “vida boa” distintas, são reunidas e podem construir um acordo mediante a discussão racional. A partir do procedimento argumentativo e da pretensão criticável à validade do conteúdo de um enunciado, se poderia atender à premissa de que uma “lei é válida no sentido moral quando pode ser aceita por todos, a partir da perspectiva de cada um” (*idem*, p. 46). Isso significa, conforme sugere Habermas, que a crise de legitimação que caracteriza nossa época exige uma reformulação democrática das regras do jogo democrático: a comunicação (princípio de discussão) fornece um fundamento racional (universalmente válido) para instituir politicamente direitos iguais à participação na definição de normas e tomadas de decisão. O reconhecimento recíproco de tais direitos nada mais corresponde ao pressuposto normativo da autorrealização e da autodeterminação. Em outras palavras, o reconhecimento recíproco dos direitos humanos constitui o pressuposto

normativo para a realização da soberania popular, o que implica dizer que direitos humanos e soberania popular se pressupõem mutuamente (Habermas, 2010, p. 116-138).

Tendo em vista que a preocupação central de Habermas são as condições efetivas de vida (e necessárias) para a fundação legítima de normas na democracia, pressupõe-se uma ancoragem moral imanente, válida universalmente. Essa ancoragem pressupõe o reconhecimento recíproco do igual direito à participação e tem o entendimento mútuo como *medium* de direção. Trata-se aqui, portanto, da derivação política do tipo comunicativo de agir. A particularidade dessa concepção comunicativa do processo deliberativo está em sua neutralidade (princípio de discussão) diante de questões morais, sua neutralidade diante da questão do “bem”. Isso significa que a política deliberativa baseia-se numa concepção deontológica de ética, isto é, o princípio de discussão estabelece que as normas de conduta sejam derivadas da convenção: “[...] *A política deliberativa obtém sua força legitimadora da estrutura discursiva de uma formação da opinião e da vontade, a qual preenche sua função social e integradora graças à expectativa de uma qualidade racional de seus resultados*” (Habermas, 2003, p. 27-28, grifo no original).

Nesse sentido, a teoria da democracia de Habermas pressupõe a institucionalização de procedimentos para a tomada de decisão que possibilitem que a pluralização sociocultural da sociedade seja incorporada sistematicamente pelas instituições reguladoras. Trata-se da institucionalização de uma concepção reflexiva de transformação, que seja flexível o bastante para traduzir em normas a pluralização sociocultural da sociedade sem restringir o conteúdo ético e moral das normas a uma concepção fixa de “vida boa”. Em sentido estrito, trata-se da aplicação dos dois níveis da teoria do consenso da verdade a um paradigma proceduralista de processo deliberativo: define-se que as normas devem ser definidas em um debate aberto, do qual todos aqueles que dela se sentirem implicados tenham igual direito à participação em sua formulação (procedimento), de modo que seja possível que o conteúdo explícito da norma e o procedimento adotado para a sua definição resultem do acordo (conteúdo objeto de consenso). A partir da mudança no procedimento para a tomada de decisão, Habermas busca conter as consequências deletérias para o acesso igual à justiça oriundas da contradição entre igualdade de direitos e desigualdade das condições efetivas de vida.

A desigualdade das condições efetivas de vida, que tem um fundamento privado no capitalismo, está na origem de uma distribuição assimétrica do poder

na sociedade. Isso significa dizer que a dominação política dos homens sobre os homens (esfera pública) acaba por conformar sociologicamente estatutos qualitativamente diferenciados de realização das liberdades subjetivas (esfera privada). O problema entre facticidade e validade no interior do direito liberal se deve, pois, a que ainda não foi construída uma forma correspondente de Estado democrático de direito. O problema do Estado de bem-estar social está em sua insuficiência, pois nele o exercício das liberdades subjetivas ainda não está subordinado à ideia de justiça social como concebida no direito civil; ele está apenas condicionado pela garantia de condições mínimas de vida. Isso é insuficiente, na medida em que há uma tendência estrutural de correspondência entre assimetria na apropriação da riqueza socialmente gerada e ocupação das posições de poder. E onde há assimetria na ocupação das posições de poder, tende a haver privilégios, *i.e* condições desiguais de acesso à justiça (Habermas, 2003, p. 59-72, 127-146).

Se a resposta política de Habermas aos problemas de legitimação decorrentes da contradição entre desigualdade estrutural do capitalismo e igualdade presumida dos direitos democráticos advoga em favor da ampliação das possibilidades de participação e da influência civil nas decisões políticas, compreende-se melhor o lugar constitutivo atribuído à esfera pública em seu modelo deliberativo de democracia. A esfera pública consiste na dimensão institucional do mundo da vida (Habermas, 2003, p. 91 *sq.*). Via a intermediação da sociedade civil, com suas organizações, movimentos, associações, etc., problemas sociais assimilados na esfera privada ganham ressonância na esfera pública. Nesse modelo deliberativo de democracia, portanto, as decisões tornam-se legítimas na medida em que assimilado um problema social na esfera privada e amplificado na sociedade civil, esse problema atravessa os procedimentos civis e políticos da democracia e se introduz no parlamento (*idem*, p. 173-192).

Caberia então à esfera pública e à sociedade civil difundir os problemas sociais, vividos que são na esfera privada. Em vista disso, pode-se afirmar que o processo político-deliberativo deve apoiar-se em uma ampla discussão da qual participam com iguais direitos à comunicação todo aquele cidadão que se sente preocupado pelo problema em questão. Através do debate público, os cidadãos identificariam os problemas e traduziriam os mesmos em ações com vista a exigir do poder público uma solução. A deliberação e a persuasão mútua dos cidadãos seriam assim um processo permanente, dentro e fora das instituições políticas, sendo o voto um momento específico de um processo mais amplo.

A concepção de esfera pública contida na democracia deliberativa busca, então, abrir espaço para influências sobre uma administração e um parlamento que têm sido influenciados excessivamente por aqueles cuja atuação no conjunto da sociedade está dirigida para a reprodução das estruturas da esfera pública atualmente existente, isto é, por aqueles que gerem e tomam as decisões que regulam os sistemas funcionalmente especializados. Dito de outra maneira: na medida em que, conforme a concepção de Habermas, a esfera pública não deve mais ser regulada pelo direito privado, a influência dos atores dos sistemas funcionalmente especializados sobre o Estado de direito diminui – ou deve diminuir – na mesma medida em que aumenta – ou deve aumentar – a influência da sociedade civil. Isso permitiria que, através da esfera pública, a sociedade civil pudesse dialogar e pressionar o Estado de direito com o propósito de reivindicar uma nova, uma alteração ou uma reafirmação dos direitos e da regulação que rege tanto o mercado quanto a preservação dos direitos subjetivos e objetivos institucionalizados.

De certa forma, a democracia deliberativa busca criar e assegurar institucionalmente uma esfera de influência sobre o Estado de direito, voltada para a regulação do mercado, para aqueles que ainda não a possuem: os ativistas sociais, os desempregados, os estrangeiros, etc. Ou ainda criar e assegurar um espaço de influência sobre o Estado de direito semelhante àquele que os atores dos sistemas funcionalmente especializados historicamente já possuem (políticos e empresários). Dessa maneira, de acordo com nosso autor, seria possível incorporar na fundação normativa a diversificação sociocultural e econômica oriunda tanto da evolução específica do capitalismo e de uma democratização cultural da democracia, quanto da intensificação dos processos de globalização. Para todos os efeitos, isso quer dizer que a esfera pública da democracia deliberativa é uma esfera pública “cosmopolita”. E a institucionalização de uma esfera de socialização como essa implica, evidentemente, maior pressão no sentido da redistribuição das riquezas socialmente produzidas.

Considerações Finais

Do ponto de vista sociológico, o que Habermas pressupõe em seu modelo de democracia é um indivíduo cuja forma de vida e concepção de “bem comum” seja reflexiva, de modo que o direito de manifestar seus interesses, de agir no mundo conforme sua concepção de vida boa particular, seja por ele

mesmo atribuído a outro indivíduo. De certo modo, em *Facticidade e validade* Habermas (2010, p. 113 *sq.* [orig. 1992]) pretende reconstruir a autonomia perdida da esfera privada diagnosticada em 1962, em *Mudança estrutural* (1978b [orig. 1962]), por meio do resgate da capacidade de conformação democrática do direito e de seu aparelho executivo, o Estado de direito (2010, p. 196 *sq.*). A preferência por uma forma *cultural* de vida, com sua concepção particular de “vida boa”, teria na democracia deliberativa um estatuto social privado, não sendo a sua unidade específica de conteúdo passível de apreciação pública. A autonomia perdida da esfera privada (diagnosticada em 1962) corresponde aqui à necessidade de salvaguardar o mundo da vida diante dos imperativos sistêmicos do Estado e do mercado (1981, 1992 e 1996). Se naquele momento, à perda de autonomia da esfera privada correspondia uma revitalização da esfera pública liberal do século XIX, em 1992 Habermas sustenta ser necessário “radicalizar” a democracia, de modo a resolver a tensão entre facticidade e validade da norma, para que, a partir disso, o processo político-deliberativo se abrisse novamente para a esfera pública. No transcorrer dos trinta anos que separam *Mudança estrutural* e *Facticidade e validade*, pode-se dizer que se passou de intuições democrático-socialistas para intuições radicalmente democráticas, se considerada a centralidade posteriormente conferida aos princípios de autodeterminação e autorrealização.

A luz da trajetória do conceito de esfera pública, denota-se a permanência da tese segundo a qual a evolução que marcou a sociedade burguesa europeia desde a revolução francesa, desencadeou uma tensão estrutural, no plano político e societário, entre esfera privada e esfera pública. Assim, há uma conexão interna direta entre *Mudança estrutural da esfera pública* (1978a [orig. 1961]), *Problemas de legitimação no capitalismo tardio* (1978b [orig. 1973]), *Teoria do agir comunicativo* (1987 [orig. 1981]), *Facticidade e validade* (2003 e 2010 [orig. 1992]) e *A inclusão do outro* (2007 [orig. 1996]). Em sentido amplo, essa conexão existe porque, em seu pano de fundo, Habermas manteve a preocupação com a associação histórica entre capitalismo e democracia.

Há, nesse sentido, um *crescendum* nessa trajetória: à análise da evolução do capitalismo somou-se a análise do Estado-nação, da ordem política e da integração social sob os efeitos tardios da globalização. A rigor, pode-se dizer que Habermas refundou teoricamente e ampliou tematicamente o diagnóstico e a intuição da *Mudança estrutural da esfera pública*: entre 1962 e 1992, a mudança da esfera pública foi decorrente, primeiro, da crescente e contínua racionalização da administração estatal e do mercado; segundo, de uma

democratização cultural da democracia, que está na origem de novas expectativas de participação nos processos decisórios; terceiro, foi decorrente da intensificação das contradições existentes no interior da relação histórica entre democracia e capitalismo; e quarto, se deve à pluralização sociocultural da sociedade decorrente da globalização.

Apesar da refundação teórica e da ampliação temática que marcam essa trajetória, a separação entre esfera privada e esfera pública característica da associação histórica entre capitalismo e democracia, permanece a fonte de crise. A desigualdade estrutural do capitalismo, que tem um fundamento privado, impede a realização da igualdade fundamental invocada na autocompreensão democrática. A seguinte afirmação d'*A constelação pós-nacional* (2001a, p. 100) é particularmente elucidativa dos problemas de legitimação que essa contradição traz para a esfera pública: “apenas o poder se deixa democratizar, o dinheiro não”.

Referências

- ADORNO, Theodor; HORKHEIMER, Max. **Dialética do Esclarecimento: Fragmentos Filosóficos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985.
- BANNWART JÚNIOR, C. J. Teoria crítica da sociedade e evolução social. In: NOBRE, M; REPA, L. (orgs.) **Habermas e a reconstrução**. São Paulo: Papirus, 2012, p. 43-64.
- HABER, Stéphane. **Habermas et la sociologie**. Paris: PUF, 1998.
- HABERMAS, Jürgen. **A constelação pós-nacional. Ensaios políticos**. São Paulo: Litera Mundi, 2001a.
- _____. **A inclusão do outro. Estudos de teoria política**. São Paulo: Edições Loyola, 2007.
- _____. **Direito e democracia: entre facticidade e validade**. v. 01, Rio de Janeiro: Edições Tempo Brasileiro, 2010.
- _____. **Direito e democracia: entre facticidade e validade**. v. 02, Rio de Janeiro: Edições Tempo Brasileiro, 2003.
- _____. Explications du concept d'activité communicationnelle. In : **Logique des Sciences Sociales et autres essais**. Paris : PUF, 2005a, p. 413-446.
- _____. **La constitution de l'Europe**. Paris: Éditions Gallimard, 2012.
- _____. **L'espace public. Archéologie de la publicité comme dimension constitutive de la société bourgeoise**. Paris: Payot, 1978b.
- _____. Logique des sciences sociales. In : **Logique des Sciences Sociales et autres essais**. Paris : PUF, 2005b, p. 03-238.

- _____. **Raison et légitimité. Problème de légitimation dans le capitalisme avancé.** Paris: Payot, 1978a.
- _____. Théories relatives à la vérité. In : **Logique des Sciences Sociales et autres essais.** Paris : PUF, 2005c, p. 275-328.
- _____. **Teoría de la acción comunicativa: complementos e estudios prévios.** Madrid: Ediciones Catedra, 1997.
- _____. **Théorie de l'agir communicationnel.** 2 vols, Paris: Fayard, 1987.
- _____. **Zeit der Übergänge.** Frankfurt am Main: Surkhamp Verlag, 2001b.
- McCARTHY, T. **The Critical Theory of Jürgen Habermas.** Cambridge, UK: Polity Press, 1978.
- _____. Rationality and Relativism: Habermas' "overcoming" of Hermeneutics. In: HELD, D; THOMPSON, J.B. (ed.) **Habermas: Critical Debates.** London: Macmillan Press, 1982.
- NOBRE, Marcos; REPA, Luiz. (2012). Introdução - reconstruindo Habermas: etapas e sentido de um percurso. In: NOBRE, M.; REPA, L. (orgs.) **Habermas e a reconstrução.** São Paulo: Papyrus Editora, p. 13-42.
- PEDERSEN, Jorgen. Habermas' Method: Rational Reconstruction. **Philosophy of Social Sciences**, v. 38, 2008, p. 457-485.
- _____. Habermas and the Political Sciences: The Telationship Between Theory and Practice. **Philosophy of the Social Sciences**, v. 39, 2009, p. 381-407.
- POWER, Michael. Habermas and Transcendental Arguments. A Reappraisal. **Philosophy of the Social Sciences**, 23, 1993, p. 26-49.
- REPA, Luiz. Reconstrução da história da teoria: observações sobre um procedimento da teoria da ação comunicativa. In: NOBRE, M; REPA, L. (orgs.) **Habermas e a reconstrução.** São Paulo: Papyrus, 2012, p. 43-64.
- SILVA, Felipe G.; MELO, Rúrion. Crítica e reconstrução em *direito e democracia*. In: NOBRE, M; REPA, L. (orgs.) **Habermas e a reconstrução.** São Paulo: Papyrus, 2012, pp. 135-168.
- WIGGERHAUS, Rolf. **La Escuela de Fráncfort.** Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica & Universidad Autónoma Metropolitana, 2011.

Habermas and the Public Sphere: Notes on the Course of a Concept

ABSTRACT

In this article, I reconstruct the course of Jürgen Habermas' concept of public sphere. My reconstruction focuses roughly, though not exclusively, on five books and outlines internal connections among them and with the concept of public sphere. These books are the following: "The Structural Transformation of the Public Sphere" (1962); "Legitimation Crisis" (1973); "Theory of Communicative Action" (1981); "Facts and Norms" (1992); and "The Inclusion of the Other" (1996). The public sphere concept is taken as a linkage between each of these books. My primary argument is that there is an internal coherence between the sociological-historical thesis of the structural transformation of the

public sphere, the early 1970s diagnostic of the legitimation crisis, the colonization of the lifeworld thesis, the tension between facts and norms in democratic society, and the challenges posed to democracy by globalization. Such coherence is characterized by a change of orientation in the addressing of the historical connection between capitalism and democracy: in 1962 and 1973 Habermas emphasizes the problems of social integration and of legitimation stemming from the evolution of capitalism, while from the 1980s onwards, he turns his attention to ways of overcoming the limits which such evolution poses to the realization of democracy.

Keywords: Habermas, Jürgen; Public Sphere; Communicative Action; Deliberative Democracy.



O capitalismo agroindustrial e as frentes de luta e resistência do campesinato brasileiro: o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)

André Michelato-Ghizelini¹

RESUMO

O capitalismo agroindustrial tem produzido uma realidade do campo que tem estabelecido condições de vida para o campesinato brasileiro de precarização e exploração pela determinação do que produzir, em que condições produzir, a quantidade e qualidade da produção, para quem comercializar e a que preço vender. No entanto, em fins de 2003, surge o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) que permitiu ao campesinato brasileiro visualizar uma outra realidade. Sem conseguir reverter ou estancar o processo de avanço do capitalismo agroindustrial, o PAA tem proporcionado ao campesinato estabelecer novas estratégias de resistência e luta com vistas a se colocarem enquanto atores do desenvolvimento brasileiro. Desta forma, neste artigo, discuto e apresento dados que demonstram a importância do PAA para o reestabelecimento do modo de vida do campesinato, e em que medida o programa conseguiu estabelecer novas pautas e espaços de resistência para a condição camponesa no Brasil.

Palavras-Chave: Campesinato, Sociologia Rural, Agricultura Familiar, PAA.

Recebido em 20/01/2016

Aceito para publicação em 27/09/2017

DOI: <https://doi.org/10.25067/s.v21i2.18462>

Introdução

A agricultura camponesa no Brasil tem se organizado historicamente com a perspectiva de construir estratégias de resistência ao projeto da agricultura capitalista, projeto este que pressupõe a concentração de terras, a alta exploração dos recursos naturais e da mão de obra, tendo como objetivo a industrialização do rural com vistas ao fortalecimento e reprodução de uma elite

¹ Doutor em Sociologia pela Universidade Federal do Paraná. Professor do departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal do Espírito Santo. E-mail para contato: andremichelato@gmail.com.

agrária e agroindustrial no país. Para tanto, as estratégias de resistência e luta tem sido construídas para resistir ao avanço desta elite agrária, alicerçadas num projeto agroecológico e camponês, articulado com uma aliança com organizações de trabalhadores urbanos, com princípios classistas, que pautando a produção de alimentos, pense e organize os trabalhadores para uma resistência ao capitalismo.

Dentre estas estratégias estão a luta pela terra, a democratização ao acesso das políticas públicas de crédito agrícola, resistência e luta para a adequação da legislação de comercialização e agroindustrialização aos padrões da agricultura de base familiar, a efetivação de políticas para a transição e consolidação da produção agroecológica, como também o fortalecimento de ações de compras institucionais, a exemplo do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).

Para tanto, a agricultura camponesa quando pautada pelo pacote tecnológico da modernização da agricultura, se tornaram reféns das relações impostas pelos complexos agroindustriais, interferindo não apenas na forma como se relacionam com estes, mas, fundamentalmente, interferindo nas estratégias de produção, de trabalho e de funcionamento das relações sociais, políticas e econômicas, assim como na própria dinâmica familiar.

A condição de vida da agricultura camponesa se sustenta e se reproduz a partir da condição de autonomia fundado num projeto de vida que consiga se relacionar econômica, social e politicamente, sem que isto adultere a relação modo de vida e trabalho, pois o campesinato não diferencia estas duas dimensões. Porém, a agricultura moderna irá decompor e ajustar a agricultura de base familiar a ter como centralidade o trabalho, desconectando a vida familiar, comunitária e social do mundo do trabalho. Camponês torna-se empregado, propriedade torna-se empresa.

Brandenburg (1999) chama a atenção para o que considera condição fundante para a reprodução do camponês: a autonomia e a liberdade. E, para tanto, este agricultor não deve ser apenas aquele que

(...) investe em inovações tecnológicas no sentido de substituir a base técnica visando obter maior produtividade na produção e maior eficiência na gestão administrativa da unidade familiar, mas o agricultor que se coloca na condição de autor de um projeto de vida e que ao lutar para construí-lo

combina racionalidade e subjetividade. Nessas condições, o agricultor familiar é, portanto, uma categoria moderna, cujo projeto, sem dúvida, inscreve-se como uma continuidade de uma condição camponesa.

Segundo Almeida (1999), o campesinato na sua busca por autonomia, no sistema capitalista, será uma busca incansável para resolver problemas vinculados a sobrevivência e a permanência no campo, seja pela descrença no sistema institucional ou como estratégia de defesa. O medo de se arriscar ou a necessidade de sair da condição camponesa e se tornar um empresário rural, ou seja, destituindo-se do seu modo de vida, tornam-se condições para que os camponeses se sintam “estranhos”, não reconhecidos, dentro do sistema capitalista fundado na monocultura.

Seja para assegurar o fortalecimento de canais de participação e autogestão, ou então como estratégia de defesa e autopreservação, a agricultura camponesa não pode prescindir da conquista de autonomia econômica, política e social, para que lhe garanta condições para sua reprodução social, sendo que na contemporaneidade a democratização e transformação dos instrumentos de comercialização são fundamentais e estratégicos para garantir certa autonomia para o campesinato. Com espaços de comercialização adaptados para a realidade camponesa, a produção se integra rapidamente, não sendo necessário grandes transformações, como poderá ser observado nos dados apresentados neste artigo.

Se a produção camponesa é condição para a interação e transformação entre homem e natureza, esta terá influências estruturais na relação com os mercados, pois o campesinato vivendo sob a “linha” frágil da sobrevivência, tem no tempo, na força de trabalho, nos recursos naturais e nos recursos financeiros, elementos para sua reprodução, não podendo arriscar-se em “aventuras” que possam findar sua condição e seu modo de vida camponês. Portanto, o campesinato é aquele que busca estruturar sua produção para a comercialização a partir de estratégias que sejam mais seguras, mesmo que estas sejam as mais precárias e que desestremem seu projeto de vida, desde que lhe permitam assegurar a reprodução social e seu “modo de vida”.

A relação entre o que produzir e para qual mercado comercializar, passa, cada vez mais, a fazer parte da agenda política da agricultura camponesa, pois mais do que a vontade, os desejos e as ideologias, a produção passa a ser estruturada e realizada a partir das relações mercantis, e que serão responsáveis

por garantir ou não o modo de vida camponês.

Portanto, os mecanismos de comercialização serão de relevância central para definir as formas de produção e das relações sociais e políticas na agricultura camponesa, ou seja, mais do que ser apenas a engrenagem para viabilizar o acesso monetário, será a comercialização que possibilitará a reprodução social do campesinato.

Assim, neste artigo o leitor irá encontrar uma reflexão sobre a relação entre o campesinato e os mecanismos de comercialização, em especial as compras institucionais, e em que medida esta dimensão da comercialização institucional contribui ou não para o processo de reprodução social do campesinato.

Os complexos agroindustriais e a produção camponesa: quais as possibilidades de luta

Os mecanismos de comercialização têm sido definidores dos processos produtivos a partir da modernização do rural. Dependente cada vez mais de estratégias de comercialização mais estáveis e reguladas por organizações governamentais, os agricultores de base familiar, de um modo geral, adaptam sua produção às possibilidades de comercialização disponíveis no mercado ou passíveis de serem construídas com certa garantia. Isto se dará, principalmente, na agricultura camponesa, onde a relação produção e “sobrevivência” é mais próxima e limítrofe da falência e perda do modo de vida e, conseqüentemente, do abandono da terra.

Vencedores ou perdedores neste campo de luta, os camponeses, no passado como atualmente, dele participam com o objetivo de ter acesso a atividades estáveis e rentáveis. É este objetivo que norteia suas estratégias econômicas e que se articulam em dois níveis complementares. Por um lado, o acesso a uma atividade mercantil. A historiografia é plena de exemplos que nos permitem afirmar que, desde o período colonial, os chamados “cultivadores pobres livres” sempre buscaram alternativas econômicas que os integrassem positivamente à economia local e regional, tanto o mercado interno de produtos alimentares, como também o de produtos

destinados à exportação, como o fizeram com a produção da mandioca, do tabaco e do algodão. E até hoje, sempre foi uma orientação comum e natural destes agricultores, a busca de produto ou produtos comercializáveis, que sejam o carro-chefe do sistema produtivo adotado.

Por outro lado, a esta atividade mercantil se soma o autoconsumo. É natural que, dispondo de meios de produção, mesmo que em condições precárias e insuficientes, o camponês procure, antes de mais nada, assegurar o consumo alimentar da família. Como indicam Maria Yeda Linhares e Francisco Carlos Teixeira da Silva, a economia de subsistência “*é a face oculta da economia e da sociedade coloniais*” (WANDERLEY, 1996).

Na agricultura camponesa não há como separar a relação produção-comercialização, pois o trabalho, o autoconsumo, o acesso aos bens de consumo, o manejo da propriedade e a comercialização estão articulados de forma a manter ou desestruturar o seu modo de vida. A produção não é apenas um negócio, e o negócio não é o foco central da propriedade.

Se há cálculo da distribuição alternativa do tempo dos membros da unidade doméstica a ser despendido com a agricultura e o negócio, há também um cálculo para saber quando os recursos em dinheiro devem passar da agricultura para o negócio, ou do negócio para a agricultura, assim como cada uma destas atividades pode servir alternadamente ou conjuntamente para proporcionar o necessário à subsistência doméstica. Não constituem, portanto, atividades estanques, e o negócio não é algo externo à própria atividade agrícola. Assim, o dinheiro com que se compra sementes e adubo, com que se paga o trabalhador alugado, frequentemente provém do negócio. Do mesmo modo, a renda obtida com a venda dos produtos do roçado e/ou sítio não necessita esperar o ciclo agrícola seguinte para ser reaplicada, mas pode ser transferida para o negócio. Note-se também que se o negócio proporciona uma renda suficiente para fazer face ao consumo doméstico, a venda dos produtos do sítio e do roçado pode

ser aliada para o momento em que se julga dar o melhor preço, aumentando-se a renda líquida com a agricultura (GARCIA, 1990, p. 105).

No entanto, até fins da década de 80, a comercialização era vista como algo externo a centralidade da agricultura que seria a produção, pois a comercialização ou seria resolvida pelo Estado, como seria o caso das commodities, ou seria algo secundário, no caso da agricultura camponesa, pois o central seria garantir a segurança alimentar das famílias, e só depois viabilizar a comercialização.

Para os defensores dos projetos alternativos de agricultura (agricultura camponesa, agricultura ecológica e orgânica), a comercialização não era vista como um fator decisivo para a mudança da dinâmica da produção. Este projeto tinha como pressuposto que os agricultores mobilizados e sensibilizados para uma produção sustentável de alimentos - agroecológica e solidária, já possuiriam as condições necessárias para garantir a própria mudança da realidade do campesinato brasileiro². Desta forma, a comercialização era vista como uma condição secundária, uma consequência, e não necessária para garantir a reprodução social do campesinato, pelo contrário, tinham como perspectiva que os processos de comercialização iriam “infectar” a lógica camponesa de forma a desestruturá-la, correndo o risco de expulsar os camponeses do campo ou transforma-los em empresários rurais – agricultura familiar.

No entanto, em fins da década de 90 (sec. XX) movimentos sociais, organizações não governamentais, pesquisadores/as e órgãos de extensão rural passaram a investigar e a problematizar onde estariam os gargalos da agricultura de base familiar, e as conclusões apontam para as dificuldades de se inserirem sua produção no mercado consumidor de forma a garantir melhor valor para a produção e, conseqüentemente, melhorar a renda, possibilitando melhoria na qualidade de vida e investimento na propriedade e na produção (UENO et all,

² Em fins da década de 80 e durante a década de 90, do século XX, organizações não governamentais e movimentos sociais estruturaram propostas de comercialização para a agricultura camponesa, como feiras, pontos fixos, cooperativas de consumo, entre outros, no entanto estas experiências estavam fundadas no pressuposto de que os agricultores deveriam comercializar o excedente da produção, pois o foco da produção seria o autoconsumo familiar. Estas propostas vinham de encontro ao debate sobre a segurança alimentar, que tinham como perspectiva retirar da pauta da agricultura de base familiar a produção de *commodities* e a integração agroindustrial, com o objetivo em retomar a produção de alimentos como fator preponderante, mas ainda atrelada a uma visão tradicional do “campesinato artesão”.

2016).

Os mercados têm cada vez mais exigido certas condições de quem produz, e os camponeses têm apresentado significativa dificuldade em estruturar e responder a estas demandas, seja em função da baixa capacidade de investimento, pela baixa utilização de tecnologias, pelo risco e a instabilidade que estas novas formas de mercado exigem, como também o alto custo do transporte, a pressão por uma produção em escala, o acesso a conhecimento e tecnologia, a capacidade de assumir riscos, a proximidade de centros consumidores e a pressão dos atravessadores e atacadistas são fatores que influenciam diretamente para que o campesinato participe ou não dos mercados (MICHELATO-GHIZELINI, 2010; PEREZ-CASSARINO, 2013).

Num contexto de forte pressão por parte dos complexos agroindustriais sob a agricultura brasileira, atuando com a perspectiva de concentrar e centralizar o beneficiamento e distribuição dos alimentos, seja para o mercado interno ou para o mercado externo, os complexos agroindustriais tem atuado de forma a estabelecer e formatar a política de desenvolvimento brasileira, seja no que se refere ao crédito, a política fundiária, ao fomento em infraestrutura etc. Vale destacar que os complexos agroindustriais não atuam apenas no processamento do alimento, mas atuam desde a comercialização de insumos, passando pelo crédito, tecnologias, processamento, logística, distribuição e comercialização (ERTHAL, 2006).

Este contexto tem pressionado os camponeses a produzirem alimentos que já possuem complexos agroindustriais organizados em suas regiões, no entanto, estes produtos agregam pouco valor a produção, exige especialização das formas de produção e têm no comprador o controle do estabelecimento de preços e quantidades. Este mercado é controlado e dominado por atravessadores, empresas, indústrias, grandes cooperativas e supermercados, que veem no agricultor um mero produtor de matéria prima para sistema mercantil (MICHELATO-GHIZELINI, 2003).

A integração aos mecanismos de comercialização de baixa autonomia (complexos agroindustriais), precarizaram o trabalho e a vida familiar dos camponeses de forma a desestruturar e desorganizar a produção para o autoconsumo, pois o tempo despendido para estas atividades acabam sendo excessivamente alto, tendo o tempo da família direcionado na sua totalidade para a produção de produtos a serem destinados para os complexos agroindustriais. Esta dinâmica leva os camponeses a dependerem cada vez mais deste sistema, não lhe restando outra saída a não ser reforçar cada vez mais a

própria precarização e relação de dependência.

Vale ressaltar que esta lógica de produção e comercialização na agricultura camponesa, foi e tem sido mediada e estimulada pelo Estado, pois seja através do financiamento público (crédito), do investimento em infraestrutura (de transporte, abastecimento, órgãos de controle, entre outros), no estímulo à pesquisa e assistência técnica, assim como o investimento e fomento público à agroindustrialização de grande porte, terá a “mão” do Estado como indutor deste modelo de rural que se caracteriza pela agricultura especializada em detrimento das lógicas de mercado local e diversificados de circuitos curtos (ERTHAL, 2006).

Assim, a produção de alimentos organizada pela agricultura camponesa perde espaço nos mercados locais e regionais, seja em função do alto custo de produção e transporte, em função da baixa escala e baixo investimento governamental, ou mesmo em função da baixa capacidade de divulgar e mediatizar seus produtos. Desta forma, cria-se um círculo vicioso, donde os agricultores na ausência de mercados mais sustentáveis e que possibilite maior controle e transparência, inserem-se em mercados que lhes possibilitem acessar renda monetária para dar condições mínimas de sobrevivência e reprodução social (PEREZ-CASSARINO, 2013). Neste contexto, o Programa de Aquisição de Alimentos surge com o objetivo de proporcionar condições para a reintegração e o fortalecimento da produção de alimentos e das estratégias de comercialização local por parte do campesinato brasileiro, permitindo que haja condições para a estruturação de uma produção diversificada de alimentos (MICHELATO-GHIZELINI, 2010).

Num contexto de pressão pela retirada das condições de reprodução do campesinato, o Programa de Aquisição de Alimentos, aliado ao crédito agrícola e a luta pela terra, se colocam enquanto condição para a resistência camponesa ao processo de avanço do capitalismo sobre este modo de vida. No entanto, outras formas de luta tem se colocado como necessárias para ampliar e garantir as condições de reprodução do campesinato, como políticas públicas para investimentos de grande alcance para o fomento e consolidação da agroecologia, a construção e subsídio de equipamentos de agroindustrialização e armazenamento, assistência técnica, pesquisa para tecnologias adaptadas para a pequena propriedade (insumos e equipamentos), como também educação superior pública em modo de alternância para os filhos e filhas das famílias camponesas e, como questão estratégica, investimento e legislação que garanta o fomento e a construção de mecanismos e espaços de comercialização fundados

nos circuitos curtos.

Tais estratégias são fundamentais não só para garantir a reprodução social do campesinato brasileiro enquanto um modo de vida, mas como responsáveis por 70% da produção de alimentos no país, é fundamental que a defesa pelo campesinato seja uma questão central para a garantia da soberania e segurança alimentar da população brasileira.

O PAA e a Condição Camponesa: possibilidades de resistência e luta

As compras institucionais da agricultura familiar e camponesa, iniciadas pelo Programa de Aquisição de Alimentos em fins de 2003, inauguraram novas agendas e processos para o campesinato brasileiro, seja referente a intervenção do Estado na produção e comercialização camponesa, mas fundamentalmente na importância do papel do Estado, da organização social do campesinato e da necessidade de construir uma efetiva aliança entre trabalhadores urbanos e do campo.

Será então com o PAA que o movimento camponês avança significativamente para o debate e a construção de espaços de diálogo e comercialização direta com a população urbana, de forma a retirar a invisibilidade da agricultura de base familiar e se colocar politicamente enquanto um segmento central para a produção de alimentos no território nacional. Portanto, mais do que avaliar se o PAA tem contribuído ou não para o aumento da renda das famílias dos agricultores, é de significativa importância compreender em que medida o Programa tem interferido, positiva ou negativamente, na reordenação da produção e no projeto de vida camponês, mas também nas relações políticas e econômicas dos agricultores.

A agricultura camponesa, além da invisibilidade social histórica, ainda tem que resistir e lutar para que seja possível conquistar as condições para sua reprodução social. A linha entre a sua existência enquanto camponeses e a perda desta condição de vida, ou seja, assumir o êxodo rural como única saída, paira sobre uma linha muito tênue, pois as condições econômicas, políticas e ambientais podem retirar todas as condições para sua sobrevivência de uma hora para outra, ou de uma lavoura para outra.

O PAA tem demonstrado grande capacidade para reverter processos de perda da condição camponesa, proporcionando bases para a diversificação da produção, amplificando os mecanismos de comercialização e aproximando camponeses dos trabalhadores urbanos (MICHELATO-GHIZELINI, 2010).

TABELA 1 - PRODUÇÃO DESTINADA PARA A COMERCIALIZAÇÃO PELOS CAMPONESES, ANTES DO PAA/2003, E APÓS 5 ANOS DE PARTICIPAÇÃO NO PAA/2008

	ANTES DO PAA (2003)		APÓS 5 ANOS (2008)	
	% de Agricultores	Nº Agricultores	% de Agricultores	Nº Agricultores
Amendoim	02	04	27	60
Batata doce	01	02	37	82
Bicho da Seda	03	07	00	00
Derivados de Leite	00	00	06	13
Feijão	30	67	21	47
Frutas	00	00	25	56
Fubá	00	00	01	02
Geleias e Doces	00	00	06	13
Hortaliças	02	04	44	98
Legumes	01	02	30	67
Leite	05	11	17	38
Mandioca	02	04	37	82
Mel	01	02	05	11
Milho Seco	23	51	00	00
Milho Verde	00	00	27	60
Ovos	01	02	30	67
Panifícios	02	04	17	38
Pequenos Animais	07	16	02	04
Soja	07	16	03	07
Sucos	00	00	05	11
Não Comercializava	09	20	00	00

Fonte: MICHELATO-GHIZELINI, 2010.

Na tabela 1 foi perguntado aos camponeses, participantes da pesquisa em questão, qual era sua produção destinada para comercialização antes de participar no PAA, e qual seria essa produção destinada a comercialização 5 anos após a primeira participação no PAA. Como pode ser observado na tabela acima, a partir do PAA, produtos que anteriormente não eram comercializados ou eram comercializados com uma baixa representatividade, passaram a fazer parte da pauta de produtos “comercializáveis” pela grande maioria dos agricultores da amostra. Produtos como hortaliças, legumes, mandioca, milho verde, ovos e batata doce passaram a ser produzidos pelos agricultores com foco na comercialização, numa dimensão significativamente superior à realidade anterior ao PAA. Portanto, a partir da tabela fica explícito que com a participação no PAA houve uma reorganização significativa da produção destinada para a comercialização, onde os camponeses passaram a restabelecer relações de produção que “resgata” uma dinâmica produtiva pautada pela

diversidade e pela produção de alimentos que são passíveis de serem comercializados através de mecanismos de circuitos curtos.

Assim, o PAA, mais do que um instrumento de comercialização institucional, traz consigo a possibilidade de promover e fortalecer processos organizativos e produtivos que permitam garantir o fortalecimento da condição camponesa, pautada pela diversificação e por maior a autonomia da agricultura de base familiar numa perspectiva de garantir certo auto gerenciamento da produção e da renda, como também tem possibilitado agregar maior valor a produção e diversificar os mecanismos de comercialização.

Ao analisar o impacto do PAA é possível afirmar que a produção de alimentos diversificada é aumentada na medida em que passa a ser considerada a principal fonte de renda das famílias, invertendo a relação estabelecida pelos agricultores com a agricultura moderna e, conseqüentemente, para sua condição enquanto camponês. Ou seja, a partir do PAA, os agricultores passam a imprimir menos intensidade - de tempo, mão de obra, capital, terra - para a produção de uma agricultura voltada para os complexos agroindustriais, e passam a investir mais em uma agricultura produtora de alimentos destinada para mercados locais e regionais, ampliando a autonomia no que se refere à segurança alimentar da família, com maior valor agregado para a produção e amplificando a pauta de alimentos de melhor qualidade (frescos) disponíveis para as comunidades urbanas no seu entorno.

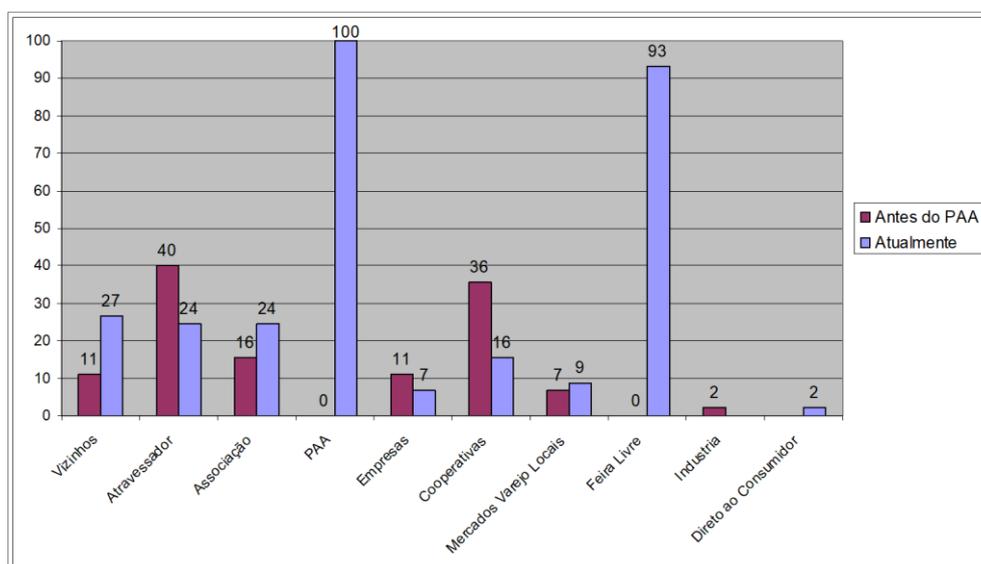
No entanto, o PAA não pode ser um Programa em que tenha a perspectiva de ser a única saída para a agricultura de base familiar, sendo necessário a organização e fortalecimento de novos mercados para, primeiro, não criar dependência, segundo, possibilitar sustentação e autonomia para o campesinato e, terceiro, fortalecer as relações de organização entre os camponeses e camponeses e população urbana.

Não só a diversificação da produção, mas a diversificação dos mecanismos de comercialização, a partir do PAA, apontam para uma mudança significativa das estratégias e organização dos camponeses com relação ao mercado, como pode ser observado no gráfico 1.

Portanto, o PAA aliado a organização coletiva dos camponeses tem proporcionado a construção de estratégias de produção, comercialização e consumo que se organizam enquanto resistência ao mercado organizado e controlado pelo capitalismo agroindustrial, e que tem possibilitado outras formas de estabelecer relações sociais, políticas e, principalmente, econômicas

entre agricultores e população urbana. Observa-se que a agricultura de base familiar quando integrados ao mercado capitalista agroindustrial, utilizam-se de instrumentos “tradicionais” de comercialização, como por exemplo atravessadores, empresas atacadistas, empresas agroindustriais e empresas agroexportadoras, que lhes colocam numa situação de pouca ou quase nenhuma autonomia, seja referente a pauta do que produzir ou aos preços praticados. Michelato-Ghizelini (2010) identificou que, a partir do PAA, passa a existir uma redução na utilização destes mecanismos de comercialização pelos camponeses, como pode ser verificado no gráfico, onde o acesso aos atravessadores passou de 40% para 24% de camponeses acessando-os, das cooperativas de 36% para 16% e nas empresas (atacadistas e agroindustriais) de 11% para 7%.

Gráfico 1 - Porcentagem de Agricultores e os Locais de Comercialização da Produção, antes do PAA e 05 anos após participar a primeira vez no PAA.



Fonte: MICHELATO-GHIZELINI, 2010.

Estes dados demonstram, como já foi afirmado, que os camponeses avaliam como “dispensáveis” estes mecanismos de comercialização, ditos “tradicionais” do mercado capitalista, quando tem possibilidades outras de mecanismos mais próximos da lógica produtiva camponesa.

Os atravessadores, empresas e indústrias “impõem” mudanças na lógica de produção das famílias, reduzindo-os a função de operadores do sistema produtivo, pois estes se veem “obrigados” a produzir tipos de produtos que não

fazem parte da pauta de produtos tradicionalmente produzidos pelo campesinato, como é o caso do fumo, soja, carvão, bicho da seda, banana, café, pimenta do reino, assim como o milho, mandioca e o feijão em escala de monocultura. Da mesma forma, estabelecem relações sociais, econômicas e políticas que avançam com a desintegração das formas organizativas dos camponeses, pois passam a ser integrados a uma lógica individual e, essencialmente, monetária.

Outra contingência importante a ser destacada é que anteriormente ao PAA, os camponeses apresentavam um alto nível de especialização, com foco em alguns produtos, como é o caso de 67% dos agricultores que produziam o feijão para ser comercializado, 51% produzindo milho, 16% produzindo soja (MICHELATO-GHIZELINI, 2010).

Estes dados provenientes da intervenção do PAA na realidade da agricultura de base familiar, apontam para uma realidade nova que demonstra que há condições para resistência ao processo de precarização e pressão da agricultura camponesa pelo capitalismo agroindustrial, não de reversão, mas de manter experiências e espaços que demonstrem a viabilidade do campesinato mesmo diante de um capitalismo tão intensamente agroindustrializador. E diante disto, o PAA foi e tem sido peça importante para desconstruir a concepção de que a agricultura camponesa não tem e não terá condições de se adaptar ao capitalismo agrário de “sucesso” e que realiza o verdadeiro desenvolvimento.

Conclusões Finais

Diferentemente do que o senso comum estabelece, a agricultura camponesa “não produz” nos padrões modernos de agricultura, não porque não tem capacidade ou conhecimento técnico, mas em função de mercados estabelecidos a partir de padrões de produção que não são adaptados à sua lógica de produção e vida. Seja pela baixa capacidade de investimento ou por regras de mercado que não dão conta dos custos de produção da pequena agricultura, o campesinato passa a ser altamente explorado na sua mão de obra, nos recursos naturais (terra, água, etc), na renda e nas condições de trabalho, intensificando o processo de transferir as gerações futuras para a cidade como meio de melhoria das condições de vida, deixando para trás a terra que será anexada a médias e grandes propriedades.

Portanto, o campesinato, mesmo com precários apoios e investimentos

governamentais, tem conseguido resistir ao processo de acirramento que o capitalismo agroindustrial tem incidido sobre a sua forma de fazer e organizar a agricultura e a vida. Em fins de 2003 o Programa de Aquisição de Alimentos surge, não como uma política que consiga retirar as agruras do campesinato brasileiro, com o objetivo de legitimar o Estado para compras de alimentos do campesinato, o que além de estimular e retirar uma parcela das famílias camponesas da integração agroindustrial, tem, principalmente, possibilitado avançar nos formas de resistência e luta do campesinato, sejam em ações práticas na diversificação da produção e mecanismos de comercialização, mas fundamentalmente na construção de uma agenda de lutas e resistência que coloquem o campesinato brasileiro enquanto atores da disputa política.

Referências

- ALMEIDA, J. **A construção social de uma nova agricultura**: tecnologia agrícola e movimentos sociais no sul do Brasil. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 1999.
- BRANDENBURG, A. **Agricultura familiar**: ONGs e desenvolvimento sustentável. Curitiba: Ed. UFPR, 1999.
- ERTHAL, R. **Os complexos agroindustriais no Brasil**: seu papel na economia e na organização do espaço. Disponível em: <<http://www.feth.ggf.br/complexos.htm>>. Acesso em: 10 dezembro de 2014.
- GARCIA, A. R. **O Sul**: caminho do roçado – estratégias de reprodução camponesa e transformação social. São Paulo: Editora Marco Zero, 1990.
- MICHELATO-GHIZELINI, André A. Atores sociais, agricultura familiar camponesa e o espaço local: uma análise a partir do programa de aquisição de alimentos. 2010. 267 f. **Tese** (Doutorado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2010.
- _____. **ONGs, Agroecologia e Agricultura Familiar: a construção de uma metodologia de assessoria (o caso da AGAECO)**. 2003. **Dissertação** (Mestrado em Sociologia das Organizações) - Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2003.
- PEREZ-CASSARINO, J. **A construção social de mecanismos alternativos de mercados no âmbito da Rede Ecovida de Agroecologia / Julian Perez Cassarino – Curitiba, 2012. Tese** (Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento) – Universidade Federal do Paraná.
- PLOEG, J. D. **Camponeses e impérios alimentares**: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008.
- UENO et all, **Estratégias de Comercialização da Agricultura Familiar: estudos de caso em assentamentos rurais do Estado de São Paulo**. n: SIMPÓSIO SOBRE REFORMA AGRÁRIA E QUESTÕES RURAIS, 7., 2016, Araraquara. 30 anos de assentamentos na Nova República: qual agricultura e qual sociedade queremos? anais. Araraquara: UNIARA, 2016. 14 p. Disponível em:

<<https://www.embrapa.br/web/mobile/publicacoes/-/publicacao/1065665/estrategias-de-comercializacao-da-agricultura-familiar-estudos-de-caso-em-assentamentos-rurais-do-estado-de-sao-paulo>> Acessado em 25/11/2017.

WANDERLEY, M. de N. B. Raízes históricas do campesinato brasileiro. In: **XX Encontro anual da ANPOCS**. Processos Agrários. *Anais*. Caxambu, MG. Outubro, 1996.

Agroindustrial capitalism and the fronts of struggle and resistance of the Brazilian peasantry: the Food Acquisition Program (PAA)

ABSTRACT

Agroindustrial capitalism has established living conditions for the Brazilian peasantry based on precariousness and exploitation by determining what to produce, in what conditions to produce, the quantity and quality of production, to whom to market and at what price to sell. However, at the end of 2003, the Food Acquisition Program (PAA) emerged, which allowed the Brazilian peasantry to visualize a different social reality. Without being able to reverse or halt the process of advancement of agroindustrial capitalism, the PAA has provided the peasantry with new strategies of resistance and struggle in order to make them actors of the Brazilian development. Thus, in this article, I discuss and present data that demonstrate the importance of the PAA for the reestablishing of the ways of life of the peasantry, and to what extent the program was able to establish new guidelines and spaces of resistance for the peasant condition in Brazil.

Keywords: Peasantry, rural sociology, family agriculture, PAA.



Sobre resistências populares e imprevistos: a trajetória de Edward Thompson e sua crítica ao marxismo estruturalista

Cessimar de Campos Formagio¹

RESUMO

Este artigo apresenta a trajetória intelectual e militante de Edward Thompson e analisa a crítica do autor ao estruturalismo marxista. Em sua proposta teórica e política, construída no interior dos debates marxistas, Thompson contrapõe-se a perspectivas analíticas que secundarizam – ou mesmo ocultam – as mediações culturais em que são construídas as resistências populares. Nas críticas que Thompson direciona a Althusser, presentes no livro *A Miséria da Teoria*, é possível compreender as razões de sua crítica, assim como as repercussões do debate, que envolve não somente os dois autores, mas remete a conflitos e embates presentes nas esquerdas ontem e hoje. Uma análise da trajetória de Thompson e de seus argumentos são trazidos para reflexão.

Palavras-Chave: resistências, estruturalismo, experiências sociais, esquerdas.

Recebido em 26/02/2016

Aceito para publicação em 27/06/2017

DOI: <https://doi.org/10.25067/s.v21i2.15106>

Introdução

A trajetória de Thompson: militância e comunismo marginal

Edward Palmer Thompson nasceu em 1924 em Oxford, cursou História na universidade de Cambridge e atuou no grupo de Historiadores do Partido Comunista da Grã-Bretanha, ao qual o autor foi filiado por 14 anos. A atuação de Thompson como professor não se deu, inicialmente, como professor acadêmico: dos 22 aos 41 anos, ele lecionou num curso de extensão (convênio entre uma associação de trabalhadores e a universidade de Warwick, no norte da Inglaterra) para jovens e adultos no período noturno. A experiência como professor de grupos de trabalhadores e a militância catalisaram a produção do

¹ Graduação em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Campinas (2004), mestrado em Sociologia pela Universidade Federal de São Carlos (2013) e doutoranda no PPGS-UFSCar (2015). E-mail para contato: cessiuba@yahoo.com.br.

livro que o tornou mais conhecido: *A formação da classe operária inglesa*, de 1963. Nesta obra, Thompson constrói uma interpretação da história centralizando as resistências dos trabalhadores ingleses nos séculos XVII e XVIII, e já aponta o debate com as vertentes estruturalistas do marxismo, algo que estará presente de forma cada vez mais intensa no decorrer de sua militância e de seus textos. Edgar Deddeca (1995), que se dedicou por muito tempo à obra de Thompson, destaca que *A formação da classe operária* nasce com dois objetivos claros: propor uma interpretação alternativa da organização dos trabalhadores e iniciar um debate dentro da esquerda:

O alvo da obra de Thompson era muito preciso: em primeiro lugar oferecer uma alternativa de interpretação sobre a formação da classe operária inglesa, que tinha recebido de Engels o primeiro tratamento histórico. Em segundo, abrir um debate entre as velhas e novas esquerdas, no que dizia respeito à teoria marxista, muito abalada em seu prestígio intelectual devido aos resultados do stalinismo (Deddeca, 1995: 4)

Quando Thompson escreve este livro, já havia se dado intenso debate sobre o autoritarismo e burocratização dos partidos comunistas e do governo russo. A ruptura de Thompson e outros militantes com o partido ocorre em 1956, na explosão das críticas ao governo comunista russo e de acontecimentos históricos² (invasão da Hungria, discurso de Khrushchev) que suscitam reflexões profundas sob o caráter da militância nos partidos comunistas. Estes questionamentos induzem um debate caloroso dentro do marxismo:

Para termos uma ideia da importância da crise do comunismo, que também convive com a invasão da Hungria pelas tropas soviéticas, podemos dizer que na Europa a intelectualidade da esquerda comunista tomou 2 posições importantes: de um lado ficaram aqueles que decidiram dar um crédito de confiança e permanecer nos partidos comunistas ocidentais, como foi o caso de Sartre, na França, e Eric Hobsbawm, na Inglaterra. Outros optaram por uma posição de esquerda independente dos PCs, como fizeram Claude Lefórt,

² Em 1956, há o discurso de Khrushchev no XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética, com a divulgação de um relatório sobre o período de Stalin. Este contexto é agravado pela invasão soviética da Hungria, e como repercussão, vários filiados abandonam o Partido Comunista Britânico, inclusive muitos historiadores, entre eles Thompson.

Castoriadis, Merleau-Ponty na França e Thompson na Inglaterra (Deddeca, 1995:2)

Quando Thompson se aproxima o olhar ao cotidiano popular para analisar como grupos de trabalhadores elaboram, através de seus recursos morais, culturais e afetivos, respostas (conivência e negação) à subordinação e restrição de suas vidas, ele faz oposição a um modo de explicação histórico que traz os sujeitos sempre como reféns da lógica dominante e que, por essa deficiência, precisariam de um guia político que lhes ensinasse a romper com as dominações que lhes envolvem. A oposição é, no plano teórico, aos marxistas estruturalistas e, no plano político, aos militantes partidários que defendem o partido como vanguarda operária. Eis que a crítica não é pequena e irrelevante, e por isso seu impacto é explosivo e rende muitas objeções e resistências dentro do marxismo, as quais se manifestam, inclusive, através do silenciamento em relação às profundas críticas de Thompson. Tal silêncio se expressa também no Brasil, onde sua obra só foi tardiamente publicada e não foi tão debatida nos meios acadêmicos e de militância³.

O livro *A miséria da teoria* foi escrito em 1978 e traz o debate com Althusser sobre os contextos culturais em que se elaboram as resistências de classe. Para Thompson, perspectivas estruturalistas como as de Althusser desconsideram as experiências e escolhas populares que se fazem no cotidiano, ao toma-las recorrentemente como expressões da “falsa consciência”. As críticas e reflexões trazidas nas linhas dessa obra têm como alvo não somente a obra de Althusser e seus próximos, mas um modo de produção de teoria e de prática política ainda hoje muito presente nas esquerdas, o que indica a importância atual de analisar as posições de Thompson. É o que tentamos frisar durante este trabalho.

A rejeição em distanciar teoria, observação empírica e prática política parece ter nutrido em Thompson suas críticas tanto ao partido comunista inglês como aos grandes esquemas analíticos acadêmicos. A ruptura de Thompson com o partido se deu no início dessa permanente e crescente crítica, que não aparece somente em 1968 em *A formação*, mas já está presente quando Thompson, junto com John Saville, historiador também filiado ao partido, edita,

³ Edgar Deddeca (1995) conta que *A formação da classe operária e Senhores e Caçadores ficaram* “guardados nas gavetas da Editora Paz e Terra e ninguém mais acreditava em sua publicação”, a publicação dessas obras somente ocorreu em 1987, quando Deddeca acordou com a editora a publicação. dos livros. Moraes e Muller, que também se dedicam às análises de Thompson, afirmam que havia expectativa de debate em torno da “Miséria da Teoria”, mas, “o impacto no meio acadêmico não aconteceu”

no início da década de 1950, a revista *Reasoner*, com análises que destoam do pensamento hegemônico do partido. A revista levou à expulsão de Thompson e Saville, que já estavam em processo de saída. Os dois editam, então, outra revista, a *New Reasoner*, que prossegue com as críticas à política burocratizada do partido.

As críticas ao marxismo estruturalista permeiam comumente as discussões de grupos de esquerdas e se desenham, em cada local, conforme as especificidades dos grupos que estão discutindo. Na Inglaterra, houve o fortalecimento do agrupamento que se chamou *Nova Esquerda* e que resultou na construção da revista *New Left Review*⁴. Formada por autores como Stuart Hall, Raymond Williams, Thompson, Raphael Samuel, a revista trazia, naquele momento, análises sobre as mediações culturais que permeiam as resistências populares. A revista foi compreendida por Thompson como um modo de fortalecer a crítica aos modelos estruturais de análise, buscando outras alternativas. Certamente os debates dentro da revista se fizeram presentes na construção de *A miséria da teoria*, inclusive o acirrado debate que, depois de sete anos de existência da revista, se deu entre Thompson e Perry Anderson:

Será na New Left Review, em 1965, que Thompson travará um dos debates mais quentes dentro do marxismo inglês e europeu, criticando acidamente dois editores da revista, Perry Anderson e Tom Nairn, por seu marxismo teórico e abstrato, completamente afastado das tradições da cultura popular da Inglaterra (Deddeca, 1995:3)

Esse debate entre Perry Anderson e Thompson, que levou a saída do segundo do editorial da revista, se prolongou por vários anos, e se intensificou com a publicação de *A miséria da teoria* (1978). As afirmações contidas nesta obra tiveram impacto dentro da *New Left*, levando a diferentes posicionamentos entre os intelectuais ligados à revista⁵.

A defesa de um marxismo que reconheça as influências dos contextos culturais nas ações coletivas populares foi tomando uma dimensão crescente na trajetória intelectual e política de Thompson e se reflete em toda sua produção e militância. A partir de 1965, Thompson deixou de ministrar aulas no curso

⁴ A 1ª publicação é de 1960.

⁵ Maria Célia de Moraes e Ricardo Gaspar Muller (2005) mencionam um debate ocorrido em Oxford em 1979, um ano depois da publicação de *A miséria da teoria*. Neste debate, o texto de Thompson é alvo de avaliações e críticas, expressando uma divisão entre posições da Nova Esquerda.

noturno e assumiu cargo de pesquisador na universidade de Warwick por 6 anos, até deixar o cargo por discordâncias políticas. A partir de então, Thompson leciona esporadicamente nos Estados Unidos e Canadá e se dedica ao movimento pacifista e anti-nuclear. Segundo informações de amigos próximos⁶, como Hobsbawn e Dale Tomish (Deddeca, 1995), Thompson chegou à década de 1990 muito pobre e doente e escreveu, neste contexto, seus dois últimos livros: *Costumes em Comum* e o não traduzido para o português *Witness to the beast*, em que analisa o radicalismo inglês de William Blake. A defesa de um marxismo mais próximo das performances populares, o que Thompson nomeou como socialismo humanista e, mais tardiamente, como comunismo libertário, leva a variadas interpretações do percurso de Thompson. Lowy nomeia Thompson como herdeiro do “romantismo revolucionário”, referindo-se a influência dos poetas e militantes W. Morris e W. Blake no seu olhar, já Deddeca (1995) defende Thompson como herdeiro das tradições libertárias inglesas.

Thompson direcionou críticas não ao marxismo em si, perspectiva da qual o autor se reconhece como parte, mas a uma forma específica de apropriação da obra de Marx em que as ações do sujeito já surgem pré-determinadas pelos contextos sociais, não restando espaço para se considerar a variedade de interpretações e sentidos que envolvem uma experiência social. O teor de determinação é questionado para trabalhar com o termo pressão. Os sujeitos sociais vivenciam pressões sociais e a elas elaboram respostas, fazem escolhas condicionadas pela realidade material e de acordo com as mediações culturais dispersas no meio social. Se são pressões, e não determinações, então os comportamentos não podem ser totalmente previstos. A imprevisibilidade é uma dimensão a ser considerada, de modo que se torna inviável pensar um sistema analítico em que a forma de organização produtiva determine as reações sociais. É interessante o exemplo trazido por Thompson da: mulher, esposa de um, amante de outro, mãe, operária numa confecção de roupas, tesoureira no partido Trabalhista e que toca violino. Há várias “pressões” sobre essa mulher e um dia ela entra em depressão e procura, então, uma explicação/solução para o seu caso. E aí se mostra a impossibilidade de se prever as reações às condicionantes sociais:

Não sei como continua a história. Tenho dois roteiros alternativos. Um deles é óbvio: ela é levada a um hospital

⁶ Informação retirada de Deddeca (1995).

para doentes mentais depois de uma tentativa de suicídio, e mantida sob efeito de valium. No outro, volta ao trabalho, porque, em última instância, a hipoteca tem que ser paga e os filhos alimentados. No trabalho, a situação se agrava. Um companheiro militante lhe dá Althusser para ler. Faz-se a luz e ela exclama: “Eu não sou uma coisa, atira o livro sobre o capataz; promove uma greve na fábrica; deixa o marido e o amante e ingressa no movimento de libertação feminina. Retorna à orquestra, mas, infelizmente, apaixona-se pelo maestro e recomeça a confusão” Thompson, A Miséria da Teoria, 1981: 169)

Como nos sugere o exemplo dado por Thompson, a trabalhadora em questão pode não reagir de acordo com um ideal de “resistência proletária” esperado por um modelo teórico, o que não significa que não elabore outras formas de resistência e nem que não tenha ciência das violências que a cercam. Há certa imprevisibilidade nas ações populares porque os contextos de significação das situações são variados e mais dinâmicos que as expectativas dos enquadramentos analíticos. As pressões são significadas e sentidas (Thompson as menciona como `consciência afetiva e moral`), são vivenciadas e compõem a experiência. Do processo de interpretação das experiências surgem as escolhas e as ações, essas não são somente produto da ideologia dominante - não são somente consenso - e nem somente resistência (negação). Os produtos são inesperados, assim como a influência que exercem no contexto social, por isso a reação a uma crise financeira ou mesmo à um programa governamental não pode ser prevista, é preciso observar a relação entre os grupos que se antagonizam para observar as permanências e mudanças num período de tempo.

Estruturalismo marxista e expressão popular

A obra *Miséria da teoria* foi publicada em 1978 e traz críticas a um perfil de interpretação marxista: a que toma a organização produtiva da sociedade como elemento central da configuração política, de modo que a estrutura do Estado, as organizações políticas e os grupos populares surgem sempre como expressão imediata dessa base organizacional. O primeiro alvo da crítica de Thompson é o pensar/agir stalinista, afinal foi esta racionalidade que desencadeou toda crise que levou muitos intelectuais-militantes ao rompimento partidário. Diferenças de interpretações entre marxistas ligados aos PCS já se mostravam em 1956:

Na véspera da impressão da Reasoner, a URSS desencadeou uma intervenção militar na Hungria, encerrando as expectativas de que seria possível, no leste europeu, um processo de desestalinização e democratização gradativa. Diante deste quadro internacional e fim das esperanças de abertura de discussão no partido na Inglaterra, Thompson e Saville optaram pela desfiliação, assim como a maioria do grupo de historiadores e mais 7 mil militantes comunistas (Fortes, Negro e Fontes, 2001: 39)

O conflito inicial que se dirigia ao que se chamou, na época, de stalinismo foi, com o decorrer do tempo, mostrando que as discordâncias eram mais profundas e envolviam pensamentos e ações que se mantinham preservadas em alguns grupos comunistas que se proclamavam antistalinistas. Neste momento, o confronto de posições no debate marxista passa a se dar entre o grupo do qual Thompson faz parte, que defende uma interpretação histórica mais processual e com valorização das ações dos grupos, e o grupo dos marxistas de viés mais estruturalista, que priorizam as análises macroeconômicas, com ênfase no desenvolvimento das forças produtivas. Este cenário explica porque os textos de Althusser (A favor de Marx, escrito em 1965 e Ler o Capital, em 1973) tiveram intensa crítica de Thompson⁷, assim como explica também os desentendimentos que se deram no interior da *New Left Review*, entre o grupo ligado a Thompson e o ligado a Perry Anderson e Tom Nair, estes considerados com expressões da 2ª. Nova Esquerda britânica. Thompson deixou o editorial da revista em 1963, quando escreveu *A peculiaridade dos ingleses e outros artigos*, onde aponta problemas teórico-práticos do marxismo ortodoxo⁸ e confronta, em muitos momentos, as análises de Perry Anderson. Há observações (Deddeca, 1995, Fortes, Negro e Fontes, 2001) das consideráveis mudanças que houve nos artigos da revista a partir desta ruptura, há comentários sobre a perda da ligação teoria-empíria e prioridade a debates conceituais marxistas, mas o que quero destacar é uma mudança menos comentada e que nos mostra que a crítica de Thompson não era estritamente teórica, mas mirava também a ação política que está pressuposta na teoria. Destaco as seguintes observações em relação à mudança na revista:

⁷ Fortes, Negro e Fontes, 2001

⁸ O termo ortodoxo é criticado por alguns marxistas que questionam essa divisão, porém entendendo importante manter o termo para explicação do debate e para pontuar que, para muita(o)s autora(e)s, marxistas e não-marxistas, o marxismo de viés mais estruturalista é chamado de ortodoxo em contraposição à análises marxistas mais processuais.

A nova linha editorial da New Left Review contrastava abertamente com o rumo adotado pelos principais ex-participantes do grupo de historiadores do partido comunista, como Thompson. Basta lembrar que é nesse mesmo ano de 1963 que ele publica A formação da classe operária inglesa, no qual, tanto empírica como teoricamente, retoma a história popular inglesa, tendo como novo referencial político não mais a identificação de uma organização (o PC) como herdeira desta trajetória de lutas, mas as múltiplas experiências que expressam a classe trabalhadora em seu processo de constituição” (Fortes, Negro e Fontes, 2001:42)

No contraste entre a ênfase nas experiências sociais, culturais e políticas da classe trabalhadora inglesa e a condenação de sua incapacidade em se tornar uma classe hegemônica (exposta nos artigos de Anderson e Nairn), estavam definidos os termos do debate político e teórico que polarizaria a esquerda inglesa” (Fortes, Negro e Fontes, 2001: 43)

Como os referidos estudiosos da obra de Thompson pontuam acima (grifos meus), Thompson reconhece e enfatiza o potencial da experiência vivida e a capacidade de criação política dos grupos populares. A centralidade do partido hierarquizado e a obrigatoriedade de sua existência (e logicamente de seus dirigentes) para organização popular são negados neste olhar, colidindo interpretações marxista que visualizam os grupos populares como reféns ideologizados das conjunturas econômicas. A necessidade de tutela partidária ou, em outras palavras, de um grupo de dirigentes partidários que organizem os grupos populares é, de forma às vezes sutil e outras mais explícitas, desconstruída por Thompson, o que leva a entender que a crítica do autor não foi, por toda sua vida, parte de um debate estritamente acadêmico, mas sim contra algumas posições militantes, ainda bem presentes, inclusive nas esquerdas brasileiras. Por esta razão, Deddeca (1995) interpreta Thompson como comunista em proximidade ao pensamento anarquista, herdeiro de uma tradição libertária inglesa que o fez um “criador de problemas” dentro do marxismo:

Seria muito pertinente aliar as tradições intelectuais de Thompson ao pensamento libertário, que na Inglaterra nasce com os radicais da revolução gloriosa, como os Diggers e os Levellers. Esse pensamento dissidente que, do ponto de vista doutrinário, seria possível, fora da

Inglaterra, associarmos ao pensamento anarquista... Estas linhagens de tradições libertárias são muito fortes na Inglaterra. Podemos compreender porque Thompson, apesar de se tornar um historiador marxista, se tornou um marxista muito heterodoxo. (Deddeca, 1995:7)

O conflito teórico e político vivenciado por Thompson se fez muito presente nos debates brasileiros nas décadas de 1980/90 (Sader, 1988) e ainda ecoa em muitos embates travados dentro das esquerdas. Ler *A Miséria da Teoria* é como “ouvir” uma história que se percebe que existe, mas foi pouco contada, é imaginar as dificuldades enfrentadas por críticas como as de Thompson, que foi chamado de humanista burguês, como revela a próprio autor na referida obra. Busco, neste trabalho, refletir como se constrói a crítica e qual é a proposta teórica e prática que surge na contraposição, ou seja, qual o modo de interpretação histórica que está proposto nas críticas de Thompson e qual sua repercussão política.

“Criando problemas” ao marxismo: A Miséria da Teoria

Quando Thompson escreve *A Miséria da Teoria*, em 1978, já o faz em resposta às afirmações de Althusser em *A favor de Marx* e *Ler o Capital* (escritas em 1965 e 1973, respectivamente). Fica perceptível, no decorrer da leitura, que Althusser é criticado enquanto integrante do grupo marxista que se afirma antistalinista, mas traz em sua interpretação e modo de agir muito do que caracterizou o stalinismo. Thompson visualiza um pensamento marxista hegemônico que enfatiza a força reprodutiva das condicionantes sociais, dificultando o reconhecimento das mudanças, inclusive quando elas ocorrem em formatos não previstos:

Homens honrados, como Cornelius Castoriadis, que não abandonou nem por um instante sua luta contra o capitalismo, deixaram a tradição marxista deste modo: veem-na como irreparável, inerentemente elitista, dominadora e antidemocrática (os “cientistas” e os demais) e condenada pelos seus frutos ortodoxos e stalinistas. E concordo com boa parte de sua crítica (saudação aos velhos camaradas do Socialisme ou Barbárie!). Mesmo em sua acerba polêmica com o “marxismo”, vemos que estão empregando – e de maneira muito melhor – conceitos aprendidos inicialmente em Marx. (Thompson, A Miséria da Teoria, 1981: 287)

Thompson pensa o materialismo histórico tendo como desafio entender, a partir de dados empíricos, como os conflitos de classe se configuram e alteram numa unidade de tempo. A experiência vivida e suas significações são entendidas como relevantes para compreensão das relações sociais. Nesse caminho, trava embates com o estruturalismo marxista, problematizando a análise “superestrutura que emana da base”, defendendo que, antes de ser um fator determinante, a base (organização social e econômica) exerce pressões que são sentidas pelos sujeitos, porém, a essas pressões existem respostas que variam conforme os sentimentos e mediações culturais. Há uma citação de Stalin e outra de Althusser que Thompson traz ao texto para mostrar o pouco espaço que é dado à dimensão política criativa:

Não pode ser de outro modo. A base cria a superestrutura precisamente para servi-la, para ajudá-la ativamente a tomar forma e consolidar-se. (Stalin, apud Thompson, 1981:91)

De um lado a estrutura (base econômica: forças produtivas e relação de produção), do outro, a superestrutura (o Estado e suas formas jurídicas, políticas e ideológicas). (Althusser, apud Thompson, 1981: 93)

Nas duas citações, há a ideia de um molde de organização social que ejeta seus produtos fielmente à sua imagem e semelhança, o enfoque é sobre esse molde e seus movimentos, pois são esses movimentos que determinam as expressões culturais e políticas de um momento histórico. Thompson observa que, com as severas críticas ao stalinismo, foi necessário ao estruturalismo marxista rever o mecanismo desse pensamento e Althusser o fez afirmando a “determinação em última instância pelo modo de produção” e a “autonomia relativa das superestruturas”. Mesmo com tal “flexibilização”, mantém-se a imagem de uma fôrma de onde emergem figuras à sua imagem e semelhança e onde a possibilidade de alteração é bem pequena. Há uma grande previsibilidade dos acontecimentos históricos, já que uma grande estrutura (La structure à dominante, na expressão de Thompson) opera definindo as respostas sociais e, já que assim o faz, não há a necessidade de observação empírica para se entender as relações de classe. A prioridade é a construção de uma complexa “teoria da história” em que os acontecimentos e a possibilidade de mudança (e o caminho para tal) estejam previstos:

O movimento só pode ocorrer dentro do campo fechado do sistema ou da estrutura, isto é, por mais complexos e

mutuamente recíprocos que sejam os movimentos das peças, este movimento está encerrado dentro dos limites gerais e determinações da estrutura pré-dada. Por essa razão, a história como processo, como acontecer inacabado e indeterminado, tudo isto – que seria verdadeiramente a característica mais profunda da dialética marxista – deve ser negado. (Thompson, 1981: 97)

O estruturalismo marxista tende a priorizar, como ponderou Thompson, a análise sincrônica, destaca as permanências do processo histórico e, mesmo quando uma mudança é visualizada, ela se dá porque a base estrutural, em última instância, a possibilitou. Por isso, inclusive, que certas expressões sociais não são vistas como resistência ou como forças de criação política, elas não estavam previstas no roteiro analítico. Essa interpretação ficou muito evidente, por exemplo, no olhar analítico que pressupôs que o operariado, por estar na linha de produção, seria o ator central de uma mudança social, invisibilizando as expressões de trabalhadores rurais, mulheres, desempregados, entre outros. A ideia de um sistema teórico em que as engrenagens permitem uma maior previsibilidade faz com que a possibilidade de interpretação histórica seja restrita a quem manuseia esse conjunto teórico; quase nunca, se lança um olhar para os momentos em que o que era previsto de se reproduzir segue outro caminho e se mostra como resistência e mudança. Expressivas neste sentido as considerações de Thompson:

Acima de nossas cabeças, nas altas academias, os inquisidores discutem, discordam violentamente, mas reconhecem a reputação uns dos outros. Arrancam-nos uma negação: a negação da agência humana, da criatividade, uma negação de nós mesmos. Mas ao sairmos de sua tortura teórica, vemos, pela janela, o processo da história se desenvolvendo. Apesar de tudo, ela se move! (Thompson, 1981: 123)

Notamos pela observação acima, e isso se faz evidente em vários momentos do texto, que as observações de Thompson não são apenas metodológicas, com interesse central de defesa de um método analítico, mas partem de uma crítica à ação política que emana da teoria criticada. Quando Althusser, por exemplo, nega a importância da observação empírica, para defender que o ponto de partida é o conhecimento construído, no caso, a obra de Marx, está pressuposto que: primeiro, todo acontecimento deve estar, de algum modo, previsto na “teoria matéria-prima”, deve encaixar-se nela e,

segundo, que a interpretação histórica só pode se dar, portanto, por quem domina a “teoria matéria-prima”, daí a legitimidade de um grupo específico de “ler” a história e apontar a melhor direção política. A necessidade de vanguarda está, portanto, defendida e legitimada pela teoria. Tal premissa incomoda Thompson, o autor visualiza a relação entre o marxismo estruturalista e a política de vanguarda partidária, cujos efeitos ele visualizou na atuação do partido russo e mesmo em parte daqueles que se dizem críticos ao autoritarismo partidário. São expressivas as ressalvas de Thompson no sentido de indicar a permanência do teor stalinista mesmo no que vem como crítica ao stalinismo:

Estou tentando desemaranhar esse novelo de lã, em benefício de uma geração que se considera pós-stalinista, mas que, com frequência, não é (Thompson, 1981: 144)

Por que deveríamos nós, de uma geração pós-stalinista, ser perseguidos pela sua lembrança? Minha resposta pode ser breve ou longa. A breve é a seguinte: vocês não são uma “geração pós-stalinista”. São uma geração em meio a qual as razões e legitimações do stalinismo estão sendo, por meio da prática-teórica, reproduzidas no dia-dia. (Thompson, 1981: 151/152)

O modo de compreensão social que marcou e justificou o controle partidário sobre as movimentações populares disformes (no sentido que não cabiam num molde) permanece difundido em algumas vertentes de esquerda. Os esforços de Thompson são na intenção de identificar como isso acontece, e como é possível questionar essas enraizadas premissas. Para o autor, a apropriação estrutural do marxismo (que já existia) se fortaleceu após a 2^a. Guerra Mundial, no contexto da Guerra Fria, em que se tinha um cenário de estagnação e incertezas, em que as esquerdas se sentiam acuadas diante das metamorfoses do sistema capitalista, de um lado, e da crise internacional comunista, de outro. Essa “dureza” em muito foi entendida como um gesso, uma estrutura, ou seja, havia uma forte pressão (e Thompson sempre toma as condições sociais como pressão e não como determinação) para a interpretação estrutural da história. Mas em relação às condicionantes sociais sempre há variadas respostas, a pressão não molda totalmente as ações – ao contrário do que diria um olhar estrutural. Thompson analisa que o marxismo estruturalista foi bem aceito e conseguiu espaço, tanto que se tornou hegemônico nos anos de 1950/60, atuando, em certa medida, como uma forma de controle histórico, deixando de considerar a participação dos grupos sociais no desenho político – seja pela consensualidade, seja pelas resistências em suas várias expressões.

Este trabalho surge de uma pequena reflexão sobre as críticas e propostas de Thompson, admitindo que muito do que o autor afirma ainda está por ser “digerido” e indica a atualidade de suas obras. O debate segue.

As respostas ao “problema”

Em 1957, após a saída do partido comunista, Thompson e Saville mantiveram as publicações da revista que haviam iniciado no ano anterior e que foi um dos motivos da saída/expulsão do partido. A revista *New Reasoner* trouxe um artigo⁹ em que Thompson defende o que chama de socialismo humanista. O termo humanista, para esse grupo dissidente, vem na defesa de se considerar os grupos populares como agentes da história, como sujeitos que reagem e redefinem as situações sociais. A expressão humanista estaria, neste sentido, mais ligada às ressalvas de que há algo vivo e performático nas elaborações dos sujeitos a partir das “pressões” sentidas, ou seja, eles não são somente “marionetes” (tragers, como escreve Thompson) da estrutura. A defesa desse humanismo, ao desafiar uma interpretação marxista hegemônica e que surgia enquanto crítica ao stalinismo, é mal recebida por parte de intelectuais marxistas. Em 1964, como resposta à crítica, Althusser escreve o artigo “Marxismo e Humanismo”, em que coloca o humanismo como uma ideologia burguesa que se cala sobre o conflito de classes, ao defender um humano genérico, não posicionado na estrutura social. Neste momento, Althusser operacionaliza a famosa divisão entre um Marx jovem, que seria então contaminado pelo humanismo de Feuerbach e, portanto, ainda com pouca clareza da luta de classes, e um Marx maduro, cuja expressão está materializada em *O Capital*. Os socialistas humanistas estariam ligados, então, a uma leitura marxista feita a partir das observações do jovem Marx e teriam ressuscitado, portanto, princípios liberais: *sob grandiosas expressões de humanidade ocultava-se a exploração do homem pela burguesia*¹⁰

Ao fazer essa crítica ao humanismo socialista de Thompson, Althusser (e o grupo teórico-político a que está ligado) questiona o viés marxista das análises deste autor, julgando-as, ainda, reacionárias. Thompson relata uma parte das críticas que recebeu não somente de Althusser, mas de um grupo de marxistas estruturalistas:

⁹ “Socialist Humanism”, *New Reasoner*, n. 1, verão de 1957, p.107

¹⁰ Thompson expõe a argumentação de Althusser, 1981: 138.

Meu artigo sobre o “Humanismo socialista” foi particularmente notado: “Thompson repete calúnias que são feitas por revisionistas de todos os matizes”. A revista sobre “Humanismo socialista” foi criticada como sendo dirigida por um grupo de renegados: “os escribas venais que colaboram na imprensa imperialista reacionária bem poderiam processar o autor por plágio: Thompson repete suas fantasias sobre o `stalinismo`, sobre a supressão do indivíduo na URSS, ele pede ardorosamente nada mais que uma revolta contra a ideologia soviética”. “Como todos os traidores, como todos os renegados e anarquistas. E. Thompson usa a expressão humanismo socialista como: `Uma cortina de fumaça, ao proclamar a identidade da moral da classe proletária com “uma atitude administrativa”, clamando uma revolta contra a desumanidade. Esse caluniador contrapõe, de todas as formas, o “homem em geral, abstrato à sociedade, ao coletivo, ao partido comunista, a favor de um “humanismo socialista” supostamente novo, que coloque homens e mulheres reais no centro da teoria, em lugar do que chama de abstrações ressonantes: o partido, o marxismo-leninismo-stalinismo, a vanguarda da classe operária. (Thompson, 1981: 145)

Na demonstração de Thompson, nota-se o quanto sua crítica foi mal recebida e gerou tentativas de associá-lo a vertentes liberais. O humanismo defendido por Thompson nunca negou as “condições reais” em que vivem os sujeitos, mas reivindicou um humanismo no sentido de tirar do silêncio sujeitos que, mediados por sentimentos, percepções e pela cultura, elaboram respostas e interferem no desenho social. Em um momento de crise do referencial marxista ortodoxo e de ameaça à centralidade do partido entre os militantes e nas manifestações populares, foi preciso, como argumenta Thompson, “inventar” inimigos, montar a figura de críticos `pequenos burgueses` para assim se firmar e tentar reestabelecer o controle. Os conflitos entre posições hegemônicas e as marginais é permanente, seja no marxismo ou outros grupos teóricos, como defendeu Thompson: *o humanismo socialista era, acima de tudo, a voz de uma oposição comunista (1981:152)*, nunca foi anticomunista, há, ao invés disso, uma busca por outra apropriação dos textos de Marx.

O materialismo histórico e cultural ou comunismo libertário

As análises de Marx sobre a relação entre a organização produtiva e a

configuração política construiu-se em contraposição às premissas liberais da autonomia entre a forma de divisão social das riquezas e as ideias preponderantes num espaço social. Quando acompanhamos as formulações de *Ideologia Alemã*, é visível o empenho de Marx em demonstrar a relação direta entre os interesses dos grupos que monopolizam os meios de produção e as ideias mais difundidas num dado momento. Essa é uma associação que ficou bem trabalhada na teoria marxista, mas há uma linha sutil entre a) afirmar que pressões incidem nos sujeitos e originam tendências a certas ações e pensamentos e b) supor que a ação e o pensamento somente surgem determinados, a priori, pelos discursos dominantes que os envolvem. Essa linha sutil foi, como afirmam Thompson e Raymond Williams, extrapolada em algumas vertentes marxistas:

Não foi o marxismo, mas o sistema que combateu e continua combatendo, que separaram e fizeram a abstração de várias partes da totalidade do processo social. Foi a afirmação e a explicação de formas políticas e filosóficas e ideias como independentes do processo social material que produziu um tipo necessário de contra-afirmação. No fluxo da polêmica, isso foi com frequência exagerado, até chegar a repetir, numa inversão de termos, o tipo de erro que atacava. (Raymond Williams, Marxismo e Literatura, apud Thompson, 1981: 174)

A ideia de determinação da base sobre a superestrutura acabou por criar tantas dificuldades analíticas e seguiu sendo questão de incessantes debates. Há expectativas de que integrantes de uma mesma classe social comporte-se de modo similar, ou como refém submisso da posição social em que está ou com rebeldia à desigualdade percebida, mas não vemos exatamente essas reações, mas sim uma variedade de respostas: há concordâncias, revoltas, oportunismos, desesperanças, resistências variadas. No objetivo de considerar as mediações que envolvem as experiências vividas, Thompson tentou construir um caminho analítico que o autor nomeia como materialismo histórico e cultural, deslocando o teor de determinação para trabalhar com o termo pressão: os sujeitos sociais vivenciam pressões sociais e a elas elaboram respostas, fazem escolhas, de acordo com as mediações culturais dispersas no meio social. Se são pressões, e não determinações, então os comportamentos não podem ser totalmente previstos, é até possível indicar tendências, mas diante da consideração de que elas podem não acontecer.

A imprevisibilidade é uma dimensão a ser considerada, de modo que se

torna inviável pensar um sistema analítico em que a forma de organização produtiva determine as reações sociais. Esse dinamismo precisa, de acordo com Thompson, ser considerado na interpretação histórica, e é impossível fazê-lo quando se parte da teoria ao invés de primeiro se observar, empiricamente, como se dão as relações. A ideia de que o domínio de um esquema analítico é a garantia da mais perspicaz explicação histórica e da orientação de um caminho a seguir é uma armadilha analítica e política.

Como podemos, então, definir o materialismo histórico e cultural que Thompson propõe em contraposição ao estruturalismo marxista? Um ponto fundamental, já que há a defesa do materialismo histórico, é considerarmos que o modo de organização produtiva não é desconsiderado: ele forma o cenário em que ocorrem as situações, mas opera menos como determinante que como pressões e dificuldades que os grupos enfrentam. E como esses se relacionam com tais pressões? Esse é um segundo ponto e que remete ao contexto cultural. As pressões são significadas e sentidas, são vivenciadas e compõem a experiência. Trata-se de uma outra forma de se relacionar com os grupos populares, já que esses não são vistos como marionetes ou portadores de “falsa consciência”, mas como sujeitos expostos a restrições e que respondem, conforme o contexto cultural, diversamente a elas.

Contribuições da proposta de Thompson – Conclusões Finais

Ao explicar com detalhes suas críticas ao marxismo estruturalista, Thompson nos permite refletir o lugar que as experiências - vividas e interpretadas pelos próprios agentes – têm nas ações coletivas. A leitura de *A Miséria da Teoria* é muito instigante, suscita o questionamento a grandes sistemas teóricos que já pré-explicam sem precisar olhar, sem atentar para o modo como os grupos lidam com as restrições que vivem e a variedade de respostas que dão e como essas respostas influenciam uma situação. Além do fato de que o debate, feito nas décadas de 1960 e 1970, segue atual e se faz presente na academia, assim como nas militâncias.

Há um momento do texto em que Thompson afirma que o estruturalismo, ao partir da teoria e não das práticas sociais, acaba por cair no idealismo, porque a fidelidade é com o modelo teórico e não com o movimento das relações sociais. Essa observação nos traz uma importante ressalva: em quantos momentos já não partimos de teorizações prontas e tomamos a realidade

observada como forma de comprovação? Thompson não secundariza os processos econômicos, a questão não é a inversão de sinais, e sim repensar a relação entre as “condições dadas” e os sujeitos “agentes da história”. A proposta do autor é trabalhar menos com a ideia de determinação, que pressupõe marionetes que se movem conforme os balanços estruturais, do que com a noção de limitações e pressões. O modo de organização social exerce pressões, tensiona a permanência, mas há variadas respostas dos grupos sociais a tais pressões, há furos ao esperado, redesenham-se as cenas. A história é oxigenada, é vista como um processo indeterminado:

Ao contrário da opinião de certos teóricos, nenhum trabalhador conhecido pelos historiadores permitiu jamais que a mais-valia lhe fosse arrancada do couro sem encontrar um modo de reagir (há muitas maneiras de fazer cera) e, paradoxalmente, por sua reação, as tendências foram desviadas e as “formas de desenvolvimento” se processaram de maneiras inesperadas. (Thompson, 1981:171)

Quando a relação de determinação das “forças de produção” é questionada, é questionado também o poder irrestrito das elites de moldarem a história fielmente aos seus interesses, como acontece nos casos das análises em que as mudanças sempre são entendidas devido a um acordo “pelo alto” ou estritamente pelos interesses do Estado e mercado, como se as movimentações populares não existissem e não influenciasses os acontecimentos. Esse questionamento é claro, por exemplo, em Sidney Chalhoub, historiador influenciado por Thompson: a argumentação de seu livro *Visões de Liberdade* indica que os trabalhadores escravizados elaboravam, dentro de limites e das coerções da época, suas formas de resistência e atrapalharam em muito a continuidade do sistema escravocrata. As mãos negras também desenharam a transição pro trabalho assalariado, mesmo que essa tenha se dado com extrema subalternização e exclusão da(o)s escravizada(o)s.

Reconhecer que as “pressões sociais” são vivenciadas, interpretadas, respondidas e que estas respostas desenham as situações traz a indeterminação histórica, as previsões são mais questionadas, e traz também a possibilidade de surpresas (agradáveis ou não) para quem investiga as relações sociais. É possível que um pesquisador chegue numa fábrica ou num bairro e tenha expectativa de encontrar determinados comportamentos, mas pode se deparar com posições inesperadas, as quais mesclam concordâncias, mas também

deslocamentos e resistências aos processos sociais que os subjagam. Quando Thompson dá o exemplo da operária, esposa, mãe, amante, religiosa, o cenário é de alguém perpassado por várias condicionantes e que responde a elas, é sujeito em várias relações assimétricas. Há um incentivo para se pensar a história em processo, as permanências e mudanças num período de tempo observado.

Referências

- CHALOUB, S. **Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na corte**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.
- DEDDECA, Edgar S. E.P. **Thompson: um personagem dissidente e libertário**. Projeto História, São Paulo, n. 12, 1995.
- FORTES, NEGRO E FONTES. Peculiaridades de E.P. Thompson. Em: **As peculiaridades dos ingleses e outros artigos. E. P. Thompson**. Antonio Luigi Negro e Sérgio Silva (orgs). Editora da Unicamp, 2001.
- HALL, Stuart. **Da Diáspora: identidades e mediações culturais**. Liv Sovik (org). Editora UFMG, 2003.
- HOLLOWAY, J. **Mudar o mundo sem tomar o poder**. Editora Viramundo, 2003.
- MORAES, M.; MULLER, R. **Miséria da Teoria – o debate de History Workshop**. Revista Esboços, n. 14, UFSC, 2005.
- THOMPSON, E.P. **A Miséria da Teoria ou um planetário de erros (uma crítica ao pensamento de Althusser)**. Zahar Editores, 1981.

On popular and unexpected resistances: Edward Thompson's trajectory and his critique of Structuralist Marxism

ABSTRACT

This work presents the intellectual and militant trajectory of Edward Thompson and analyzes the author's criticism of Marxist structuralism. In his theoretical and political proposal, built within the Marxist debates, Thompson contraposes analytical perspectives that relegates to a second position - or even conceal - the cultural mediations in which the popular resistances are constructed. In Thompson's criticisms of Althusser in *The Misery of Theory*, it is possible to understand the reasons for his criticism, as well as the repercussions of the debate, which involves not only the two authors, but refers to the conflicts and clashes present in the yesterday and today lefts. An analysis of Thompson's trajectory and his arguments are brought to the fore.

Keywords: resistences, structuralist, lefts, social experiences.



Novos tempos, novos desafios: o olhar dos associados da bibliotecária Transcol

Marcelo Calderari Miguel¹

RESUMO

Este artigo traz à discussão o imprescindível tema da satisfação de clientes. Avaliar e reavaliar a qualidade dos serviços a fim de ajustar as necessidades da sua comunidade é uma atividade necessária a qualquer biblioteca. Esse estudo utiliza o método Servqual de (PARASURAMAN; ZEITHAML; BERRY, 1985) para levantar a percepção dos associados da biblioteca Transcol em relação aos serviços ofertados nos módulos bibliotecários presente nos terminais de transporte coletivo urbano do município de Cariacica . Este método propõe um exame da matriz importância e satisfação como ferramenta para análise dos dados em relação às cinco dimensões da qualidade: Confiabilidade, Empatia, Garantia, Receptividade e Tangibilidade. A metodologia desta investigação possui caráter descritivo, abordagem quantitativa e técnica de coleta do tipo survey. Os resultados obtidos apontam que os/as associados da biblioteca atribuem maior importância à dimensão tangibilidade no que refere à prestação biblioteconômico.

Palavras-Chave: Dimensões da qualidade, Usuários de bibliotecas, Bibliotecas e sociedade, Territorialidade.

Recebido em 04/06/2017

Aceito para publicação em 25/11/2017

DOI: <https://doi.org/10.25067/s.v21i2.15484>

Módulos bibliotecários, territorialidade e sociabilidade

O presente artigo aborda a seguinte problemática: quais as percepções e as expectativas dos associados do BibTranscol (Biblioteca Transcol) de Cariacica sobre o serviço ofertado? Esse estudo tem por objetivo averiguar a qualidade dos serviços prestados nos módulos da BibTranscol, instaladas em três terminais do Sistema Integrado de Transporte Coletivo Urbano Municipal

¹ Mestre em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), Graduado em Ciências Sociais e Ciências Contábeis pela UFES. Especialista em Ensino não formal de ciências e tecnologias pela UFMG. Graduando em Administração pela UFES. E-mail para contato: marcelocalderari@yahoo.com.br.

e Intermunicipal Metropolitano de Passageiros da Região Metropolitana da Grande Vitória (Transcol) no município de Cariacica/ES. A metodologia utiliza uma releitura da abordagem teórico-metodológica Servqual de (PARASURAMAN; ZEITHAML; BERRY, 1985).

Giuseppe Arcimboldo ao elaborar a pintura “O Bibliotecário [1566]” aborda que a pessoa não é apenas um livro, mas uma biblioteca. Battles (2003) argui que a “figura pintada” possui esvoaçantes páginas manuscritas sobre a cabeça, o autor entende assim que o livro está em todos os espaços e um conteúdo somente pode ser lido de cima. A pessoa retratada na tela italiana, nesse jogo de alegorias, traz para dentro da obra pintada metáforas retratando o ato de ler e dos livros na nossa constituição social e territorial. Tais aspectos ganham melhor dimensionamento no cenário contemporâneo, em que as Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) transfiguram diversos projetos político-pedagógicos.

Marinho (1993) aponta que a leitura desperta o conhecimento do mundo e revela-se um instrumento propagador de cidadania. Assim, é imprescindível repensar o papel da biblioteca, a qual deve adquirir uma dimensão educativa, como mediadora e formadora de leitores (prática de leitura), além de sua performance como agência transformadora “[...] do viver, do sentir e do pensar do indivíduo, ou seja, torná-los verdadeiramente cidadãos” (MARINHO, 1993, p. 93).

Chartier (2000) reconhece que um texto existe apenas porque há um leitor para lhe atribuir um significado, e a leitura que se amplia a competências crítica e reflexiva, o que torna o leitor capacitado a transformar a realidade. Hábito de leitura, na perspectiva chartieriana inculca que ler é uma prática em que “[...] cada leitor, a partir de suas referências, individuais ou sociais, históricas ou existenciais, dá um sentido mais ou menos singular, mais ou menos partilhado, aos textos de que se apropria” (CHARTIER, 2000, p. 21).

Há muito tempo a sociedade tem sido questionado o “valor” da Biblioteca Transcol essa é, certamente, uma questão desafiadora em que o processo nesses 10 anos de estrada, em que os atores sociais do processo de transformação se diversificaram e se multiplicaram, em que a pureza do projeto teve de ser adequada às contingências da realidade. Ao se pensar a nossa própria realidade, agora sob empréstimo do olhar da clientela podemos verificar como de fato funciona a políticas de acesso ao acesso aos livros e a prática leitora.

Cabe ressaltar que o valor de um serviço é um produto resultante das

preferências e exigências dos clientes, ou seja, conforto e comodidade agregam valor aos serviços. E o "marketing moderno é uma batalha para obter a fidelidade dos clientes" (MCKENNA, 1999, p. 12). Mas, há que se lembrar que o processo de desenvolvimento de serviços exige diversos cuidados, e mensurar o valor percebido de um produto ou serviço é um feedback valioso - proporciona as organizações novas ideias sobre o posicionamento e como aprimorar-se.

O marketing baseado no conhecimento exige da empresa uma escala de conhecimento: da tecnologia pertinente, da concorrência, de seus clientes, das novas fontes de tecnologia que podem alterar o ambiente competitivo e de sua própria organização, recursos planos e formas de fazer negócios [...] O marketing baseado na experiência enfatiza a interatividade, a conectividade e a criatividade. Com esta abordagem as empresas dedicam-se aos seus clientes, monitoram constantemente seus concorrentes e desenvolvem um sistema de análise de feedback que transforma essa informação sobre o mercado e a concorrência em uma nova e importante informação sobre o produto (MCKENNA, 1999, p. 4).

A BibTranscol de Cariacica é parte integrante desse processo de desenvolvimento de serviços, em suma, compreende a uma ação do Programa Estadual "Ocupação Social²" sendo gerida com apoio da Secretaria de Estado da Cultura (Secult), patrocínio da empresa ArcelorMittal (Tubarão) e parceria como Companhia de Transportes Urbanos da Grande Vitória (Ceturb), ONG Universidade para Todos e Instituto de Ação Social e Cultural do Sindicato do Comércio Atacadista e Distribuidor do Espírito Santo (Sincades).

A abordagem teórico-metodológica Servqual (*Service Quality Gap Analysis*) reporta que quem define se um serviço tem qualidade é a clientela, com base nas percepções e expectativas, diante das "referências de qualidade" preestabelecidas pela sociedade de consumo (MIGUEL; FREIRE, 2016). Deste modo, é pertinente analisar cinco dimensões da qualidade: Confiabilidade, Empatia, Garantia, Receptividade e Tangibilidade; levado em consideração: a relevância científica - fornecendo uma fonte de conhecimento sobre a qualidade

²Tal iniciativa estava inserida no rol do pacote "Estado Presente" o qual foi substituído (renomeado) para programa "Ocupação Social", mantendo, porém, o foco de atuação nas áreas vulneráveis sob o aspecto social.

dos serviços; a relevância social - subsidiar a tomada de decisão vindouras e dar sustentabilidade ao projeto em regiões caracterizadas por altos índices de vulnerabilidade social³; e a relevância institucional - mapear expectativas e das percepções dos (as) munícipes primando pelas Boas Práticas (*best practices*) na política de atendimento aos associados.

Um projeto de biblioteca pública em prol das práticas leitoras

A palavra “biblioteca” tem sua origem do grego *biblion* (livro) e *teke* (caixa), portanto um depósito de livros (HOUAISS; FRANCO; VILLAR, 2001). Esta palavra vem sendo usada desde os primórdios da humanidade para designar um local aonde se armazenam livros. A biblioteca, tal como conhecemos hoje, teve início por volta do ano de 1850 na Inglaterra juntamente com a Revolução Industrial, que utilizou a Revolução Francesa com seus ideais de Liberdade, Igualdade e Fraternidade como molde para seus princípios (BATTLES, 2003).

Pós a Segunda Guerra Mundial a imagem da biblioteca congregada ao conceito de instrumento para a democracia e conquista da paz (SNBP, 2017). Em 1949 com a crescente contribuição da biblioteca pública para a formação da cidadania, a UNESCO publica a primeira versão do Manifesto da Biblioteca Pública, onde destaca a sua função de ensino, caracterizando-a como um centro de educação popular. E, em 1972 é lançado a segunda versão do manifesto compendiando a Biblioteca Pública uma atuação em pró da educação, cultura, lazer e a informação. O ano de 1994, a UNESCO lança a sua terceira versão do Manifesto enfatizando o compromisso da biblioteca pública com a democratização do acesso as novas tecnologias de informação (SNBP, 2017).

Bernardino e Suaiden (2011) reportam que é responsabilidade da biblioteca pública criar e manter projetos culturais que visem atender à demanda da comunidade usuária, no que concerne o respeito, a disseminação da leitura e da cultura. Nesse sentido, esses autores acreditam que a biblioteca pública, em seu verdadeiro sentido de atuação, livre, aberta, democrática, socializadora, tem múltiplas missões: ao mesmo tempo em que cuida da salvaguarda da memória, preocupa-se em multiplicar conhecimento, em somar empenhos para

³ O conceito de vulnerabilidade social refere-se ao conjunto de fatores socioeconômicos e demográficos capazes de influenciar no nível de bem-estar de uma determinada população. Não se limita, portanto, à concepção de pobreza, mas inclui também as condições e o acesso ao sistema educacional e ao ambiente de oportunidades no âmbito da geração de trabalho e renda, etc.

transformar e ser transformada para e pelo usuário, o qual contribui para a melhoria e qualidade de suas funções.

Dessa forma, a Bibtrancol visa suscitar a leitura e contribuir para o desenvolvimento do nível de informação e conhecimento de públicos menos favorecidos. "No Espírito Santo a Biblioteca Transcol tem sido capaz de ajudar a modificar esse cenário, uma vez que visa atender justamente à parcela da população com pouco acesso aos bens culturais" (BRASIL, 2017).

O Sistema Integrado de Transporte Coletivo Urbano Municipal e Intermunicipal Metropolitano de Passageiros da Região Metropolitana da Grande Vitória (RMGV-TRANSCOL) adota a estrutura troncoalimentadora, interligando distintas linhas em diversos terminais rodoviários, disseminados nos três municípios (sendo três terminais em Cariacica, três na Serra e quatro terminais em Vila Velha) e integram-se a esse sistema: o Conselho de Desenvolvimento Integrado da Grande Vitória (CODIVIT), a Companhia de Transportes Urbanos da Grande Vitória (CETURB-GV), o Departamento Estadual de Trânsito do Estado do Espírito Santo (DETRAN-ES), o Departamento de Estradas de Rodagem do Estado do Espírito Santo (DER-ES) e outras entidades executoras de funções e/ou atividades relacionadas com os transportes urbanos.

O projeto BibTranscol⁴ está inserida em uma ação governamental do Estado intitulada "Leia Espírito Santo"⁵, que implementa o incentivo à leitura e à pesquisa. Nesse sentido, o Projeto incentiva a transcendência das bibliotecas no que se refere ao fomento à leitura, e contribui para a melhoria do nível de informação e conhecimento das populações menos favorecidas através da oferta de material informacional nos módulos das bibliotecas para os munícipes de Cariacica, nos terminais de transporte coletivo urbano da Região Metropolitana da Grande Vitória (RMGV) - em especial fortalece uma política social de ocupação social.

Com o desejo de possibilitar o acesso à leitura a um

⁴O Projeto BibTranscol ocorre em dez terminais rodoviários interligados, com local destinado ao embarque e desembarque de passageiros. Tendo em vista avaliar o processo de desenvolvimento de serviços do referido projeto, contemplamos nessa análise o município de Cariacica, Espírito Santo. Cabe salientar que a primeira unidade instalada foi em 2007 no Terminal de "Laranjeiras" no município de Serra.

⁵O projeto visa superar os obstáculos que dificultam o acesso aos livros e promover desta forma o acesso à leitura e o lazer. Faz parte do programa de Estado "Ocupação Social" o qual converte esforços governamentais para democratizar o acesso aos serviços públicos.

número diverso e mais amplo de cidadãos capixabas, a Biblioteca Pública do Espírito Santo – BPES [...] dando origem ao Projeto Biblioteca TRANSCOL. [...] o projeto Biblioteca Transcol foi muito além [...] O número de pessoas que usam os Sistema Transcol mensalmente está em torno de 15.506.463 de usuários somados os 10 terminais, sendo uma média de 1.550.646 por terminal (BRASIL, 2017).

Assim, considerando este apontamento, convém apontar que a BibTranscol é instituída visando aprimorar o gosto pela leitura, de forma que o tempo gasto nos terminais e nos trajetos dentro do ônibus viesse a ser utilizado em prol da leitura e do despertar cultural. Portanto, o projeto intitulado BibTranscol sustenta-se por meio de ações voltadas à acomodação de unidades de locação de livros, nos terminais rodoviários do Sistema Transcol, por conseguinte, nesses transitam porção considerável do público-alvo do projeto. Nesse sentido, o projeto adentra numa questão consecutivamente emergente e desafiadora, ou seja, a ausência da prática de leitura na vida cotidiana do cidadão.

O processo de desenvolvimento de serviços e a Métrica Servqual

A gestão da qualidade sempre esteve presente na vida do homem e seu enfoque implica um processo contínuo e recorrente de se organizar para sobreviver, modificando para favorável (onde for negativa) a imagem da instituição junto a seus públicos prioritários (MIGUEL; FREIRE, 2016). E Crossno *et al.* (2001) reconhece que a qualidade apresenta dimensões distintas: a qualidade funcional diz respeito a como um serviço é prestado, e a qualidade técnica refere-se ao que de fato é ofertado ao cliente a fim de satisfazê-lo.

Paladini e Carvalho (2012) reportam que a utilização prática dos indicadores permitiram tratar e avaliar a qualidade de modo amplo e, além disso, os indicadores determinam um novo escopo para a própria avaliação da qualidade, mostrando que esta pode ser desenvolvida por meio de métodos objetivos, isto é, que possua bases quantitativas. O “ser humano é um componente fundamental nas organizações. Sempre foi assim. Sempre será. O ser humano é o único recurso capaz de transformar as organizações. Sempre foi

assim. Sempre será” (PALADINI, 2002).

A abordagem básica para a definição da qualidade enfatiza o pleno atendimento às necessidades, aos desejos, às expectativas e às preferências do consumidor. Este direcionamento tem sido constante nas diversas definições da qualidade. Ocorre, contudo, que este conceito abrange múltiplos itens [...] dependendo do produto e da natureza do consumo, alguns itens serão mais e outros menos relevantes; alguns itens são chave e de importância crítica (PALADINI; CARVALHO, 2012).

Las Casas (2017) aponta que a satisfação da clientela é um ciclo vicioso e que cresce à medida que o cliente interage com o prestador de serviços. Isso significa que a expectativa da comunidade usuária resulta de vários fatores, como cultura e a experiência passada. O autor argui que o esforço de superar a expectativa do cliente aumenta cada vez mais o nível de serviços; e se o consumidor sair satisfeito desse relacionamento, o objetivo de qualidade foi alcançado. E para esse autor, a realização de qualquer momento da verdade (contacto de um cliente com a organização) faz necessário certos atributos (requisitos essenciais) que irão posicionar os serviços de qualidade.

a) Confiabilidade - é importante para prestar serviços de qualidade, gerada pela habilidade de fornecer o que foi prometido de forma segura e precisa.

b) Segurança - os consumidores querem dos prestadores de serviços a habilidade de transmitir segurança e confiança caracterizada pelo conhecimento e cortesia dos funcionários.

c) Aspectos tangíveis - os aspectos físicos que circundam a atividade de prestação de serviços também têm sua importância como fator de influência. Neste sentido, conforme foi comentando anteriormente, contém as instalações, equipamentos e aparência dos funcionários.

d) Empatia - grau de cuidado e atenção pessoal dispensados pelos clientes. Também é importante aspecto a capacidade de se colocar no lugar dos outros.

e) Receptividade - é a disposição de ajudar os clientes e fornecer serviços com presteza (LAS CASAS, 2017, p. 67).

Parasuraman, Berry e Zeithaml (1985) defendem que os consumidores utilizaram os mesmos critérios para chegar a um julgamento sobre as dez⁶ dimensões da qualidade do serviço prestado, independentemente do tipo de serviço considerado.

E tomando como base as 10 dimensões originais da qualidade, desenvolveram um questionário chamado de escala ou instrumento Servqual, o qual agrupa os atributos da qualidade em cinco dimensões relevantes: Confiabilidade (*Reliability*); Segurança (*Assurance*); Tangibilidade (*Tangibles*); Empatia (*Empathy*); Receptividade (*Responsiveness*). As iniciais maiúsculas de cada dimensão formar o termo RATER - palavra que se faz conhecer o método.

O modelo Servqual medi a qualidade de serviços por meio de 22 questões; contrasta que os clientes avaliam o serviço comparando o serviço recebido (percepção) com o serviço que eles desejam (expectativa), ou seja, a qualidade do serviço é avaliada calculando-se a diferença (*gaps*) entre o que a clientela espera e o que ele realmente percebe. O modelo conceitual dessa abordagem consiste numa métrica (de 0 a 5) das lacunas (ou *gaps*) que causam problemas na prestação de serviço, é esquematizada da seguinte forma: $Q = E - P$ (sendo Q a qualidade do serviço; E a qualidade esperada/projetada e P qualidade percebida).

Las Casas (2017) assinala que o instrumento de avaliação é considerado como muito adequado para controle e melhoria de qualidade de serviços. Assim, concebemos a Métrica Servqual como abordagem metodológica validada, o que é ratificado por diversos estudos de Miguel e Freire (2016) e Miguel (2017). Nesse contexto, entende-se que apesar das limitações (possíveis deficiências), é inquestionável o impacto (no âmbito da avaliação da qualidade de serviços) deste modelo - o qual é amplamente aplicado em diversos setores, com resultados positivos, satisfatórios e práticos (FREITAS; BOLSANELLO; VIANA, 2008).

⁶ É importante ressaltar que Parasuraman, Berry e Zeithaml (1985) reconhecem que a qualidade de serviço é composta por dimensões multifacetadas, não existindo nenhum acordo sobre o número exato de dimensões ou das suas interrelações.

Procedimentos metodológicos: descrição do ambiente da pesquisa

Cariacica, município da RMGV, possui 384.621 habitantes e uma concentração de 96% da população na área urbana, segundo estimativa do IBGE para o ano de 2016. Surgiu em 1890, cresce consideravelmente a partir das décadas de 40 do século passado e, no que concerne espaços e equipamentos para as práticas culturais, os cariaciquenses apresenta espaços incipientes e transitórios: a Biblioteca Pública Madeira de Freitas (criada em 2005, desativada por 8 anos e reaberta em 2015), a Biblioteca Comunitária do Centro Histórico Eduartino Silva (em Cariacica Sede) e a BibTranscol (implantada em 2008 no terminal rodoviário de Itacibá; e 2009 em Campo Grande e Jardim América).

Tendo em vista a fundamentação teórica discorrida, considera-se a BibTranscol como um contêiner adaptado onde realizam-se empréstimos e devoluções de livros, gerenciado pela Biblioteca Pública do Espírito Santo Levy Cúrcio da Rocha (BPES)⁷, em parceria com a Companhia de Transportes Urbanos da Grande Vitória (CETURB), empresa essa que gerencia o sistema de transporte coletivo unificado dessa região, denominado de Sistema Transcol. Esses espaços, denominados de Módulo do Projeto BibTranscol, estão presentes em todos os dez terminais da RMGV. Os serviços prestados nesses ambientes abrangem desde a consulta local aos itens informacionais, como também o empréstimo domiciliar.

Atualmente, a BibTranscol atende à população que circula diariamente em todos os terminais de ônibus do Sistema Transcol composto por 10 terminais rodoviários localizados nos municípios da Grande Vitória, a saber: no município de Serra temos os Terminais de Jacaraípe, Laranjeiras e Carapina; no município de Vila Velha temos os Terminais de Vila Velha, Itaparica, Ibes e São Torquato e no município de Cariacica temos os Terminais de Jardim América, Itacibá e Campo Grande. (BRASIL, 2017).

De acordo com o Ministério da Cultura (BRASIL, 2017) o objetivo desse projeto é disponibilizar coleções de livros para leitores que frequentemente

⁷ A Biblioteca Pública Estadual cumpre a função social de favorecer o acesso à informação, de difundir a cultura e de promover a circulação e o domínio do conhecimento. Desenvolve projetos que integram um plano de ação, cuja meta prioritária é a formação do leitor e o estímulo à pesquisa.

utilizam os terminais rodoviários Transcol, e os acervos desses estabelecimentos caracteriza em espaços de leitura. Desta forma, observa-se que cada BibTranscol possui aproximadamente, em média, um total de 1400 itens informacionais (no caso, livros impressos). Consideramos a relevância desses módulos, tendo em pauta a quantidade de cidadãos que circulam nesses espaços diariamente e o tempo gasto na viagem dentro dos ônibus ou na espera nos terminais.

Os acervos da BibTranscol são expostos em prateleiras, no interior de um contêiner adaptado. Esses acervos contêm diversas literaturas (seja ela científica, acadêmica ou literária), visando incentivar a prática da leitura, no decorrer da permanência das pessoas nos terminais ou dentro dos coletivos.

No caso deste estudo, o ambiente de pesquisa delimita os módulos bibliotecários de três instituição bibliotecária (Figura 1), denominado de BibTranscol instaladas no município de Cariacica nos terminal de transporte coletivo de passageiros, sendo Jardim América (Av. Mario Gurgel, 741 - Jardim América), Itacibá (Rod. Gov. José Sete, 7710 - Rio Branco) e de Campo Grande (R. Dom Pedro II, s/n - Cruzeiro do Sul).

Figura 1. Localização/distribuição das BibTranscol no município de Cariacica/ES.



Fonte: © contribuidores do OpenStreetMap, 2017.

O fácil acesso ao município, o estimado déficit (uma biblioteca para cada 77 mil habitantes) no quantitativo recomendável de biblioteca pela Unesco (uma biblioteca para cada 12 mil habitantes) e um diagnóstico de um projeto que está em face a completar dez anos de atuação instituem os pontos que balizaram a intenção de análise dessa ambiência. A missão de implementar ações de incentivo à leitura e à pesquisa (projeto "Leia Espírito Santo"), a missão desafiadora de estimularem a cultura de paz (Programa Estado Presente e no atual Ocupação Social) e o estudo de uma ambiência distinta (de biblioteca pública em módulos-containers) constituem alguns traços que motivou o presente diagnóstico.

A propósito, Lancaster (1996, p. 8) defende que existem várias razões para se promover uma avaliação de serviços oferecidos, tal como: (I) estabelecer uma escala para mostrar em que nível de desempenho o serviço está funcionando no momento; (II) comparar o desempenho de várias bibliotecas ou serviços; (III) justificar sua existência simplesmente; e (IV) identificar as possíveis causas de insucessos ou ineficiência do serviço ou ainda uma análise da relação custo-benefício.

Técnicas de pesquisa e as estratégias de coleta de dados

Com base na abordagem a metodologia deste estudo possui caráter descritivo de natureza quantitativa. Seu delineamento é do tipo levantamento (*survey*) com a utilização de questionário semiestruturado disponibilizado entre os dias 16 de janeiro a 31 de março de 2017, com a técnica do incidente crítico, sendo o instrumento de coleta de dados aplicado após o/a cliente devolver ou locar um livro, ou seja, sair da unidade.

Para a coleta de dados utilizou-se a abordagem teórico-metodológica Servqual, com as dimensões ou determinantes da qualidade adaptadas ao meio sociobiblioteconômico, para se ajustar à realidade em estudo. O roteiro de perguntas possuía três perguntas fechadas (faixa etária, gênero, etnia), um espaço aberto (retângulo) para captar sugestões e, quarenta e quatro sentenças de opinião, elaboradas e distribuídas entre as cinco dimensões da qualidade para avaliar o grau de “expectativas” e da “percepção” diante a ordem escalar de *Likert*.

Os associados da biblioteca deveriam assinalar uma opção entre 1 e 5 da escala Psicométrica de Likert para o item “importância” (sendo que na escala 1=menos importante e 5=muito importante) e também para o item “satisfação”

(sendo que na escala 1=insatisfeito e 5=muito satisfeito). Ao final, foi incluída a questão aberta (qualitativa), estimulando os alunos a registrarem seus comentários, sugestões ou reclamações.

Em convergência com Crossno *et al.* (2001), preferimos utilizar o termo importância ao invés de expectativas, proposto pelo método Servqual, porque essa abordagem permite ajustes e, tal concepção simplifica a compreensão dos termos: é mais fácil para o participante entender: “o quanto atendimento da biblioteca é importante para você” do que “qual a sua expectativa em relação ao atendimento”. Pela mesma razão, percepção foi substituída por “satisfação” na esquematização das questões.

Para interpretação dos resultados da pesquisa quantitativa foram utilizadas técnicas estatísticas (análise descritiva). Os dados coletados foram inseridos e tabulados no programa Excel da Microsoft e utilizamos fórmulas estatísticas para calcular as médias, proporções, desvios, distribuição de frequência e, produzir as tabelas, gráficos e ilustrações visando facilitar a descrição dos dados recolhidos.

Análise e Discussão dos Resultados

Um total de trezentos e noventa e quatro questionários foram aplicados a população estabelecida em estudo. Foram considerados apenas os questionários que tinham a resposta “Sim” à questão: “Você já pegou empréstimo/locou livros na Biblioteca Transcol”. Convém lembrar que a aplicação da abordagem teórico-metodológica Servqual requer uma prévia experiência com o serviço a ser avaliado e no quadro I temos os dados relativos dessa amostra.

Uma análise dos resultados permite identificar os itens mais importantes (expectativa) para a maioria dos usuários: “Os livros (obras) são atrativos e estão bem organizados na estante segundo a abrangência do assunto” obteve 87% das respostas e “Equipe sempre disposta para ajudar na prática leitora” obteve 85%. Ainda em relação à importância, os itens da pesquisa receberam dos participantes uma pontuação que variava entre 4,00 e 4,70 de uma escala de cinco pontos. Isso sugere que os fatores selecionados são relevantes para os entrevistados.

Tabela 1. Perfil social dos participantes da pesquisa

Região/Local da biblioteca - Cariacica, ES, 2017 (N = 394).						
TERMINAL	JARDIM AMÉRICA		CAMPO GRANDE		ITACIBÁ	
	N=101	%	N=167	%	N=136	%
FAIXA ETÁRIA						
< 25	48	47,52%	83	49,70%	69	50,74%
25 - 60	40	39,60%	63	37,72%	55	40,44%
> 50	13	12,87%	21	12,57%	12	8,82%
COR DA PELE (ETNIA)						
Amarela	4	3,96%	7	4,19%	8	5,88%
Branca	55	54,46%	94	56,29%	77	56,62%
Preta (negro)	22	21,78%	29	17,37%	27	19,85%
Parda	20	19,80%	37	22,16%	24	17,65%
GÊNERO (ORIENTAÇÃO SEXUAL)						
Masculino	37	36,63%	68	40,72%	50	36,76%
Feminino	59	58,42%	88	52,69%	80	58,82%
Outro / Outra	5	4,95%	11	6,59%	6	4,41%

Fonte: Dados da pesquisa

Uma análise dos resultados permite identificar os itens mais importantes (expectativa) para a maioria dos usuários: “Os livros (obras) são atrativos e estão bem organizados na estante segundo a abrangência do assunto” obteve 87% das respostas e “Equipe sempre disposta para ajudar na prática leitora” obteve 85%. Ainda em relação à importância, os itens da pesquisa receberam dos participantes uma pontuação que variava entre 4,00 e 4,70 de uma escala de cinco pontos. Isso sugere que os fatores selecionados são relevantes para os entrevistados.

Entre os itens indicados como de “maior satisfação”, o primeiro deles, com 85% das respostas foi “Atendente tem conhecimento suficientes para responder minhas questões relativas ao empréstimo/locação/disponibilidade/cadastro”, e o segundo, com 80%, “Funcionários da biblioteca inspiram confiança”. Ainda em relação à satisfação (percepção), os participantes atribuíram às questões, uma pontuação que variava entre 3,80 e 4,40 de uma escala de cinco pontos, apontando uma pequena diferença entre a importância e a satisfação dos serviços. Entretanto, os itens que obtiveram uma pontuação menor podem representar aspectos a serem melhorados nos serviços ofertados pela Biblioteca Transcol. Entre eles estão a

“Disponibilidade e atualidade dos equipamentos de informática” e “Instalações físicas adaptadas às necessidades dos associados”, ambos apresentando respectivamente 12,00 % das respostas marcadas entre “insatisfeito” e “pouco satisfeito”.

A tabela 2 apresenta a média da pontuação (em uma escala de 1 a 5) recebida pelos indicadores da qualidade de serviço a respeito da importância e satisfação, agrupados por dimensão:

Tabela 2. Importância e Satisfação por Dimensão

DIMENSÃO	IMPORTÂNCIA	SATISFAÇÃO
Tangibilidade	4,70	3,80
Receptividade	4,30	3,90
Segurança	4,15	4,10
Empatia	4,60	4,35
Confiabilidade	4,50	4,40

Fonte: Dados da pesquisa

A determinante da qualidade do serviço apontada nesse trabalho assinala que a dimensão Tangibilidade (*tangibles*), como sendo a preferida pelos associados da biblioteca. A dimensão tangibilidade assinala as aparências físicas das instalações, equipamentos, pessoal e material de comunicação. Já no que tange a satisfação vemos que essa dimensão exibe-se um dos índices mais rebaixo em relação às demais dimensões da qualidade.

Miguel e Freire (2016) defendem uma segunda maneira para apresentar os resultados de pesquisas usando o Servqual, ou seja, que a Análise de *Gaps* é oportuna a um ranqueamento das determinantes da qualidade.

Figura 2. Fórmula para cálculo do *gaps* da qualidade

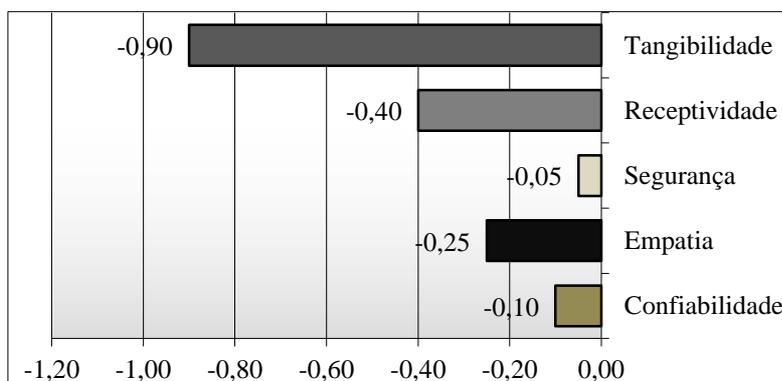


Fonte: baseado em Miguel e Freire (2016).

Para calcular as médias, as pontuações (de 1 a 5) de cada questão foram somadas e depois divididas pelo número total de respondentes (394) tanto para a satisfação quanto para a importância. A seguir foi calculada a diferença entre as duas, obtendo-se assim o *gap* por dimensão. Os estudos de Nitecki e Herton (2000) indicam que as pontuações de *gaps* entre 0 e -1 não superam as expectativas (excelência), porém podem atender ao que os alunos esperam de um serviço padrão e, auferem status de qualidade positiva ao serviço prestado.

Para o cálculo dos *gaps* por dimensão foram somadas as médias das questões de cada dimensão e divididas pelo total de questões de cada dimensão do questionário da pesquisa. Por exemplo, para o cálculo dos *gaps* da dimensão Receptividade, foram somadas as médias das pontuações das questões relativas a esta dimensão e depois divididas por quatro, que era o número das questões relacionadas a esta dimensão. A ilustração a seguir (Figura 3) apresenta os *gaps* por dimensão:

Figura 3. Gráfico 1 dos *gaps* por dimensões



Fonte: Dados da pesquisa

A partir do gráfico 1 pode-se averiguar os hiatos entre o serviço desejado e o de fato encontrado, quanto mais elevado o *gap* maior é a lacuna entre o serviço esperado e o serviço percebido (Tangibilidade). Ainda em termos de caracterização verificamos que a maior lacuna foi na dimensão tangibilidade, sobretudo no que se refere à atratividade das instalações físicas, isso é crucial para a qualidade do serviço, pois influencia não somente a percepção da ambiência, mas também as expectativas quanto a desenvoltura do processo ensino-aprendizagem. Nesse painel verificamos que a diferença entre o serviço desejado e o encontrado, e a dimensão segurança apresenta menor divergência. Isso indica que não houve decepção significativa, ou seja, o aluno ratifica a

percepção efetiva da “Capacitação”.

Amparados pela base teórica, e com objetivo de constituir uma ferramenta metodológica, a Matriz de Análise de Importância X Desempenho⁸ assinala uma forma didática de apresentar os resultados da aplicação Servqual. Nitecki e Herson (2000) recomendam-na porque propicia uma correlação gráfica que facilita a visualização dos dados.

Conforme observado anteriormente, ao aplicar a análise de quadrante verificam-se informações bastante interessantes sobre os serviços prestados. Nessa pesquisa, com os associados nas três BibTranscol sobreveio uma concentração no quadrante 1 (manter) de todos os vinte e dois atributos da qualidade. A próxima ilustração (Figura 4) sugere que os usuários do projeto BibTranscol veem todos os atributos da pesquisa como importantes e bem desempenhados pelo módulo de informação. E como aponta MCKENNA (1999, p.6), desenvolver um processo sistemático de interação que fará firmeza (mantém) à relação.

Figura 4. Análise de Quadrantes



Fonte: Dados da pesquisa

⁸ A análise de Quadrantes constrói uma matriz bidimensional. Sendo assim, um atributo que se situar no Quadrante I terá alta importância com alto desempenho e as ações devem focar na questão de manutenção dos esforços.

Recomendações e Considerações Finais

Este estudo foi realizado tendo-se como objetivo principal averiguar as percepções e expectativas dos associados da BibTrancol (Jardim América, Itacibá e Campo Grande) acerca da qualidade dos serviços ofertados nos contêiner instalados nos Terminais do Sistema Integrado de Transporte Coletivo Urbano Municipal e Intermunicipal Metropolitano de Passageiros (Transcol) do município de Cariacica.

A BibTrancol é uma biblioteca pública, surgiu dos anseios da Biblioteca Pública do Espírito Santo (BPES), e por meio da Secretaria de Estado da Cultura (SECULT) e das parceria com o Governo do Estado, o terceiro setor e a iniciativa privada, o projeto adentrou em três municípios, em dez terminais rodoviários. O desígnio desse projeto é dar acesso à leitura a um número diverso e mais amplo de cidadãos capixabas, e a relevância social da BibTrancol [...] se verifica pelos resultados obtidos ao longo de 10 anos, desde sua implantação (BRASIL, 2017).

Chartier (2000) esclarece que o ato de ler foi se modificando ao longo dos tempos, transformando-se em uma prática social, realizada entre locais dos mais variados, seja nas praças públicas ou nos recintos das famílias. Portanto, a inserção da biblioteca públicas sobre diferentes arranjos (de bancas de jornais á contêineres adaptados), contempla a missão de transcendência das bibliotecas no que se tange o fomento à leitura.

De acordo com Taralli (2004), as relações entre o homem e o espaço estribam um longo processo, em que o espaço aufere significados e conquista importância sociocultural e simbólica. Em se tratando do espaço da biblioteca, muitos foram os desafios realizados nos últimos dez anos no sentido de satisfazer as necessidades dos usuários. Em tal perspectiva, os serviços da BibTrancol se situam acolá da mera oferta de material informacional.

A BibTrancol disponibiliza livro, aos associados a rede de bibliotecas, no interior do dez terminais rodoviários dos Sistema de Transporte troncalizado de passageiros (Transcol) da RMGV; como já foi apontado, a leitura flui no aguardo do ônibus, no decurso dos trajetos, nos domicílio e os outros possíveis caminhos das práticas/hábitos de leitura. Isso foi enfatizado na fala de um dos entrevistados: "*[...] faz-se emergente novas passagens ao lócus do conhecimento, novos embarque nos horizontes da cultura, outras aderências tácita e explícita para avaliar aquilo que tanto carecemos (sic)*".

Compreende-se, que há várias razões para realizar a avaliação de serviços prestados, como por exemplo, um gestor pode avaliar visando instalar um nível de desempenho dos serviços em funcionamento ou simplesmente aferir aspirando justificar /aperfeiçoar a essência de um serviço (LANCASTER, 1996). Nessa mesma linha de pensamento, Las Casa (2017) questiona o que é um serviço de qualidade? Em continuidade a indagação, sic et simpliciter, reporta que vai depender do que o indivíduo espera receber e daquilo que realmente receberá. É preciso lembrar que os serviços têm dois artefatos de qualidade que devem ser apreciados: o serviço propriamente dito e a forma como é percebido pelo cliente (LAS CASA, 2017, p. 6).

Neste contexto, foi devido ao interesse que atualmente desperta a temática da qualidade, tanto em nível acadêmico, como em nível social, que se procurou no artigo, captar com os olhares dos associados a qualidade dos serviços de três BibTrancol, delineando um paralelo entre expectativa e percepção dos usuários, por meio das lacunas (gaps), em relação aos serviços prestados pelos módulos bibliotecários de Jardim América, Itacibá e Campo Grande, via à constatação da satisfação por meio da abordagem Servqual.

Segundo Parasuraman, Zeithaml e Berry (1985), o servqual fornece um roteiro básico, através das suas declarações de expectativas/percepções, para cada uma das cinco dimensões (ver TABELA 2) da qualidade do serviço (tangibilidade, confiabilidade, receptividade, segurança, e empatia). Além disso, essa abordagem é uma ferramenta útil para a tomada de decisões, pois permite evidenciar os pontos fracos e fortes das organizações sobre a chancela dos usuários.

Por meio dessa pesquisa foi possível constatar que os associados percebem positivamente a qualidade, mas apontam fortes descuidos da instituição com a questão a dimensão tangibilidade (gap 0,90) e receptividade (gap 0,40). Observa-se que um dos pontos fracos (FIGURA 3) refere-se aos aspectos tangíveis, o que demonstra a necessidade de se investir na melhoria da infraestrutura física e nas tecnologias de informação e comunicação. Esses resultados admitem algumas ações específicas, tais como: investir na melhoria da ambientação física, a qualidade da banda larga (acesso à internet/web), climatização das unidades, variedade nos acervos.

É pertinente considerar que esta pesquisa comprovou que o método Servqual (com as devidas adaptações) é apropriado para avaliar a qualidade a partir das percepções e expectativas dos clientes de forma abrangente. A partir das conclusões aqui expostas, várias opções para estudos futuros são

evidenciadas: uma análise de outras unidades (Bibtrancol de outros territórios) ou até mesmo projetos de outros estados (Livros sobre Trilhos e Embarque na Leitura - Rio Grande do Sul; BiblioBike - em Santa Catarina; Leitura no Ponto - São Paulo; Livros nas Praças e Biblioteca Parque - Rio de Janeiro; Estação Leitura - Minas Gerais) pedem novas considerações nessa linha de pesquisa e nortear adaptações que aprimorem a abordagem teórico-metodológica Servqual.

Desse modo, este breve percurso buscou empoderar uma comunidade usuária, discutir o papel da biblioteca contribuindo para o exercício da cidadania a transformação social. Na tentativa de contribuir para compreender a natureza dos diversos espaços de informação, sugere-se que estudos semelhantes a este, apurem as convergências ou divergências no processo de desenvolvimento de serviços. "Hoje não basta agradar os consumidores. É necessário encantá-los, superando suas expectativas" (LAS CASA, 2017, p. 6).

Portanto, a clientela (os associados do projeto) atualmente não é mais um agente passivo no processo de desenvolvimento de serviços, mas, assume um novo perfil (interagente), mais consciente, exigente, poderoso e bem informado de seus direitos, que toma decisões em prol da qualidade dos serviços e, muitas vezes, dita as regras desse para aprimoramento dos mesmos (MCKENNA, 1999).

Espera-se que esta pesquisa, seja o início de um longo processo de aprendizado e crescimento, onde os envolvidos (clientes interno e externos) sintam-se realmente valorizados e possam efetivamente contribuir para o desempenho dos serviços da BibTrancol, buscando de forma contínua a excelência dos serviços e cooperando para torná-la referência no cenário nacional, destaque no Mapa da Cultura: um espaço de informações e indicadores, do Ministério da Cultura, que integra e dar visibilidade aos eventos, espaços, agentes e projetos culturais (BRASIL, 2017).

Neste sentido, com os resultados obtidos a partir da percepção dos usuários quanto aos produtos e serviços prestados pela Biblioteca Transcol permitem afirmar que, de modo geral, os leitores estão satisfeitos e sendo despertados ao gosto e hábito pela leitura. Conforme descreve Santos (2014, p. 58) "Biblioteca é comunicação que se materializa na disseminação do conhecimento registrado, no uso de redes eletrônicas, na convivência do ambiente que permite a partilha e discussão de informações, conhecimento e vivências".

Referências

- BATTLES, M. **A conturbada história das bibliotecas**. São Paulo: Planeta do Brasil, 2003. 238 p
- BERNARDINO, M. C. R.; SUAIDEN, E. J.. O papel social da biblioteca pública na interação entre informação e conhecimento no contexto da ciência da informação. **Perspect. ciênc. inf.**, Belo Horizonte , v. 16, n. 4, p. 29-41, Dez. 2011. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S1413-99362011000400004>>. Acesso em: 29 abr. 2016.
- BRASIL. Ministério da cultura. **Projeto BibTranscol**. Mapas da Cultura, 2017. Disponível em: <<http://mapas.cultura.gov.br/projeto/257/>>. Acesso em: 11 fev. 2017.
- CHARTIER, R. **Entre poder y placer: cultura escrita y literatura en la Edad Moderna**. Madrid: Cátedra, 2000.
- CROSSNO, J. E. et al. Assessment of customer service in Academic Health Care Libraries (ACSAHL): an instrument for measuring customer service. **Bulletin of the Medical Library Association**, v. 89, n. 2, pp. 170-176, Abr. 2001. Disponível em: <<http://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC31724/>>. Acesso em: 17 mar. 2015.
- FREITAS, A. L. P.; BOLSANELLO, F. M. C.; VIANA, N. R. N. G. Avaliação da qualidade de serviços de uma biblioteca universitária: um estudo de caso utilizando o modelo Servqual. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 37, n.3, p. 169-184, Dez. 2008. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ci/v37n3/v37n3a07.pdf>>. Acesso em: 11 maio 2017.
- HOUAISS, A.; FRANCO, F. M. de M.; VILLAR, M. de S.. **Dicionário Houaiss da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001. lxxxiii, 2922 p. (Instituto Houaiss de lexicografia.).
- LANCASTER, F. W. **Avaliação de serviços de bibliotecas**. Brasília, DF: Briquet de Lemos, 1996. 356 p.
- LAS CASAS, A. L. **Qualidade total em serviços: conceitos, exercícios, casos práticos**. 6. ed São Paulo: Atlas, 2017. 223 p.
- MARINHO, R. R. Leitura: um caminho para a cidadania. **Transinformação**, Campinas, v. 5, n. 1,2,3, jan./dez. 1993. Disponível em: <<http://periodicos.puccampinas.edu.br/seer/index.php/transinfo/article/viewFile/1650/1621>>. Acesso em: 15 mar. 2015.
- MCKENNA, R. **Estratégias de marketing em tempos de crise**. Rio de Janeiro: Campus; São Paulo: Publifolha, c1999. 177 p.
- MIGUEL, M. C. Múltiplos olhares em prol da qualidade de serviços biblioteconômicos. **Revista ACB**, Florianópolis, v. 22, n. 2, p. 192-207, 2017. Disponível em: <<https://revista.acbsc.org.br/racb/article/view/1312/pdf> >. Acesso em: 19 ago. 2017.
- MIGUEL, M. C; FREIRE, V. F. Avaliação da Qualidade Orientada ao Usuário do Museu Capixaba do Negro: Aplicação da Abordagem Teórico- Metodológica Servqual em um Espaço Museológico de Vitória-ES. **Guará**, Vitória, n. 05, p.

103-116, Jul, 2016. Disponível em: <<http://periodicos.ufes.br/guara/article/view/14350/10092>>. Acesso em: 19 jul. 2016.

NITECKI, D. A.; HERNON, P. Measuring service quality at Yale's University's libraries. **The Journal of Academic Librarianship**, Ann Arbor, v. 26, n. 4, p. 259-273, Jul. 2000.

PALADINI, E. P.; CARVALHO, M. M. de. **Gestão da qualidade: teoria e casos**. 2. ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012. xx, 430 p.

PALADINI, E. P. **Avaliação estratégica da qualidade**. São Paulo: Atlas, 2002. 246 p.

PARASURAMAN, A; ZEITHAML, V. A; BERRY, L. L. A conceptual model of service quality and its implications for future research. **Journal of Marketing**, Chicago, v. 49, n. 4, p. 41-50, 1985.

SANTOS, J. M. A cultura da informação nas bibliotecas públicas brasileiras. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**. São Paulo, v. 10, n. 1, p. 54-67, jan./jun. 2014. Disponível em: <<https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/280/291>>. Acesso em: 29 nov. 2016.

SNBP [Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas]. **Manifesto da UNESCO sobre Bibliotecas Públicas – 1994**. 2017. Disponível em: <<http://snbp.culturadigital.br/manifestos/manifesto-da-unesco-sobre-bibliotecas-publicas/>>. Acesso em: 22 abr. 2016.

TARALLI, C. H. Demandas sociais e escola pública. In: Seminário Internacional Nutau, 2004, São Paulo. **Anais eletrônicos...** São Paulo: FAU/USP; Nutau, 2004. 1 Cd-Rom.

UNESCO. **Manifesto da IFLA/Unesco sobre Bibliotecas Públicas (1994)**. Disponível em: <<http://snbp.culturadigital.br/manifestos/manifesto-da-unesco-sobre-bibliotecas-publicas/>>. Acesso em: 22 abr. 2016.

New times, new challenges: the views of librarians Transcol in the process of developing services

ABSTRACT

This article presents a discussion about the important and quite up-to-date theme: customer satisfaction. Evaluating and reassessing the quality of services to fit the needs of your community is a necessary activity for any library. This study uses the Servqual method (PARASURAMAN; ZEITHAML; BERRY, 1985) to raise the perception of the members of the Transcol library in relation to the services offered in the librarian modules present in the public transport terminals of the municipality of Cariacica. This method proposes an examination of the importance and satisfaction matrix as a tool for data analysis in relation to the five quality dimensions: Reliability, Empathy, Assurance, Responsiveness and Tangibility. The methodology of this research has a

descriptive character, quantitative approach and survey technique. The results obtained indicate that the associates of the library attach greater importance to the tangibility dimension in what refers to the library service.

Keywords: Dimensions of quality, Library users, Libraries and society, Territoriality.



Sociologia do conhecimento e da ciência: da sua emergência a Pierre Bourdieu

Gabriel Bandeira Coelho¹

RESUMO

O presente artigo tem como principal objetivo demonstrar as características da Sociologia do Conhecimento – emergente nas primeiras décadas do século XX – e da Ciência, destacando os principais conceitos deste campo de estudo sociológico, a partir de Max Scheler, dando ênfase à Sociologia do Conhecimento de Karl Mannheim, à Sociologia da Ciência de Robert Merton e à Sociologia do Campo Científico de Pierre Bourdieu. Ademais, objetiva-se, com isso, tecer algumas críticas acerca da característica desinteressada da sociologia da ciência mertoniana, a partir da ideia bourdieusiana de que a ciência é um campo perpassado por intensos conflitos e tensões em torno dos monopólios de autoridade e do capital simbólico.

Palavras-Chave: Sociologia do Conhecimento, Sociologia da Ciência, Robert Merton, Karl Mannheim, Pierre Bourdieu.

Recebido em 11/02/2017

Aceito para publicação em 09/12/2017

DOI: <https://doi.org/10.25067/s.v21i2.15045>

Introdução

Este artigo tem como principal objetivo apresentar as características da Sociologia do Conhecimento – emergente nas primeiras décadas do século XX – e da Ciência, destacando os principais conceitos deste campo de estudo sociológico, a partir de Max Scheler, dando ênfase à Sociologia do Conhecimento de Karl Mannheim, à Sociologia da Ciência de Robert Merton e à Sociologia do Campo Científico de Pierre Bourdieu.

No primeiro subitem “Sociologia do Conhecimento: contextos de

¹ Doutorando em Sociologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Membro do grupo de pesquisa TEMAS (Tecnologia, Meio Ambiente e Sociedade). Mestre em Sociologia pela Universidade Federal de Pelotas e Graduado em Ciências Sociais licenciatura pela Universidade Federal de Pelotas - UFPel. E-mail para contato: gabrielbandeiracoelho@yahoo.com.br.

emergência e definições”, salientamos o contexto de surgimento deste campo de estudo da Sociologia, ainda na primeira metade do século XX, calcada em uma dimensão interpretativista e hermenêutica da realidade. Para tanto, damos maior ênfase à teoria de Karl Mannheim, sobretudo com sua principal obra “Ideologia e Utopia”, publicada originalmente em 1929. Ainda neste subitem levantamos o debate sobre a diferenciação entre contexto da descoberta e contexto da justificação, preconizada por Hans Reichenbach, ou seja, a diferenciação entre a ciência de viés externalista e a ciência de viés internalista.

No subitem intitulado “Robert Merton: a autonomia da ciência”, destacamos os principais conceitos e características da sociologia da ciência norte-americana, tais como o ethos da ciência moderna (comunismo, universalismo, desinteresse e ceticismo organizado). Com isto, nosso objetivo é mostrar a tese central de Merton, o qual define a ciência como um campo autonomizado, com certo grau de independência e separada das demais instituições sociais, ou seja, uma instituição autônoma que não sofre influências da política, da economia, da teologia etc.

Por fim, no último subitem, com o título “Pierre Bourdieu e o campo científico: do ethos desinteressado às lutas por monopólios de autoridade”, buscamos, de certo modo, contrapor a visão de uma ciência desinteressada, preconizada por Merton, com a teoria do campo científico proposta por Bourdieu, com o intuito de evidenciar que a ciência é perpassada por diversos interesses políticos, epistemológicos, econômicos e ideológicos. Para tanto, utilizamos uma série de conceitos que constituem o cabedal teórico bourdiano, tais como: campo, habitus, legitimidade, capital simbólico, dominação, entre outros.

1 Sociologia do conhecimento e da ciência

1.2 Sociologia do conhecimento: contextos de emergência e definições

O século XX foi, indubitavelmente, marcado por intensas mudanças políticas, econômicas, sociais e, especialmente, intelectuais. Foi o século da efervescência do Positivismo Lógico (Círculo de Viena) e também de sua crise. Do abalo, conforme temos abordado, da *episteme* moderna e da emergência de novos postulados teóricos, como a Física Quântica, a Teoria da Relatividade, a Filosofia da linguagem de Wittgenstein, a Teoria da Incerteza de Heisenberg,

entre outros. Ademais, este período, na década de 1930, representa a emergência da epistemologia de Karl Popper – a partir de sua grande obra, “*Logik der Forschung*”², publicada em 1934 – que, por sua vez, colocou um ponto final na possibilidade do critério de demarcação positivista, calcado na indução e na verificação, além de ter concebido o racionalismo crítico como um novo critério de demarcação entre ciência e não ciência.

Destarte, as décadas de 1930 e 1940 ficaram marcadas, também, pelo intenso debate em torno dos Estudos Sociais da Ciência, tendo como principais representantes Karl Mannheim³, com a sistematização da Sociologia do Conhecimento, de viés hermenêutico e historicista, e Robert Merton com a consolidação da Sociologia da Ciência. Não obstante, esta contenda em relação aos estudos sobre o conhecimento estendeu-se ao longo do século XX – décadas de 40, 50 e 60 – com os epistemólogos de orientação histórica, como Gaston Bachelar, Georges Canguilhem e Michel Foucault. Por fim, a publicação, em 1962, de “A Estrutura das Revoluções Científicas”, de Thomas Kuhn, revitalizando o debate dos Estudos Sociais da Ciência⁴, foi essencial para a posterior emergência – fim da década de 1960, meados da década de 1970 – do Programa Forte de Sociologia⁵, da Sociologia do Conhecimento Científico ou *Social Studies*, representada por renomados autores como David Bloor, Barry Barnes, Steven Shapin, entre outros.

Neste sentido, se há uma área da Sociologia que merece destaque por seu reconhecimento e por sua expansão, sobretudo no século XX, esta é a Sociologia do Conhecimento ou, como sublinha Rodrigues (2005), o estudo sociológico dos conhecimentos sociais. Ao falarmos em Sociologia do Conhecimento, faz-se relevante destacarmos que estamos nos referindo ao próprio conhecimento do conhecimento. Em outros termos, é um auto-exame, uma problematização que o conhecimento científico, enquanto disciplina (*Wissenssoziologie*) faz de si mesmo, ou seja, uma observação voltada ao seu interior. Dito de outra forma, em uma mesma linha de argumentação, Rodrigues (2005, p. 13) salienta que “a sociologia declara a possibilidade de reflexividade do conhecimento, tomando como objeto de seu conhecimento o conhecimento do conhecimento, ou seja, os

² Traduzida para a língua portuguesa como a “A Lógica da descoberta científica”.

³ Sabemos que o ano de publicação da principal obra de Mannheim, “*Ideologia e Utopia*” é 1929, mas a situamos na década 1930, pois estamos levando em consideração o período no qual ela tornou-se marcante na agenda intelectual acerca dos estudos sociológicos sobre o conhecimento.

⁴ Muito embora Kuhn tenha sido um físico e tampouco direcionou sua teoria às Ciências Sociais, estamos nos referindo, sobretudo à crítica de Kuhn no que tange à cisão entre contexto da descoberta e contexto da justificação.

⁵ Também conhecida como Escola de Edimburgo.

múltiplos conhecimentos produzidos no seio das particularidades da sociedade”. Além disto, de acordo com Mattedi (2006), a sociologia do conhecimento caracteriza-se por focar-se nas relações entre o contexto social e as diversas formas de conhecimento, quais sejam: conhecimento ideológico, filosófico, científico etc.

Rojo (2005) argumenta que a sociologia do conhecimento está intimamente relacionada à emergência da Ciência Moderna, desde os proeminentes aspectos epistemológicos de René Descartes e Francis Bacon – racionalismo e empirismo como a base epistemológica de toda tradição científica moderna – até as clássicas concepções de Marx, Weber e Durkheim. Entretanto, é partir das primeiras décadas do século XX que a sociologia do conhecimento consolida-se, de fato, como disciplina científica no interior da própria sociologia. Assim, podemos destacar, como importantes nomes da sociologia do conhecimento, situados na primeira metade do século XX, Max Scheler, criador do termo “sociologia do conhecimento”, Karl Mannheim, precursor da sistematização desta nova disciplina e Robert King Merton, responsável por identificar a ciência como instituição social, criando as bases para uma sociologia da ciência (RODRIGUES, 2005; VALERO, 2004).

Lamo de Espinosa, García e Albero (1994) apontam Max Scheler – mesmo mostrando suas limitações epistemológicas – como o pioneiro e fundador da sociologia do conhecimento na Alemanha. Scheler é reconhecido por ter introduzido a sociologia do conhecimento como disciplina acadêmica na linguística alemã, com seus principais ensaios de 1921 e de 1922. Ademais, é ele que, primeiramente, cunha o termo *Wissenssoziologie* para referir-se à sociologia do conhecimento. Em outros termos, conforme afirma Mattedi (2006, p. 65), “*Max Scheler é sempre lembrado na análise da abordagem sociológica do problema do conhecimento pela introdução da expressão Wissenssoziologie*”. Cabe destacarmos que o interesse de Scheler no que diz respeito à sociologia do conhecimento, caracteriza-se por ser passageiro. Com base nisto, seu pensamento pode ser dividido em três grandes etapas, quais sejam: a) a primeira marcada por uma base fenomenológica, tendo como produto uma teoria dos valores; b) a segunda, pós Primeira Guerra, chamada de sociologia do saber, a qual tinha por objetivo relacionar a hierarquia dos valores com o relativismo histórico que dominava o pensamento intelectual a sua época; c) por fim, a terceira, a partir de 1922, denominada de antropologia filosófica, que reivindicava uma metafísica do ser humano (LAMO DE ESPINOSA, GARCÍA E ALBERO, 1994).

Segundo Wirth (1982), a sociologia do conhecimento preocupa-se em reelaborar dados históricos intelectuais com o objetivo de identificar os estilos e métodos – a própria mentalidade de uma época – de pensamentos dominantes em determinados períodos sócio históricos. Cabe destacarmos que a sociologia do conhecimento, nesta definição, busca articular a produção de conhecimento com o contexto em que esse pensamento emerge. Em resumo, a sociologia do conhecimento, especialmente a de Mannheim, volta-se para aqueles responsáveis pela atividade intelectual, isto é, aos próprios intelectuais. Neste sentido, as características dos grupos sociais, produtores de conhecimento, suas origens sociais, seus modos de organização, filiação de classe, recompensas e prestígios fazem parte do cabedal de questões que esta disciplina busca identificar e conhecer (WIRTH, 1982).

A sociologia do conhecimento, então, emerge a partir da necessidade da própria sociologia de conhecer e de identificar as bases existenciais da produção de conhecimento (RODRIGUES, 2005). Em uma mesma linha de argumentação, Wirth (1982, p. 26), afirma que *“esta nova disciplina situa-se historicamente e logicamente no âmbito da Sociologia Geral concebida como a ciência social básica”*. Não obstante, conforme argumentam Lamo de Espinosa, García e Albero (1994), ao referimo-nos à sociologia do conhecimento, três características destacam-se, quais sejam: que haja sociologia; que haja conhecimento e que o conhecimento seja consciente de si. Desta forma;

A sociologia do conhecimento, como qualquer outro tipo de conhecimento, emerge sob condições sociais concretas que se faz necessário indagar, e a isso, justamente, dedica-se a sociologia do conhecimento: a indagar as variáveis que favorecem/dificultam a construção/emergência do conhecimento e, portanto, a indagar as variáveis que favorecem/dificultam a emergência desse tipo especial de conhecimento que é a sociologia do conhecimento. Isto é fazer sociologia do conhecimento: indagar as causas sociais de algum tipo concreto de conhecimento (LAMO DE ESPINOSA, GARCÍA e ALBERO, 1994, p. 19).

Embora Scheler tenha sido o responsável por iniciar a sociologia do conhecimento como disciplina no cenário intelectual europeu, fora Karl Mannheim, tido como o teórico de maior expressão desta área, quem, de fato, sistematizou e consolidou a sociologia do conhecimento, como uma subárea no interior da própria sociologia, a partir de sua marcante obra, “Ideologia e Utopia”, publicada em 1929 (RODRIGUES, 2005).

1.2.1 Karl Mannheim e a sistematização da sociologia do conhecimento

Com o objetivo de situar a teoria do conhecimento de Mannheim, ressaltamos que a sociologia do conhecimento emergiu no seio de um intenso momento de crise e de conflito, de uma significativa tensão intelectual na Europa da primeira metade do século XX, ou seja, uma crise dos pressupostos epistemológicos da “Concepção Herdada” (método dedutivo-indutivo). Lamo de Espinosa, García e Alberó (1994) afirmam que a sociologia do conhecimento é produto de sua conjuntura, isto é, de um contexto de grandes tensões intelectuais e políticas, de um mundo que tinha, por sua vez, perdido a fé em si mesmo e, também, na própria coalescência, na previsibilidade, na ordem e na regularidade anunciadas pela modernidade. Conforme argumentam os autores (1994, p. 234) “*a sociologia do conhecimento é filha desta crise*”.

Não obstante, o cenário de conflitos armados, como a Primeira Guerra Mundial, destacando a falta de coesão social entre as nações, anuncia a fragilidade do cenário intelectual Ocidental deste período. Além disto, com a crise do positivismo lógico (Círculo de Viena), a objetividade, tão cara à ciência, também começa a mostrar sinais de esgotamento. Deste modo, Wirth (1982, p. 16-7), criticando a postura objetivista – no que tange, sobretudo, às questões da vida social – do realismo epistemológico, argumenta que:

A busca da objetividade faz surgir difíceis problemas para a tentativa de estabelecer um método científico rigoroso para o estudo da vida social. Enquanto ao lidar com os objetos do mundo físico o cientista pode perfeitamente se limitar às uniformidades e regularidades externas que se apresentam, sem buscar penetrar no significado interno dos fenômenos, no mundo social a pesquisa existe fundamentalmente para uma compreensão destes significados e conexões internos.

Frente ao exposto, percebemos que a base epistemológica que influenciara Mannheim é distinta daquela que sustentou, e tem sustentado, a tradição moderna por mais de três séculos. Podemos afirmar, então, que Mannheim, assenta suas bases em uma concepção compreensiva, interpretativista de mundo, isto é, em uma concepção hermenêutica⁶ e

⁶ Para Gaeta *et al* (2008), a hermenêutica tem por função compreender as intenções de outros seres humanos com o intuito de penetrar nos significados ocultos das manifestações linguísticas.

historicista acerca da relação entre produção de conhecimento e contexto social. Com base nisto, Mannheim (1982, p. 33) afirma que “*um novo tipo de objetividade pode ser obtido nas Ciências Sociais, mas não por meio da exclusão de valorações, e sim através da percepção e do controle crítico destas*”. Assim, Wirth (1982) sublinha que Mannheim buscou reconstituir uma singular conexão entre os diversos grupos de interesse na sociedade e os modos de pensamento que eles defendiam. Em verdade, Mannheim, segundo Wirth (1982), estava preocupado em ir além da concepção de um intelecto puro e, por este motivo, buscou relacionar as condições sociais – o cultural e o contexto social – com a emergência e a inteligência do pensamento humano.

Tal perspectiva no que concerne à relação entre produção de conhecimento e contexto sócio histórico destaca-se quando Mannheim (1982, p. 30) afirma que “a principal tese da sociologia do conhecimento é que existem modos de pensamento que não podem ser compreendidos adequadamente se mantiverem obscuras suas origens sociais”. Mannheim (1982) justifica esta definição salientando que não há como conceber a ideia de que o conhecimento, o modo de pensar, tenha origem apenas no indivíduo, do seu interior, tendo por base apenas sua experiência de vida. Em outros termos, ele acrescenta que a abordagem feita pela sociologia do conhecimento não inicia a partir do indivíduo isolado, do “pensamento em si”. Diferente disto, a sociologia do conhecimento tem por objetivo a busca pela compreensão do pensamento em relação ao contexto concreto, à determinada cultura, ao contexto histórico-social. A partir desta perspectiva, Mannheim (1982) argumenta que os homens isolados, os indivíduos, não pensam, mas quem pensa são “*os homens em certos grupos que tenham desenvolvido um estilo de pensamento particular em uma interminável série de respostas a certas situações típicas características de sua posição comum*” (MANNHEIM, 1982, p. 31).

Segundo Mannheim (1982), o método da sociologia do conhecimento consiste em não separar as formas de pensar existentes do contexto de ação coletiva. Isto significa dizer, para o autor, que os modos de pensamentos individuais estão intimamente conectados/relacionados a outros pensamentos, ou seja, os objetos do mundo não são confrontados a partir de níveis de abstração de uma mente isolada em si, mas sim, agem em conjunto com ou contra os outros, inseridos em grupos organizados (ação coletiva). Nestes termos, enquanto os indivíduos agem, eles pensam como ou contrariamente aos demais. Em outras palavras, conforme argumentam Lamo de Espinosa, García e Albero (1994), o sujeito do conhecimento mannheimiano não é o indivíduo, mas, de fato, os grupos, pois os indivíduos isolados não pensam e tampouco produzem

conhecimento do ponto de vista sociológico, de uma ciência do social.

Nesta perspectiva, na qual o modo de pensar está fixado ao contexto, à cultura e à história, a dimensão interpretativista, a compreensiva e, portanto, hermenêutica das concepções epistemológicas de Mannheim evidenciam-se. Nosso argumento reafirma-se quando Mannheim (1982, p. 33-34) diz que, dentre as próprias intuições da sociologia do conhecimento, *“pode-se indicar com relativa precisão os fatores que estão inevitavelmente forçando um número cada vez maior de pessoas a refletir (...) sobre o alarmante fato de que o mesmo mundo possa se mostrar diferentemente a observadores diferentes”*.

Em seu modelo teórico, Mannheim propõe a diferenciação de dois grandes significados para o conceito de ideologia. São eles: ideologia parcial e ideologia total, sendo a palavra, o termo “ideologia” independente da vertente marxista, como afirmou o próprio Mannheim (1982, p. 81). Deste modo, a primeira caracteriza-se por estar relacionada aos interesses específicos de determinados grupos sociais. Por este motivo, tornam-se disfarces ou deformações no que diz respeito à verdade ou a real natureza de uma determinada situação. Já a segunda, a ideologia total ou a visão total de mundo, está caracterizada por determinar a maneira de pensar, como um todo, de um grupo social, pois é a ideologia total que irá “impor” e guiar os olhares dos pesquisadores que a tomam como base. Ideologia total refere-se, segundo Mannheim (1982, p. 82), *“à ideologia de uma época ou de um grupo histórico-social concreto, ocasião na qual nos preocupamos com as características e a composição da estrutura total da mente desta época ou deste grupo”*. Ele ainda acrescenta,

A concepção particular da ideologia opera como uma psicologia de interesses, enquanto a concepção total utiliza uma análise funcional mais formal, sem quaisquer referências a motivações, confinando-se a uma descrição objetiva das diferenças estruturais das mentes operando em contextos sociais diferentes. A primeira pretende que este ou aquele interesse seja a causa de uma dada mentira ou ilusão. A última pressupõe que existe uma correspondência entre uma dada situação social e uma dada perspectiva (...) ou massa aperceptiva (MANNHEIM, 1982, p. 83).

Com isto, podemos afirmar, que a sociologia do conhecimento mannheimiana, de viés historicista, relativista e hermenêutica, caracteriza-se por colocar o conhecimento, seja ele utópico, ideológico ou científico, dependente

de posições sociais determinadas, particularmente da posição de classe, mesmo que ela não seja a única. Por conseguinte, conforme salienta Michel Lowy (1991), Mannheim introduziu uma injeção de materialismo histórico, oriundo do marxismo, e colocou o conhecimento não apenas como historicamente relativo, mas também socialmente relativo, em relação a determinados interesses, posições sociais, sobretudo de classes sociais. Ademais, segunda salienta Rodrigues (2005, p. 69-70), o fato de ter-se colocado, por um lado, em oposição “à visão histórica imanente do pensamento dentro de uma perspectiva globalizante (...), e da discordância da percepção marxiana do significado de ideologia, por outro lado”, levou Mannheim a conceber a necessidade da emergência de uma sociologia do conhecimento.

1.2.2 Contexto da descoberta e contexto da justificação: a cisão proposta por Hans Reichenbach

Segundo argumentam Lamo de Espinosa, García e Alberó (1994), um dos temas centrais para a definição do estatuto teórico da sociologia do conhecimento diz respeito às suas relações com a epistemologia⁷. Em outros termos, trata-se de abordar, por um lado, a problemática da gênese social do conhecimento (contexto da descoberta) e, por outro lado, a validade teórica deste conhecimento (contexto da justificação). Conforme salientam os autores (1994), a sociologia do conhecimento tem por essência afirmar que os conhecimentos surgem a partir das condições sociais, particulares e, também, concretas. Neste sentido, toda forma social, uma determinada sociedade – com suas relações –, produz seus próprios conhecimentos. Assim, Lamo de Espinosa, García e Alberó (1994), destacam a seguinte questão epistemológica referente à sociologia do conhecimento:

(...) *Formas sociais diversas deveriam gerar conhecimentos diversos e que esses conhecimentos só são*

⁷ “A dicotomia interno/externo, para dar conta da história da ciência, é uma das polêmicas que mais tem afetado os distintos campos do conhecimento ocupados pelo fazer científico. A explicação internalista enfatiza que o progresso científico deve-se a fatores estritamente cognitivos, ligados ao trabalho cotidiano dos cientistas (...) A visão externalista sublinha que o desenvolvimento da ciência moderna só pode ser entendido a partir de várias condições que circunscrevem o trabalho dos cientistas (sócio-econômicas, políticas, culturais etc)” (LAMO *et al.*, 1994, p. 461; nota 20).

contextualizados às formas sociais específicas em que emergem. Mas a consequência imediata é que não são conhecimentos para outras formas sociais distintas para as quais seriam um erro, superstição ou fetichismo. Assim, esta correspondência biunívoca entre formas sociais e conhecimento parece deduzir que, para cada forma social, os conhecimentos das restantes formas não seriam válidos (p. 128 – grifo dos autores).

Se a verdade é relativa, pois depende do contexto social e histórico no qual emerge, Lamo de Espinosa, García e Albero (1994) colocam os seguintes questionamentos: que forma de conhecimento, então, será válida? Teria sentido perguntar sobre a validade do conhecimento, posto que essa validade depende do contexto espaço-temporal? O que acontece com a objetividade do conhecimento, haja vista que a concepção de verdade é relativa a uma determinada forma social? Em verdade, “*a gênese social parece viciar a validade e, com isso, a sociologia do conhecimento encerra-se nos meandros da epistemologia e da teoria do conhecimento*” (LAMO DE ESPINOSA, GARCÍA E ALBERO, 1994, p. 128).

Frente a isto, somente a sociologia do conhecimento estaria apta a produzir análises sobre as verdades parciais, ressaltando, desta forma, sua base social. Por este motivo, de acordo com Lamo de Espinosa, García e Albero (1994), a sociologia do conhecimento seria juiz e parte: parte da ciência e juiz dela mesmo, evidenciando que somente esta disciplina poderia falar sobre os critérios de demarcação sobre o que é verdadeiro e o que é falso. Assim, um dos pontos nodais no que tange à contenda sobre as dimensões internalista e externalista da ciência parece esclarecer-se no seguinte argumento:

A ortodoxia acadêmica neopositivista do Círculo de Viena solucionou este problema distinguindo, com Hans Reichenbach, o contexto social da descoberta dos conhecimentos do contexto de sua justificação; entre a gênese dos conhecimentos e sua validade. Com isso, assinalava que se os conhecimentos emergem nas formas sociais concretas, sua validação teórica como conhecimento verdadeiro ou falso encontra-se à margem das análises sociais, pois responde a argumentos abstratos-lógicos experimentais cuja elaboração corresponde à epistemologia ou à filosofia da ciência. A análise social nada poderia dizer sobre a validade dos conhecimentos (Lamo de Espinosa, García e Albero,

1994, p. 128).

Mannheim (1982, p. 306) afirma que “*todos os problemas epistemológicos foram evitados ou colocados num segundo plano*”. Com base nisso, Rodrigues (2005) argumenta que a teoria mannheiniana salientava que a sociologia do conhecimento deveria descartar toda e qualquer pretensão de falar sobre a validade dos conhecimentos, ficando, assim, restrita aos estudos sobre a gênese social (viés externalista) das produções de conhecimento. Ainda para Rodrigues (2005), Mannheim mostrou-se vacilante em não levar em consideração a gênese social do conhecimento científico para a validação do mesmo, além de não ter apontado para o fato da possibilidade da sociologia do conhecimento interferir na elaboração de critérios de validade para o conhecimento científico. Assim, Mannheim acabou por aceitar a perspectiva positivista – e também neopositivista (Positivismo Lógico) – acerca do critério de validade do conhecimento (RODRIGUES, 2005).

Logo, desde então, a sociologia do conhecimento abandonou a pretensão de tratar da validade do conhecimento, deixando para a filosofia da ciência ou para a epistemologia o debate sobre o núcleo-duro da sua validade. Por conseguinte, durante décadas do século XX, a sociologia do conhecimento voltou-se para uma sociologia dos grupos sociais e para uma sociologia institucional do conhecimento. É Robert Merton, quem, posteriormente, a partir da sociologia do conhecimento mannheiniana, propõe e desenvolve uma sociologia institucional da ciência.

1.3 Robert Merton: a autonomia da ciência

O sociólogo norte-americano Robert King Merton é o grande responsável por avançar na sociologia do conhecimento – sistematizada e consolidada por Karl Mannheim –, propondo uma sociologia da ciência – na década de 1930 – cujo objeto seria a inextricável relação entre ciência e estrutura social, pois como afirma o próprio Merton (1970), a literatura científica acerca da relação entre ciência e sociedade limitou-se, durante muito tempo, às concepções de Marx e Engels. Conforme destaca Rodrigues (2005), Merton, enquanto docente e pesquisador, desenvolveu e institucionalizou aquilo que podemos considerar como um novo campo sociológico: a sociologia da ciência ou a “Escola de Colúmbia”, como também ficou conhecida. Assim, de acordo com Marcovich e Shinn (2013, p. 253), “*Merton dominou o campo da*

sociologia da ciência até a publicação do livro ‘A estrutura das revoluções científicas’, de Thomas Kuhn, e do surgimento do Programa Forte de sociologia na década de 1970”.

A tese de doutorado de Merton, intitulada *Science, technology and society in the 17th century*, publicada em 1938, voltou-se para o estudo social da emergência da ciência moderna na Inglaterra do século XVII. Assim, em “Puritanismo, pietismo e ciência”, Merton (2013) destaca o surgimento e a consolidação da Royal Society of London, no século XVII, mostrando o ímpeto do ethos puritano para com a ciência. Merton (2013) afirma que é possível identificar e compreender em que medida os valores característicos da ética puritana influenciaram e estimularam o interesse pela ciência através de um levantamento das atitudes dos pesquisadores (cientistas) da época. Segundo Ben-David (1975), a sociologia da ciência caracteriza-se por estudar os modos pelos quais a produção científica e a difusão do conhecimento científico sofrem influências das condições sociais, bem como de que forma a ciência influencia no comportamento da sociedade. Com efeito, Merton concebeu a ciência a partir de uma perspectiva sociológica, como uma atividade social, possuidora de suas regras e de suas normas institucionalizadas (BEN-DAVID, 1975).

Além disto, Merton (2013, p.17) afirma que alguns elementos e certas atitudes da ética protestante “*penetraram no domínio do esforço científico e deixaram sua marca indelével nas atitudes dos cientistas em relação a seu trabalho*”. Em outras palavras, o puritanismo esteve intimamente relacionado ao despertar científico, na Inglaterra, durante o século XVII. Característica essa muito associada ao viés realista e utilitário protestante de conceber o mundo. Merton (2013) também ressalta a tendência puritana para o progresso científico, mostrando o contraste entre os ensinamentos das escolas (academias) católicas com os ensinamentos das escolas puritanas e pietistas, afirmando que “*embora na população total existissem três vezes mais católicos do que protestantes, existiam mais cientistas protestantes do que católicos*” (MERTON, 2013, p. 46).

Merton (1970; 2013) argumenta, ao destacar as influências externas presentes na pesquisa científica, baseado nas atas da Sociedade Real, – transcritas por Birch em *History of the Royal Society* – que as necessidades socioeconômicas tiveram importante papel no que concerne à escolha dos temas que seriam investigados na Inglaterra do século XVII. Ele afirma que entre trinta por cento e sessenta por cento das pesquisas deste período foram influenciadas, direta ou indiretamente, pelos fatores de natureza econômica. Não obstante, Merton (2013) cita seis classes de elementos extrínsecos que influenciaram, em

alguma medida, a produção de conhecimento científico na sociedade inglesa do século XVII, quais sejam: a vida econômica; a guerra, a medicina, as artes, a religião e a busca desinteressada pela verdade. Neste mesmo sentido Echeverria (2004, p. 32) salienta que “*a ciência constituiu-se, ao final do século XVII, como uma nova instituição social*”, configurando-se e moldando-se a partir de seus próprios valores, assim como ocorre com as demais instituições sociais.

Merton (2013, p. 182-3), no ensaio intitulado, “*A ciência e a estrutura social democrática*”, destaca algumas das principais características da ciência, afirmando que:

‘Ciência’ é uma palavra enganosamente inconclusiva, que se refere a uma variedade de itens distintos, embora inter-relacionados entre si. É comumente usada para denotar: um conjunto de métodos característicos por meio dos quais o conhecimento é certificado; um estoque de conhecimento acumulado que se origina da aplicação desses métodos; um conjunto de valores e costumes culturais que governam as atividades denominadas científicas; ou qualquer combinação das três anteriores.

Frente ao exposto, para Merton, a centralidade de sua Sociologia da Ciência está voltada para a identificação da estrutura cultural da ciência, isto é, para um aspecto limitado do próprio conhecimento científico tido como uma instituição social. É por este motivo que Merton irá levar em consideração os costumes que delimitam a ciência, tidos, por ele, como coerções morais. Não obstante, os imperativos institucionais (os costumes e os valores), segundo Merton (2013), são derivados do objetivo e dos métodos científicos, pois toda a estrutura de normas técnicas e morais assenta-se em um objetivo final. Esses costumes da ciência são seguidos pelos cientistas porque tem-se a crença de que eles são bons e corretos, constituindo-se, assim, em prescrições muito mais morais do que técnicas. Em outras palavras, Echeverría (2004) sublinha que a instituição social da ciência conserva a produção de um sistema específico de valores desta instituição, no qual valores, regras e normas são interiorizados por seus membros, orientando as ações e decisões dos cientistas. Com efeito, em relação à internalização desses valores, Merton (1970; 2013) apresenta quatro conjuntos de imperativos institucionais que correspondem ao éthos da ciência moderna, quais sejam: o universalismo; o comunismo; o desinteresse e o ceticismo organizado.

O universalismo caracteriza-se por considerar que as alegações de

verdade devem ser submetidas a critérios impessoais e preestabelecidos. Com isso, aceitar ou rejeitar uma lei científica, por exemplo, não depende da raça, da nacionalidade, da religião, da classe ou de qualquer atributo pessoal ou social dos cientistas. Segundo Merton (2013) a objetividade da ciência impede o particularismo, isto é, o universalismo está intimamente relacionado à dimensão impessoal da ciência. Ademais, nesta perspectiva, o etnocentrismo torna-se incompatível com a pesquisa científica (MERTON, 2013).

O comunismo diz respeito ao fato de que as descobertas da ciência são produto da cooperação social voltada à comunidade. Essas descobertas, conforme afirma Merton (2013), caracterizam-se por ser uma herança comum, compartilhada entre os cientistas. Diz ele: *“Uma lei ou teoria eponímica não é propriedade exclusiva de seu descobridor e de seus herdeiros, nem os costumes lhe concedem direitos especiais de uso e disposição”* (MERTON, 2013, p. 190).

O desinteresse, para Merton (2013), é o elemento institucional básico da ciência. Cabe ressaltarmos que ele afirma que o desinteresse não deve ser confundido com o altruísmo, tampouco a ação interessada ao egoísmo. Merton (2013) não nega que há interesse e competição na instituição científica, porém, esses impulsos interessados encontram poucas oportunidades de expressar-se no campo da pesquisa. Neste sentido, *“a tradução da norma do desinteresse na prática é efetivamente apoiada pela responsabilidade dos cientistas em relação a seus pares competidores. Os ditames do sentimento socializado e da convivência coincidem amplamente, uma situação que contribui para a estabilidade institucional”* (MERTON, 2013, p. 195).

O quarto imperativo do éthos da ciência é o ceticismo organizado. Este que, por seu turno, caracteriza-se por estar intimamente relacionado aos demais elementos do éthos científico. Em síntese, de acordo com Merton (2013), o ceticismo organizado questiona determinadas bases da rotina estabelecida, da autoridade, além dos procedimentos constituintes do campo e do reino do sagrado. Nos termos de Merton (2013, p. 175), *“a instituição da ciência fez do ceticismo uma virtude (...). A própria instituição da ciência envolve a adesão emocional a certos valores”*.

Com efeito, o éthos científico remete-nos à tese central de Merton, ou seja, à ideia de que a ciência é um campo autonomizado, – com certo grau de independência – separado das demais instituições sociais. Neste sentido:

O éthos da ciência é esse complexo afetivamente modulado de valores e normas que se considera serem obrigatórios para o homem da ciência. As normas são

expressas na forma de prescrições, proscricções, preferências e permissões. Elas são legitimadas em termos de valores institucionais. Esses imperativos transmitidos por preceitos e exemplo, e reforçado por sanções, são internalizados em graus variados pelos cientistas, modelando sua consciência científica ou (...) seu superego. Embora o éthos da ciência não tenha sido codificado, ele pode ser inferido do consenso moral entre os cientistas, tal como ele se expressa no uso e costume, em incontáveis escritos sobre o espírito da ciência e na indignação moral provocada pelas contravenções do éthos (Merton, 2013, p. 183).

De acordo com Echeverría (2004), os valores e as normas, próprios da ciência enquanto instituição social e enquanto cultura científica, formam uma comunidade científica, caracterizada pelo compartilhamento de valores transculturais entre os cientistas, como as regras de linguagem, por exemplo. Podemos dizer, então, que o ethos científico produz um campo autônomo (a ciência), o qual é constituído por regras e valores morais que determinam a prática da ciência em uma determinada época e em uma determinada sociedade. Não obstante, os quatro imperativos institucionais – o universalismo; o comunismo; o desinteresse e o ceticismo organizado – são os meios utilizados pela própria instituição científica para alcançar seu principal objetivo: a busca e a produção de conhecimento científico (ECHEVERRÍA, 2004).

Merton (2013), ao argumentar sobre a relação entre ciência e as pressões externas ao campo (científico), – como a relação entre o cenário político e a produção de conhecimento científico em uma determinada sociedade⁸, ou seja, sobre as pressões de uma instituição sobre a outra, de um campo sobre o outro – afirma que:

A ciência, que adquiriu considerável grau de autonomia e desenvolveu um complexo institucional que envolve a lealdade dos cientistas, agora tem tanto sua autonomia tradicional com suas regras do jogo – seu éthos – desafiadas por uma autoridade externa (...). Os sentimentos corporificados no éthos da ciência são

⁸ Merton utiliza o exemplo da Alemanha nazista, mostrando que o progresso da ciência, neste período, fora prejudicado, pois muitos cientistas renomados, contrários ao regime, foram expulsos do país. Merton ainda salienta que sociedades governadas por regimes totalitários não são propícias ao avanço científico. Ver “A ciência e a ordem social”, apresentado na conferência da *American Sociological Society*, em dezembro de 1937 e publicado em português em “Ensaio de Sociologia e Ciência”, de Robert Merton (2013, p. 159-178).

afrontados pelo conjunto de novos sentimentos que o Estado quer impor na esfera da pesquisa científica (p. 166 – grifos nossos).

Diante disto, Merton (2013) defende uma postura que prioriza o sentimento de pureza da ciência. Afirma ele que a ciência não pode aceitar submeter-se aos jogos da teologia, da economia ou do Estado, pois o conhecimento científico, enquanto instituição social, deve preservar-se autonomizado. Merton (2013, p. 168) enfatiza que “à medida que o sentimento da ciência pura é eliminado, a ciência torna-se sujeita ao controle direto de outras agências institucionais e seu lugar na sociedade torna-se incerto”. A ciência “pura” é, assim, vista como uma defesa contra a invasão de possíveis normas que, de certo modo, limitam o avanço científico, bem como ameaçam a estabilidade da pesquisa científica enquanto atividade social autônoma e possuidora de valores (MERTON, 2013).

Faz-se necessário salientarmos que, conforme argumenta Olivé (2004), embora a centralidade da teoria mertoniana encontra-se voltada à importância da sociedade para a ciência e da ciência para a sociedade, Merton não teve a intenção de defender, nem mesmo analisar, as relações inerentes aos procedimentos cognitivos (viés internalista) que determinam o conhecimento científico. Isto ocorreu, segundo Olivé (2004, p. 63), pois:

Os problemas da dimensão social do conhecimento e os de natureza e validade do conhecimento são muito diferentes e devem ser tratados separadamente. Os primeiros deveriam constituir o objeto legítimo de estudo da sociologia do conhecimento, enquanto o segundo deveria ser de exclusiva preocupação da teoria do conhecimento. Segundo esta atitude tradicional, este mesmo padrão é aplicado à sociologia da ciência e à filosofia da ciência. Cada disciplina tem bem delimitada sua esfera de estudo e nenhuma interfere na outra.

Não obstante, se por um lado Merton mostrou-se uma figura marcante para a compreensão da inextrincável relação entre ciência e sociedade, por outro lado ele foi vacilante em não considerar como objeto de estudo sociológico a dimensão internalista da ciência⁹. Em resumo, Merton não atentou para a

⁹ Sobre a abordagem externalista da ciência de Merton, temos que: “As descobertas, as invenções, o método científico estão determinados unicamente pela história interna da ciência e

explicação da dimensão epistemológica no que tange ao núcleo-duro do conhecimento científico, pois concentrou-se apenas em investigar sociologicamente as atividades dos pesquisadores na comunidade científica. Assim, Merton manteve-se na distinção de Reichenbach, entre contexto da descoberta e contexto da justificação (ECHEVERRÍA, 2004). Em uma mesma linha de argumentação, Lamo de Espinosa, García e Albero (1994) apontam que o problema central de Merton foi o estudo da ciência como instituição social – análise funcionalista da estrutura social – e, conseqüentemente, o abandono dos problemas de natureza epistemológica.

Outras críticas são feitas a Merton, especialmente a partir da década de 1960. Uma delas vem de Thomas Kuhn, que por sua vez, considera que a dimensão externalista e a dimensão internalista da ciência são complementares quando se busca conhecer profundamente os principais pontos de uma determinada Revolução Científica. Ainda em relação às críticas feitas a Merton, Lamo de Espinosa, García e Albero (1994, p. 464-5) ressaltam que:

A principal crítica que se pode fazer a Merton diz respeito às suas próprias afirmações. Nos referimos às lacunas que apresentam sua sociologia histórica da ciência, centrada em um episódio que, mesmo que crucial, não deixa de ser um momento concreto dentro da linha evolutiva que permite a constituição e manutenção da ciência como instituição social, que tem começado em épocas e sociedades anteriores e que se constituiu posteriormente até sua definitiva configuração atual.

No que diz respeito à perspectiva normativa da teoria mertoniana, Lamo de Espinosa, García e Albero (1994) afirmam que diversos autores têm colocado que as teses de Merton não dão conta das condutas reais dos cientistas. Justificam tal crítica argumentando que o universalismo é um conceito muito genérico e que sua concretude fica dependente dos valores da sociedade, na qual este princípio impera. Ademais, a prática científica não está organizada como uma comunidade de iguais, onde os recursos são distribuídos a partir de regras impessoais. Em verdade, o éthos científico proposto por Merton, baseado na ciência do século XVII – a emergência e a consolidação da ciência moderna, especialmente na Inglaterra – encontra-se distante das configurações científicas contemporâneas e, também, separado da atual dinâmica social (LAMO DE

são independentes de qualquer fator que não seja puramente científico. Não há nada que a Sociologia possa dizer sobre isso” (MARTINI, 2013, p. 33).

ESPINOSA, GARCÍA E ALBERO, 1994).

Podemos afirmar, frente a isto, que Merton parece assumir uma postura romântica da ciência, sobretudo quando ele postula a defesa de uma ciência pura e desinteressada. Desde o Programa Forte da Sociologia (PF) e também dos escritos de Timothy Lenoir¹⁰ é sabido que todo conhecimento científico está perpassado por diversos interesses políticos, econômicos, etc. A própria validade do conhecimento, ou seja, seu núcleo-duro está determinado por inúmeros interesses sociais, caracterizando aquilo que Arriscado Nunes e Roque (2008) denominam de “objetos impuros”. Além disto, conforme define Pierre Bourdieu (2004), o campo científico, assim como as demais instituições, é um espaço social constituído por relações de força e de dominação, no qual os agentes estão dispostos de acordo com sua posição, isto é, entre dominantes ou dominados. Não obstante, não podemos avaliar as práticas interessadas apenas como mera instabilidade do campo científico, da mesma forma que fizera Merton, mas sim, como inerentes ao jogo, como disputas por poder e força no interior da instituição científica. Por conseguinte, Bourdieu (2008) afirma que, mesmo que a tradição estrutural-funcionalista da sociologia tenha contribuído demasiadamente para o campo científico, construindo uma sociologia da ciência, ela acabou limitando-se a uma “visão encantada” sobre a ciência, haja vista que Merton não considerou o campo científico como um *locus* de relações conflituosas e, potencialmente, interessadas.

Salientamos, por fim, que, embora concordamos com as críticas feitas a Merton, não podemos deixar de expor suas contribuições para a Sociologia da Ciência. Foi Merton quem, de fato – mesmo que Mannheim tenha contribuído de maneira ímpar à Sociologia do Conhecimento – sistematizou e consolidou a Sociologia da Ciência e a colocou na agenda intelectual da primeira metade do século XX, com sua central articulação entre ciência e cultura. Isto ocorreu devido ao caráter singular da epistemologia proposta por ele, ou seja, a ciência passara, deste então, a caracterizar-se como um campo autonomizado e institucionalizado, possuidor de suas normas e de seus valores, de seus imperativos, assim como o Estado, a política, a economia etc. Esses imperativos (valores), que por seu turno, tinham por função garantir a estabilidade do campo, bem como assegurar o objetivo final da ciência: a busca do conhecimento. Com efeito, esta característica institucional da ciência, evidenciando-a como um

¹⁰ Estamos nos referindo a obra “Instituindo a Ciência: A produção cultural das disciplinas científicas”. São Leopoldo: Unisinos, 2003.

campo autonomizado em relação à sociedade, abriu espaço para sucessores avanços no que tange ao campo dos estudos sociais da ciência – Sociologia do Conhecimento, da Ciência e do Conhecimento Científico – no decorrer das décadas de 1960 e 1970, como veremos na teoria de campo e habitus de Pierre Bourdieu.

1.4 Pierre Bourdieu e o campo científico: do éthos desinteressado às lutas por monopólios de autoridade

1.4.1 A Sociologia de Pierre Bourdieu: Campo e habitus

Muitos pensadores destacaram-se no cenário intelectual da segunda metade do século XX, especialmente a partir de 1960. Dentre eles, o sociólogo francês, Pierre Bourdieu. Assim como grande parte dos esforços intelectuais de sua época, Bourdieu viu-se confrontado com a dicotomia ação versus estrutura. Dicotomia esta protagonizada pelos pressupostos estruturalistas de Cláude Lévi-Strauss, de um lado, e pelos pressupostos existencialistas, de Jean-Paul Sartre, por outro lado. Frente a isto, o objetivo de Bourdieu era o de identificar as estruturas mais profundas dos diversos mundos sociais que formavam o universo social, bem como os mecanismos que corroboram para sua reprodução, refutando a falsa antinomia entre o objetivo e o subjetivo no que tange às relações que constituem a sociedade (WACQUANT, 2008). Para tanto, alguns conceitos são centrais para a compreensão do arcabouço teórico de Bourdieu, quais sejam: campo; habitus; capital; dominação; legitimidade e violência simbólica.

O campo é caracterizado por ser o locus da força, no qual dominantes (iniciados) e dominados (profanos) estão dispostos em uma relação de conflito na busca por adquirir bens simbólicos (poder). Nos termos de Bourdieu (2004, p. 29), *“qualquer que seja o campo, ele é objeto de luta tanto em sua representação quanto em sua realidade (...). O campo é um jogo no qual as regras deste jogo estão elas próprias postas em jogo”*. Neste sentido, o campo é relativamente autônomo em relação ao espaço social, ou seja, possui suas próprias regras e leis sociais no que tange ao “jogo estrutural” – certo grau de independência –, como por exemplo, o campo da moda, da arte, da ciência, etc. Em relação à definição de campo, Bourdieu (2004, p. 20-1) argumenta que:

A noção de campo está aí para designar esse espaço

relativamente autônomo, esse microcosmo dotado de suas leis próprias. Se, como o macrocosmo, ele é submetido a leis sociais, essas não são as mesmas. Se jamais escapa às imposições do macrocosmo, ele dispõe, com relação a este, de uma autonomia parcial mais ou menos acentuada. E uma das grandes questões que surgirão a propósito dos campos (ou dos subcampos) científicos será precisamente acerca do grau de autonomia que eles usufruem. Uma das diferenças relativamente simples, mas nem sempre fácil de medir, de quantificar, entre os diferentes campos científicos, isso que se chamam as disciplinas, estará, de fato, em seu grau de autonomia (grifos nossos).

Com base nisto, o campo é o lugar do poder, é o espaço social onde se dão as relações de força entre os agentes do campo. Conforme salienta Bourdieu (2004), as distintas classes e facções estão imersas em uma constante luta simbólica a fim de impor a definição de mundo social a partir de seus interesses, transformando, assim, o campo num espaço de disputas e tensões ideológicas, com o objetivo de mudar ou conservar sua estrutura. Em outras palavras, conforme Philippe Corcuff (2001, p. 54), “*cada campo é então, ao mesmo tempo, marcado pela distribuição desigual dos recursos e logo, por uma relação de força entre dominantes e dominados (...) os agentes se confrontam ali para conservar ou transformar esta relação de força*”.

Tal relação de forças está associada ao capital, esse que por sua vez divide-se em capital simbólico, capital cultural, capital político, capital social e capital econômico. O capital é a dimensão de ingresso (moeda) para adentrar num determinado campo, ou seja, para que um agente entre no campo científico, ele necessita estar munido de um capital simbólico característico daquele campo. Em síntese, quem possui mais capital (simbólico)¹¹, domina as regras do jogo de um determinado campo. Por exemplo, quem possuir significativo *status* (publicações em revistas bem qualificadas, citações, títulos relevantes, entre outros), no campo da ciência, estará legitimado a ditar as regras deste campo, determinando quem está “apto” ou não a participar do “jogo de forças”

¹¹É simbólico, pois um determinado tipo de capital, ser um empresário bem sucedido, por exemplo, funciona num campo específico – neste caso, a economia. Em outras palavras, nem sempre um capital pode ser convertido em outro. Ser um grande empresário (ter esse capital econômico) não dá direito ao agente de comprar um título de Doutor. Ele não pode converter seu capital econômico em capital intelectual (científico) a partir da compra ilícita de um título acadêmico.

ali constituído. De acordo com Bourdieu (2004, p. 27)):

Esse capital [...] repousa sobre o reconhecimento de uma competência, que, para além dos efeitos que ela produz e em parte mediante esses efeitos, proporciona autoridade e contribui para definir não somente as regras do jogo, mas também suas regularidades, as leis segundo as quais vão se distribuir os lucros nesse jogo [...].

Segundo Bourdieu (2004), a definição da estrutura do campo dá-se através da distribuição do capital entre os agentes que pertencem ao campo. Desta forma, são as relações objetivas entre os agentes, isto é, a maneira como o capital está distribuído no campo, que determinam as ações desses indivíduos. É, assim, “a posição que eles ocupam nessa estrutura que determina ou orienta, pelo menos negativamente, suas tomadas de posição [decisão]” (BOURDIEU, 2004, p. 23).

Entretanto, Bourdieu (2004) ressalta que os agentes sociais não são partículas passivas, meramente conduzidas pelas forças exercidas pelo campo. Por conseguinte, os atores possuem suas disposições adquiridas, seu *habitus*. Logo, Bourdieu (2004) denomina de *habitus* as disposições duráveis que levam, de alguma forma, os agentes a resistirem e a oporem-se às regras do campo. Em outros termos, o *habitus* é as regras, os costumes e a cultura que influenciam o agir. Bourdieu (1996, p. 21-2) argumenta que “o *habitus* é esse princípio gerador e unificador que retraduz as características intrínsecas e relacionais de uma posição e um estilo de vida unívoco, isto é, em um conjunto unívoco de escolhas de pessoas e bens de práticas”. Com efeito, precisamos atentar para a dupla dimensão do *habitus*¹², ou seja, ao introjetar as estruturas objetivas (interiorização) do campo, ao mesmo tempo, o agente externaliza sua subjetividade no mundo social (exteriorização). Este duplo movimento¹³ torna o *habitus* uma estrutura estruturada e uma estrutura estruturante. Em certa medida, o *habitus*, além de ter a função de articular a subjetividade do agente com a objetividade do campo, “*exprime, sobretudo, a recusa a toda uma série de alternativas*¹⁴ nas quais a ciência social se encerrou; a da consciência (ou

¹²“São as estruturas sociais de nossa subjetividade que se constituem inicialmente por meio de nossas primeiras experiências (*habitus* primário), e depois, de nossa vida adulta (*habitus* secundário). É a maneira como as estruturas sociais se imprimem em nossas cabeças e em nossos corpos, pela interiorização da exterioridade” (CORCUFF, 2001, p. 49).

¹³Interiorização do exterior e exteriorização do interior (CORCUFF, 2001)

¹⁴Todas essas alternativas que Bourdieu ressalta, vão desde as teorizações idealistas do sujeito cartesiano, passando pelo marxismo, até à fenomenologia e ao estruturalismo francês.

do sujeito) e do inconsciente, a do finalismo e do mecanicismo, etc” (BOURDIEU, 2000, p. 60). Bourdieu (2000, p. 63) argumenta que “em todos os casos, os utilizadores da palavra *habitus* inspiravam-se numa intenção teórica próxima da minha, que era a de sair da filosofia da consciência sem anular o agente na sua verdade de operador prático de construções de objeto”.

Com base neste argumento e tendo em vista o caráter bidimensional do espaço social, Bourdieu desenvolveu, em seu modelo teórico, a união entre o estruturalismo e o construtivismo. Em outras palavras, o estruturalismo construtivista é o próprio caráter de articulação entre o objetivo e o subjetivo. Deste modo, conforme aponta Corcuff (2001, p. 48)

*Pierre Bourdieu define o ‘construtivismo estruturalista’ na junção do objetivo e do subjetivo: Por estruturalismo (...). [Neste sentido, Bourdieu afirma] que existem, no próprio mundo social (...), estruturas objetivas independentes da consciência e da vontade dos agentes, que são capazes de orientar ou de limitar suas práticas ou suas representações. Por construtivismo, quero dizer que há uma gênese social dos esquemas de percepção, de pensamento e ação constitutivos do que chamo de *habitus*, por um lado, e, por outro lado, das estruturas sociais e, em particular do que chamo de *campo*.*

Bourdieu evidencia, desta forma, que se faz necessário, para o conhecimento efetivo de determinado fenômeno social, uma leitura dual da realidade. Primeiramente, a observação de primeira ordem, com a qual o observador percebe aquilo que está dado externamente, aquilo que é material e que diz respeito às estruturas. Esta leitura está relacionada a uma dimensão da física social (realismo epistemológico). A segunda leitura diz respeito à observação de segunda ordem, momento em que o observador capta a subjetividade do agir, o sentido da ação, as disposições dos agentes no espaço social. Em verdade, podemos afirmar que Bourdieu, com o objetivo de articular ação e estrutura, propõe uma sociologia que se posicione entre a física social e uma fenomenologia social. É por este motivo, por esse “meio termo”, que Bourdieu argumenta que uma ciência total está para além de uma física social pura ou para uma fenomenologia social pura, evidenciando, com isso, a falsa antinomia entre ação e estrutura, entre o subjetivo e o objetivo, entre interno e externo (WACQUANT, 2008).

1.4.2 A ciência como um campo de disputas simbólicas

Para Pierre Bourdieu (2013), o campo científico constitui-se em um espaço de lutas simbólicas que se autonomizou (relativamente) do espaço social. Além disto, é um sistema constituído por relações objetivas entre posições adquiridas em lutas anteriores. É, segundo ele, um espaço de intensa competição entre os concorrentes do campo, ou seja, um campo formado por forças e por intensos conflitos, com o objetivo de conservar ou transformar o mesmo. Desta forma, o que está em jogo, em disputa, são os monopólios da autoridade científica. Esta que, por seu turno, diz respeito à “*capacidade de falar e agir legitimamente, isto é, de maneira autorizada e com autoridade que são socialmente outorgadas a um agente determinado*” (BOURDIEU, 2013, p. 112). Assim, contrapondo-se a Thomas Kuhn e a Robert Merton, Bourdieu (2013) argumenta que a definição de campo enquanto um espaço de lutas não apenas rompe com a perspectiva consensual da “comunidade científica”, mas também representa a ruptura com ideia de uma ciência desinteressada¹⁵, posto que o campo científico é produtor de uma determinada forma específica de interesses. Isto ocorre, pois as práticas científicas somente mostram-se desinteressadas quando se referem a interesses diversos, exigidos por um campo distinto (BOURDIEU, 2013).

A partir disto, Bourdieu (2013) define que:

A sociologia da ciência baseia-se no postulado de que a verdade do produto – mesmo desse produto particular que é a verdade científica – reside numa espécie particular de condições sociais de produção, num estado determinado da estrutura e do funcionamento do campo científico. O universo ‘puro’ da mais ‘pura’ ciência é um campo social como outro qualquer, com suas relações de força e monopólios, lutas e estratégias, interesses e lucros, mas no qual todas essas invariantes assumem formas específicas (p. 112 – grifos nossos).

Esta definição, no que diz respeito à sociologia da ciência, corrobora com o argumento de Bourdieu em relação à postura científica – do sociólogo da ciência – para a compreensão da dinâmica do campo científico. Deste modo,

¹⁵ “O ‘desinteresse’ é um sistema de interesses específicos – artísticos, religiosos e científicos – implicados na relativa indiferença para com os objetivos ordinários do interesse, como dinheiro e honras” (BOURDIEU, 2013, p. 130).

Bourdieu (2013) salienta que uma análise que isole a dimensão “política” sobre as disputas por dominação do campo científico tornar-se-ia falsa. Ademais, o inverso também é verdadeiro, ou seja, considerar apenas os aspectos epistemológicos ou intelectuais dos conflitos científicos apresentar-se-ia demasiadamente errôneo. Em outros termos, como destaca Bourdieu (2013, p. 114), *“os conflitos epistemológicos são, inseparavelmente, conflitos políticos”*. Bourdieu (2013) destaca, ainda, que uma autêntica ciência da ciência, apenas conseguirá manter-se firme se refutar, radicalmente, a oposição abstrata entre o viés internalista e o viés externalista. Isto evidencia uma importante diferença para com a sociologia da ciência de Merton, uma vez que para este último, fazia-se relevante apenas a compreensão da ciência enquanto organização social institucionalizada, em termos de fatores sociais, ou seja, não era necessário abordar as raízes da ciência a partir da filosofia ou da epistemologia (MARCOVICH; SHINN, 2013).

Uma das principais características da teoria de Bourdieu é a perspectiva do campo como um microcosmo relativamente autônomo. Bourdieu (2004) considera a autonomia como uma das principais questões no que tange à definição de campo científico. Ele afirma: *“uma das diferenças relativamente simples de quantificar, entre os diferentes campos científicos [disciplinas], estará, de fato, em seu grau de autonomia”* (BOURDIEU, 2004, p. 21). Em verdade, a problemática aqui gira em torno de identificarmos quais os mecanismos que o campo aciona para libertar-se, segundo Bourdieu (2004), das pressões externas, oriundas de outros campos – a imposição econômica e política na ciência, por exemplo – e, assim, considerar apenas suas determinações interiores. Desta forma, quanto mais autônomo for um determinado campo, seu poder de refração será maior, fazendo com que as pressões externas sejam transformadas, tornando-se completamente diferentes. Essa autonomia, ou seja, a capacidade de refratar e retraduzir as pressões do exterior, contrapõe-se à heteronomia do campo. A heteronomia manifesta-se devido às imposições extrínsecas que “contaminam” o campo e conseguem, neste sentido, influenciar as relações no mesmo. É o que ocorre com a “politização” de uma determinada disciplina (BOURDIEU, 2004). Por conseguinte, o mundo da ciência, assim como o econômico, conforme define Bourdieu (2004, p. 32, 34):

Conhece relações de força, fenômenos de concentração do capital e do poder ou mesmo de monopólio, relações sociais de dominação que implicam uma apropriação dos

meios de produção, conhece também lutas que, em parte, têm por móvel o controle dos meios de produção e reprodução específicos, próprios do sub universo considerado.

Conforme temos abordado, para Bourdieu, o que irá definir as regras que serão postas em jogo é a própria luta científica. Bourdieu (2013) salienta que se tornará dominante quem conseguir impor uma determinada definição de ciência, ou seja, quem obter maior capital científico – bens simbólicos – para manter seu monopólio de autoridade, fazendo valer seus interesses políticos e epistemológicos. De acordo com Bourdieu (2013), os dominantes filiam-se às estratégias de conservação, com o objetivo de assegurar a reprodução da ordem científica com a qual pactuam. Todavia, essa autoridade (dominação) é uma violência simbólica. A violência simbólica é legitimada pelos dominados, ou seja, é uma dominação vista como “positiva” e “natural”, de modo que o dominado desconhece seu caráter histórico e arbitrário, caracterizando, assim, a dupla dimensão de reconhecimento e desconhecimento da dominação.

Percebemos tal naturalização, por exemplo, com as disposições das disciplinas no campo científico. A orientação disciplinar, embora denote a ideia de um habitus, pois nos impõe valores e costumes no que tange à prática científica, é vista, muitas vezes, como natural. Entretanto, é sabido que ela é uma construção puramente social. E é por esta razão que muitos agentes, pertencentes ao campo científico, resistem ao modelo disciplinar, reivindicando uma proposta interdisciplinar para a compreensão de problemas de natureza complexa. Isto ocorre, pois conforme argumenta Bourdieu (2004, p. 29) “*eles [os agentes] podem lutar com as forças do campo, resistir-lhes e, em vez de submeter suas disposições às estruturas, tentar modificar as estruturas em razão de suas disposições, para conformá-las às suas disposições*”. Não obstante, é do interesse de todo e qualquer agente impor sua “verdade”, seja ela ligada ao paradigma monodisciplinar, seja ela moldada interdisciplinarmente, posto que todo campo caracteriza-se por ser um espaço interessado, de luta, de competição, de intensos conflitos na busca por bens simbólicos.

Com base nas dinâmicas que constituem o campo científico, Bourdieu (2013) salienta que uma sociologia da ciência só constituíra-se se atentar para o fato de que as posições no campo científico são estratégias ideológicas disfarçadas de posturas *epistemológicas* “*por meio das quais os ocupantes de uma posição determinada visam a justificar sua posição e as estratégias que eles colocam em ação para mantê-la ou melhorá-la e para desacreditar os*

detentores da posição oposta e suas estratégias” (p. 143). Bourdieu (1996) afirma que sempre há razão (motivações) nas ações dos indivíduos, pois nenhum ato é gratuito ou desinteressado. Tal argumento mostra-nos como o campo da ciência é perpassado por tensões e conflitos em prol da legitimação da dominação, mostrando, com isso, que cada agente age de maneira interessada. Não obstante, o sociólogo da ciência deve, segundo Bourdieu (2008), voltar seus olhares a esta problemática, ou seja, conhecer e compreender as disputas políticos-institucionais, bem como as de caráter epistemológico, a fim de arquitetar o desenho das estruturas (internas e externas) – os interesses, propriamente dito – que subjazem às relações no interior do campo científico. A sociologia deve, por fim, ocupar-se em identificar e transformar as razões, aparentemente arbitrárias e incoerentes, em uma série única e coerente de valores e princípios (interessados) que determinam o agir dos agentes no interior do campo científico (BOURDIEU, 1996).

Considerações finais

O ponto chave deste trabalho manteve-se em torno do processo histórico e epistemológico da formação da sociologia do conhecimento e da ciência enquanto campo de estudo. Buscamos salientar os principais fatores que marcaram e consolidaram a sociologia da ciência, desde Max Scheler e Karl Mannheim até Pierre Bourdieu, ou seja, desde as primeiras formulações acerca da ciência, passando pelas formulações mais “neutras” e funcionalistas de Merton em relação ao campo científico, chegando aos pressupostos bourdiesianos acerca da ciência como campo permeado por intensos conflitos em torno de monopólios de autoridade e de capital simbólico.

Inferimos, a partir disso, que os estudos sobre ciência e conhecimento passaram por amplas transformações ao longo do século XX. Mudanças essas que, por sua vez, são produto da própria dinâmica do contexto social do referido século. Em outros termos, as constantes transformações no tecido social influenciaram robustamente o olhar da sociologia para ciência enquanto objeto a ser investigado.

Outro elemento importante o qual destacamos diz respeito à crítica que buscamos realizar da sociologia da ciência mertoniana a partir dos pressupostos da sociologia da ciência de Pierre Bourdieu. Mesmo cientes de que a perspectiva de Bourdieu possui suas lacunas, assim como toda e qualquer teoria que objetiva descrever determinada realidade, ela desenvolve papel proeminente na crítica

ao ethos da ciência neutra, desinteressada e funcionalista de Merton. Neste sentido, por exemplo, desde de Thomas Kuhn, na década de 1960, é sabido que o campo científico não se caracteriza pela neutralidade e pelo desinteresse, mas sim por anomias, revoluções e crises. Bourdieu vai além e, diferentemente da ideia kuhniana de “comunidade científica”, salienta que o consenso passa ao largo da ciência, caracterizando-a como campo relativamente autônomo, permeado por lutas em torno de bens simbólicos, como status, dominação, entre outros.

Referências

- APPLE, Michael W; BALL, Stephen J; GANDIN, Luís Armando. Mapeamento da sociologia da educação: contexto social, poder e conhecimento. In: APPLE, Michael W; BALL, Stephen J; GANDIN, Luís Armando (orgs). Sociologia da Educação: análise internacional. Porto Alegre: Penso, 2013. p. 17-29.
- BEN-DAVID, Joseph. Introdução. In: BEN-DAVID, Joseph et al (orgs.). Sociologia da Ciência. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1975. p. 1-32.
- BOURDIEU, Pierre. O campo científico, In: ORTIZ, Renato (org.). A sociologia de Pierre Bourdieu. São Paulo: Olho d'Água, 2013. p. 112-143.
- _____. O poder simbólico. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.
- _____. Os usos sociais da ciência: por uma sociologia clínica do campo científico. São Paulo: UNESP, 2004.
- _____. Para uma Sociologia da Ciência. Lisboa: Editora 70, 2008.
- _____. Razões Práticas. Sobre a teoria da ação. Campinas: Papyrus, 1996.
- CORCUFF, Philippe. As novas sociologias: construção da realidade social. Bauru – SP: EDUSC, 2001
- ECHEVERRÍA, Javier. El ethos de la ciencia, a partir de Merton. In: VALERO, Jesús A (Org.). Sociología de la ciencia. Santiago: EDAF ENSAYO, 2004. p. 31-56.
- GAETA, Rodolfo et al. Aspectos críticos das ciências sociais: entre a realidade a metafísica. São Leopoldo: UNISINOS, 2008.
- GARCIA, Sylvia Gemignani. Prefácio. In: MERTON, Robert K. Ensaio de sociologia da ciência. São Paulo: Associação Filosofia Scientiae Studia/Editora 34, 2013. p. 9-12.
- KUHN, Thomas. A Estrutura das Revoluções Científicas. São Paulo: Perspectiva, 1996.
- LAMO, Emilio; González, José Maria e Torres, Cristobal. la sociología del conocimiento y de la ciencia. Madrid: Alianza Editorial 1994.
- LENOIR, Timothy. Instituinto a Ciência: A produção cultural das disciplinas científicas. São Leopoldo: Unisinos, 2003.
- LOWY, Michael. Ideologias e Ciência Social. São Paulo: Cortez, 1991.
- MANNHEIM, Karl. Ideologia e Utopia. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

- MARCOVICH, Anne; SHINN, Terry. Robert K. Merton, fundador da sociologia da ciência: comentários, insights, críticas. In: MERTON, Robert K. Ensaios de sociologia da ciência. São Paulo: Associação Filosofia Scientiae Studia/Editora 34, 2013. p. 253-272.
- MATTEDI, Marcos. Sociologia e conhecimento: introdução à abordagem sociológica do conhecimento. Chapecó: Argos, 2006.
- MERTON, Robert. A ciência e a estrutura social democrática. In: MERTON, Robert K. Ensaios de sociologia da ciência. São Paulo: Editora 34, 2013. p. 181-198.
- _____. A ciência e a ordem social. In: MERTON, Robert K. Ensaios de sociologia da ciência. São Paulo: Editora 34, 2013. p. 159-178.
- _____. Influências extrínsecas à pesquisa científica. In: MERTON, Robert K. Ensaios de sociologia da ciência. São Paulo: Editora 34, 2013. p. 81-108
- _____. Puritanismo, pietismo e ciência. In: MERTON, Robert K. Ensaios de sociologia da ciência. São Paulo: Editora 34, 2013. p. 15-62.
- _____. Sociologia: teoria e estrutura. São Paulo: Mestre Jou, 1970.
- NUNES, João Arriscado; ROQUE, Ricardo. Os estudos sobre Ciência. In: NUNES, João Arriscado; ROQUE, Ricardo (orgs.). Objectos impuros: experiências em estudos sobre ciência. Porto: Edições Afrontamento, 2008. p. 13-36.
- OLIVÉ, León. De la estructura normativa de la ciencia a las prácticas científicas. In: VALERO, Jesús A (Org.). Sociología de la ciencia. Santiago: EDAF ENSAYO, 2004. p. 57-80.
- RODRIGUES, Leo Peixoto. Introdução à Sociologia do Conhecimento da Ciência e do Conhecimento Científico. Passo Fundo: Editora da UPF, 2005
- ROJO, Raúl Enrique. Prefácio. In: RODRIGUES, Leo Peixoto. Introdução à Sociologia do Conhecimento da Ciência e do Conhecimento Científico. Passo Fundo: Editora da UPF, 2005. p. 7-10.
- VALERO, Jesús A. Presentación. In: VALERO, Jesús A (Org.). Sociología de la ciencia. Santiago: EDAF ENSAYO, 2004. p. 9-11.
- WACQUANT, Loïc. Hacia una praxeologia social: la estructura y la lógica de la sociologia de Bourdieu. In: BOURDIEU, Pierre; WACQUANT, Loïc. Uma invitación a la sociologia reflexiva. Argentina: Século XXI. 2008, p. 25-76.
- WIRTH, Louis. Prefácio. In: MANNHEIM, Karl. Ideologia e Utopia. Rio de Janeiro: Zahar, 1982. p. 9-28.

Sociology of knowledge and sociology of science: from their emergence until Pierre Bourdieu

ABSTRACT

The main goal of this paper is to demonstrate the characteristics of the Sociology of Knowledge - which emerged in the first decades of the twentieth century - as well as the ones of the Sociology of Science, highlighting the key concepts of

the sociological study field, from Max Scheler, emphasizing Karl Mannheim's Sociology of Knowledge, Robert Merton's Sociology of Science and Pierre Bourdieu's Sociology of Scientific Field. Furthermore, it aims to make some critical notes about the uninterested trait of the Merton's Sociology of Science, from Bourdieu's perspective of science as a field intertwined by strong conflicts and tensions surrounding the monopoly of authority and symbolic capital

Keywords: Sociology of Knowledge, Sociology of Science, Robert Merton, Karl Mannheim, Pierre Bourdieu.



Elites tecnológicas locais: o processo de influência na articulação das políticas de ciência e tecnologia e poder público locais

Nathália Gonçalves Zaparolli¹

RESUMO

Esse artigo propõe identificar os agentes pertencentes às elites tecnológicas locais e compreender suas relações de poder a respeito do desenvolvimento e processo decisório das Políticas de Ciência e Tecnologia (PCT), no município de São Carlos/SP. Para isso, faremos um levantamento bibliográfico a respeito das PCT e das elites locais, em específico as tecnológicas. Para melhor situar o leitor, resgatar sucintamente a história do município em questão. Três instituições serão analisadas: a Universidade Federal de São Carlos, Universidade de São Paulo e a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Sustentável, Ciência e Tecnologia de São Carlos. As duas primeiras, onde são formadas as elites tecnológicas e a terceira, onde essas elites atuam. Assim, se fará um levantamento do currículo profissional desses agentes, a partir da plataforma Lattes e também leis relacionadas à ciência e tecnologia para compreendermos quais grupos são contemplados na elaboração e decisão das PCT. Os conceitos de campo (político e científico) e capital social de Bourdieu nortearão a análise, posicionando as elites dentro do campo e as trocas de capitais envolvidos.

Palavras-Chave: elites tecnológicas, políticas de ciência e tecnologia, campo político e científico, poder local.

Recebido em 30/06/2017

Aceito para publicação em 09/12/2017

DOI: <https://doi.org/10.25067/s.v21i2.16821>

Introdução

Esse artigo é inspirado na recém-defendida dissertação de mestrado da autora, intitulada O Poder e a Influência da Elite Intelectual como Norteadores de Definição das Políticas de Ciência e Tecnologia no Município de São Carlos/SP. De forma sucinta, consistiu em estudar as elites tecnológicas locais,

¹ Socióloga e Cientista Política pela Universidade Federal de São Carlos (2014). Mestranda na mesma instituição, no Programa de Pós-Graduação em Ciência Política (2017). E-mail para contato: ngzapa@hotmail.com.

suas influências dentro da esfera pública municipal e concentração de poder nos processos decisórios das PCT, em São Carlos/SP. Aqui, será apresentado um compilado dos principais resultados da pesquisa.

A proposta consiste em identificar as elites tecnológicas locais, onde elas são formadas e quais suas trajetórias profissionais, como também compreender as relações entre esses agentes, de que forma atuam na esfera pública municipal. Compreender suas relações no processo de desenvolvimento e decisão das PCT, se favorecem ou não certos grupos, no intuito de entender suas influências e posicionamentos dentro dessa esfera de poder. O que se pretende mostrar é que a elite tecnológica local é a responsável pelo desenvolvimento das PCT, no município de São Carlos.

Para fundamentarmos a pesquisa foi realizado um levantamento bibliográfico a respeito de elites tecnológicas locais, história do município, as trajetórias profissionais desses agentes, por meio da plataforma Lattes, as instituições envolvidas, como Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), Universidade de São Paulo – Campus São Carlos (USP-SC) e a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Sustentável, Ciência e Tecnologia de São Carlos (SMDSCT), além das leis aprovadas pelo município, que envolvem questões a respeito de ciência e tecnologia (CT).

Ao estudarmos o processo histórico de formação da cidade de São Carlos, como Alfatim e Silva (2004), Buffa e Nosella (2003), Grimberg (2008), Lorenzo (1970), Sguissardi (1993), Torkomian (1996) pontuam em seus estudos, notamos duas instituições de relevância renomada para o desenvolvimento de CT local, a USP-SC, como destaque a Escola de Engenharia de São Carlos (EESC-USP) e a UFSCar. A implantação dessas universidades proporcionou formação de mão de obra altamente qualificada, profissionais nas mais diversas especializações, principalmente na área das ciências exatas (apenas a UFSCar possui formação nas demais áreas do conhecimento), como também trouxeram investimentos e incentivos nas atividades científicas e tecnológicas.

Especialmente três estudos inspiraram a pesquisa: Andrade e Filho (2015), Barbosa (2013) e Filho (2013). Neles houve a demonstração da concentração de gestão e coordenação das elites tecnológicas de São Carlos no empreendimento conhecido como Fundação Parque Tecnológico de São Carlos (FPATSC), de capital público-privado no qual se instalam empresas, muitas vezes novas, possuem uma estrutura física básica já fornecida, além de cursos, palestras, etc. como suporte para essas empresas se inserirem ou se manterem

no mercado. E em órgãos públicos, como secretários da SMDSCT e liderando a Prefeitura Municipal de São Carlos, no cargo de prefeitos. Sem contar a influência de professores da USP-SC, em específico da EESC-USP, na criação e formação institucional da UFSCar (SGUISSARDI, 2003). Assim, instigou-se em aprofundar o entendimento dessas relações entre elites e a esfera pública municipal, quais as influências, conexões, grupos interligados.

Essa inquietude para desvendar mais a respeito dessas elites presentes no município também foi alimentada por uma literatura a respeito de como a comunidade de pesquisa atua e se organiza frente às questões de CT. De forma homóloga, a nível nacional, a comunidade de pesquisa desenvolve dentro do seu campo as demandas, prioridades e propostas das PCT, apenas entre seus próprios pares, além do monopólio nos processos decisórios. Seus problemas são resolvidos e solucionados de forma fechada, como autônomos e autossuficientes, ou seja, por meio do interesse corporativo e de autopreservação (DAGNINO, 2007; DIAS, 2012).

A comunidade de pesquisa abrange pesquisadores, cientistas, professores de universidades, intelectuais presentes em institutos de pesquisa e elites acadêmicas e científicas, todos aqueles com vínculos formais de pesquisador em instituições que realizam pesquisa. Dessa forma, as elites tecnológicas estariam inseridas nessa comunidade.

Diante dessas bibliografias, algumas questões surgiram à mente e foram importantes para nortear o encaminhamento desse estudo. Questões que podem trazer respostas esclarecedoras a respeito de como se dialogam interesses privados e públicos no estabelecimento de políticas governamentais para a CT, como: essas elites tecnológicas estão vinculadas ao poder público municipal? Se sim, por meio das políticas, conseguimos mostrar qual público é favorecido?

Portanto, o problema principal que se coloca é entender a formação dessas elites tecnológicas na cidade de São Carlos, como suas relações de poder e influenciam os desenvolvimentos de PCT. Por se tratar de CT, optou-se por estudar um órgão público responsável pela gestão, administração, desenvolvimento das PCT, assim, a influência dessas elites dentro da SMDSCT.

Para identificarmos se os dados se referem a elites tecnológicas, entendem-se como elites os atores no topo da hierarquia social, cujas funções são valorizadas e reconhecidas, imbuídas de privilégios e prestígios, dotados de capital científico e tecnológico, incorporados por essas percepções e apropriações para atuarem nesse espaço. Nosso objetivo é saber se tais elites

também estão em posições políticas, em especial dentro da PMSC. A forma de levantar quem são esses agentes se deu pela investigação dos secretários empossados no período de criação da SMDSCT, em 1997, até o primeiro semestre de 2017, com suas trajetórias profissionais os reconheceremos como elites científicas ou não, e esse cargo por ser o mais alto dentro da hierarquia de uma secretaria.

Para escolha metodológica, certos questionamentos foram realizados. O primeiro se trata de um trabalho que discorre a respeito de relações de poder entre elites e o poder imbuído numa elite específica, elites tecnológicas. Ao mergulharmos nas questões de pesquisa, na bibliografia sugerida e avançarmos na coleta de dados, notamos a troca simbólica de forças e poder entre esses agentes. Conforme ocupam posições e serem influentes dentro e fora do meio em que atuam profissionalmente, acumulam mais força e legitimidade em suas ações e reflexões. Dessa forma, utilizar os conceitos de capital e campo nos traria uma estrutura e embasamento mais lógico e concreto para entendermos as relações de poder dessa elite local e sua influência em relação às PCT locais.

A forma de tratarmos os dados coletados será utilizando o conceito de campo e capital social. Para Bourdieu (2003, p. 179):

O campo no seu conjunto define-se como um sistema de desvio de níveis diferentes e nada, nem nas instituições, nem nos agentes, nem nos actos ou nos discursos que eles produzem, têm sentido se não relacionalmente, por meio do jogo das oposições e das distinções.

Complementando: Campo é o espaço de relações de força entre os diferentes tipos de capitais que poderiam dominar o campo correspondente e cujas lutas se intensificam sempre que o valor relativo dos diferentes tipos de capitais é posto em questão (BOURDIEU, 1996b, p. 52). No caso desse estudo, vamos nos adentrar no campo político e campo científico, como os atores se configuram em ambos e se relacionam.

Capital simbólico, segundo Bourdieu (2003, p. 145):

Capital simbólico – outro nome da distinção – não é outra coisa senão o capital, qualquer que seja sua espécie, quando percebido por um agente dotado de categorias de percepção resultantes da incorporação da estrutura da sua distribuição, quer dizer, quando conhecido e reconhecido como algo óbvio.

No caso discorremos a respeito do capital social, político e científico no

âmbito em que detêm e em quais campos os agentes estão inseridos. Este capital se refere às relações que estamos envolvidos, que podem favorecer a entrada em determinado campo ou nos colocar numa posição prestigiosa e de poder hierárquico maior.

Ou seja, o campo possui agentes alocados em determinadas posições de acordo com a distribuição desigual de capital social e as disputas internas de grupos são pela concorrência desses capitais e por deter as ideologias – dominantes. Deve ser relativamente autônomo em relação aos outros campos, pois permite elaborar suas próprias regras, vivências e relações de poder. O capital social que esses agentes possuem, acumulam ou trocam podemos entender basicamente como a força que o agente possui em relação aos outros, devido sua posição. E formulação, aprendizagem e aquisição de um habitus específico, uma forma incorporada de ser e agir (BOURDIEU, 1996a, 2007).

O artigo está estruturado em mais quatro partes, das quais partiremos da discussão bibliográfica a respeito das elites científicas no Brasil e localmente, apresentaremos a cidade e as instituições presentes na análise, os dados sistematizados e analisados de acordo com o método proposto e, por último, as conclusões.

Elites científicas no Brasil e em São Carlos

Durante a formação histórica do Brasil, encontramos momentos, principalmente para o final do século XIX, começo do XX, nos quais certos atores foram investindo em conhecimento e pesquisa nos institutos, em universidades, ainda incipientes, muitas das vezes em iniciativas empreendedoras, por vezes com recursos financeiros privados, por vezes públicos, mas ainda não de forma sistematizada e não tão coletiva.

Dois acontecimentos no século XX marcaram o desenvolvimento em CT, por estarem relacionados a grandes investimentos e avanços teóricos e tecnológicos, num curto prazo de tempo, as Guerras Mundiais. Gradativamente, as PCT alcançaram maior visibilidade e importância, se inseriu numa política governamental, ou seja, os governos passaram a intervir nos processos, planejamentos, de forma que os governos implementaram progressivamente políticas direcionadas.

Assim as PCT passaram a receber investimentos dos países, assim, crescendo a gama numérica desses pesquisadores, cientistas, professores,

formando e aumentando progressivamente o que conhecemos hoje como comunidade científica. Para pontuar:

Uma comunidade científica, em sentido amplo, pode ser entendida como um grupo de indivíduos que compartilham valores e atitudes científicas e que se interrelacionam por meio das instituições científicas a que pertencem. [...] Outro elemento de caracterização da ciência como um sistema social é a existência de um sistema de autoridade que defende os critérios de probidade, plausibilidade e aceitabilidade dos resultados – critérios que de modo geral não constituem um traço explícito do método científico, mas que de qualquer maneira é uma parte integral e fundamental do seu funcionamento. (SCHWARTZMAN, 2015, p. 58)

Para um dimensionamento mais amplo do que representa a PCT no Brasil, vale resgatar que o período de sua institucionalização se deu em meados da década de 1950. Destacamos esse marco, uma vez que diversos órgãos, organizações, institutos são criados para coordenar a política em questão e gerar, assim como gerir investimentos (DIAS, 2012). Momento em que estimulou ainda mais o crescimento da comunidade científica, incentivos estaduais, mais maciços, mais centrados e planejados.

Os primeiros passos para institucionalização da PCT partiram de cientistas engajados num projeto, cujos empenhos se davam em assuntos políticos e sociais, o objeto principal era formar e/ou ajudar uma nova sociedade brasileira. Goldemberg (1990) acentua que o objetivo principal era o fortalecimento de grupos científicos, para criar um quadro aperfeiçoado de acadêmicos, pesquisadores e cientistas, no Brasil.

Uma das primeiras iniciativas foi Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), cujo papel principal era organizar os cientistas de toda nação, buscar e avançar o desenvolvimento científico e tecnológico brasileiro. Outras duas instituições marcam esse período.

Em 1951, surge o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), antigo Conselho Nacional de Pesquisas, cujas contribuições se dariam na formulação e condução de PCT, ao fornecer bolsas e auxílios para pesquisas e/ou instituições que pretendiam promover a CT. Essa instituição foi a primeira criada pelo governo a fim de auxiliar pesquisas e formação de cientistas (BAUMGARTEN, 2008; CNPq, 2017).

Seguido da CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de

Nível Superior), em 1952, com objetivo de: *assegurar a existência de pessoal especializado em quantidade e qualidade suficientes para atender às necessidades dos empreendimentos públicos e privados que visam ao desenvolvimento do país. (CAPES, 2017)²*. Dali por diante, diversas instituições foram formadas para auxiliar a comunidade científica, aqui cito as três primeiras de maior relevância, no intuito de se notar o aparato institucional e todos os ambientes em que a comunidade atua.

Podemos identificar agentes dentro do campo científico, devido suas trajetórias profissionais e capital acumulado, podendo realocar seus posicionamentos e afinidades. Por se tratar de agentes na esfera pública municipal podemos introduzir esses conflitos também no campo político, numa movimentação de conflitos e acordos.

O desenvolvimento econômico aumentou a discussão de seu vínculo com os desenvolvimentos em PCT, desde sua institucionalização (BAUMGARTEN, 2012). Assim, o Estado brasileiro estava preocupado em desenvolver o país economicamente, sabendo de suas especificidades sócio-econômico-culturais. O que se pretendia inicialmente era o vínculo entre universidades, empresas e Estado, na produção de conhecimento e ciência, inovação e aplicabilidade e investimento, respectivamente (DIAS, 2012).

Os investimentos e políticas em PCT foram em direção de estabelecer um corpo de pesquisadores qualificados com infraestrutura adequada. A parte que cabia aos investimentos em Pesquisa e Desenvolvimento (PD), que incentivava esse tipo de iniciativa em empresas e indústrias, acabou se transformando em poucas interações entre empresas, universidades e institutos de pesquisa (RADAELLI, 2010). A lógica mercantil da PCT, as alianças entre empresa, Estado e universidades receberam incentivos governamentais. As empresas tiveram estímulo para produção de PD e como mão de obra (qualificada) aquela formada nas Universidades, uma política que não deu certo.

Por outro lado, a lógica do capital dentro da produção tecno-científica ganhou espaço, tanto é que se expandiu o termo inovação, assumiu esse papel de relação quase intrínseca com o mercado, advinda de um processo crescente de globalização, abertura de mercado e aumento da competitividade internacional (DIAS, 2012).

Devemos salientar que a crescente internacionalização e globalização dos desenvolvimentos científicos e tecnológicos, também geraram novas

²Citação extraída de: <http://www.capes.gov.br/historia-e-missao> - Acesso em 05/02/2017.

articulações entre os atores produtores de CT e elaboradores de PCT. Esses grupos geram atividades de inovação que tem proporcionado novas tendências e novas práticas tecnológicas, cada vez mais envolvidas em contextos particulares. Assim, a partir de 1980, eles passam a descentralizar e flexibilizar-se no processo de cruzarem fronteiras nacionais e estabelecerem contatos com países periféricos (HUMBERT, 2005).

Com reforma administrativa gerencial, em 1990, momento em que se observavam claramente as formulações de políticas em função e prol do mercado, incentivos as privatizações, por exemplo. Relacionado à infraestrutura de pesquisa, tínhamos equipamentos e tecnologias. Verificaram-se investimentos públicos apenas em alguns setores, como a área de tecnologia de ponta, defasando a pesquisa. Indo ao encontro da assertiva do favorecimento da tecnologia e mercado, uma visão da tecnologia como somente produto, como estratégia para acumulação (BAUMGARTEN, 2008).

Com a federalização e o surgimento de secretarias e conselhos municipais de CT, novas relações e conflitos podem surgir entre os atores envolvidos nesses órgãos, ou aqueles que almejam entrar nesse campo político. Por conseguinte, o debate sobre desenvolvimento econômico ganhou também, progressivamente, mais importância, em especial o desenvolvimento regional e local, uma vez que está, na maior parte das vezes, atrelado às discussões sobre CT (BARROS, 1999).

A inovação na virada do século e começo do século XXI marcou essa época, e é destaque até os dias atuais. A questão de gerar inovação se tornou cada vez mais presente como pauta política dos governos, a inovação aos moldes de acumulação. Ou seja, ela pode ser produzida em quase todo lugar, pois exige ambiente cultural e institucional e acumulação e distribuição do conhecimento, uma vez democratizado o conhecimento, a inovação teria o caráter social (MACIEL, 2012).

Andrade e Filho (2015) nos pontuam, em grande parte, indivíduos possuidores desse conhecimento e dotados de capital científico, produzindo metodologias e tecnologias entre pares, em ambientes de pouco acesso para quem não pertence ao meio, dessa forma, acarreta a privatização das atividades de CT e fortalecimento dessas chamadas elites tecnológicas/científicas. Colocada de outra forma, um campo científico com grupo hegemônico fortalecido e fechado.

Um adendo, os termos elites tecnológicas e elites científicas no decorrer

da pesquisa empírica se revelaram em serem, de fato, as mesmas elites, agentes, cientistas/pesquisadores. Dessa forma, convencionou-se em utilizá-los equivalentemente.

Atrelados a esse fator, na década de 1990, são criadas as formações de sistemas de ciência e tecnologia com gerenciamentos locais, em poucos municípios brasileiros, gerenciando PCT locais. E ainda, com a Lei da Inovação Tecnológica, em 2004, pela Lei Federal de nº 10973, acrescenta o incentivo a municípios para proporcionar construção de ambientes especializados e corporativos, ou seja, criação de órgãos destinados especificamente aos assuntos de CT (MARTINELLI, 2014).

Como dito anteriormente, no começo do século XX tivemos a formação da comunidade científica, buscando incentivos e infraestrutura para realizarem pesquisas. Conseguiram pressionar para criar institutos de pesquisa, universidades, nas quais a comunidade poderia atuar. Órgãos de fomento a pesquisa e avaliação do desenvolvimento de CT também foram criados pelo governo.

Nessas instituições a comunidade científica trabalhava e ocupava, principalmente, seus cargos de liderança. Esses fatores ajudaram a proporcionar uma concentração de capital científico e também político para adquirirem a hegemonia nos processos decisórios nas PCT, tanto que chamamos aqui de elites tecnológicas.

Ao pensarmos em PCT local, destacamos como se funciona a descentralização dessa política. Silva (2000) pontua que diversos países europeus têm estimulado a descentralização de PCT como prática de concessão de autonomia para os polos interioranos de desenvolvimento. Tal sistemática vem sendo ampliada em todas as partes do mundo, onde se nota que há um fortalecimento de PP regionais que dão sustentação a esse paradigma.

Paradigma bem entendido que vem pautar a micro correlação de forças das chamadas elites tecnológicas, pois se afastam das decisões macro regulamentadoras das PP e se voltam para localidades, como São Carlos, onde desfrutam de autonomia para sua auto-regulamentação.

As PCT são em grande medida produzidas e formuladas pela comunidade de pesquisa, cujos integrantes detêm a hegemonia da agenda de PCT. Muitas vezes pautados por interesses corporativos e de autopreservação. Isso não apenas em caráter nacional, mas consegue ser identificado a nível local. Por sua vez, o processo decisório dessa política se concentra na mesma

comunidade (ANDRADE, 2011; DAGNINO, 2007). Interessante observar que apesar das dimensões diferentes das políticas federais e locais, o funcionamento e a lógica de negociação são homólogas.

Nessa linha de raciocínio, o campo científico possui agentes com capital científico, fundamentalmente. A comunidade de pesquisa/comunidade científica possui esse capital, e detém a legitimidade da palavra em relação aos assuntos de CT. Baptista (2000) demonstra que suas relações se dão de maneiras mais informais que formais, favorecendo sua posição privilegiada, no município de São Carlos.

Tanto que no campo científico temos as elites científicas no topo da hierarquia das posições de poder. Para efeitos metodológicos e empíricos, no caso dessa pesquisa, houve a liberdade de usar como sinônimos: comunidade de pesquisa e comunidade científica mostrar-se-á que são, basicamente, os mesmos agentes.

Para entender melhor por que um grupo do campo científico tornou-se elite tecnológica, no Brasil formamos engenheiros e cientistas, cujas atividades de inovação partem exclusivamente de instituições e centros estatais com pesquisas em CT, sendo que poucos vão para o mercado ou indústria. Então, os parâmetros técnicos e avaliativos partem das elites acadêmicas em sintonia com empreendimentos de tecnologia de ponta (ANDRADE, 2011). Juntamente com o incentivo de formação de incubadoras e parques tecnológicos, a elite tecnológica ocupou esse novo mercado, acumulando com apoio do poder público, um alto capital social (científico, legitimando o político).

A partir disso, revela-se de fundamental importância para o entendimento do presente trabalho, a instrumentalização das elites tecnológicas no contexto do desenvolvimento da CT propriamente dita, com o aparato do suporte estrutural em que está submetida. O foco passa a ser a interiorização da CT como instrumento de dominação da produtividade do parque fabril inter-regional (ANDRADE; FILHO, 2015).

Para Andrade (2011), esses contextos particulares dizem respeito a uma movimentação de elites de engenheiros, possuidores de grande capital tecnológico, que ao se articularem com empresas transnacionais, são encarregados de produzir novos procedimentos e tecnologias. Uma vez produzidos, devem ser reproduzíveis, portanto há um processo de padronização para replicação. Juntamente com o fato de essa elite ser o único grupo detentor desse novo conhecimento produzido, conseqüentemente monopoliza e

hierarquiza funções dentro dos desenvolvimentos de CT.

Fatores como nível de escolaridade alto, conflitos corporativos, concorrência mundial na disputa por esses grupos, favorecem o surgimento de grupos dominantes na área tecnológica (TRILLING, 1979).

Por mais que houve disputas no campo científico, a elite tecnológica foi vitoriosa em sua negociação entre o público e privado, ou seja, todo recurso, conhecimento, tecnologia desenvolvidos por meio da universidade pública, foi canalizado como investimento que resultou em rendimentos para o setor privado (FILHO, 2015). Não necessariamente isso é um problema, uma questão negativa, afinal se trata de uma política buscada pelos governos federais há anos e localmente, foi bem-sucedida essa iniciativa.

Ao focar a análise no setor público, um estudo ajuda a nortear essa pesquisa, o qual faz um levantamento dos secretários da CT de São Carlos e os prefeitos eleitos, no período de 2002 e 2010. Barbosa (2013) se utiliza de entrevistas e dados secundários, desvendando a existência efetiva de uma elite tecnológica na gestão pública municipal no recorte estabelecido. Essa elite, portanto, também configura o campo político, ela disputa e pertence ao campo científico e político.

Portanto, São Carlos detém em seu território um extenso leque de iniciativas direcionado a desenvolver CT. O capital social existente na cidade é utilizado através de atores da comunidade científica, as estruturas materiais e financiamentos governamentais, em sua maioria. A hegemonia de poder nessa rede de relações revela o que as elites tecnológicas coordenam e decidem.

Ao compreendermos quem são a comunidade científica, notamos a hierarquização do conhecimento científico, assim a participação de demais grupos/pessoas da sociedade é muitas vezes relegada em assuntos no que concerne a CT. Um tanto quanto contraditório, se pensarmos nas tantas influências da CT na vida comum, a comunidade poderia se abrir para diálogos, proposituras, e por que não, funções deliberativas para outros grupos da sociedade, como cidadãos, chamaremos de, comuns e também organizações não governamentais e movimentos sociais.

Cidade de São Carlos: USP-SC, UFSCAR e SMDSCT

São Carlos é uma cidade da região central do estado de São Paulo,

considerada de porte médio, com pouco mais de 220 mil habitantes³. Conhecer alguns atores que marcaram sua história, os projetos desenvolvidos, os encaminhamentos de suas políticas, faz emergir assim as características intrínsecas a esse município, suas particularidades e especificidades e assim, nos ajuda a contextualizar e entender os motivos pela qual foi escolhida como ambiente de estudo.

O município de São Carlos foi marcado por pioneirismo e ações de empreendedores. Foi marcada pelo cultivo de café, portanto parte de sua população era barões de café, um grupo detentor de bastante capital financeiro. Pouco antes do final do século XIX já se instalava na região ferrovia que fazia interligação com a cidade de Santos/SP, para onde escoava os produtos para o porto, favorecendo uma circulação de pessoas e mercadorias (SÃO CARLOS, 2017)⁴. No começo do século XX, investimentos na área educacional com dois institutos educacionais, uma escola normal e uma profissional. Rede elétrica e uma usina (BUFFA; NOSELLA, 2003).

Com o capital financeiro advindo do setor do café, também um dos responsáveis por um significativo fluxo de imigrantes, favoreceu a infraestrutura urbana e atividades comerciais. Nas primeiras décadas do século XX, se instalava na cidade indústrias de médio porte, gerando mercado consumir próspero, região com matérias-primas para indústrias, meios de transporte, circulação de pessoas, se tornando um centro manufatureiro nas décadas seguintes (LORENZO, 1979).

Buffa e Nosella (2003) nos situa que, em 1960, a estrutura urbana já envolvia transporte, entretenimento, luz elétrica, distribuição de água, tanto que passou a ser considerada pólo tecnológico, se refere há um espaço geográfico ou microrregiões com características bem delimitadas, pela tradição e cultura industrial, empresarial e competitiva, englobam boas e numerosas escolas fundamentais e médias, mais escolas profissionais técnicas e industriais, instituições de educação superior e de pesquisa e várias empresas que utilizam tecnologia.

O comando da cidade exercido por prefeitos e vereadores, passaram do domínio da oligarquia cafeeira, para oligarquia empresarial, tamanha a

³Dados extraídos do IBGE, censo 2010: <http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=354890> - Acesso em 05/02/2017.

⁴Dados do site da Prefeitura de São Carlos: <http://www.saocarlos.sp.gov.br/index.php/historia-da-cidade/115269-historia-de-sao-carlos.html> - Acesso em 04/02/2017.

relevância desse tipo de atividade na cidade (SGUISSARDI, 1993). As décadas seguintes foram marcadas por investimentos públicos e privados nas atividades industriais, na qualificação de profissionais, desenvolvimento tecnológico e cultural.

São Carlos se tornou município em destaque devido a incentivos, investimentos, projetos, políticas, desenvolvimentos em PCT. Culminou em 1995, recebeu o selo da Capital da Tecnologia pelo então governador do estado de São Paulo, Mário Covas. Em 2011, a presidenta da República Dilma Rousseff decreta o município como Capital Nacional da Tecnologia⁵. Também se dá a maior concentração per capita de pessoas com doutorado do país, enquanto a média nacional é de 1 para 5423, São Carlos aponta média de 1 para 180 (BARBOSA, 2013). Uma cidade difícil de ser ignorada quando se trata de CT.

Ao recapitularmos trechos da história de São Carlos, percebemos que ela é marcada por instituições que se firmaram como protagonistas no desenvolvimento de CT. As instituições, dentre muitas outras, aqui se destacam: USP, UFSCar e SMDCT.

São mencionadas em destaque, uma vez que no caso, as duas primeiras trouxeram todo suporte educacional de nível superior de qualidade, para formação de mão de obra qualificada e centros de pesquisas e se tornaram referência nacional, como o desenvolvimento de cerâmicas no Departamento de Materiais-UFSCar, ou laboratório de óptica do IFSC-USP. O papel da USP e UFSCar nesse estudo vem ao encontro de mostrarmos que a elite tecnológica desse município provém, grande parte, dessas duas instituições, que alavancaram significativamente o desenvolvimento científico e tecnológico do município em questão.

A USP-SC foi idealizada por professores provenientes da USP – Campus São Paulo (USP-SP) e um corpo de profissionais envolvidos em abrirem cursos de graduação, como também de políticos interessados nessa empreitada. São Carlos se mostrava uma cidade em expansão, pois se encontrava estruturas laboratoriais, institucionais, educacionais para formação profissional qualificada, condições nas quais a universidade viria a agregar e estimular o desenvolvimento da cidade (USP-SC, 2017)⁶.

Assim, em 1948, começa a implantação da USP-SC, materializada pelo

⁵ Pela Lei nº12504 de outubro de 2011.

⁶Informações extraídas de: http://www.saocarlos.usp.br/index.php?option=com_content&task=view&id=61 – Acesso em 05/01/2017.

governador do estado Adhemar de Barros, segundo a Lei nº 161, de 24/9/1948, uma vez que o intuito era chegar o ensino superior para um ambiente sendo polo científico, cultural e intelectual, potencializaria a vocação econômica da cidade.

Os primeiros cursos foram de Engenharia Civil e Engenharia Mecânica em 1953, com a fundação EESC-USP, iniciando as atividades de ensino e pesquisa. Três institutos são destaque pelas suas pesquisas, renomado corpo docente e desenvolvimento científico e tecnológico, o Instituto de Ciências Matemáticas e Computação (ICMSC) e Instituto de Física e Química de São Carlos (IFQSC) – apenas em 1994, estes se separam em IFSC e Instituto de Química de São Carlos (IQSC) e aquele passa a ser Instituto de Ciência Matemáticas e Computação (ICMC) (IFSC-USP, 2017) ⁷.

Ao longo dos anos de funcionamento da USP-SC, suas atividades se expandiram, o número de docentes aumentou, assim como o de discentes, pesquisas e investimentos, tanto que em 2005 inaugurou-se USP-SC Campus 2 e, em 2010, inaugurou o Instituto de Arquitetura e Urbanismo (ALFATIM; SERAFIM, 2004). Até julho de 2016, contava com aproximadamente 5040 alunos de graduação, 2550 de pós-graduação e ainda por volta de 520 professores (USP-SC, 2017). Números significativos se considerarmos o porte de São Carlos.

A USP-SC se tornou um ambiente com fluxos de pesquisadores/cientista e pesquisas científicas. Foi proveniente da iniciativa de atores de outras instituições de ensino, configurando um local de desenvolvimento de CT. Vale ressaltar que a instalação de uma universidade, num município médio no interior do estado, envolve capital cultural, financeiro negociado nas relações de poder e entre os atores envolvidos.

Em São Carlos, durante o começo do regime ditatorial, no intuito de acalmar os ânimos dos movimentos políticos crescentes no município contrários a ditadura, pretendeu-se instalar uma universidade federal em São Carlos. Assim como, a necessidade de dinamizar a economia e cultura, afetando diretamente a dinâmica da cidade. Nesse clima político, a UFSCar foi criada em 1968, pelo decreto federal no62758. Em 1960 já a lei federal 3835/60, que aprovou a instalação da Universidade Federal de São Paulo (UFSP), mas apenas em 1968 criou o que hoje conhecemos como UFSCar (SGUISSARDI, 1993).

⁷Informações

extraídas

de:

http://www.ifsc.usp.br/index.php?option=com_content&view=article&id=32&Itemid=112 -
Acesso 05/01/2017.

No projeto da época, em relação a estrutura administrativa, o presidente da República que escolhia o Conselho de Curadores e estes o Presidente da Fundação, reitor e vice-reitor. E como incumbência até o funcionamento legal da universidade, o Conselho de Curadores ficaria responsável por atuar nas funções do Conselho Universitário e de Ensino e Pesquisa. E seria uma universidade não paga (SGUISSARDI, 1993). Hoje possui Conselho Universitário, Reitor, Vice-reitor, todos empossados por meio de eleições diretas, assim como chefes de departamento, dos centros universitários, etc.

Parte do corpo docente da EESC-USP e de outras instituições se transferiu para a UFSCar, incentivando o ensino e pesquisa. Tanto que o primeiro departamento da América Latina de Engenharia de Materiais foi nesta universidade. Mas no caso, não se limitou a áreas de ciências exatas, ao longo de seu funcionamento abrangeu ciências biológicas, ciências humanas. Hoje se encontra em mais três campus em cidades diferentes, Araras, Sorocaba e Lagoa do Sino, em Buriti, todas as cidades do estado de São Paulo (BCO, 2016)⁸.

Uma universidade criada em moldes conservadores, foi uma das pioneiras em aderir à política das Ações Afirmativas. Em 2016, atingiu 50% das vagas reservadas dessa forma. Também foi uma das primeiras a integrar o Sistema de Seleção Unificada, pelo Ministério da Educação (SISU/MEC), em 2011⁹.

Para salientar a influência dessas universidades, temos a formação da FPATSC, a maior parte do seu quadro de funcionários, fundadores, conselheiros é proveniente da formação de ensino superior relacionada à EESC-USP. Também se encontram representantes da UFSCar, porém em menor quantidade (FILHO, ANDRADE, 2015). Essa iniciativa pública-privada, também é responsável pelos encaminhamentos do desenvolvimento em CT. Ao proporcionar estrutura física e ofertar cursos profissionalizantes, além de incubar muitas empresas, esses fatores impulsionam o setor industrial, empresarial, consequentemente o desenvolvimento (econômico) e incentivos à pesquisa.

A relevância da SMDCT se mostra ao se configurar como o primeiro órgão público municipal a se responsabilizar e centralizar as PCT locais, um ente criado para receber demandas e elaborar projetos e planos relacionados à CT. Por meio dela, ajuda-nos a identificar os direcionamentos das PCT, os

⁸Mais informações em: <http://www.bco.ufscar.br/a-bco/apresentacao> - Acesso em 11/09/2016.

⁹Dados extraídos em: <http://www.bco.ufscar.br/a-bco/apresentacao> - Acesso em 12/09/2016.

grupos envolvidos, as relações entre esses, ainda mais que existem apontamentos da presença das elites tecnológicas dentro desse órgão (BARBOSA, 2013). Aqui poderemos identificar os embates do campo político e científico, os posicionamentos dos agentes e o capital acumulado.

A secretaria foi fundada em 1997, pela lei Lei no11261. Na época tinha o nome de Secretaria Municipal do Desenvolvimento Econômico, Ciência e Tecnologia. Era dividido em apenas um departamento, o de Desenvolvimento Tecnológico. Até atualmente, passou por mais três reorganizações administrativas.

Em 2004, passou por uma reforma, pela Lei municipal no13486, com uma divisão estrutural de quatro departamentos, Departamento de Apoio à Economia Solidária, Departamento de Desenvolvimento Econômico, Departamento de Fomento ao Turismo, por fim, Departamento de Política Ambiental.

Em 2008, pela Lei no 14845/08. E novamente a secretaria em questão sofre alterações em seus departamentos. Com a reforma se tornam: Departamento de Desenvolvimento Econômico, Departamento de Fomento ao Turismo e Departamento de Políticas para o Desenvolvimento da Ciência, Tecnologia e Inovação.

Pela Lei municipal no 17438/15, ela se torna mais elaborada e contempla diversos assuntos relacionados à CT: Departamento de Políticas Energéticas, Departamento de Desenvolvimento Econômico, Divisão de Relacionamento com o Setor Produtivo, Departamento de Fomento ao Turismo, Assessoria de Marketing, Divisão de Planejamento Turístico, Departamento de Políticas para o Desenvolvimento da Ciência, Tecnologia e Inovação, Divisão de Relacionamento com Instituições de Tecnologia e Inovação.

Notam-se ao longo da atuação da SMDSCT, as mudanças nos interesses dos setores relacionados à CT. Passamos pelo foco apenas em desenvolvimento econômico, depois desenvolvimento sustentável, mais recentemente a pauta das políticas energéticas. E a gama de subdivisões existente hoje, tornando a secretaria mais complexa e abrangente.

Notaremos com a pesquisa empírica que a elite científica é proveniente dessas duas universidades públicas instaladas na cidade, com a formação e acumulação de capital científico. Por vezes já ocuparam cargos administrativos em suas instituições de ensino, ou em órgãos nacionais, acumulando capital político e criando um quadro de relações de influências mútuas, universidade e

esfera pública municipal, e de interesses comuns. E se tornando secretários da SMDSCT.

As elites tecnológicas no poder municipal

Com o aporte teórico já fundamentado, serão apresentados os dados recolhidos para confrontarmos com a problemática desse estudo: o monopólio do poder das elites científicas nos processos decisórios de PCT, em São Carlos.

Lembrando que estamos trabalhando com o conceito de campo, no qual existem agentes ocupando posições em relações a outros agentes dentro do campo e há disputa pelas posições onde se concentra maior capital (sempre em relação, o campo não existe sozinho por si só, nem os agentes). O capital social que esses agentes possuem, acumulam ou trocam podemos entender basicamente como a força que o agente possui em relação aos outros, devido sua posição. No intuito de complementar, essas ações dentro do campo são determinantes e determinadas pelo habitus, adquirido, reproduzido e o que representa a coletividade no campo, posturas, reflexões, comportamentos específicos do agente (BOURDIEU, 1996a, 1996b, 2003, 2007).

De acordo com a bibliografia, as elites tecnológicas foram cruciais para a implantação da FPATSC e desenvolver normalmente suas atividades, diante de diversas lutas internas no campo de interesses (ANDRADE; FILHO, 2015). Mas como é de capital público-privado, supõe-se que necessitem de suporte estatal para o andamento da Fundação. Se essas elites possuem influências além esse empreendimento, recolhemos leis relacionadas à CT, para verificarmos a existência, ou não, de privilégios das mesma na esfera pública municipal. As leis municipais se encontram digitalizadas no site da prefeitura, a partir de 1947¹⁰.

Se as elites tecnológicas têm poder suficiente nos processos decisórios, então provavelmente elas ocupam posições de liderança, ou estão no topo hierárquico de alguma instituição governamental. Como se trata das PCT local, escolheu-se a SMDCT, um órgão público responsável pelas formulações e implementações das PCT. Através dela, vamos fazer o levantamento de secretários, seus nomes e suas trajetórias profissionais, para formarmos uma

¹⁰A página digital onde se encontram as leis da PMSC: <http://www.camarasaocarlos.sp.gov.br/lei/?ent=70792&pagina=1> – Acesso em 01/03/2017.

curta biografia, por meio da Plataforma *Lattes* – caso o agente não possua, buscaremos outra fonte confiável e oficial a respeito da sua trajetória profissional.

Por meio das reportagens contidas no site oficial da Prefeitura Municipal de São Carlos, juntamente com os estudos de Barbosa (2013) e Martinelli (2014), conseguiu levantar todos os nomes dos secretários empossados desde a criação da SMDSCT até 2017. Foi um total de nove secretários distintos.

Diante dessas buscas e bibliografias, encontramos como fundador e primeiro secretário da SMDSCT, o Prof. Dr. José Galízia Tundisi. Formou-se em História Natural pela USP-SP, em 1962. Com mestrado em Oceanografia na University of Southampton, em 1966. E o doutorado, na área de Botânica também pela USP, em 1969. É professor titular também pela USP, além de administrar e ser diretor da Associação Instituto Internacional de Ecologia e Gerenciamento Ambiental. Ao longo de sua carreira, ocupou cargos de liderança em institutos de pesquisa e fomento à pesquisa¹¹.

Nos anos 2001 a 2003, assumiu o Prof. Dr. Francelino José Lamy de Miranda Grando. Graduado em direito pela USP-SP e se doutorando na Área de Ecologia e Recursos Naturais pela UFSCar, em 1999. Assumiu outros cargos políticos também, como Secretário Nacional de Tecnologia e Inovação, do Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovação, MCTI. Atualmente é professor adjunto da UFSCar e militante ambientalista¹².

Em 2004, trocou o secretário novamente, sendo empossado o Prof. Dr. José Benedito Sacomano. Sua formação profissional foi realizada inteira pela USP, desde sua graduação até doutorado em Engenharia Mecânica. Tournou-se professor titular da Universidade Paulista (UNIP)¹³.

Logo após, foi nomeado o Prof. Dr. Emerson Leal, doutor em Física pela USP, graduado e mestre em Física pela Universidade Patrice Lumumba em Moscou/Rússia, lecionou na UNB e UFSCar, teve funções administrativas dentro da UFSCar. Depois de secretário, foi presidente do Fórum Nacional de Secretários Municipais de Ciência e Tecnologia e também vice-prefeito da cidade de São Carlos¹⁴.

¹¹<http://lattes.cnpq.br/5730659239785432> – Último acesso em 02/03/2017.

¹²<http://lattes.cnpq.br/9164789081696523> – Último acesso em 02/03/2017.

¹³<http://lattes.cnpq.br/0001493242282065> – Último acesso em 02/03/2017.

¹⁴<http://simeusouleal.blogspot.com.br/p/quem-e-emerson-leal.html> - Último acesso em 02/03/2017. Esse site é da campanha dele como Deputado Estadual em 2010. Não possuía mais *curriculum lattes*.

O Prof. Dr. Yashiro Yamamoto assumiu em seguida a SMDSCT. Formação completa pela USP-SP na área da física, fazendo pós-graduações em instituições internacionais¹⁵, também foi ministro da educação (BARBOSA, 2013).

Marcos Martinelli substituiu Yamamoto, no ano de seu mandato, ainda não tinha vínculo direto nas universidades. Tornou-se mestre pela UFSCar em 2012 e, atualmente, está no doutorado pelo Programa de Pós-Graduação em Ciência, Tecnologia e Sociedade também pela UFSCar. Fez graduação em direito pela Faculdade de Direito de São Carlos (FADISC). Até ano passado, 2016, era Presidente do Conselho de Administração da Cooperativa de Crédito Mútuo de Micro e Pequenos Empresários de São Carlos. É professor auxiliar da Universidade Camilo Castelo Branco (UNICASTELO)¹⁶. Professor Tundisi volta ao cargo por volta de dois anos novamente.

Em 2014, é nomeado o Prof. Dr. Alfredo Colenci Jr. Graduado pela Mackenzie em Administração e fez Engenharia de Produção Industrial pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo/ Centro Universitário da Fundação Educacional Inaciana "Padre Sabóia de Medeiros" de São Bernardo do Campo/SP (PUCSP/FEI). O mestrado e doutorado fez pela EESC-USP. Seu vínculo empregatício atual é o Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza¹⁷.

De 2015 a 2017, foi um secretário diferente por ano. Em 2015, Luís Antônio Panone. Mestre em Engenharia Ambiental, Gestão de Recursos Hídricos pela USP, tendo se formado em direito pela FADISC¹⁸.

Em 2016, entra Paulo Gullo, com ensino técnico em Contabilidade pela escola Diocesano La Sales, em São Carlos, e se formou em Administração de Empresas pela antiga Faculdade Asser. Na atualidade, trabalha como comerciante varejista¹⁹. Em, 2015 era o presidente do Sindicato do Comércio Varejista de São Carlos e foi reeleito à presidência do Conselho do Comércio Varejista²⁰.

¹⁵<http://lattes.cnpq.br/1234250401990567> – Último acesso em 02/03/2017.

¹⁶<http://lattes.cnpq.br/3780002007437995> – Último acesso em 02/03/2017.

¹⁷<http://lattes.cnpq.br/4096758554465893> – Último acesso em 02/03/2017.

¹⁸<https://br.linkedin.com/in/lpanone> - Último acesso em 02/03/2017. Não foi encontrada outra fonte de dados.

¹⁹Dados extraídos de: <http://www.museudapessoa.net/pt/conteudo/historia/uma-loja-de-imigrantes-italianos-em-sao-carlos-43802> - Acesso em 14/03/2017.

²⁰<http://www.fecomercio.com.br/noticia/paulo-gullo-e-reeleito-presidente-do-conselho-do-comercio-varejista> - Acesso em 02/03/2017.

Depois das eleições e posse do novo prefeito Airton Garcia, o professor Tundisi volta pela terceira vez como secretário da SMDSCT²¹.

Apresentada de forma sucinta as trajetórias profissionais dos secretários, evidencia-se que esses atores se enquadram no conceito aqui definido de elites tecnológicas, ocupam cargo de liderança dentro da Prefeitura e representam o desenvolvimento e processos decisórios das PCT. Além de todos os atores possuírem formação superior. Dos nove elencados, cinco tinham vínculo profissional com alguma universidade ou instituto de pesquisa na época de atuação como secretário. Oito deles tiveram ou em sua formação inicial, ou como vínculo empregatício as universidades públicas USP e UFSCar em seus currículos. A USP passa pela trajetória profissional de sete entre os nove nomeados.

As trajetórias profissionais aqui descritas, pequenas biografias dos secretários da SMDSCT, nos mostrou que são agente inseridos no campo científico, afinal tiveram formação superior e possuem vínculos com instituições científicas. Dentro da própria instituição, muitos deles já ocupavam cargos administrativos, isso proporciona acúmulo de capital político e se inserirem numa rede de relações dentro do campo político. No caso, são dois campos que se relacionam, internamente há disputas, qual escolhido para o cargo? Lembrando que é cargo comissionado. Por que fulano? Quais vantagens ou desvantagens, conhecimentos, quanto representa o habitus dessa classe? Nem sempre questionamentos conscientes, mas que perpassam as relações dentro do campo e cria a lógica das relações de poder dentro do município de São Carlos, referente as PCT locais.

Outra forma de vermos a concorrência dentro do campo foi certa instabilidade no cumprimento temporal do cargo em questão. Nos 18 anos de atuação, foi um total de nove secretários diferentes, sem considerar as vezes que o professor Tundisi foi recolocado ao cargo. Apenas no governo de Paulo Altomani (mandato 2012-2016) percebemos que a cada ano de seu mandato um novo secretário era nomeado, uma frequência maior verificada se comparada a outros governos.

Essa instabilidade evidencia um campo em disputa, onde cargos de poder decisório são cobiçados, disputados, e há divergências em relação ao direcionamento das PCT. Capitais políticos são trocados, por vezes científicos.

²¹<http://www.saocarlos.sp.gov.br/index.php/secretarias-municipais/desenvolvimento-sustentavel.html> - Acesso em 02/03/2017.

Assim, gera uma relação de agentes, interesses, poder e influências sempre em disputa.

No entanto, os nomeados pertencem ao mesmo grupo, o que também nos elucida a presença das estratégias de reprodução do capital (BOURDIEU, 2006) para manutenção do poder – para a elite continuar na sua posição de elite. Mecanismos de relações entre esses agentes dentro do mesmo campo, uma mistura entre maneiras de perpetuação e aumento do capital, principalmente político, com o poder pessoal, como já citado, as formas pessoais e “íntimas” de se tomarem decisões nessa cidade.

Referente aos dados das leis, deparamos com uma questão metodológica. As leis disponíveis para o acesso da pesquisa são as digitalizadas e começam em 1947, provavelmente antes desse ano tiveram políticas voltadas a CT. Outra questão, é que a secretaria foi criada em 1997, como a adotamos como balizadora do entendimento de PCT, como podemos avaliar as políticas anteriores.

No entanto, temos instituições no município de São Carlos anteriores a SMDCT, como fundação da USP, UFSCar e FPATSC, já mostramos no aporte teórico a forma como elas foram relevantes para o desenvolvimento de todo um aparato em CT e PCT. Com isso, podemos refletir que essas leis anteriores podem expressar as ideias da época, e, assim, auxiliaram, de algum modo, a percepção das PCT ao longo dos anos. Com isso, pesquisaremos PCT em todo espectro existente nesse banco de dados digital, sem contar que o propósito é identificarmos se há grupos privilegiados.

A plataforma digital se estrutura por meio de um formulário, cujos itens devem ser preenchidos, consiste em “Número da lei”, “Autor”, “Ementa”, “Complemento”, “Ano”, “Ordenar por”. Como queríamos encontrar leis relacionadas à CT, escolhemos por inserir algumas palavras-chaves no campo “Ementa”, pois se trata de um resumo da lei, se encontra seus pontos principais, aquilo sobre a qual vai discorrer. Assim, as palavras-chaves selecionadas e as quais foram encontradas leis foram: “desenvolvimento”, “desenvolvimento econômico”, “desenvolvimento sustentável”, “desenvolvimento científico”, “desenvolvimento tecnológico”, “ciência e tecnologia”, “ciência”, “tecnologia”, “turismo”, “economia solidária”, “ambiental”, “universidade”, “empresa”.

Essas palavras foram baseadas naquilo que a secretaria entendia, entende, por PCT. Moldadas referentes seus departamentos, se tem departamento de tal assunto dentro da secretaria de CT, é porque o município

entende tal assunto como pertencente à PCT, raciocínio mais lógico e simples de escolha metodológica.

Terminando a seleção prévia das leis, sistematizamos e as enquadrámos de acordo com o grupo, a qual foi destinada ou teria usufruto da lei. O objetivo foi conseguir identificar se há grupos mais favorecidos que outros. Ao final, totalizamos 98 leis, cujos assuntos são considerados de CT pelo município.

Dentre elas, ao aprofundar nas leis, observamos que a maior parte das leis é direcionada para USP, UFSCar, FPATSC e empresas (públicas e privadas), leis que englobam incentivos, relacionadas a terras, implementação da instituição, cancelamento de débitos, de alguma forma beneficiadas pelo poder público. Foi percorrido todo quadro de leis coletadas e essas foram as instituições mais referenciadas:

Tabela 1. Instituições e Leis

Instituições	Quantidade de Leis
Empresas Privadas	31
Empresas Públicas	7
USP	11
FPATSC	9
UFSCar	6
SMDSCT	6

Fonte: ZAPAROLLI, 2017.

De acordo com a Tabela 1 mostra que as empresas são mais favorecidas de acordo com os arranjos legais da Câmara, disparado as empresas de capital privado. Deixa evidente que a USP também tem suas alianças no campo político municipal, baseadas nas leis aprovada. Seguida da FPATSC, de capital público-privado, mas com bastantes incentivos públicos. Intrigante notar que o grupo dominante da FPATSC provém da USP, as elites tecnológicas administram e gerenciam a Fundação, logo seu capital social pode ser maior, até aqui pensado, bastante potencial de influência, se somarmos ao fato que quase todos os secretários passaram ou são da USP. E, por fim, a UFSCar, seis leis, mesmo assim com expressividade. Acrescida da própria SMDSCT, com as leis de crédito especial e suplementar.

O mapeamento dessas leis, acrescido do mapeamento dos secretários, nos permite verificar os grupos favorecidos dentro do campo político e aqueles que dominam as esferas públicas do poder, relacionadas a PCT. As elites tecnológicas permeiam todas essas relações descritas e analisadas. Também nos

permite desenhar os conflitos, propostas que são elaboradas e quais leis aprovadas.

De acordo com o grupo favorecido pela lei aprovada, delineiam-se as relações de interesses e as influências mútuas entre os grupos. E se é o mesmo grupo, essa mesma elite que está no topo da cadeia hierárquica no desenvolvimento em PCT e ela mesma é favorecida, evidencia-se a concentração de poder. E esse “jogo” só é possível devido ao capital social acumulado, concentrado e trocado. No caso, o científico que deu legitimidade para esses agentes atuarem no campo político, também os imbuindo de capital político por meio dessas relações.

Considerações finais

A presente pesquisa fez um sucinto resgate bibliográfico a respeito das elites científicas nacionais e locais. Quem são seus agentes, onde atuam, quais suas redes relacionais, como agem dentro do campo científico e político. Com isso, situa o leitor no que se refere ao aporte teórico, os conceitos que vão embasar a discussão a respeito das elites científicas de São Carlos no aparato estatal.

Passamos pela apresentação do município de São Carlos, sua formação história, a fim de entendermos os investimentos públicos e privados nas áreas de CT. A estrutura física para se realizar CT, conquistada ao longo das décadas e por intermédio do Estado e empreendedores. E o desenvolvimento da parte cultural, uma cidade possuidora de diversas empresas, pesquisadores, cientistas, intelectuais, de uma forma geral, engajados nos debates de CT.

Tanto a parte estrutural, quanto cultural foi favorecida pelas instituições de ensino superior pública a USP-SC e a UFSCar, por mobilizarem investimentos financeiros e investimentos em recursos humanos, que possibilitaram pesquisas, formação de profissionais qualificados para incentivar a elaboração das PCT.

A SMDSCT teve seu papel como órgão público, no qual se instalaram essas elites locais no poder público. Local de manutenção de um status quo, uma vez que desde a sua criação até os dias atuais, são as mesmas elites que ocupam posições de liderança. As leis aprovadas em Câmara, também dizem respeito ao mesmo grupo, leis que vislumbram interesses de empresas e instituições, onde atuam profissionalmente.

Ao mapearmos os agentes, os secretários da SMDSCT, identificamos

como pertencentes a elites científicas locais. Conseguimos revelar suas posições dentro do campo científico e político, como grupo hegemônico, com capital concentrado e estratégias de reprodução, agentes da mesma elite estão inseridos na secretaria, que estão inseridos nas instituições de ensino, por fim, inseridos na coordenação de empreendimentos empresariais.

A discussão sobre elites, em específico as elites científicas locais, não se esgota nessa pesquisa, ainda é um campo do conhecimento vasto e de necessária exploração. No entanto, conseguimos mostrar a lógica das relações dessa elite, como possui homologias as elites nacionais (comunidade de pesquisa), a dinâmica de atuação é si miliar e é um poder concentrado e monopolizador da elaboração e processos decisórios de PCT.

Referências

- ALTAFIM, R. A. C.; SILVA, Maria A. A.. 50 anos da EESC - Um olhar no passado visando o futuro. São Carlos: Escola de Engenharia de São Carlos, 2004, v. 01, 134 p.
- ANDRADE, Thales. As Elites Tecnológicas. Revista Política Hoje, v. 20, n. 1, 2011.
- ANDRADE, Thales N; FILHO, Maurílio de J. S. Elites locais de Ciência e Tecnologia no Brasil: O caso do ParqTec de São Carlos (SP). Lua Nova, São Paulo, 94: pp. 295-327, 2015.
- BAPTISTA, Rosanita Ferreira e. Redes de inovação no contexto dos tecnopolos: a experiência de São Carlos, Brasil. Scripta Nova – Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales, v. 69, n. 32, 2000. Disponível em: <<http://www.ub.es/geocrit/sn-69-32.htm>>. Acesso em: 05 de dez. 2016.
- BARBOSA, Carolina da S. Políticas Locais de Ciência e Tecnologia no Brasil – O caso de São Carlos. Monografia (Graduação em Ciências Sociais) – Centro de Educação e Ciências Humanas – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2013.
- BARROS, F. A. Confrontos e Contrastes Regionais da Ciência e Tecnologia no Brasil. Brasília: Paralelo 15, Universidade de Brasília, 1999.
- BAUMGARTEN, Maíra. Conhecimento e Sustentabilidade: Políticas De Ciência, Tecnologia E Inovação No Brasil Contemporâneo. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2008.
- _____. O debate Público de Ciência e Tecnologia: divulgação, difusão e popularização. In: KERBAUY, M. T. M. et. alli. (orgs). . Campinas/SP: Editora Alínea, 2012.
- BCO. Biblioteca Comunitária da Universidade Federal de São Carlos. Apresentação. Disponível em: <<http://www.bco.ufscar.br/a-bco/apresentacao>> Acesso em: 11 Set. 2016.

- BRASIL. L10973. Lei da Inovação, 02 de dezembro de 2004. Dispõe sobre incentivos à inovação e à pesquisa científica e tecnológica no ambiente produtivo. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/110.973.htm> Acesso em: 02 Mar. 2017.
- BRASIL. L3835. Federalização da Universidade da Paraíba, 13 de dezembro de 1960. Federaliza a Universidade da Paraíba e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L3835.htm> Acesso em: 02 Mar. 2017.
- BOURDIEU, Pierre. As estruturas sociais da economia. (trad.) CALAPEZ, L.; SIMÕES, P.. Porto: Campo das Letras – Editores S. A., 2006.
- BOURDIEU, Pierre. As regras da arte: gênese e estrutura do campo literário. Tradução de Maria Lucia Machado São Paulo: Companhia das Letras, 1996a.
- _____, Pierre. O poder simbólico. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.
- _____, Pierre. Os usos sociais da ciência – Por uma sociologia do campo científico. São Paulo: Fundação Editora UNESP, 2003.
- _____, Pierre. Razões Práticas: sobre a teoria da ação. Campinas: Papirus, 1996b.
- BUFFA, Ester; NOSELLA, Paolo. O parque de alta tecnologia de São Carlos. São Carlos: EDUFSCar, 2003.
- CÂMARA DOS DEPUTADOS. D62758. Criação da UFSP, 22 de maio de 1968. Dispõe sobre a instituição da Fundação Universidade Federal de São Paulo. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1960-1969/decreto-62758-22-maio-1968-403999-publicacaooriginal-1-pe.html>> Acesso em: 02 Mar. 2017.
- CAPEs. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoa de Nível Superior. História e Missão. Disponível em: <<http://www.capes.gov.br/historia-e-missao>> Acesso em: 05 Jan. 2017.
- CNPQ. Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. Apresentação Institucional. Disponível em: <http://cnpq.br/apresentacao_institucional/> Acesso em: 02 Fev. 2017.
- DAGNINO, R. Ciência e tecnologia no Brasil: o processo decisório e a comunidade de pesquisa. Campinas: Unicamp, 2007.
- DIAS, R. B.. Sessenta anos de política científica e tecnológica no Brasil. Campinas: Editora Unicamp, 2012.
- ESTADO DE SÃO PAULO. L161. Ensino Superior em Cidades do Interior do Estado, 24 de setembro de 1948. Dispõe sobre a criação de estabelecimentos de ensino superior em cidades do interior do Estado e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/1948/lei-161-24.09.1948.html>> Acesso em: 03 Mar. 2017.
- FILHO, Maurílio de J. S.. Elites tecnológicas de São Carlos. Monografia (Graduação em Ciências Sociais) – Centro de Educação e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2013.

GOLDEMBERG, J.. A política brasileira de ciência e tecnologia: 1990/1995. Brasília, Secretaria da Ciência e Tecnologia, Presidência da República, 1990, 126p.

GRIMBERG, Maria C. N.. A formação da Indústria no Interior Paulista. Monografia – UNICEP, São Carlos, 2008.

HUMBERT, M.. Globalização e glocalização: problemas para países em desenvolvimento e implicações para políticas supranacionais, nacionais e subnacionais. In: LASTRES, H. et al. (orgs.). Conhecimento, sistemas de inovação e desenvolvimento. Rio de Janeiro: UFRJ, 2005.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2010. Disponível em: <<http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=354890>> Acesso em: 05 Fev. 2017.

IFSC-USP. Instituto de Física da Universidade de São Paulo. Histórico. Disponível em: <http://www.ifsc.usp.br/index.php?option=com_content&view=article&id=32&Itemid=112> Acesso em: 05 Fev. 2017.

LORENZO, Helena C. de. Origem e crescimento da indústria na região de “São Carlos – Araraquara” (1900-1970). Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1979.

MACIEL, Maria Lucia. Inovação e conhecimento. In: SOBRAL, F. et al. (orgs.) A Alavanca de Arquimedes: Ciência e Tecnologia na virada do Século. Brasília/DF: Paralelo 15, 1997.

MARTINELLI, M. A. Sistema de Ciência, tecnologia e inovação: estudo do sistema municipal de São Carlos (SP). Dissertação (Mestrado em Ciência, Tecnologia e Sociedade) – Centro de Educação e Ciências Humanas – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2014.

RADAELLI, V. Ciência, Tecnologia e Inovação no Brasil: nova técnica. In: Diálogos Setoriais com a Sociedade Civil BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento, Jun, 2010. Anais... Brasília, 2010, p.1-15.

SÃO CARLOS. Prefeitura Municipal. História de São Carlos. Disponível em: <<http://www.saocarlos.sp.gov.br/index.php/historia-da-cidade/115269-historia-de-sao-carlos.html>> Acesso 26 Ago. 2016.

SÃO CARLOS. Lei Municipal 11261, de 06 de fevereiro de 1997. Dispõe sobre reorganização administrativa da Prefeitura Municipal de São Carlos e dá outras providências. Disponível em: <http://www.camarasaocarlos.sp.gov.br/lei/arquivo/70792/CODIGOLEI_5813.pdf> Acesso em: 02 Mar. 2017.

SÃO CARLOS. Lei Municipal 13486, de 16 de dezembro de 2004. Dispõe sobre a organização administrativa da prefeitura municipal de São Carlos e da outras providencias. Disponível em: <http://www.camarasaocarlos.sp.gov.br/lei/arquivo/70792/CODIGOLEI_8581.pdf> Acesso em: 02 Mar. 2017.

SÃO CARLOS. Lei Municipal 14845, 18 de dezembro de 2008. Dispõe sobre a organização administrativa da Prefeitura Municipal de São Carlos e dá outras providências. Disponível em:

<http://www.camarasaocarlos.sp.gov.br/lei/arquivo/70792/CODIGOLEI_17431.pdf> Acesso em: 02 Mar. 2017.

SÃO CARLOS. Lei Municipal 17438, 29 de abril de 2015. Altera dispositivos da Lei Municipal nº 14.845, de 18 de dezembro de 2008, que "Dispõe sobre a organização administrativa da Prefeitura Municipal de São Carlos e da outras providências." Disponível em:

<http://www.camarasaocarlos.sp.gov.br/lei/arquivo/70792/CODIGOLEI_21896.pdf> Acesso em: 02 Mar. 2017.

SÃO CARLOS. Secretaria de Desenvolvimento Sustentável, Ciência e Tecnologia. Disponível em:

<<http://www.saocarlos.sp.gov.br/index.php/secretarias-municipais/desenvolvimento-sustentavel.html>> Acesso em: 02 Mar. 2017.

SGUISSARDI, Valdemar. Universidade Fundação e Autoritarismo – O caso da UFSCar. São Carlos: EDUFSCar, 1993.

SILVA, Alberto C. Descentralização em política de ciência e tecnologia. Revista Estudos Avançados 14 (39), 2000.

TORKOMIAN, Ana L. V.. Estrutura de Pólos Tecnológicos. São Carlos: EDUFSCar, 1996.

TRILLING, Leon. Technological elites in France and the United States. Minerva, v. 17, n. 2, 1979.

USP-SC. Universidade de São Paulo Campus São Carlos. Disponível em: <http://www.saocarlos.usp.br/index.php?option=com_content&task=view&id=61> Acesso em 05/01/2017.

SCHWARTZMAN, Simon. Um espaço para a ciência: A formação da comunidade científica no Brasil. Campinas/SP: Editora da Unicamp, 4ª Ed., 2015.

ZAPAROLLI, N. G. O Poder e a Influência da Elite Intelectual como Norteadores de Definição das Políticas de Ciência e Tecnologia no Município de São Carlos/SP Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Centro de Educação e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2017.

Local technological elites: influence process on science and technology policies and local public power

ABSTRACT

This article intends to identify the agents belonging to the local technological elites and to understand their relationships of power regarding the development and process decisório of the Politics of Science and Technology (PST), in the city of São Carlos / SP. For that, we will make a bibliographical rising regarding

PST and the local elites, in specific the technological ones. To situate the reader, to rescue briefly the history of the city in subject. Three institutions will be analyzed: Universidade Federal de São Carlos, Universidade de São Paulo and the Secretaria Municipal de Desenvolvimento Sustentável, Ciência e Tecnologia de São Carlos. The first two, where the technological elites are formed and the third, where those elites act. Therefore, it will be made a rising of those agents' professional curriculum, starting from the platform Lattes and also laws related to the science and technology for us to understand which groups are contemplated in the elaboration and decision of PST. The field (political and scientific) concepts and social capital of Bourdieu will orientate the analysis, positioning the elites inside of the field and the changes of involved capitals.

Keywords: technological elites, politics of science and technology, political and scientific field, local power.



A gambiarra, o acesso à internet e a ciência de várzea: consumo de Tecnologias de Informação e epistemologias populares

Patrícia Pavesi¹

RESUMO

O trabalho etnográfico em torno das estratégias de consumo do acesso à internet em arranjos informais e ‘clandestinos’ (“favelox”, “gatonet”, “chupa-cabra” dentre outros) me permitiu a identificação de uma importante dimensão das práticas constituídas a partir e no manuseio de TIC’s no Brasil a que toca à construção de um tipo de saber técnico, a “expertise” para o desvio, redistribuição e manutenção do sinal, a “gambiarra”. A captação do sinal da internet por caminhos não-convencionais exige o domínio de um conjunto de conhecimentos desenvolvidos à margem dos espaços formais de aprendizagem, onde fatos científicos são reconfigurados no encontro com sistemas culturais locais. As apropriações criativas do saber técnico-científico constituem o objeto da discussão que desenvolvo neste artigo, por meio da apresentação de resultados parciais de uma pesquisa realizada entre 2010 e 2012 em que tais práticas foram observadas, procurando estabelecer o debate acerca das novas formas identitárias, dos novos padrões de interação, saber, ordenação, organização social possibilitadas pelas TIC’s.

Palavras-Chave: gambiarra, ciência, internet, expertise mecatrônica.

Recebido em 07/01/2017

Aceito para publicação em 20/11/2017

DOI: <https://doi.org/10.25067/s.v21i2.16823>

Colocações iniciais: os contos e as contas

Qualquer abordagem que coloque em revista as ciência e tecnologias precisa levar em consideração que elaborações epistemológicas são constituídas a partir de repertórios de ação totais, do qual constituem apenas uma parte. Os repertórios de ação são construções coletivas complexas. O aparato simbólico

¹ Doutora em Antropologia pelo Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal Fluminense (2014), mestre em Antropologia pela Universidade Federal Fluminense (2003), graduada em Filosofia pela Universidade Federal do Espírito Santo (1997). Atualmente é Professora Adjunto do Departamento de Ciências Sociais da UFES (Universidade Federal do Espírito Santo). E-mail para contato: pppavesipatricia4@gmail.com.

que os subjaz é fruto de sinapses cujos princípios lógicos são plurais. O que nos leva a partir do entendimento de que quaisquer modelos de conhecimento/ação são essencialmente culturais. A dinâmica cultural governa não apenas o seu advento, mas, sobretudo, a sua movimentação e a sua circulação. Neste sentido, as Ciência e Tecnologia Moderna estão alinhadas à ordem do universo simbólico onde foram fundadas e se reconfiguram a cada atualização recebida nos diversos contextos culturais que possam alcançar.

No Brasil, de forma especial, o discurso/modelo epistemológico técnico-científico moderno é conjugado às práticas de consumo, constituindo uma arena fértil para as elaborações simbólicas “glocais” (SAHLINS, 1997). As construção e difusão do conhecimento científico se substancializam, em grande medida, por meio da oferta de produtos técnicos nos diferentes sistemas de trocas nas localidades. O manuseio destes produtos é feito a partir de lógicas culturais múltiplas. A discussão, que aqui proponho, passa justamente pela apreciação das configurações que a os princípios ordenadores do discurso da Ciência e da Tecnologia tomam no cotidiano do sujeito comum, por meio da observação das suas experiências de consumo.

Neste sentido, entre 2010 e 2014 passei a acompanhar experiências de consumo de Tecnologias de Informação e Comunicação em grupos populares nas cidades de Vitória/ES e Rio de Janeiro/RJ. O investimento na pesquisa de cunho etnográfico focado em torno das estratégias para a garantia do acesso à Internet seja no mercado formal ou por meio de arranjos informais e ‘clandestinos’ (“favelox”, “gatonet”, “chupa-cabra” dentre outros) me permitiu a identificação de uma miríade de práticas constituídas nas interfaces entre consumo e tecnologia.

Em campo pude identificar dinâmicas de consumo-socialização peculiares, onde as TIC’s, assim como outros bens de consumo, constituem, em relações domésticas ou na vizinhança, uma espécie de “vitrine do progresso técnico e da racionalização do cotidiano, instrumento de uma vida melhor, onde o conforto tornou-se a figura central da felicidade e repouso, dos gozos fáceis possibilitados pelo universo técnico-mercantil” (LIPOVETSKY, 2007, p.219).

O consumo do acesso ao Ciberespaço destaca-se como demanda recente acrescida ao orçamento doméstico dos grupos de menor renda. Demanda que pode ser suprimida tanto pela via do consumo regulado no mercado formal, quanto viabilizado por meio de estratégias que contornam qualquer tipo de regulamentação formal ou controle fiscal. Por até R\$ 30,00, no Brasil, moradores das favelas conseguem uma conexão de Internet banda larga de

velocidade de dados limitada, mas que, pela via do “Gato”, permite fugir da “exclusão digital”.

A captação do “sinal” da Internet por caminhos legais e/ou não-convencionais pressupõe um tipo de performance possível somente a atores com domínio de um conjunto peculiar de conhecimentos técnicos e envolve a constituição de distintos padrões de associação para o consumo do acesso ao serviço que são performadas por meio de uma ampla rede sóciotécnica.

Um universo complexo de trocas de informação e experiências é mantido por esses agentes tanto entre pares em redes de amizade e parental nos encontros face a face, quanto em fóruns, tutoriais e comunidades temáticas no Ciberespaço. Algumas redes como as voltadas para o compartilhamento de informações e estratégias acerca do desvio do sinal podem envolver o engajamento on e offline, em sigilosos grupos e confrarias ex-funcionários e/ou ativos que operam nas bases de trabalho das concessionárias de telecomunicação.

O rastreamento de diferentes redes formadas em torno do interesse comum “acesso à Internet” seja em encontros face a face, seja por interações online, permitiu o acompanhamento da constituição de formas *sui generis* de poder, padrões de gestão e inúmeros processos de tradução e invenção dos termos técnicos-científicos em práticas de consumo que os usuários das TIC’s desenvolvem em seu cotidiano.

Neste trabalho, mais precisamente, apresento o relato de experiências que acompanhei por aproximadamente três anos. Trato do universo povoado pelos técnicos e/ou gateiros que atuam no nicho das trocas informais pautadas em desvios do “sinal”.

O consumo de TIC’s se consubstancia em agências criativas dos meus informantes, as quais procuro relatar na primeira parte do artigo. Na sequência invisto na reflexão em torno das possibilidades da emergência de um quadro de competências múltiplo, dinâmico e contextual, fruto da bricolagem entre repertórios culturais locais e conhecimento técnico-científico. A este *corpus* hipotético de saberes atribuo a nomenclatura provisória “Expertise Mecatrônica”, que na parte final do texto procuro discutir, considerando alcances e limites da hipótese por meio do diálogo breve e modesto com as noções de Campo de Produção Simbólica de Bourdieu.

A “gambiarra” e a navegação por meio de embarcações clandestinas

A inclusão digital, especialmente a partir do acesso à Internet, acontece de formas distintas no Brasil. Na maior parte dos casos, o acesso à Internet se efetiva mediante esforços dos usuários que incluem o pagamento a partir de seus recursos financeiros. Via celular, modems 3 e 4G, assinatura de provedores via telefonia móvel e fixa ou arranjos de compartilhamento, as famosas “gambiarras” comumente chamadas no Rio de Janeiro “Gatonet” e “Favelox”² no Espírito Santo.

As “gambiarras”, as táticas de redistribuição de recursos segundo critérios de mercado colocados pelos próprios usuários, pensadas do ponto de vista do investimento técnico de quem efetivamente as produz, que empreende esforços de natureza prática e investigatória em torno de mecanismos técnicos de produção podem ser consideradas sim um “produto técnico”. Constituem um tipo sui generis de prestação de serviços de tecnologia de informação. Um bem de consumo taxado, porque na maioria das vezes não é distribuído gratuitamente, mas que circula no chamado mercado de trocas informais, sendo forjado a partir do trabalho de um tipo muito específico de produtores, com um know-how e artesanias singulares.

Nas comunidades cariocas, especialmente na Nova Holanda, no complexo da Maré, os prestadores de serviço de desvio são conhecidos como “Gateiros”³. Em Terra Vermelha/Vila Velha, na região metropolitana de Vitória/ES, são conhecidos como “Técnicos”. Em relatos recolhidos entre esses agentes nas duas localidades, aparecem múltiplas representações de si, mas em regra as falas são afinadas no registro de suas performances como em parte resultante da instrumentalização para o desvio, oportunizadas pelo ambiente de trabalho das empresas prestadoras de transmissão do sinal (boa parte dos informantes foram ou ainda são funcionários de telefônicas, empresas de TV a Cabo e Capacitação em Informática inclusive por programas governamentais e ou geridos por ONG’s), em parte fruto do aprendizado espontâneo, autodidata.

“Ah, a gente dá os nossos pulos né? Dá uma de Magaive

² Rio de Janeiro e Espírito Santo são Estados da Região Sudeste do Brasil onde a pesquisa etnográfica que dá base ao artigo foi desenvolvida. Os arranjos para consumo compartilhado do sinal de Internet, que não sejam do conhecimento das concessionárias autorizadas para a prestação do serviço, são considerados ilegais no Brasil. Os termos “Gatonet” e “Favelox” fazem alusão justamente ao desvio do sinal de suas fontes autorizadas nas duas localidades Net e Velox-Oi.

³ Uma maior compreensão acerca do trabalho dos “Gateiros” no trabalho de Hilaine Yaccoub pode ser encontrada em http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-71832011000200009&script=sci_arttext

e tira um trocado.⁴” (Chapolin, técnico capixaba entrevistado).

Na maior parte das conversas que mantive com Técnicos/Gateiros⁵, quando indagados sobre o processo de aquisição das habilidades e informações necessárias para o estabelecimento do desvio, muitos deles sinalizaram a própria Internet como grande fonte de pesquisa e aprendizagem.

Precisa se atualizar né? Sempre tem equipamentos novos e a gente precisa ficar por dentro. Conversar com os colegas que ainda trabalham na empresa e correr atrás procurando na internet. (Gateiro Carioca)

“As dicas estão em blogs e até um fórum de discussão foi criado sobre a “inovação”. Internautas apontam valores altos cobrados pelas operadoras como argumento para a propaganda da tecnologia. Outros mostram dúvidas se, assim como “gato” de energia e água, os usuários do sistema podem ser punidos. No caso da TV a cabo, os hackers divulgam pela internet os códigos de acesso aos canais pagos, que estão no satélite Amazonas.⁶”

A Internet foi mencionada praticamente em todas as entrevistas face a face como um dos principais canais para o aprendizado e o aprimoramento das “técnicas de desvio”. Na exploração desse universo de trocas e produção de conhecimento encontrei vários sites, blogs e vídeos brasileiros que ofereciam informações e instruções para o manuseio de tecnologias de informação a partir de ações paralelas às previstas pelo mercado formal de prestação deste tipo de serviço. Ainda que a finalidade primária dos sítios não fosse a reunião de Técnicos/Gateiros, eram comuns as postagens em forma de tutoriais, bem como o fornecimento de “dicas”, anúncios publicitários de equipamentos, e sobretudo o desenvolvimento de listas de discussão. Nestas últimas, os debates para uma leiga no tema como eu apresentavam algum grau de complexidade, mas os

⁴ O informante faz referência ao personagem **MacGyver** (no Brasil, inicialmente, batizada como **Profissão: Perigo**), foi uma série de televisão americana exibida entre a década de 1980 e 1990. O título original da série tem o nome do protagonista, Angus MacGyver, um agente secreto que não usava armas e resolvia os seus problemas graças a conhecimentos científicos, materiais comuns e um canivete suíço que sempre carregava consigo.

⁵ A abordagem dos técnicos/gateiros foi feita tanto face-a-face, como pela própria Internet, ora em conversas via chat em redes sociais, ora em fóruns de sites colaborativos que fornecem tutoriais para o que muitos dos próprios agentes chamam de “gambiarra”.

⁶ Disponível em: <http://www.eletronica.com/gato-em-tv-por-assinatura-satelite/>

“iniciados” que frequentavam tais ciberambientes davam conta de decifrar tanto termos técnicos quanto códigos criados por eles mesmos para burlarem denúncias e/ou qualquer tipo de fiscalização.

Artesania Pirata e Produtos Tecnológicos: Técnicos/“Gateiros” como produtores de tecnologia no Ciberespaço

Na exploração dos Ciberterritórios encontrei mais de dez endereços, com espaço de manifestação para os internautas e a maior parte deles de alguma forma remetia-me à reflexão de Levy (1994) acerca da “Cibercultura” e a emergência das chamadas “comunidades de Conhecimento”. Especialmente por se tratarem de domínios onde, em tese, qualquer um poderia navegar e interagir, independentemente de sua posição geográfica, titulação ou vínculo institucional. Enfático também era o apelo às trocas e produção coletiva do conhecimento em torno da gambiarra, bem sinalizada na fala de um participante de um desses fóruns:

*“Campanha só POSTS de qualidade. Não seja um parasita no fórum post vc também. GOSTARAM CLIQUEM EM OBRIGADO. QUERO FAZER AMIZADES NO FORUM Q QUISER ME ADD. FICA AVONTADE. BVC.”*⁷

Por sua vez, os fóruns e listas, assim como comentários dos blogs, eram heterogêneos. Havia tanto os que procuram abrir códigos e redistribuir sinal, quanto os que queriam fazer denúncias, reclamações de serviços das concessionárias ou mesmo instrumentalizar-se para a preservação da inviolabilidade de suas conexões.

Para além da noção de “comunidades de conhecimento” mais ou menos harmônicas e dialógicas de Levy (1994) foi possível perceber que os interesses eram diversos e não raras vezes antiaderentes. Eles partiam tanto de operadores experientes que conseguiam remuneração por seus serviços, quanto de usuários médios, com interesses pontuais. Neste sentido vale considerar a avaliação crítica de Jenkis (2009) em relação ao caráter utópico das Comunidades de Levy (1994), uma vez que estariam circunscritas em um suposto mundo comum,

⁷Disponível em: [http://www.forum-hacker.com.br/novo/showthread.php/1089-tutorial-Como-fazer-um-%C2%93gato%C2%94-de-tv-por-assinatura-\(SKY-CLARO-TV-GVT-NET-VIRTUA](http://www.forum-hacker.com.br/novo/showthread.php/1089-tutorial-Como-fazer-um-%C2%93gato%C2%94-de-tv-por-assinatura-(SKY-CLARO-TV-GVT-NET-VIRTUA)

“operando como uma única cultura do conhecimento, onde novos modos de comunicação apenas facilitariam a troca e a deliberação do conhecimento, em escala mundial.” (p. 75, 2009). Relativiza esta percepção quando aponta ainda para o que chama de advento espaços mais informais, sem grandes pretensões de consenso.

“... debate na Internet como exercícios de epistemologia popular (...) A medida que aprendemos a viver numa cultura do conhecimento, podemos antecipar muitas discussões, centradas tanto em como sabemos e como avaliamos o que sabemos quanto na informação em si. Maneiras de saber podem ser tão distintas e pessoais quanto os tipos de conhecimento que acessamos, mas, a medida que o saber se torna público, o que saber se torna parte da vida de uma comunidade.” (p.77)

As comunidades de trocas de informações que possam auxiliar no feitiço das gambiarras são espaços complexos, abrigam redes diferenciadas de atores num fluxo extremamente volátil e desafiador aos olhos da observação etnográfica. Embora a produção da expertise técnica para o desvio do sinal tenha sido o meu foco, seria no mínimo improdutivo discutí-la sem considerar a dinâmica desses fóruns espontâneos espalhados pela Web. Neles foi possível observar a movimentação de múltiplos agentes, em especial de novos produtores e os próprios produtos, perfazendo interfaces entre distintas redes sócio-técnicas em que os chamados “agente não-humanos” são parte ativa na vida comum.

Como sinalizei anteriormente, a expertise da gambiarra emerge nos ciberambientes como um produto tecnológico que podia ser processado em território informal e virtual, não prescindindo de conhecimento atestado por diplomas ou vínculos institucionais. A própria comunidade hacker e a proposta do software livre e sua lógica colaborativa e perspectiva de abertura de códigos-fonte historicamente estimula as práticas que potencializam maneiras distintas de subversão da ordem de mercado. Assim, não é de gerar surpresa que possíveis caminhos para a redistribuição do sinal para conexão à Internet fossem encontrados em muitos domínios da própria rede. O “Manifesto Pirateia!” é um bom rastro desta lógica subversiva.

Manifesto Pirateia!

O Pirateia! foi criado e mantido com os (inicialmente únicos) objetivos de: centralizar e produzir conhecimento que facilite o acesso a cultura e informação, bem como segurança, privacidade e anonimato na Internet.

*Participar ativamente de debates, ações, intervenções e eventos relacionados à pirataria e ao livre compartilhamento de cultura e informação. Que pode ser colocado de forma mais... pirata! como: Ensinar a piratear! Lutar pelo direito de piratear!*⁸

As gambiarras (“Gatos”) são formas genuínas de pirataria. Conhecimento técnico e prático são amalgamados na pirataria de várzea e podem ser encontrados em muitos sítios na web:

Invadindo Internet Sem Fio e Como Fazer Antena – Redes Wireless

Janeiro 15, 2010 by admin

Download Invadindo Internet Sem Fio e Como Fazer Antena – Redes Wireless Completo Gratis. Baixar Invadindo Internet Sem Fio e Como Fazer Antena – Redes Wireless Gratis:

O tutorial mostra a você todas as ferramentas ou softwares que devem ser utilizados em conjunto para que você possa realizar a descoberta de uma senha da rede wireless que você quiser, que esteja a seu alcance logicamente, existem métodos diferentes para cada tipo de rede, e tudo isso é mostrado nesse tutorial. Os links para download das ferramentas também estão disponíveis no tutorial, todos os softwares utilizados são grátis, não é necessário pagar por nenhum deles. Além desse tutorial você receberá também um tutorial sobre redes wireless completo, para ter melhor noção sobre o assunto, e mais um ensinando como montar 5 tipos de antenas wireless e quais materiais utilizar, para captar melhor o sinal de internet sem fio. Estilo: Tutorial./ Hacker; Fabricante: Malwarebytes; Tamanho: 2.9 Mb; Formato: Rar; Idioma: Português⁹

O aplicativo que permite a redistribuição do sinal é uma das peças de um catálogo vasto de opções. Entre elas encontrei manuais onde, além da técnica a ser utilizada, são detalhadas e especificadas fontes materiais, assim como os

⁸ Disponível em: <http://pirateia.net/manifesto-pirateia>

⁹ Disponível em: <http://www.puxandolegal.com/hacker/invadindo-internet-sem-fio-e-como-fazer-antena-%E2%80%93-redes-wireless.html>)

custos do procedimento. Alguns com objetivos mais imediatos e para uso particular:

“Roubando wi-fi com estilo: Procure senhas padrão

Assim como existem pessoas que esquecem de por senha para proteger sua internet, existem outras que simplesmente plugam o roteador na tomada e não mudam a senha padrão que vem com aparelho. Aproveitando a deixa, basta procurar aquelas redes com nome padrão. 90% das vezes remetem a marca do aparelho: dlink, linksys, encore, ddwrt, default, etc.

Os espaços de produção e troca deste tipo de informação mesclavam agentes não apenas com interesses distintos como com níveis e modos de saber-fazer diferenciados. Estes ambientes heterogêneos de aprendizagem e produção de conhecimento sugerem que *“nossas suposições tradicionais sobre expertise estão se desfazendo, ou pelo menos se transformando, por meio de processos mais abertos de comunicação no ciberespaço”* (JENKIS, 2009, p.87). Um laboratório tradicional segundo Latour (1988) é constituído por uma série de elementos heterogêneos, movimenta e é movido por uma série de redes sóciotécnicas. Embora as comunidades de conhecimento tecnológico que tomo como objeto de reflexão aqui não sejam compostas por acadêmicos como no caso analisado por Latour (1988), é possível reconhecer neles os desdobramentos de uma dinâmica similar. Uma delas consiste justamente na produção de verdades a partir da movimentação e comunicação de uma ampla rede de agentes e embora *“a realidade científica seja o foco de ordem criado a partir da desordem (...) “é tão caro pôr em causa o enunciado reificado que essa se torna uma tarefa impossível. A realidade é então secretada”* (LATOURE, WOOLGAR, 1988, p. 282), se tomo o saber-fazer que circula nos sites de pirataria, por analogia, o que havia nos fóruns e listas de discussão de tutoriais para o feitiço do desvio eram atores que produziam conhecimento a partir de uma epistemologia diferenciada, um tipo de *“ciência”* que não escondia e sim expunha a sua dimensão social, rompendo com os cânones de uma episteme formal. Um tipo de *corpus* de saberes comuns que era constituído num processo de *“inscrição”* diferenciado, prático e coloquial.

Como os agentes não valorizavam a suspensão, ao contrário, maximizam as demandas da vida prática em seus processos de conversação e trocas (que

podia ser a revolta com um serviço mal prestado, o desejo de extrair algum ganho financeiro ou evitar gastos, a curiosidade criativa não pautada pelo “discurso cartesiano do método”, dentre outros) não havia a preocupação em secretar a verdade, o que se poderia chamar de “fato técnico” adquiria significados diferentes segundo o tipo de rede no qual ele era inserido, sem o imperativo da uniformização dos resultados. Em outras palavras, é possível que ali estivesse acontecendo a emergência de uma dentre tantas formas de saber-fazer não só enraizada nas controvérsias como defensora delas.

Essa perspectiva mais horizontal e prática de trocas é fato comum nos fóruns virtuais, entretanto, pelo que pude observar nas comunidades investigadas, sobretudo na Nova Holanda, a produção de hierarquias existia sim, não obstante qualquer pessoa pudesse fazer desvios, nem todas portariam a distinção por fazê-lo. Alguns em função de sua posição em certas redes profissionalizavam-se e tornavam-se especialistas, reconhecidos como experts por seus pares e clientes.

“E de repente a internet ficou lerda e aqueles canais bonzões de sacanagem sumiram, ah, eu liguei na hora pro Chapolin ai ele me falou que a empresa deve ter mudado qualquer coisa, mas como ele é foda, vai dar um jeito. Ele é demais!” (Japonês, informante de Vila Velha/ES, usuário de pacote de TV e internet desviado de uma mesma concessionária)

Assim, revelavam-se pontos potenciais de rede, ordenadores e organizadores empoderados nas e pelas relações locais (LAW, 1992). Condecorados por saberes que não estavam contemplados, por exemplo, em grades curriculares do ensino formal e eram adquiridos mediante grande esforço de pesquisa. O mercado em suas expressões formal e informal gerava a necessidade do seu serviço, o que legitimava as suas práticas eram demandas de consumo locais que ajudavam a forjar uma classe de produtores de “erudição de garagem”. Esta, por sua vez, não era propriamente expressão do saber popular uma vez que não era reproduzido apenas pela tradição, não era industrial porque não funcionava como mera reprodução, não era erudito porque não primava pela autonomia e diletantismo.

A experiência de acompanhamento das redes de fomento e troca de conhecimento sobre a gambiarra para o desvio do sinal me reconduziu, em parte, à representação do saber técnico-científico nos termos da Teoria Ator-Rede, onde, para entender como a ciência funciona nada melhor do que observar como as “caixas-pretas” vão se formando e a rede de atores humanos, “(...) Ou seja,

por mais controvertida que seja sua história, por mais complexo que seja seu funcionamento interno, por maior que seja a rede comercial ou acadêmica para a sua implementação a única coisa que conta é o que se põe nela e o que dela se tira.” (LATOURE, 2006, p. 14). E sobre o que nelas se põe e tira é que extraí inicialmente a hipótese da configuração de uma “Expertise Mecatrônica”, como o conjunto de competências para o manuseio de novas TIC’s que emerge da reinvenção do conhecimento e seus produtos. Tal hipótese passou a configurar entre os meus principais interesses de pesquisa, que passarei a descrever na sequência.

A hipótese da Expertise Mecatrônica como know-how do Geek de Garagem: epistemologia popular x campo de produção erudita

Entendo que a aquisição das TIC’s no Brasil hoje é uma das expressões da experiência de consumidor que os usuários vivenciam, dentre tantas outras. Entretanto, o contato com os desenvolvedores da tecnologia da gambiarra sinalizou-me a possibilidade de construção de habilidades peculiares no manejo de TIC’s que se corporificam por meio dos cálculos materiais e simbólicos necessário para a garantia do consumo. Obviamente compreendo que o consumo é um fenômeno complexo, existindo tantas formas de consumação quanto há bens e grupos sociais. Essa compreensão me permite pensar que podem sim existir particularidades no modo de aquisição das TIC’s. Por sua vez, a afirmação da existência de um tipo de expertise desenvolvida pelos nativos implica lidar com algumas questões de ordem analítica, não tanto para resolvê-las, muito mais para propor a discussão em torno do reconhecimento de que independentemente da territorialidade, ou vinculada a ela, podem existir formas especializadas de consumo.

Sobre a construção dessa expertise que permitiria o empreendimento de performances diferenciadas de determinados consumidores em certo nicho de mercado, temos alguns trabalhos que ressaltam, por exemplo, peculiaridades no consumo de produtos ligados à produção cinematográfica e televisiva, inclusive a partir do esforço de produtores:

[...] Investigações sobre a produção comercial do cinema, do romance-folhetim, da canção, da televisão demonstram essa busca cada vez mais intensa pelo consumidor, espectador, num processo que alguns estudiosos chamam hoje de sinergia dos meios de

comunicação de massa, fidelização do consumidor de produtos massivos. Demonstram ainda o crescimento avassalador de segmentos deste público, aqueles que se destacam pelo alto índice de consumo dos produtos, pelo amplo conhecimento das características expressivas e de conteúdo (SOUZA, 2007, p. 07).

Neste sentido o trabalho de Gomes (2007) soma-se aos esforços de pensar o consumo de mídia televisiva numa perspectiva antropológica. No que toca ao vestuário, Leitão (2007) discute a formação cultural do gosto e os seus impactos no consumo. E na apreciação do consumo de TIC's (celulares) os trabalhos de SILVA (2012) trazem registros interessantes. Em meus próprios investimentos em pesquisa já refletiam em (2004) as peculiaridades no comportamento do consumidor de serviços em saúde (Terapias Alternativas), enfim, poderia mencionar muitas outras iniciativas de mapeamento do consumo que o consideram uma experiência cultural e que dão ênfase a habilidades específicas para tal, que atestam que o esforço que procuro fazer aqui não é algo novo.

A expertise no manuseio das TIC's no intuito de garantir o provimento do acesso à internet desenvolvida pelos Técnicos/Gateiros parece constituir uma espécie de “capital mecatrônico”. O que entendia como “capital mecatrônico” podia ser definido como o conjunto de habilidades e competências que o sujeito médio e/ou o especialista precisa desenvolver para e pela interface com os produtos tecnológicos de comunicação manter a sua vida social, psíquica e mesmo a sobrevivência material. Não se trata apenas do Geek, mas do sujeito comum de boa parte da periferia de Vila Velha ou da Nova Holanda, assim como os Técnicos/Gateiros com os quais travei contato no e pelo Ciberespaço que investem na aquisição de conhecimentos acerca das funcionalidades e potencialidades de uso de equipamentos de comunicação, por compreender que sem eles sua sobrevivência nas associações e interações é profundamente comprometida.

A sociabilidade, historicamente entendida como um processo de comunicação nas comunidades, atualmente é direta ou indiretamente constituída a partir de uma ampla gama de redes sociotécnicas e, boa parte delas, de alguma forma, mediadas ou “baseadas” em algum tipo de conectividade, na maioria das vezes possibilitada pela Internet. Há dispêndio de “capital mecatrônico” desde o zapear do controle remoto, passando pelas táticas para aquisição de dispositivos, às gambiarras para desvio de sinal. Podemos falar dessas novas habilidades sem mencionar a Internet, mas a ênfase nela foi imposta pelo próprio

trabalho etnográfico. Ela aparece como elemento que ajuda a forjar uma inteligência coletiva não pela posse do conhecimento, mas, pelo processo social de aquisição do saber.

O que poderíamos chamar de “fato técnico” (a gambiarra) adquire significados diferentes segundo o tipo de rede no qual ele é inserido, sem o imperativo da uniformização dos resultados. Em outras palavras, o que observei foi a emergência de uma dentre tantas formas de saber-fazer não só enraizada nas controvérsias, como defensora delas. Um tipo de ‘capital cultural’, saber de “mestres de obra” e não o do engenheiro de mecânica”. Um tipo de Geek de garagem ou pirata cibernético de várzea que atua na ponta aparentemente menos sofisticada do sistema, mas constrói monumentais quadros técnicos no âmbito de certa “epistemologia popular”, com categorias de entendimento e modo de pensar que emergem na lida prática com cabos, fios, teclados, câmeras fotográficas, polegares que são a substância da sua competência para o consumo.

A.S. (18 anos) como a maioria dos entrevistados, informou-me: *“fiz um cursinho de informática, mas, não acrescentou nada porque eu já sabia um monte de coisas só de futucar.”* I.C. (52 anos) por sua vez, contou-me que quando “colocou” Internet no seu celular não sabia como usar, mas as colegas do trabalho, os filhos, o conhecimento adquirido no cursinho de informática para a terceira idade fizeram-no entender que não dava para aprender como se aprende na escola – *“o instrutor do curso falava, eu fazia e depois esquecia daí meu filho me ajudava e eu ia treinando até que aprendi a entrar e usar sozinha, quer dizer, tô aprendendo”*. É justamente a circulação informal e ampliação desse conjunto de habilidades nas trocas entre os sujeitos e nas experimentações que o saber e as competências mecânicas que subsidiarão a conectividade consumo são desenvolvidos.

A afirmação dessa expertise como certo tipo de “capital cultural” implica, por sua vez, a admissão nos termos bourdieanos da constituição de uma espécie de novo campo de produção simbólica onde é possível identificar a diversificação de agentes consumidores; a constituição de produtores (“gateiros”, “técnicos”, técnicos de informática, consumidores leigos) que definem as normas e critérios técnicos relativos às condições de inserção no meio; a ampliação e diversificação de instâncias de consagração e divulgação que duelam pela legitimidade cultural; e, sobretudo, a constituição de um segmento socialmente distinto de artistas ou de intelectuais profissionais dispostos a seguir um programa estético definido a partir do próprio campo

(BOURDIEU, 2007, p.100-102).

Entretanto, a construção da noção de *distinção* nesse caso se liga menos à formação de um *corpus* sistemático de conhecimento e mais à eficácia prática dos procedimentos. Mais que ser reconhecido como um “*expert*”, o participante quer que a coisa produza resultados práticos que respondam as suas necessidades mais imediatas. O que se pretende nesse caso é afirmar que determinados consumidores assumem certas funções de colaboração na formação das habilidades ou “domínio prático e teórico” do campo. (BOURDIEU, 2007, p. 274). No caso da expertise mecatrônica, a erudição e/ou titulação como critério para a distinção pouco vigora. Engenheiro, técnico/gateiro e usuário comum são nivelados na condição de consumidores de TIC’s.

Se engenheiro técnico/gateiro e usuário comum de TIC’s gravitam em torno do desejo comum de garantia e maximização do acesso à internet, me parece que, a noção de “Campo” para Bourdieu é implodida. A formação de um capital cultural onde é pressuposta a ação intencional de todos os sujeitos envolvidos em cada ponto da rede de produção e circulação do bem simbólico não permite que associemos a expertise mecatrônica à difusão da lógica em efeito *trickle-down* da indústria cultural.

Não seria possível observar a gestação ou trajetória ascendente de consumidores que poderiam assumir posições significativas na formação das crenças demarcadoras da *illusio* do campo. Menos ainda a constituição de um espaço de formação e reprodução de representações sobre uma dimensão que tende a valorizar obras e realizadores. Consumidores de TIC’s uma vez que, tanto agentes de difusão, quanto os usuários equivalem-se na condição de consumidores e produtores.

Usar o termo “capital mecatrônico” implicaria a consideração de toda uma compreensão da cultura que talvez não dê conta do que procuro descrever. Além de me faltarem elementos empíricos para mensurar os impactos das representações dos consumidores (de todos os pontos da rede) sobre as linhas de produção do segmento, ainda que um conjunto de *habitus* identifique Técnicos/Gateiros, sua definição apenas pelo critério da *distinção* seria ineficiente, uma vez que o usufruto do acesso cumpre muito mais funções entre os ‘nativos’. Os saberes para o consumo e manuseio de TIC’s que ali emergem, não constituem sistemas herméticos, redondos e harmoniosos. Eles nascem em meio a tensões e instabilidades próprias à sociabilidade. A hierarquização é flutuante e obedece a critérios que nem sempre estão alinhados à competência

técnica e ao poder aquisitivo para concretização da compra. O fato de ser um exímio consumidor de TIC's não garante por si o reconhecimento entre os pares. Junto e misturadas a estas habilidades devem perfilar também a malemolência, o *approach* e o feeling na forma de conduzir e explorar as relações sociais.

Na “Guerra de Pastéis” muito comum nos subúrbios cariocas que DaMatta (1984) descreve como “um jogo invertido de abundância material, acontece um consumo desmedido e exagerado” e, no final da festa, a celebração leva ao extermínio de salgadinhos, cervejas, refrigerantes jogados ao alto. Segundo DaMatta, neste “ritual” o dono da casa ressalta e atualiza a sua posição privilegiada na hierarquia social como anfitrião diante dos convidados. Da mesma forma, a formulação e os usos dos saberes mecatrônicos para o consumo do acesso à internet podem ser ostentados por sujeitos que não possuam necessariamente os melhores equipamentos ou a maior escolaridade, e mesmo a melhor condição financeira e mais, não carece de referendo de especialistas legitimados por um saber formal, pois não se tratam de performances baseadas apenas em suas habilidades técnicas. O “famosinho” nas redes sociais pode ser o sujeito que sabe muito bem gerenciar não apenas o seu consumo optando no leque de escolhas a ele possíveis pelos melhores equipamentos (que podem não ser os mais modernos ou de maior preço no mercado) segundo as demandas para a vida social.

Sem falar que não estamos lidando com um *corpus* de conhecimento fechado, mas ao contrário, em amplo processo de popularização. Tampouco essa forma de consumo poderia estar enquadrada hermeticamente como expressão da *indústria cultural*, uma vez que entendemos que a apropriação dos produtos técnicos não se dá uniformemente, muito menos desqualifica as práticas dela resultantes como fruto de alienação. Em suma, nos termos em que Bourdieu (2007) coloca a ideia de *capital cultural* seria problemático descrever a natureza das agências que observei na pesquisa etnográfica, daí a alteração da designação da possível nova e específica habilidade dos consumidores de TIC's de “capital mecatrônico” para uma nomeação mais genérica “expertise mecatrônica”.

Considerações finais

A opção feita pelo governo brasileiro em terceirizar a inclusão digital, quando repassou ao setor privado a responsabilidade indireta, mais efetiva de universalizar o serviço cria espaço para a tessitura de estratégias diversas para a

garantia do acesso à Internet. O que o trabalho etnográfico que fiz conseguiu identificar é a percepção por parte dos próprios sujeitos investigados de que o saber desenvolvido no aperfeiçoamento da gambiarra é um dos recursos que os batalhadores usam para vivenciarem experiências de *bem-estar* e conforto.

A expertise para a gambiarra serve como instrumento para reforçar o pertencimento ao grupo pelo compartilhamento de experiências coletivas de consumo de tecnologia. A partir dela garante-se a participação em ritos importantes para a comunidade como casamentos, aniversários, formaturas, churrascos entre amigos e vizinhos. É uma forma de alimentar laços próximos, pois, além dos critérios relacionados ao prazer, os experts da gambiarra entendem que seus pares, ao selecionarem os bens, partem do critério daquilo que para eles é valioso, que os representa para o outro. Uma das condições para a vida social é que todos os participantes compartilhem de um conjunto comum de expectativas normativas sustentadas e incorporadas, ou um imaginário social. Esse imaginário social é construído a partir de um tipo de entendimento comum do qual as TIC's fazem parte, de modo que as coisas sejam de um jeito e não de outro. (VELOSO, SANTOS, 2009).

Os Técnicos/Gateiros são capazes de desenvolver seus próprios sistemas de pensamento e ação para além do que se considera erudição ancorada no acesso ao conhecimento acadêmico, gosto “refinado” e “consciência” política. Na “marginalidade” em relação ao modelo de distribuição formal do acesso à Internet, eles estabelecem performances genuínas, desenvolvem sistemas de trocas, organização e ordenação da vida cotidiana complexos, que, muitas vezes, são tomados por analistas como residuais, formas reativas, alienadas. Na verdade, podem consistir na forma particular de cada grupo de apropriação do discurso técnico-científico.

As sapiências populares não representam nesse sentido apenas táticas desesperadas de sobrevivência, são agências criativas e originais. Uma série de aprendizagens desconhecidas por outros segmentos sociais é desenvolvida e, ao contrário do que apostam muitos analistas, o manuseio das TIC's não é precário e o seu consumo desenfreado. Eles são feitos a partir de uma série de cálculos monetários e relacionais onde são avaliados com muito critério os custos e as demandas de investimento na vida social.

A Expertise Mecatrônica dos Técnicos/Gateiros pode revelar se melhor compreendida, um denso e rigoroso repertório de ação, onde, por exemplo, não é possível afirmar pelos dados que confrontei que “jamais fomos modernos” (LATOUR, 1994). Para a percepção do fenômeno pelo viés da cultura, a

experiência da Modernidade não pode ser pensada de forma unívoca, menos ainda como a reprodução literal de um programa de princípios ordenadores das vidas mental e material de uma sociedade. É fruto de um amplo processo de intensificação cultural (SAHLINS, 1997) típica do encontro entre repertórios culturais distintos.

A Modernidade não é uma experiência homogênea e o próprio campo me dizia isso todo o tempo: as linhas de fuga, subversão e acomodação de tecnologias a categorias nativas me levavam à consideração de que a Expertise Mecatrônica para a gambiarra, resultado da bricolagem que o sujeito comum faz entre o saber técnico-científico e o repertório de categorias culturais locais, é extremamente complexa. Está longe de ser um processo de reprodução tácita e inábil de procedimentos. Passa por um rico e criativo processo de negociação simbólica em que os quadros de explicação e facilitação das agências estão submetidos aos imperativos da sociabilidade. Ou, em outros termos, a “apropriação cultural”, expressão vulgarizada e manuseada ao sabor das demandas de quem enuncia em contexto histórico recente, consistiria no caso das tecnologias na perene composição, organização e reordenação do “*lebenswelt*” pela conjugação de sistemas culturais distintos e a linguagem da Ciência Moderna, nem tão Moderna assim.

Referências

- BOURDIEU, P. A distinção: crítica social do julgamento. São Paulo: Edusp; Porto Alegre: Zouk, 2007.
- DAMATTA, Roberto. O que faz o Brasil, Brasil. Rio de Janeiro, Rocco, 1984.
- GOMES, Laura Graziela F. F. Fansites ou o “consumo da experiência” na mídia contemporânea. Revista Horizontes Antropológicos, Porto Alegre, ano 13, n. 28, p. 313-344, jul./dez. 2007.
- JENKIS, H. Cultura da convergência. São Paulo: Aleph, 2009.
- LATOUR, Bruno. Jamais fomos modernos: ensaio de antropologia simétrica. Rio de Janeiro: Editora 34.
- _____. Como prosseguir a tarefa de delinear associações? Configurações, n. 2, p. 11-27, 2006.
- LATOUR, B. et al. A vida de laboratório: a produção dos fatos científicos. (Trad. Angela R. Vianna) Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1988.
- LAW, J. Notes on the Theory of the Actor-Network: Ordering, Strategy, and Heterogeneity, Systems Practice, 5 (4): 379-393, 1992.
- LEITÃO, K. D. Nós, os outros: construção do exótico e consumo de moda brasileira na França. Horiz. Antropol. Vol.13 no. 28, Porto Alegre July/Dec. 2007.

LÉVY, P. A Inteligência Colectiva. Para uma Antropologia do Ciberespaço. Lisboa: Instituto Piaget, 1994.

LIPOVETSKY, Gilles. ROUX, Eliette. O luxo eterno: da idade do sagrado ao tempo das marcas.. São Paulo: Cia das Letras, 2007.

PAVESI, Patrícia. et al. Responsabilidade x Legalidade: avaliando o trato da saúde mental por meio das terapias alternativas na cidade de vitória. 2004. Vitória: FACITEC- Fundo de assistência à ciência e tecnologia da Prefeitura Municipal de Vitória, 2004.

RHEINGOLD, H. Virtual Community. London: SeckesandWarburg, 1994.

SAHLINS, Marshall. O "pessimismo sentimental" e a experiência etnográfica: por que a cultura não é um "objeto" em via de extinção partes I e II. Mana v.3 n.2 Rio de Janeiro oct. 1997.

SILVA, Sandra R. “Eu não vivo sem celular”: sociabilidade, consumo, corporalidade e novas práticas nas culturas urbanas. Revista Intertexto [on-line]. Edição v. 2. Porto Alegre: UFRGS, 2007. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/intexto/issue/view/304>> ISSN 1807-858. Acesso em 10 de nov de 2012.

_____ Performances de masculinidade, práticas de subversão: o consumo de telefones celulares entre jovens e camadas populares. Revista do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Práticas de Consumo ESPM, vol. 9, n. 26, 2012.

SOUZA, MJC. Fãs de ficção seriada de televisão: uma aproximação com os fãs de autores de telenovela. Revista da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação, p. 02-19, Abril de 2007.

VELOSO, Letícia; SANTOS, E. Inácio dos. Consumo e Sociabilidade na Construção do Imaginário Carioca. IN: BARBOSA, Lívia; PORTILHO, Fátima; VELOSO, Letícia (orgs). Consumo: cosmologias e sociabilidades. Rio de Janeiro: Maud X; Seropédica, RJ: EDUR, 2009.

**The gambiarra, internet access, and the várzea science:
consumption of information technologies and popular epistemologies**

ABSTRACT

The ethnographic work around the Internet consumption strategy of informal and clandestine arrangements (“favelox”, “gatonet”, “chupa-cabra”, among others) allows me to identify an important dimension of the practices constituted from the handling of ICT in Brazil is a “technique” for the deviation redistribution and maintenance of the signal, a “gambiarra”. A configuration of, a set of knowledge developed at the margin of the formative spaces of learning, where scientific facts, are reconfigured without encounter with local cultural systems. The critical designations of technical-scientific knowledge constitute the object of discussion that is developed in this article, through partial results of a research conducted between 2010 and 2012 in which these practices are

observed seeks to establish the debate on the new forms of identify, of the new patterns of interaction knowledge ordering and social organization made possible by ICT's.

Keywords: Gambiarra, science, internet, mechatronics expertise.



A construção do Sistema Nacional para a Inovação e o Desenvolvimento: políticas públicas de ciência, desenvolvimento e inovação

Claudio Luiz de Carvalho¹

RESUMO

Na era do conhecimento o recurso básico da economia não se restringe unicamente ao capital ou aos recursos providos da natureza, muito menos somente à mão de obra: é o conhecimento o recurso e os detentores ou desenvolvedores desse conhecimento são a matéria-prima do desenvolvimento e da riqueza das nações. Assim, procuramos relacionar a produção acadêmica de ciência, tecnologia e inovação, com as demandas da sociedade empresarial, sugerindo diretrizes lógicas para atualizar as políticas públicas de ciência, tecnologia e inovação no Brasil, para alinhar nosso país com a vanguarda mundial do setor e a desenvolver ciência e tecnologia, com consequente inovação de processos e produtos. Procuramos identificar oportunidades de financiamento para a produção científica e formas de documentar sua produção para que o conhecimento fundamente a continuidade e a dinâmica do desenvolvimento de ciência e tecnologia no país. Apresentamos uma revisão do comportamento da inovação no Brasil em comparação com outros países, destacamos marcos históricos das políticas de ciência, tecnologia e inovação, a participação das universidades públicas nesse processo e registramos a essencialidade de que o país possua um robusto e maduro Sistema Nacional de Inovação e Desenvolvimento.

Palavras-Chave: ciência, tecnologia e inovação; Sistema Nacional de Inovação; organizações ambidestras; política pública.

Recebido em 10/02/2017

Aceito para publicação em 09/12/2017

DOI: <https://doi.org/10.25067/s.v21i2.15043>

Introdução

Sérgio Salles Filho, na Revista Brasileira de Inovação de Julho/Dezembro de 2002, ao apresentar o Primeiro Plano Nacional de

¹ Jornalista, Mestre em Comunicação, MBA em Gestão Estratégica de Empresas, Especialização em Teologia e em Gestão e Planejamento de Projetos Sociais. Mestrando na UFSCar. E-mail para contato: claudioluiz08@gmail.com.

Desenvolvimento (1972-1974) e o Plano Básico de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (1973-1974), reproduz trechos que nos fazem refletir sobre a situação atual da Ciência, Tecnologia, Inovação e Desenvolvimento no nosso país.

Vejamos:

A revolução tecnológica, principalmente nas últimas décadas, repercute profundamente sobre o desenvolvimento industrial e o comércio internacional, passando o crescimento econômico a ser cada vez mais determinado pelo progresso tecnológico”. Deve-se dar “prioridade à articulação do sistema de ciência e tecnologia com o setor produtivo, com a programação governamental e com as realidades da sociedade brasileira atual. A integração entre aquele sistema e as diferentes dimensões da sociedade em mudança permitirá a conseqüente e fecunda interação (Salles Filho, 2002, pag. 397).

E continua: A interação indústria-pesquisa-universidade (será) impulsionada mediante a realização de programas conjuntos de pesquisa, em setores prioritários e, em grande dimensão, com a participação de instituições governamentais de pesquisa, universidades e setor privado (Salles Filho, 2002, pag. 397).

Concluindo que

a fim de possibilitar a coordenação das unidades componentes, deverão ser constituídos sistemas setoriais basicamente com os seguintes objetivos:

- *formulação de diretrizes gerais de política de pesquisa em cada área correspondente;*
- *elaboração dos programas setoriais de pesquisas;*
- *acompanhamento de programas e projetos setoriais específicos. (Salles Filho, 2002, pag. 397)*

O Brasil e a sociedade brasileira mudaram muito de lá para cá, passando por um regime militar que controlou o poder por mais de 20 anos, a promulgação de uma nova Constituição Federal, a eleição de presidentes civis pelo voto direto (incluindo o impeachment de dois presidentes e uma crise política sem previsão das conseqüências), o crescimento populacional e a ocupação territorial de forma desordenada, instabilidade econômica que retrata bem o que Celso Furtado definiu como “crescimento igual ao voo da galinha”, programas de

expansão e desenvolvimento que, ainda que concluídos, o foram com atrasos e custos que extrapolam qualquer ideia racional de custo/benefício.

E, mesmo assim, o país não possui uma política pública de ciência e tecnologia, que produza inovação, que funcione de forma construtiva e que contribua efetivamente para o desenvolvimento do país.

O Plano Básico de Desenvolvimento Científico e Tecnológico de 1973-1974 apresentava, de forma organizada e, naquele momento, consolidada, diretrizes para o caminho que o Brasil necessitava tomar para inserir-se na comunidade de países desenvolvidos, além de estar coerente com as propostas do desenvolvimento regional previsto naqueles anos (ainda dentro do regime militar).

Salles Filho deixa claro que o PBDCT trazia uma referência essencial para que o Brasil se posicionasse no mundo tecnológico: o plano de desenvolvimento nacional deveria estar vinculado e coerente com o apoio à ciência e tecnologia, em um reconhecimento de que uma coisa não se faria sem que a outra ocorresse (Salles Filho, 2002, pág. 399).

E, nesse escopo, uma relação evidente e necessária se fazia já presente: a relação entre pesquisa, a universidades e a empresa, de forma que o fomento ao investimento privado em tecnologia e a necessidade de interagir conhecimento produzido nas instituições de pesquisa e universidades atendessem as necessidades do setor produtivo privado. Algo evidentemente lógico, pois o conhecimento se processaria gerando benefícios à sociedade que, de uma forma ou de outra, é responsável pelo seu financiamento.

Entretanto, pela realidade vivida hoje, isso se deu por período curto ou de forma incipiente e, num arroubo de ousadia interpretativa, podemos dizer que a ciência e a tecnologia, graças às políticas públicas, andaram a passos mais lentos do que a evolução e as necessidades do mundo privado.

Talvez a prova cabal disto é o fato de que o parque industrial brasileiro, mesmo naqueles em que havia história de consolidação (têxtil, automotivo, construção civil, mobiliário, entre outros), se viu decadente e, hoje, praticamente inexistente e o que restou não é certamente sustentável. Em substituição, as multinacionais (capital sem fronteira) dominam o setor industrial brasileiro.

Vejam as montadoras de veículos coreanas, japoneses, etc., que colocam seus veículos sobrepondo-os às indústrias anteriores que dominavam o mercado brasileiro. Vejam o setor de tecidos (cujo maior exemplo regional é a cidade de Americana, considerada a capital do setor no Estado de São Paulo, pois produzia

máquinas e produtos igualmente, apresentando-se como uma potência no setor e hoje são praticamente raros os vestígios dessa potência). Vejam as indústrias de bens de consumo (linha branca, eletrodomésticos, etc.), que têm dificuldade de enfrentar os produtos mais baratos do lado asiático do mundo os quais, graças à globalização e ao comércio via web, ficam mais fáceis e mais baratos de serem adquiridos.

A falta de política pública que incentive o desenvolvimento do país nos setores básicos de produção contribui para que o mercado internacional seja favorecido, em detrimento do mercado nacional, o qual, sem desenvolvimento, não tem as mínimas condições de competir com outros países. Exemplo clássico é a indústria de calçados (Franca, Jaú, Birigui), hoje praticamente falida, enquanto os calçados coreanos invadem o mundo a preços mais competitivos.

Além disso, há, de forma destacada, os setores químicos (farmacêutico, principalmente), petroquímico, eletroeletrônico, que desde sempre são dominados por indústrias estrangeiras e cada dia mais esse “controle” produtivo se faz presente no Brasil.

A importância da ciência, da tecnologia e da inovação para o desenvolvimento econômico e social

Entretanto, o desenvolvimento dos países que lideram no campo da ciência e da tecnologia não ocorreu de forma elementar ou natural. A questão é que outros governos perceberam (juntamente com a iniciativa privada) a necessidade de que a ciência e a pesquisa tecnológica, possíveis nas universidades e centros de pesquisa, se voltassem para as demandas do setor industrial.

É o que nos relata Nelson ao comentar as ciências e os avanços técnicos em seu livro “As fontes do crescimento econômico”:

A emergência da química, da física e da biologia como sólidas ciências fundamentais durante as últimas décadas do século XIX foi acompanhada por vários desenvolvimentos que mudaram a natureza da inovação técnica no setor produtivo. Um foi o surgimento dos laboratórios de pesquisa industrial, integrados por cientistas e engenheiros de formação universitária e dedicados a aumentar a competitividade de suas empresas mantenedoras (grifo nosso) através da

formulação e do desenvolvimento de novos produtos e processos. O segundo foi a crescente importância dos programas de treinamento universitário em várias áreas científicas e nas disciplinas da engenharia como fonte de suprimento do pessoal empregado nos laboratórios de pesquisa industrial e nas demais atividades de P&D (Nelson, 2006, pág. 235).

O autor informa, ainda, que

o terceiro e mais importante desenvolvimento deu-se com a utilização de novas disciplinas de ciências aplicadas e da área da engenharia. Nascidas com as ciências básicas, elas estavam orientadas para resolver problemas práticos que se apresentassem no desenvolvimento científico, como a facilitar o avanço tecnológico do setor produtivo (pág. 237, 2002).

Uma clara e evidente vinculação, quase interdependência entre conhecimento e produção, universidades, centros de pesquisa e empresas.

Essa questão, porém, não pode ser vista como elementar. Há componentes econômicos envolvidos e que justificam a necessidade de que todos os setores interessados (universidades, institutos de pesquisa, empresas, governo e sociedade) se unam para o estabelecimento da política adequada.

Schumpeter entendeu que esse desenvolvimento decorre de um fenômeno distinto, inteiramente estranho ao que pode ser observado no fluxo circular ou na tendência do equilíbrio (1997, pag. 75)

Em sua teoria do desenvolvimento, explica que a mudança ocorre de forma natural e sem continuidade no que chamou de “canais de fluxo”, causando perturbação no estado de equilíbrio da sociedade. Sua teoria do desenvolvimento procurou olhar e tratar esse fenômeno e os processos nele presentes (Schumpeter, 1997, pag. 75).

O detalhe é que, tanto as mudanças como as perturbações ao equilíbrio ocorriam na esfera das atividades industriais e comerciais e não na esfera que detectasse as necessidades da sociedade, responsável pelo consumo dos produtos prontos.

Ao procurarmos entender essa colocação, notamos que Schumpeter preferiu separar o desenvolvimento da produção o que se deu não com o olhar sobre o que a sociedade necessitava e sim com inovações que a indústria produz

por iniciativa própria e o consumidor as recebe como novidade e mudança necessária para que o fluxo industrial tenha continuidade (provisão de necessidades básicas, por exemplo). Ou seja: o consumidor aceita o que a indústria lhe entrega e se adapta ao que lhe é fornecido, independentemente de ter necessidade imediata daquele produto.

Essa ideia se evidencia mais clara quando percebemos o que Schumpeter definiu como produção:

produzir significa combinar materiais e forças que estão ao nosso alcance. Produzir coisas, ou as mesmas coisas com método diferente, significa combinar diferentemente esses materiais e forças. Na medida em que as 'novas combinações' podem, com o tempo, originar-se das antigas por ajuste contínuo mediante pequenas etapas, há certamente mudança, possivelmente há crescimento, mas não um fenômeno novo nem um desenvolvimento em nosso sentido (1997, pág. 76).

Somente quando isto não ocorrer e quando novas combinações surgirem de forma descontinuada é que surge o fenômeno do desenvolvimento.

Ao revermos o que ocorreu nos países que ocupam a vanguarda do desenvolvimento em todo o mundo (Estados Unidos, principalmente), vemos que sua liderança em inovação tecnológica célere no século XX começa no século XIX, quando se percebe que a invenção é o entrelaçamento do novo conhecimento científico com o mundo dos artefatos. Algo assim como deixar de produzir artesanalmente e passar a mecanizar os processos de produção. O que Alfred North Whitehead registrou com a frase A maior invenção do século XIX foi a invenção do método da invenção (Rosenberg e Mowery, 2012, pág. 3).

Parece lógico? Se completarmos com o entendimento de que o tempo entre uma descoberta científica e um novo produto ou processo não é pequeno ou imediato, talvez sim.

Ainda dele, citado por Rosenberg e Mowery é a explicação a seguir:

Constitui um grande erro que a mera ideia científica é a invenção requerida, de modo que tenha que ser apenas aceita e usada. Um intenso período de desenho imaginativo ocorre entre uma etapa e outra. Um elemento no novo método é justamente a descoberta de como reduzir a distância entre ideias científicas e o produto final. Trata-se de um processo de ataque

disciplinado contra as dificuldades, uma após a outra.
(2012, pág. 3).

Rosenberg e Mowery explicam que o século XX é o referencial do desenvolvimento tecnológico porque, ao contrário do que ocorreu no século XIX, o processo da invenção e da inovação foi institucionalizado e se adotou sistematizações, aproximando a pesquisa organizada ao setor produtivo (pag. 4, 2012).

Em consequência, deu-se de forma mais firme, melhorias e refinamentos que contribuíram para que a pesquisa científica, com decorrente melhoria de produtos e processos, se consolidasse mais rapidamente.

O que fica claro é que as inovações não são de comercialização imediata. Há um tempo considerável de aperfeiçoamento e comprovação de sua eficácia e da certeza de poderem ser utilizadas pelo mercado consumidor.

Em um resumo histórico e para que essa questão não se prolongue desnecessariamente, o caso dos Estados Unidos é exemplar na explicação: importadores de tecnologia em sua história inicial, a partir de 1900 se tornaram importantes exportadores de tecnologia industrial (máquinas e ferramentas especiais, por exemplo).

A rigor, nessa época, os países se especializavam em determinadas tecnologias industriais. Destaque para a Alemanha no campo de anilinas sintéticas orgânicas. Ou seja, não havia globalização e campo para intercâmbio de tecnologias e o processo de exportação e importação de tecnologia era muito incipiente.

Provavelmente, com a eclosão da Segunda Grande Guerra Mundial e a situação já de liderança dos Estados Unidos no mundo da ciência, é que se abriu a possibilidade de desenvolvimento, pelas grandes potências, da tecnologia e da ciência.

Permito-me tentar explicar que a comunicação mais constante e eficiente, necessariamente provocada pela guerra, permitiu que outros assuntos (entre eles a ciência) fosse percebida por aquelas nações, o que contribuiu para o desenvolvimento mais amplo e universal. Obviamente, com amparo nos respectivos governos, que entenderam serem necessárias, políticas públicas que contemplassem esse fenômeno.

A prática da inovação por meio das políticas públicas

Essa questão dependeu também do mundo corporativo, da iniciativa privada, pois, a partir da Segunda Guerra, “os acordos de Bretton Woods e o GATT - General Agreement on Tariffs and Trade e, posteriormente a Organização Mundial do Comércio, procuraram reduzir as barreiras que bloqueavam as trocas de bens e o próprio conhecimento tecnológico. No final do século XX ocorreu o aparecimento de uma densa rede de relacionamentos entre empresas, tornando mais rápido o compartilhamento internacional de tecnologias.

Enquanto isso, o Brasil, apesar de ter editado documentos que disciplinavam a política de ciência e tecnologia no País, caracteristicamente importador de tecnologia, não houve ação efetiva e enérgica para que as propostas apresentadas nesses documentos se tornassem realidade.

Para não retroceder muito no tempo, o documento Política de Ciência e Tecnologia no II PBDCT, editado em 1976, demonstra claramente que as propostas eram tão somente documentais e não necessariamente para serem colocadas em prática.

É, ainda, Sérgio Salles Filho que nos apresenta esse segundo documento, publicado na Revista Brasileira de Inovação de Janeiro/Junho de 2003. Em seu comentário inicial ele destaca as dificuldades do país em se alinhar com o mundo globalizado:

...alguns temas referentes à interação entre ciência e tecnologia e o desenvolvimento nacional têm sido recorrentes no debate brasileiro dos últimos 30 anos. Não se trata apenas de apontar que temos tido dificuldades em resolver questões já superadas em outros países, mas buscar explicações para esse descompasso, que é, sobretudo, de natureza organizacional e institucional. Três décadas de vaivém na inserção da ciência e tecnologia na agenda política e econômica nacional devem servir como lição para, pelo menos, não cometermos os mesmos erros (Salles Filho, 2003, pag. 179).

Será que foi assim? Será que os dilemas falsos de que a pesquisa fundamental, a pesquisa aplicada e a inovação tecnológica teriam que estar entrelaçadas foi superado? Será que foi assegurada relevância à ciência e tecnologia em nosso País? Será que houve uma decisão madura e firme de que é necessário ampliar recursos públicos e desenvolver uma necessária política pública de ciência, tecnologia e inovação no Brasil, contribuindo para o

desenvolvimento econômico e social do País?

Um dado simples talvez possa responder, de forma enfática, que, mesmo que se tenha investido na ciência e tecnologia em nosso país, a política não teve sucesso ou mesmo entendeu o “fenômeno” necessário para o desenvolvimento brasileiro.

O próprio Ministério da Ciência e Tecnologia não possui estatísticas confiáveis quanto ao registro quantitativo e qualitativo do número de pesquisadores envolvidos com P&D existentes no Brasil, qual foi o volume de recursos financeiros destinados à política pública de ciência e tecnologia. Na realidade, é grande a desinformação, de governo e comunidade científica, sobre essa questão².

O Brasil destinou à ciência e tecnologia no ano de 1990 somente 0,72% (menos de três bilhões de dólares) do PIB. A média entre 1981 e 1991 variou de 0,64% a 0,84% do PIB. Estados Unidos, Japão, Alemanha, França, Reino Unido, Suíça, Suécia e Holanda destinaram recursos superiores a 2,2% dos respectivos PIB (cujo valor já é consideravelmente maior).

Cerca de 18% dos recursos destinados à ciência e tecnologia no Brasil naquele período teve como origem o setor produtivo, enquanto o mesmo setor, nos Estados Unidos, França e Canadá, a contribuição foi superior a 40% e, no Japão, Alemanha e Suíça, superior a 65%. Os investimentos do Brasil em ciência e tecnologia estavam próximos ao do México (0,6%) e Índia (0,9%).

Quanto ao número de pesquisadores, os dados são incontroversos: vão de 15 mil (Schartzmann) a 52 mil (Martins e Queiroz)), passando pelos 23 mil identificados pelo CNPQ. Independentemente da quantidade, cerca de 68,52% estão vinculados à instituições de ensino, 20,54% em instituições especializadas em ciência e tecnologia e somente 3,98% em empresas, sejam públicas sejam privadas. Para comparar: na OCDE, 60% dos pesquisadores estão vinculados a empresas, em sua grande maioria privadas.

Atualmente os investimentos brasileiros estão próximos de um por cento, embora o governo prometera, em 2003, aumentar para 2% do PIB, recursos ainda insuficientes para inserir o Brasil em melhor posição no ranking

² Consulta efetuada no dia 12 de janeiro de 2017 ao site do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação resulta na comprovação de que os dados estão muito desatualizados, basicamente relativos ainda a 2013.

mundial (a média dos países da OCDE e de 2,3%)³.

Ainda é incipiente o percentual do PIB dos recursos aplicados pelas empresas privadas brasileiras, apenas de 0,55%, enquanto na Coreia do Sul as empresas destinam 2,68% e, na China, 1,22%. Isso é o que levou o neurocientista brasileiro, Miguel Nicolelis a afirmar que os sucessos em inovação tecnológica no Brasil são “ilhas de excelência” ao criticar a falta de estímulo e investimento no setor.

Houve evolução desde os anos 1974-1976, porém, o PACTI (Plano de Ação em Ciência, Tecnologia e Inovação para o período de 2007-2010 alcançou 1,22% do PIB em 2010. Entretanto, a meta era de 1,5%.

O que se apresenta é que as empresas privadas necessitam participar mais do financiamento do setor. Essa participação ainda é muito baixa, principalmente se considerarmos que a indústria é a principal responsável por investimentos em pesquisa e desenvolvimento de novos produtos e processos em todo o mundo.

Em nosso país, que publicamente já não investe muito, a participação privada equivale à metade dos recursos públicos. As empresas brasileiras gastam seus recursos na aquisição de técnicas importadas, o que prejudica o desenvolvimento do parque industrial brasileiro, a baixa participação do país no ranking mundial (se houvesse mais investimentos, haveria mais desenvolvimento e inovação e o país poderia contribuir para essas questões em nível mundial, ao invés de ser mero consumidor do que é desenvolvido fora daqui).

Quem faz comparação semelhante é Luiz Antonio Elias, à época secretário executivo do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação:

não basta importar a máquina se não tivermos geração de conhecimento local. Com a importação, no curto prazo, faremos frente à concorrência naquele setor, mas não faremos frente, no longo prazo, à necessidade de conhecimento local”. Para o cientista Marcelo Gleiser “a indústria brasileira precisa se conscientizar de que é muito melhor criar a própria máquina do que ficar

³ OCDE: Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico: organização internacional com 34 países que aceitam os princípios da democracia representativa e da economia de livre mercado. Os membros têm economias de alta renda e alto Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) e são considerados países desenvolvidos, exceto México, Chile e Turquia. Teve origem em 1948 para ajudar a administrar o Plano Marshall para a reconstrução da Europa após a 2ª Guerra Mundial

comprando as que vêm de fora. Existe independência tecnológica e acho que ainda não estamos lá (2012, blog emDiscussão).

A necessidade do Sistema Nacional de Inovação e Desenvolvimento

Uma solução possível para melhorar os investimentos em ciência/tecnologia/inovação no Brasil, é a criação ou reformulação do Sistema Nacional de Inovação e Desenvolvimento, não só como estrutura de referência no setor, mas, e principalmente, como instituição capaz de centralizar tudo que se produz de ciência e desenvolvimento tecnológico no País, com fácil acesso e divulgação constante do que nele se registrar. A divulgação é fator essencial para que se processo o desenvolvimento da ciência e da tecnologia no Brasil.

O Brasil é um dos países em que o Sistema Nacional de Informação ainda não é adequadamente maduro e completo.

Sistema Nacional de Inovação e Desenvolvimento é um coordenado e articulado arranjo de instituições, com múltiplos participantes, envolvendo os laboratórios das empresas, as redes de cooperação, universidades, institutos de pesquisa, instituições de ensino em geral, sistemas financeiros capazes de apoiar investimentos inovadores, sistemas legais, mecanismos mercantis e não mercantis de seleção, governo, mecanismos e instituições de coordenação.

Um SNID é determinante para a riqueza das nações, o que é demonstrado pelas estatísticas que mostram a alta correlação entre renda per capita e indicadores de produção científica e tecnológica.

A prova maior, entretanto, se apresenta quando comparamos os países desenvolvidos que possuem sistemas de inovação eficazes, com o nosso País: eles desenvolvem e produzem, nós compramos. Além disso, está claro que as economias mais fortes se impulsionam pelo desenvolvimento tecnológico e de informação e de comunicação.

Não só pela definição de um SNID, está claro que é fundamental a interação entre universidades/institutos de pesquisas do setor público com as empresas privadas. É necessário, contudo, que haja um entendimento claro da participação de um e de outro, pois a demanda da necessidade de desenvolvimento tecnológico passa também pela necessidade da inovação industrial, algumas vezes decorrente da demanda de consumo.

Mas, é essencial a dinâmica da ciência, observando-se que as encomendas das empresas podem direcionar as universidades e institutos de pesquisa para o desenvolvimento de questões que contribuam sobremaneira para a ciência, tecnologia e inovação e contribuam para que o Brasil assuma melhor posição no ranking mundial.

Isso significa que é necessário incrementar a interação entre universidades e empresas, condição sine qua non para que o desenvolvimento da ciência e da tecnologia ocorra da forma desejada.

E como se daria essa interação?

É necessário compreender que a universidade pode atuar como uma espécie de “antena” para receber, identificar e perceber as oportunidades tecnológicas, principalmente porque a ciência é a mola mestra de suas funções de ensino, pesquisa e extensão. Ao descobrir as oportunidades tecnológicas, a universidade direciona o conhecimento para novas e constantes buscas. Esse processo denomina-se *catching up*, fundamentado em três dimensões:

- instrumento de focalização: ao contribuir para a identificação de oportunidades e vincular/relacionar o país aos fluxos internacionais
- instrumento de apoio ao desenvolvimento industrial: ao prover o conhecimento necessário para a participação em setores industriais estratégicos.
- Fonte de soluções criativas: ante a dificuldade de obtê-las fora do país, dada a especificidade nacional, como é o caso das vacinas contra doenças tropicais, desenvolvimento de ligas metálicas específicas, elaboração de softwares aplicados, etc.

A universidade atuaria, assim, inter-relacionando as três dimensões, já que a capacidade de absorção do conhecimento é premissa para o desenvolvimento tecnológico original e incremental localizados.

A contribuição da universidade no desenvolvimento de ciência para as empresas está representada por dados levantados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística entre 2000 e 2003: de 28 mil organizações, 19,1% das empresas com atividades de inovação investiram 14,9% de seus recursos em pesquisa e desenvolvimento (P&D) em pesquisas próprias; 1,5% em demandas externas e cerca de 2,7% nos dois tipos. É pouco ante a necessidade do País.

A questão é que somente 6,1% das empresas que não investem em P&D entendem que as universidades são instrumentos importantes no desenvolvimento tecnológico e cerca de 20,8% que destinam recursos para P&D

recorrem às universidades como fonte de orientação e informação científica. Números também baixos para a necessidade do País.

De qualquer forma e tendo em vista a imaturidade do Sistema Nacional de Inovação e Desenvolvimento, existe um grupamento de empresas que se dedicam ao desenvolvimento de pesquisa, inovação e desenvolvimento. E, mais importante ainda, é que elas se relacionam bem com as universidades.

Isso nos leva a entender que o Sistema Nacional de Inovação, para se tornar maduro e eficaz, depende da divulgação científica com mais efetividade, por meio da comunicação científica correta, adequada e tempestiva, para que todos os interessados (principalmente a comunidade científica) estejam alinhados com o status da ciência e do desenvolvimento tecnológico do País, par e passo.

Essa condição exige políticas públicas fortes e com bom dimensionamento de recursos para que se estimule o investimento em P&D no Brasil, contribuindo para a multiplicação da capacidade do setor industrial brasileiro, em todas as questões envolvidas (além da tecnologia, as de relação de trabalho, divisão social do trabalho, comportamentos das pessoas, mercado, saúde e segurança, principalmente). Uma coisa leva à outra e, evidente, contribui para que se reforce o investimento nas universidades e institutos de pesquisa, hoje bem abaixo do patamar que permite ao Brasil se fazer presente no universo mundial da ciência e da tecnologia.

Ao formular políticas que visem o crescimento do desenvolvimento tecnológico a partir do conceito de sistema nacional de inovação, o país vai pensar seu desenvolvimento geral e no campo da ciência de forma integrada. A realidade sobre o SNID é reconhecida oficialmente pela autoridade brasileira responsável pelo setor. Enquanto ministro de Ciência, Tecnologia e Inovação, Celso Pansera foi taxativo:

o Brasil não tem um sistema seguro de medição de resultados de pesquisas. Não sabemos qual o nível de eficiência que está sendo investido em ciência, tecnologia e inovação”, afirmou o então ministro na solenidade de apresentação da Proposta da Estratégia Nacional de Ciência Tecnologia e Inovação 2016-2019, ocorrida no Rio de Janeiro (2016, blog EBC).

Na mesma oportunidade, informou ter contratado um trabalho com diversos pesquisadores para formatar um sistema para medir a eficiência do investimento em C&T, que resultados são obtidos e o que de fato é produzido e

tem impacto na vida das pessoas.

O outro lado a ser objeto de mais definição é a quantidade de pesquisadores trabalhando com ciência, tecnologia e informação: enquanto o país apresenta cerca de 600 pesquisadores por milhão de habitantes, o mundo registra um número três vezes maior (2.000 por um milhão).

De qualquer forma, está claro que uma das formas de ampliar o investimento em pesquisa e no desenvolvimento tecnológico no Brasil é estreitar a interação entre universidades e empresas o que, dito de forma mais objetiva, é o aprimoramento do Sistema Nacional de Inovação e Desenvolvimento, que, grosso modo, é basicamente ampliar as redes de interações institucionais, principalmente aproveitando a criação e a implantação de parques tecnológicos, incentivos às incubadoras e atendendo aos centros públicos que têm na inovação seu objetivo primeiro.

As atividades de inovação nas universidades públicas federais

A interação, porém, só é possível se houver ampla cooperação entre os agentes envolvidos, como ocorre, por exemplo com a Fiocruz, a Embrapa e a Embraer. A interação passa também pelo fato de que o Brasil possui boa capacidade para gerar conhecimento, embora não tenha conseguido, na íntegra, transformar essa capacidade em geração de tecnologia, muito menos construir uma política que permita a convergência do conhecimento em tecnologia e inovação.

Um dado significativo e que demonstra essa dificuldade é o quanto de doutores o Brasil consegue formar: em 2006, foram mais de 10 mil doutores formados, algo perto do que Canadá e Itália produzem em um ano. Esse número é quase que exclusivamente obtido pelas universidades públicas e, mesmo que se entenda ser uma política de sucesso, o país deixa de obter benefícios com essa conquista.

A diferença, em relação a outros países, é que a carga de formação de pesquisadores está quase que exclusivamente por conta das universidades, quando, em outros países, de quatro formados, três o são pelas empresas e só um pelas universidades. No Brasil, a academia é responsável por três em cada quatro. Se os pesquisadores tivessem sua formação em maior parte por conta das empresas, estariam no mercado e contribuiriam por incremento na produção de tecnologia e inovação.

Evidencia-se, assim, que a política pública de ciência, tecnologia, desenvolvimento e inovação não pode ficar restrita a um documento oficial elaborado pelo ministério da área. Ela necessita de ser discutida no âmbito de um Sistema Nacional de Inovação e Desenvolvimento na forma estrutural já tratada anteriormente neste texto.

Um resumo histórico da forma que se tratou a política brasileira no setor, mostra que é precária a maneira como a questão vem sendo tratada no país:

- 2003: Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior (PITCE), quando se lançou a Mobilização Empresarial pela Inovação (MEI)
- 2011: criação do Plano Brasil Maior, dando continuidade às estratégias anteriores. O mesmo plano, por meio da MEI, criou a Empresa Brasileira de Pesquisa e Inovação Industrial (EMBRAPII).

A existência de tantos documentos oficiais já evidencia que não se estabelece política com o rigor necessário. Vai-se somando ao que existe questões novas que se apresentam, sem que haja revisão do que foi anteriormente estabelecido e os resultados obtidos. Por exemplo, hoje, vigora a Estratégia Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação (ENCTI) por meio do Plano de Desenvolvimento Inovativo do Brasil.

Vale falar algo sobre a EMBRAPII, talvez uma iniciativa interessante, embora fora da ideia do SNDI. Ela articula o trabalho dos laboratórios de universidades públicas, aproximando-os das empresas para possibilitar o desenvolvimento da pesquisa aplicada. Para realizar esse trabalho, conta com uma rede de laboratórios de Inovação criada pelo Serviço Nacional da Indústria (SENAI), presentes em várias regiões do Brasil, além dos institutos do SENAI de Inovação (ISI). É uma estrutura semelhante ao Instituto Fraunhofer, da Alemanha.

Esse instituto é um sistema de organizações de inovação tecnológica que recebe apoio do governo alemão e que direciona suas ações para a pesquisa aplicada em atendimento às demandas do setor industrial. Atuação semelhante ao processo de crescimento norte-americano em ciência e tecnologia nos séculos XIX e XX, transformando aquele país em vanguarda e liderança no setor.

No caso brasileiro, a lógica é aproximar as universidades e os centros de pesquisas das empresas, dado que os institutos possuem infraestrutura adequada e pesquisadores bastante qualificados, condição que permite o atendimento às demandas do setor industrial e a mais concreta contribuição para o desenvolvimento de tecnologias e inovação no Brasil.

Nessa linha, o Brasil poderá possuir um SNDI maduro, que contribua para a real integração entre setor de pesquisa e setor produtivo. É que o SNDI dá sustentação e relevância às interações entre as instituições que produzem conhecimento, ao mesmo tempo em que dá acesso e disponibiliza o conhecimento para o setor produtivo.

A importância dessa relação, promovida com um SNDI maduro e robusto, é que inovação é ao mesmo tempo uma incerteza. Nesse caso, nem sempre a empresa tem coragem para investir em projetos inéditos. O resultado pode não ser o esperado. A solução mais prática, produtiva e rentável é realizar projetos de inovação por meio da colaboração com outras instituições, principalmente porque o risco é menor e a velocidade de desenvolvimento maior.

As organizações ambidestras e o processo de inovação

Em tal condição, o momento é apropriado para se aproveitar a existência de organizações ambidestras, ou seja, as organizações que são capazes de balancear a eficiência que leva a melhores resultados em prazo curto e, simultaneamente, são flexíveis na busca de frutos de longo prazo. No caso de ciência, tecnologia e inovação, tais organizações, ao mesmo tempo em que mantêm sua produção regular, investem em centro de pesquisas próprios para desenvolver produtos, materiais e processos que lhes permitam manter a liderança no setor e sempre produzirem mercadorias e serviços que lhes garantam essa liderança. Envolve competitividade, é óbvio.

A simultaneidade de atuação é que caracteriza a ambivalência ou ambidestralidade, aspecto que ganha relevância no meio acadêmico. Exemplo é o que ocorreu no ano de 2000, quando o foco das pesquisas centrou-se nos desempenhos organizacionais em níveis elevados, permitindo o crescimento de vendas, maior valor de mercado para as organizações, garantia de longevidade e outras medidas que conduzam ao negócio sustentável.

Os termos corretos para a atuação das organizações ambidestras são:

- exploitation: atividades voltadas à exploração do conhecimento existente, seja em relação a processos, seja em relação aos produtos e serviços já existentes.
- exploration: atividades dedicadas à exploração de novos conhecimentos,

seja em termos de processos, seja em termos de produtos ou serviços.

Como exemplos, podemos citar que as atividades de exploração de produto/serviço são as de fabricação (ou entrega do serviço) e a melhoria contínua. As atividades de exploration são aquelas de desenvolvimento de novos produtos.

As atividades das organizações ambidestras sob a ótica do mercado, caracterizam-se, no caso da exploração, pelo atendimento e retenção de clientes que possui. As atividades de exploração são as de mapeamento e visitas a clientes potenciais. Seja nas atividades de exploração seja nas atividades de exploração, as organizações ambidestras alocam equipes específicas.

A proposta, então, é que, por meio do Sistema Nacional de Inovação e Desenvolvimento, no processo de interação entre universidades e centros de pesquisas com as empresas, e dado que se comprova que o atendimento das demandas do setor produtivo é mais favorável pela capacidade, suficiência científica, agilidade, redução da incerteza, aspectos garantidos pelo desenvolvimento acadêmico das pesquisas, as organizações ambidestras redirecionem seus recursos e capital destinado à pesquisa, desenvolvimento e inovação, para financiar o trabalho da academia.

Aproximar a universidade e os institutos de pesquisa das empresas e, evidentemente, das demandas das empresas, pode ser caracterizado com um caminho que acelere o desenvolvimento científico e tecnológico do Brasil, algo como uma economia da aprendizagem, pois, ao atender as demandas identificadas e apresentadas pelas empresas, o segmento acadêmico e de pesquisa adentra e assume um processo de desenvolvimento da ciência sob uma crescente pressão de solução originadas na emergência do setor empresarial.

Em outras palavras, a colaboração gera uma dinâmica organizada, dependente e de resultados entre economia e produção de conhecimento, além de aprimorar o processo de transferência do conhecimento e da consolidação de políticas e iniciativas, inclusive no âmbito administrativo que evoluem à medida que a integração entre os dois mundos se aprimora e se consolida.

Além de atender as demandas do mundo empresarial, a universidade irá, de forma natural, apresentar projetos de pesquisa industrial novos, decorrentes do conhecimento gerado em seu interior e, numa espécie de feedback recíproco, manter uma constante atuação colaborativa, o que contribui para a constante parceria colaborativa entre empresas e universidades.

Como exemplo de vantagens, além do possível financiamento por meio

dos recursos destinados pelas organizações ambidestras, a universidade pode garantir o patenteamento e o licenciamento de invenções e processos inovadores, desincumbindo a empresa desse encargo, porém, garantindo-lhe a propriedade, o direito autoral e intelectual compartilhado.

A ciência, de forma geral, também ganha com essa cooperação: o conhecimento estruturado em financiamentos mais objetivos, resulta em produção de literatura acadêmica, promovendo a documentação necessária para que a ciência tenha suas bases e seus desenvolvimentos preservados para projetos e gerações futuras.

Uma outra grande e significativa vantagem dessa integração colaborativa é que as universidades formam os técnicos e as pessoas para manejarem os processos e equipamentos tecnológicos desenvolvidos, criados e inventados, suprimindo as empresas de pessoal já qualificado para que sua produção industrial não perca em continuidade, elemento essencial na substituição ou troca de processos e produtos em vigência. A empresa não terá que selecionar pessoal semiqualficado, treiná-lo adequadamente, o que lhe possibilitará reduzir seus custos na formação do pessoal necessário para sua produção.

Considerações finais

Neste artigo procuramos mostrar que o Brasil necessita de uma política pública em ciência, tecnologia e inovação consistente, atualizada e séria, de forma a permitir que a interação entre o setor produtivo empresarial recorra às universidades e institutos de pesquisa, inclusive com financiamento direto, para que o país tenha condições de se alinhar na vanguarda do desenvolvimento de ciência e tecnologia.

Em tais condições, percebe-se que o desenvolvimento econômico e social do país poderá se apresentar em condições melhores, dado que o conhecimento compartilhado é insumo para que a sociedade participe das conquistas tecnológicas não somente como mera consumidora, mas também como merecedora dos ganhos obtidos com a ciência e a tecnologia desenvolvidas no país, as quais, ao trazer inovações essenciais para os produtos e processos, sejam incrementais, sejam radicais, contribuem para a melhoria da qualidade de vida e do bem estar das pessoas brasileiras.

Sob tal ótica, entendemos que há caminhos não muito difíceis a serem trilhados, seja por parte do governo e do Estado, pelas universidades e centros de pesquisas, como também pelas empresas do setor produtivo. É o caso das organizações ambídestras, vistas como aquelas que simultaneamente mantêm seu processo atual produtivo e desenvolvem pesquisas para buscar novos produtos, materiais e processos, que possam integrar o que entregam à população. O recurso que tais empresas utilizam em seus próprios laboratórios pode ser o fomento que as universidades necessitam para acelerar o desenvolvimento da ciência e da tecnologia, agora não só por questões de demanda própria, mas por demandas identificadas como necessárias para o próprio desenvolvimento econômico e social do país.

Como articulador e coordenador desse processo, sugerimos a criação de um Sistema Nacional de Inovação e Desenvolvimento, integrado por todas as partes envolvidas e interessada, inclusive governo, que possa coletar, organizar, relacionar, vincular, disponibilizar e controlar o acesso ao conhecimento e informações gerados pelo desenvolvimento da ciência, tecnologia e inovação no Brasil.

Referências

- ALBUQUERQUE, Eduardo da Mota. Sistema Nacional de Inovação no Brasil: uma análise introdutória a partir de dados disponíveis sobre ciência e tecnologia. *Revista Econômica de Política*. Volume 16, número 3. julho/setembro de 1996;
- ALBUQUERQUE, Eduardo da Mota. Sistemas nacionais de inovação e desenvolvimento. *Diversa*. Revista da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Belo Horizonte (MG). Número 10.
- CORSATTO, Cássia Aparecida; HOFFMAN, Wanda Aparecida Machado. Gestão de desafios: conhecimento, inovação e sustentabilidade. IN: HOFFMAN, Wanda Aparecida Machado (org.). *Ciência, Tecnologia e Sociedade: desafios da construção do conhecimento*. São Carlos: EdUFSCar;
- GABRICH, Rudolf. A dinâmica da integração em organizações ambídestras. *DOM, a revista da Fundação Dom Cabral*. Nova Lima (MG). Ano X – nº 29 – pág. 51 a 56 – mar/jul/2016;
- KRETZER, Jucélio. Sistemas de inovação: as contribuições das abordagens nacionais e regionais ou locais. *ENSAIOS FEE*, Porto Alegre. Vol. 30. Número 30. pag. 863 a 892. Dez/2009;
- NELSON, Richard R. *As fontes do crescimento econômico*. Campinas (SP): Editora Unicamp, 2006;
- ROSENBERG, Nathan; MOWERY, David C. *Trajetórias da inovação: a mudança tecnológica nos Estados Unidos da América no Século XX*. Campinas (SP): Editora Unicamp, 2012;

SALLES FILHO, Sérgio. Política de Ciência e Tecnologia no I PND (1972/74) e no IPBDCT (1973/74). Revista Brasileira de Inovação. Vol. 1 Número 2. pág. 397 a 419, Julho/Dezembro de 2002;

SALLES FILHO, Sérgio. Política de Ciência e Tecnologia no II PBDCT (1976). Revista Brasileira de Inovação. Vol. 2 Número 1. pág. 179 a 211. Janeiro/Junho de 2003;

SANTOS, Livia Maria. Relação Universidade Empresa no Brasil: O papel dos institutos Senai de Inovação como indutores da aproximação. 2016 (252 pag.). Tese (doutorado em Políticas Públicas). Universidade Federal do Paraná-Curitiba;

SCHUMPETER, Joseph Alois. O fenômeno fundamental do desenvolvimento econômico. IN: SCHUMPETER, Joseph Alois. Teoria do desenvolvimento econômico. Coleção Os Economistas. São Paulo: Editora Nova Cultural Ltda, 1997;

SENADO FEDERAL JORNAL EM DISCUSSÃO. Notícias. Disponível em <http://www.senado.gov.br/NOTICIAS/JORNAL/EMDISCUSSAO>-Acesso em 12.01.2017

EBC Agência Brasil. GERAL. Brasil não consegue medir resultados de investimentos em ciência, diz ministro. Disponível em <http://agenciabrasil.etc.com.br/geral/noticia/2016-01/brasil>. Acesso em 07.02.2017.

emDiscussão. Indústria no Brasil tem pouca participação nos produtos de inovação tecnológica. Disponível em <http://www.senado.gov.br/noticias/Jornal/emdiscussao/inovacao/inovacao-tecnologica-industria-no-brasil.aspx>. Acesso em 07.02.2017

The construction of the national system for innovation and development: public policies for Science, development, and innovation

ABSTRACT

In the age of knowledge, the basic resource of economics is not restricted solely to capital or resources derived from nature, much less to labor alone: knowledge is the resource and the holders or developers of that knowledge are the raw material of development and of the wealth of nations. Thus, we seek to link the academic production of science, technology and innovation with the demands of business society, suggesting logical guidelines for updating Brazil's science, technology and innovation public policies, in order to align our country with the industry's global vanguard and to develop Science and technology, with consequent innovation of processes and products. We seek to identify financing opportunities for scientific production and ways of documenting its production so that knowledge is based on the continuity and dynamics of the development of science and technology in the country. We present a review of the behavior of innovation in Brazil in comparison with other countries. We highlight

Cláudio Carvalho

historical milestones of science, technology and innovation policies, the participation of public universities in this process and we note the essentiality of the country having a robust and mature National System of Innovation and Development.

Keywords: Science technology and innovation, National Innovation System, Ambidextrous organizations, Public policy.



Sobre resistências populares e imprevistos: a trajetória de Edward Thompson e sua crítica ao marxismo estruturalista

Cessimar de Campos Formagio¹

RESUMO

Este artigo apresenta a trajetória intelectual e militante de Edward Thompson e analisa a crítica do autor ao estruturalismo marxista. Em sua proposta teórica e política, construída no interior dos debates marxistas, Thompson contrapõe-se a perspectivas analíticas que secundarizam – ou mesmo ocultam – as mediações culturais em que são construídas as resistências populares. Nas críticas que Thompson direciona a Althusser, presentes no livro *A Miséria da Teoria*, é possível compreender as razões de sua crítica, assim como as repercussões do debate, que envolve não somente os dois autores, mas remete a conflitos e embates presentes nas esquerdas ontem e hoje. Uma análise da trajetória de Thompson e de seus argumentos são trazidos para reflexão.

Palavras-Chave: resistências, estruturalismo, experiências sociais, esquerdas.

Recebido em 26/02/2016

Aceito para publicação em 27/06/2017

DOI: <https://doi.org/10.25067/s.v21i2.15106>

Introdução

A trajetória de Thompson: militância e comunismo marginal

Edward Palmer Thompson nasceu em 1924 em Oxford, cursou História na universidade de Cambridge e atuou no grupo de Historiadores do Partido Comunista da Grã-Bretanha, ao qual o autor foi filiado por 14 anos. A atuação de Thompson como professor não se deu, inicialmente, como professor acadêmico: dos 22 aos 41 anos, ele lecionou num curso de extensão (convênio entre uma associação de trabalhadores e a universidade de Warwick, no norte da Inglaterra) para jovens e adultos no período noturno. A experiência como professor de grupos de trabalhadores e a militância catalisaram a produção do

¹ Graduação em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Campinas (2004), mestrado em Sociologia pela Universidade Federal de São Carlos (2013) e doutoranda no PPGS-UFSCar (2015). E-mail para contato: cessiuba@yahoo.com.br.

livro que o tornou mais conhecido: *A formação da classe operária inglesa*, de 1963. Nesta obra, Thompson constrói uma interpretação da história centralizando as resistências dos trabalhadores ingleses nos séculos XVII e XVIII, e já aponta o debate com as vertentes estruturalistas do marxismo, algo que estará presente de forma cada vez mais intensa no decorrer de sua militância e de seus textos. Edgar Deddeca (1995), que se dedicou por muito tempo à obra de Thompson, destaca que *A formação da classe operária* nasce com dois objetivos claros: propor uma interpretação alternativa da organização dos trabalhadores e iniciar um debate dentro da esquerda:

O alvo da obra de Thompson era muito preciso: em primeiro lugar oferecer uma alternativa de interpretação sobre a formação da classe operária inglesa, que tinha recebido de Engels o primeiro tratamento histórico. Em segundo, abrir um debate entre as velhas e novas esquerdas, no que dizia respeito à teoria marxista, muito abalada em seu prestígio intelectual devido aos resultados do stalinismo (Deddeca, 1995: 4)

Quando Thompson escreve este livro, já havia se dado intenso debate sobre o autoritarismo e burocratização dos partidos comunistas e do governo russo. A ruptura de Thompson e outros militantes com o partido ocorre em 1956, na explosão das críticas ao governo comunista russo e de acontecimentos históricos² (invasão da Hungria, discurso de Khrushchev) que suscitam reflexões profundas sob o caráter da militância nos partidos comunistas. Estes questionamentos induzem um debate caloroso dentro do marxismo:

Para termos uma ideia da importância da crise do comunismo, que também convive com a invasão da Hungria pelas tropas soviéticas, podemos dizer que na Europa a intelectualidade da esquerda comunista tomou 2 posições importantes: de um lado ficaram aqueles que decidiram dar um crédito de confiança e permanecer nos partidos comunistas ocidentais, como foi o caso de Sartre, na França, e Eric Hobsbawm, na Inglaterra. Outros optaram por uma posição de esquerda independente dos PCs, como fizeram Claude Lefórt,

² Em 1956, há o discurso de Khrushchev no XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética, com a divulgação de um relatório sobre o período de Stalin. Este contexto é agravado pela invasão soviética da Hungria, e como repercussão, vários filiados abandonam o Partido Comunista Britânico, inclusive muitos historiadores, entre eles Thompson.

Castoriadis, Merleau-Ponty na França e Thompson na Inglaterra (Deddeca, 1995:2)

Quando Thompson se aproxima o olhar ao cotidiano popular para analisar como grupos de trabalhadores elaboram, através de seus recursos morais, culturais e afetivos, respostas (conivência e negação) à subordinação e restrição de suas vidas, ele faz oposição a um modo de explicação histórico que traz os sujeitos sempre como reféns da lógica dominante e que, por essa deficiência, precisariam de um guia político que lhes ensinasse a romper com as dominações que lhes envolvem. A oposição é, no plano teórico, aos marxistas estruturalistas e, no plano político, aos militantes partidários que defendem o partido como vanguarda operária. Eis que a crítica não é pequena e irrelevante, e por isso seu impacto é explosivo e rende muitas objeções e resistências dentro do marxismo, as quais se manifestam, inclusive, através do silenciamento em relação às profundas críticas de Thompson. Tal silêncio se expressa também no Brasil, onde sua obra só foi tardiamente publicada e não foi tão debatida nos meios acadêmicos e de militância³.

O livro *A miséria da teoria* foi escrito em 1978 e traz o debate com Althusser sobre os contextos culturais em que se elaboram as resistências de classe. Para Thompson, perspectivas estruturalistas como as de Althusser desconsideram as experiências e escolhas populares que se fazem no cotidiano, ao toma-las recorrentemente como expressões da “falsa consciência”. As críticas e reflexões trazidas nas linhas dessa obra têm como alvo não somente a obra de Althusser e seus próximos, mas um modo de produção de teoria e de prática política ainda hoje muito presente nas esquerdas, o que indica a importância atual de analisar as posições de Thompson. É o que tentamos frisar durante este trabalho.

A rejeição em distanciar teoria, observação empírica e prática política parece ter nutrido em Thompson suas críticas tanto ao partido comunista inglês como aos grandes esquemas analíticos acadêmicos. A ruptura de Thompson com o partido se deu no início dessa permanente e crescente crítica, que não aparece somente em 1968 em *A formação*, mas já está presente quando Thompson, junto com John Saville, historiador também filiado ao partido, edita,

³ Edgar Deddeca (1995) conta que *A formação da classe operária e Senhores e Caçadores ficaram* “guardados nas gavetas da Editora Paz e Terra e ninguém mais acreditava em sua publicação”, a publicação dessas obras somente ocorreu em 1987, quando Deddeca acordou com a editora a publicação. dos livros. Moraes e Muller, que também se dedicam às análises de Thompson, afirmam que havia expectativa de debate em torno da “Miséria da Teoria”, mas, “o impacto no meio acadêmico não aconteceu”

no início da década de 1950, a revista *Reasoner*, com análises que destoam do pensamento hegemônico do partido. A revista levou à expulsão de Thompson e Saville, que já estavam em processo de saída. Os dois editam, então, outra revista, a *New Reasoner*, que prossegue com as críticas à política burocratizada do partido.

As críticas ao marxismo estruturalista permeiam comumente as discussões de grupos de esquerdas e se desenham, em cada local, conforme as especificidades dos grupos que estão discutindo. Na Inglaterra, houve o fortalecimento do agrupamento que se chamou *Nova Esquerda* e que resultou na construção da revista *New Left Review*⁴. Formada por autores como Stuart Hall, Raymond Williams, Thompson, Raphael Samuel, a revista trazia, naquele momento, análises sobre as mediações culturais que permeiam as resistências populares. A revista foi compreendida por Thompson como um modo de fortalecer a crítica aos modelos estruturais de análise, buscando outras alternativas. Certamente os debates dentro da revista se fizeram presentes na construção de *A miséria da teoria*, inclusive o acirrado debate que, depois de sete anos de existência da revista, se deu entre Thompson e Perry Anderson:

Será na New Left Review, em 1965, que Thompson travará um dos debates mais quentes dentro do marxismo inglês e europeu, criticando acidamente dois editores da revista, Perry Anderson e Tom Nairn, por seu marxismo teórico e abstrato, completamente afastado das tradições da cultura popular da Inglaterra (Deddeca, 1995:3)

Esse debate entre Perry Anderson e Thompson, que levou a saída do segundo do editorial da revista, se prolongou por vários anos, e se intensificou com a publicação de *A miséria da teoria* (1978). As afirmações contidas nesta obra tiveram impacto dentro da *New Left*, levando a diferentes posicionamentos entre os intelectuais ligados à revista⁵.

A defesa de um marxismo que reconheça as influências dos contextos culturais nas ações coletivas populares foi tomando uma dimensão crescente na trajetória intelectual e política de Thompson e se reflete em toda sua produção e militância. A partir de 1965, Thompson deixou de ministrar aulas no curso

⁴ A 1ª publicação é de 1960.

⁵ Maria Célia de Moraes e Ricardo Gaspar Muller (2005) mencionam um debate ocorrido em Oxford em 1979, um ano depois da publicação de *A miséria da teoria*. Neste debate, o texto de Thompson é alvo de avaliações e críticas, expressando uma divisão entre posições da Nova Esquerda.

noturno e assumiu cargo de pesquisador na universidade de Warwick por 6 anos, até deixar o cargo por discordâncias políticas. A partir de então, Thompson leciona esporadicamente nos Estados Unidos e Canadá e se dedica ao movimento pacifista e anti-nuclear. Segundo informações de amigos próximos⁶, como Hobsbawn e Dale Tomish (Deddeca, 1995), Thompson chegou à década de 1990 muito pobre e doente e escreveu, neste contexto, seus dois últimos livros: *Costumes em Comum* e o não traduzido para o português *Witness to the beast*, em que analisa o radicalismo inglês de William Blake. A defesa de um marxismo mais próximo das performances populares, o que Thompson nomeou como socialismo humanista e, mais tardiamente, como comunismo libertário, leva a variadas interpretações do percurso de Thompson. Lowy nomeia Thompson como herdeiro do “romantismo revolucionário”, referindo-se a influência dos poetas e militantes W. Morris e W. Blake no seu olhar, já Deddeca (1995) defende Thompson como herdeiro das tradições libertárias inglesas.

Thompson direcionou críticas não ao marxismo em si, perspectiva da qual o autor se reconhece como parte, mas a uma forma específica de apropriação da obra de Marx em que as ações do sujeito já surgem pré-determinadas pelos contextos sociais, não restando espaço para se considerar a variedade de interpretações e sentidos que envolvem uma experiência social. O teor de determinação é questionado para trabalhar com o termo pressão. Os sujeitos sociais vivenciam pressões sociais e a elas elaboram respostas, fazem escolhas condicionadas pela realidade material e de acordo com as mediações culturais dispersas no meio social. Se são pressões, e não determinações, então os comportamentos não podem ser totalmente previstos. A imprevisibilidade é uma dimensão a ser considerada, de modo que se torna inviável pensar um sistema analítico em que a forma de organização produtiva determine as reações sociais. É interessante o exemplo trazido por Thompson da: mulher, esposa de um, amante de outro, mãe, operária numa confecção de roupas, tesoureira no partido Trabalhista e que toca violino. Há várias “pressões” sobre essa mulher e um dia ela entra em depressão e procura, então, uma explicação/solução para o seu caso. E aí se mostra a impossibilidade de se prever as reações às condicionantes sociais:

Não sei como continua a história. Tenho dois roteiros alternativos. Um deles é óbvio: ela é levada a um hospital

⁶ Informação retirada de Deddeca (1995).

para doentes mentais depois de uma tentativa de suicídio, e mantida sob efeito de valium. No outro, volta ao trabalho, porque, em última instância, a hipoteca tem que ser paga e os filhos alimentados. No trabalho, a situação se agrava. Um companheiro militante lhe dá Althusser para ler. Faz-se a luz e ela exclama: “Eu não sou uma coisa, atira o livro sobre o capataz; promove uma greve na fábrica; deixa o marido e o amante e ingressa no movimento de libertação feminina. Retorna à orquestra, mas, infelizmente, apaixona-se pelo maestro e recomeça a confusão” Thompson, A Miséria da Teoria, 1981: 169)

Como nos sugere o exemplo dado por Thompson, a trabalhadora em questão pode não reagir de acordo com um ideal de “resistência proletária” esperado por um modelo teórico, o que não significa que não elabore outras formas de resistência e nem que não tenha ciência das violências que a cercam. Há certa imprevisibilidade nas ações populares porque os contextos de significação das situações são variados e mais dinâmicos que as expectativas dos enquadramentos analíticos. As pressões são significadas e sentidas (Thompson as menciona como `consciência afetiva e moral`), são vivenciadas e compõem a experiência. Do processo de interpretação das experiências surgem as escolhas e as ações, essas não são somente produto da ideologia dominante - não são somente consenso - e nem somente resistência (negação). Os produtos são inesperados, assim como a influência que exercem no contexto social, por isso a reação a uma crise financeira ou mesmo à um programa governamental não pode ser prevista, é preciso observar a relação entre os grupos que se antagonizam para observar as permanências e mudanças num período de tempo.

Estruturalismo marxista e expressão popular

A obra *Miséria da teoria* foi publicada em 1978 e traz críticas a um perfil de interpretação marxista: a que toma a organização produtiva da sociedade como elemento central da configuração política, de modo que a estrutura do Estado, as organizações políticas e os grupos populares surgem sempre como expressão imediata dessa base organizacional. O primeiro alvo da crítica de Thompson é o pensar/agir stalinista, afinal foi esta racionalidade que desencadeou toda crise que levou muitos intelectuais-militantes ao rompimento partidário. Diferenças de interpretações entre marxistas ligados aos PCS já se mostravam em 1956:

Na véspera da impressão da Reasoner, a URSS desencadeou uma intervenção militar na Hungria, encerrando as expectativas de que seria possível, no leste europeu, um processo de desestalinização e democratização gradativa. Diante deste quadro internacional e fim das esperanças de abertura de discussão no partido na Inglaterra, Thompson e Saville optaram pela desfiliação, assim como a maioria do grupo de historiadores e mais 7 mil militantes comunistas (Fortes, Negro e Fontes, 2001: 39)

O conflito inicial que se dirigia ao que se chamou, na época, de stalinismo foi, com o decorrer do tempo, mostrando que as discordâncias eram mais profundas e envolviam pensamentos e ações que se mantinham preservadas em alguns grupos comunistas que se proclamavam antistalinistas. Neste momento, o confronto de posições no debate marxista passa a se dar entre o grupo do qual Thompson faz parte, que defende uma interpretação histórica mais processual e com valorização das ações dos grupos, e o grupo dos marxistas de viés mais estruturalista, que priorizam as análises macroeconômicas, com ênfase no desenvolvimento das forças produtivas. Este cenário explica porque os textos de Althusser (A favor de Marx, escrito em 1965 e Ler o Capital, em 1973) tiveram intensa crítica de Thompson⁷, assim como explica também os desentendimentos que se deram no interior da *New Left Review*, entre o grupo ligado a Thompson e o ligado a Perry Anderson e Tom Nair, estes considerados com expressões da 2ª. Nova Esquerda britânica. Thompson deixou o editorial da revista em 1963, quando escreveu *A peculiaridade dos ingleses e outros artigos*, onde aponta problemas teórico-práticos do marxismo ortodoxo⁸ e confronta, em muitos momentos, as análises de Perry Anderson. Há observações (Deddeca, 1995, Fortes, Negro e Fontes, 2001) das consideráveis mudanças que houve nos artigos da revista a partir desta ruptura, há comentários sobre a perda da ligação teoria-empíria e prioridade a debates conceituais marxistas, mas o que quero destacar é uma mudança menos comentada e que nos mostra que a crítica de Thompson não era estritamente teórica, mas mirava também a ação política que está pressuposta na teoria. Destaco as seguintes observações em relação à mudança na revista:

⁷ Fortes, Negro e Fontes, 2001

⁸ O termo ortodoxo é criticado por alguns marxistas que questionam essa divisão, porém entendendo importante manter o termo para explicação do debate e para pontuar que, para muita(o)s autora(e)s, marxistas e não-marxistas, o marxismo de viés mais estruturalista é chamado de ortodoxo em contraposição à análises marxistas mais processuais.

A nova linha editorial da New Left Review contrastava abertamente com o rumo adotado pelos principais ex-participantes do grupo de historiadores do partido comunista, como Thompson. Basta lembrar que é nesse mesmo ano de 1963 que ele publica A formação da classe operária inglesa, no qual, tanto empírica como teoricamente, retoma a história popular inglesa, tendo como novo referencial político não mais a identificação de uma organização (o PC) como herdeira desta trajetória de lutas, mas as múltiplas experiências que expressam a classe trabalhadora em seu processo de constituição” (Fortes, Negro e Fontes, 2001:42)

No contraste entre a ênfase nas experiências sociais, culturais e políticas da classe trabalhadora inglesa e a condenação de sua incapacidade em se tornar uma classe hegemônica (exposta nos artigos de Anderson e Nairn), estavam definidos os termos do debate político e teórico que polarizaria a esquerda inglesa” (Fortes, Negro e Fontes, 2001: 43)

Como os referidos estudiosos da obra de Thompson pontuam acima (grifos meus), Thompson reconhece e enfatiza o potencial da experiência vivida e a capacidade de criação política dos grupos populares. A centralidade do partido hierarquizado e a obrigatoriedade de sua existência (e logicamente de seus dirigentes) para organização popular são negados neste olhar, colidindo interpretações marxista que visualizam os grupos populares como reféns ideologizados das conjunturas econômicas. A necessidade de tutela partidária ou, em outras palavras, de um grupo de dirigentes partidários que organizem os grupos populares é, de forma às vezes sutil e outras mais explícitas, desconstruída por Thompson, o que leva a entender que a crítica do autor não foi, por toda sua vida, parte de um debate estritamente acadêmico, mas sim contra algumas posições militantes, ainda bem presentes, inclusive nas esquerdas brasileiras. Por esta razão, Deddeca (1995) interpreta Thompson como comunista em proximidade ao pensamento anarquista, herdeiro de uma tradição libertária inglesa que o fez um “criador de problemas” dentro do marxismo:

Seria muito pertinente aliar as tradições intelectuais de Thompson ao pensamento libertário, que na Inglaterra nasce com os radicais da revolução gloriosa, como os Diggers e os Levellers. Esse pensamento dissidente que, do ponto de vista doutrinário, seria possível, fora da

Inglaterra, associarmos ao pensamento anarquista... Estas linhagens de tradições libertárias são muito fortes na Inglaterra. Podemos compreender porque Thompson, apesar de se tornar um historiador marxista, se tornou um marxista muito heterodoxo. (Deddeca, 1995:7)

O conflito teórico e político vivenciado por Thompson se fez muito presente nos debates brasileiros nas décadas de 1980/90 (Sader, 1988) e ainda ecoa em muitos embates travados dentro das esquerdas. Ler *A Miséria da Teoria* é como “ouvir” uma história que se percebe que existe, mas foi pouco contada, é imaginar as dificuldades enfrentadas por críticas como as de Thompson, que foi chamado de humanista burguês, como revela a próprio autor na referida obra. Busco, neste trabalho, refletir como se constrói a crítica e qual é a proposta teórica e prática que surge na contraposição, ou seja, qual o modo de interpretação histórica que está proposto nas críticas de Thompson e qual sua repercussão política.

“Criando problemas” ao marxismo: A Miséria da Teoria

Quando Thompson escreve *A Miséria da Teoria*, em 1978, já o faz em resposta às afirmações de Althusser em *A favor de Marx* e *Ler o Capital* (escritas em 1965 e 1973, respectivamente). Fica perceptível, no decorrer da leitura, que Althusser é criticado enquanto integrante do grupo marxista que se afirma antistalinista, mas traz em sua interpretação e modo de agir muito do que caracterizou o stalinismo. Thompson visualiza um pensamento marxista hegemônico que enfatiza a força reprodutiva das condicionantes sociais, dificultando o reconhecimento das mudanças, inclusive quando elas ocorrem em formatos não previstos:

Homens honrados, como Cornelius Castoriadis, que não abandonou nem por um instante sua luta contra o capitalismo, deixaram a tradição marxista deste modo: veem-na como irreparável, inerentemente elitista, dominadora e antidemocrática (os “cientistas” e os demais) e condenada pelos seus frutos ortodoxos e stalinistas. E concordo com boa parte de sua crítica (saudação aos velhos camaradas do Socialisme ou Barbárie!). Mesmo em sua acerba polêmica com o “marxismo”, vemos que estão empregando – e de maneira muito melhor – conceitos aprendidos inicialmente em Marx. (Thompson, A Miséria da Teoria, 1981: 287)

Thompson pensa o materialismo histórico tendo como desafio entender, a partir de dados empíricos, como os conflitos de classe se configuram e alteram numa unidade de tempo. A experiência vivida e suas significações são entendidas como relevantes para compreensão das relações sociais. Nesse caminho, trava embates com o estruturalismo marxista, problematizando a análise “superestrutura que emana da base”, defendendo que, antes de ser um fator determinante, a base (organização social e econômica) exerce pressões que são sentidas pelos sujeitos, porém, a essas pressões existem respostas que variam conforme os sentimentos e mediações culturais. Há uma citação de Stalin e outra de Althusser que Thompson traz ao texto para mostrar o pouco espaço que é dado à dimensão política criativa:

Não pode ser de outro modo. A base cria a superestrutura precisamente para servi-la, para ajudá-la ativamente a tomar forma e consolidar-se. (Stalin, apud Thompson, 1981:91)

De um lado a estrutura (base econômica: forças produtivas e relação de produção), do outro, a superestrutura (o Estado e suas formas jurídicas, políticas e ideológicas). (Althusser, apud Thompson, 1981: 93)

Nas duas citações, há a ideia de um molde de organização social que ejeta seus produtos fielmente à sua imagem e semelhança, o enfoque é sobre esse molde e seus movimentos, pois são esses movimentos que determinam as expressões culturais e políticas de um momento histórico. Thompson observa que, com as severas críticas ao stalinismo, foi necessário ao estruturalismo marxista rever o mecanismo desse pensamento e Althusser o fez afirmando a “determinação em última instância pelo modo de produção” e a “autonomia relativa das superestruturas”. Mesmo com tal “flexibilização”, mantém-se a imagem de uma fôrma de onde emergem figuras à sua imagem e semelhança e onde a possibilidade de alteração é bem pequena. Há uma grande previsibilidade dos acontecimentos históricos, já que uma grande estrutura (La structure à dominante, na expressão de Thompson) opera definindo as respostas sociais e, já que assim o faz, não há a necessidade de observação empírica para se entender as relações de classe. A prioridade é a construção de uma complexa “teoria da história” em que os acontecimentos e a possibilidade de mudança (e o caminho para tal) estejam previstos:

O movimento só pode ocorrer dentro do campo fechado do sistema ou da estrutura, isto é, por mais complexos e

mutuamente recíprocos que sejam os movimentos das peças, este movimento está encerrado dentro dos limites gerais e determinações da estrutura pré-dada. Por essa razão, a história como processo, como acontecer inacabado e indeterminado, tudo isto – que seria verdadeiramente a característica mais profunda da dialética marxista – deve ser negado. (Thompson, 1981: 97)

O estruturalismo marxista tende a priorizar, como ponderou Thompson, a análise sincrônica, destaca as permanências do processo histórico e, mesmo quando uma mudança é visualizada, ela se dá porque a base estrutural, em última instância, a possibilitou. Por isso, inclusive, que certas expressões sociais não são vistas como resistência ou como forças de criação política, elas não estavam previstas no roteiro analítico. Essa interpretação ficou muito evidente, por exemplo, no olhar analítico que pressupôs que o operariado, por estar na linha de produção, seria o ator central de uma mudança social, invisibilizando as expressões de trabalhadores rurais, mulheres, desempregados, entre outros. A ideia de um sistema teórico em que as engrenagens permitem uma maior previsibilidade faz com que a possibilidade de interpretação histórica seja restrita a quem manuseia esse conjunto teórico; quase nunca, se lança um olhar para os momentos em que o que era previsto de se reproduzir segue outro caminho e se mostra como resistência e mudança. Expressivas neste sentido as considerações de Thompson:

Acima de nossas cabeças, nas altas academias, os inquisidores discutem, discordam violentamente, mas reconhecem a reputação uns dos outros. Arrancam-nos uma negação: a negação da agência humana, da criatividade, uma negação de nós mesmos. Mas ao sairmos de sua tortura teórica, vemos, pela janela, o processo da história se desenvolvendo. Apesar de tudo, ela se move! (Thompson, 1981: 123)

Notamos pela observação acima, e isso se faz evidente em vários momentos do texto, que as observações de Thompson não são apenas metodológicas, com interesse central de defesa de um método analítico, mas partem de uma crítica à ação política que emana da teoria criticada. Quando Althusser, por exemplo, nega a importância da observação empírica, para defender que o ponto de partida é o conhecimento construído, no caso, a obra de Marx, está pressuposto que: primeiro, todo acontecimento deve estar, de algum modo, previsto na “teoria matéria-prima”, deve encaixar-se nela e,

segundo, que a interpretação histórica só pode se dar, portanto, por quem domina a “teoria matéria-prima”, daí a legitimidade de um grupo específico de “ler” a história e apontar a melhor direção política. A necessidade de vanguarda está, portanto, defendida e legitimada pela teoria. Tal premissa incomoda Thompson, o autor visualiza a relação entre o marxismo estruturalista e a política de vanguarda partidária, cujos efeitos ele visualizou na atuação do partido russo e mesmo em parte daqueles que se dizem críticos ao autoritarismo partidário. São expressivas as ressalvas de Thompson no sentido de indicar a permanência do teor stalinista mesmo no que vem como crítica ao stalinismo:

Estou tentando desemaranhar esse novelo de lã, em benefício de uma geração que se considera pós-stalinista, mas que, com frequência, não é (Thompson, 1981: 144)

Por que deveríamos nós, de uma geração pós-stalinista, ser perseguidos pela sua lembrança? Minha resposta pode ser breve ou longa. A breve é a seguinte: vocês não são uma “geração pós-stalinista”. São uma geração em meio a qual as razões e legitimações do stalinismo estão sendo, por meio da prática-teórica, reproduzidas no dia-dia. (Thompson, 1981: 151/152)

O modo de compreensão social que marcou e justificou o controle partidário sobre as movimentações populares disformes (no sentido que não cabiam num molde) permanece difundido em algumas vertentes de esquerda. Os esforços de Thompson são na intenção de identificar como isso acontece, e como é possível questionar essas enraizadas premissas. Para o autor, a apropriação estrutural do marxismo (que já existia) se fortaleceu após a 2^a. Guerra Mundial, no contexto da Guerra Fria, em que se tinha um cenário de estagnação e incertezas, em que as esquerdas se sentiam acuadas diante das metamorfoses do sistema capitalista, de um lado, e da crise internacional comunista, de outro. Essa “dureza” em muito foi entendida como um gesso, uma estrutura, ou seja, havia uma forte pressão (e Thompson sempre toma as condições sociais como pressão e não como determinação) para a interpretação estrutural da história. Mas em relação às condicionantes sociais sempre há variadas respostas, a pressão não molda totalmente as ações – ao contrário do que diria um olhar estrutural. Thompson analisa que o marxismo estruturalista foi bem aceito e conseguiu espaço, tanto que se tornou hegemônico nos anos de 1950/60, atuando, em certa medida, como uma forma de controle histórico, deixando de considerar a participação dos grupos sociais no desenho político – seja pela consensualidade, seja pelas resistências em suas várias expressões.

Este trabalho surge de uma pequena reflexão sobre as críticas e propostas de Thompson, admitindo que muito do que o autor afirma ainda está por ser “digerido” e indica a atualidade de suas obras. O debate segue.

As respostas ao “problema”

Em 1957, após a saída do partido comunista, Thompson e Saville mantiveram as publicações da revista que haviam iniciado no ano anterior e que foi um dos motivos da saída/expulsão do partido. A revista *New Reasoner* trouxe um artigo⁹ em que Thompson defende o que chama de socialismo humanista. O termo humanista, para esse grupo dissidente, vem na defesa de se considerar os grupos populares como agentes da história, como sujeitos que reagem e redefinem as situações sociais. A expressão humanista estaria, neste sentido, mais ligada às ressalvas de que há algo vivo e performático nas elaborações dos sujeitos a partir das “pressões” sentidas, ou seja, eles não são somente “marionetes” (tragers, como escreve Thompson) da estrutura. A defesa desse humanismo, ao desafiar uma interpretação marxista hegemônica e que surgia enquanto crítica ao stalinismo, é mal recebida por parte de intelectuais marxistas. Em 1964, como resposta à crítica, Althusser escreve o artigo “Marxismo e Humanismo”, em que coloca o humanismo como uma ideologia burguesa que se cala sobre o conflito de classes, ao defender um humano genérico, não posicionado na estrutura social. Neste momento, Althusser operacionaliza a famosa divisão entre um Marx jovem, que seria então contaminado pelo humanismo de Feuerbach e, portanto, ainda com pouca clareza da luta de classes, e um Marx maduro, cuja expressão está materializada em *O Capital*. Os socialistas humanistas estariam ligados, então, a uma leitura marxista feita a partir das observações do jovem Marx e teriam ressuscitado, portanto, princípios liberais: *sob grandiosas expressões de humanidade ocultava-se a exploração do homem pela burguesia*¹⁰

Ao fazer essa crítica ao humanismo socialista de Thompson, Althusser (e o grupo teórico-político a que está ligado) questiona o viés marxista das análises deste autor, julgando-as, ainda, reacionárias. Thompson relata uma parte das críticas que recebeu não somente de Althusser, mas de um grupo de marxistas estruturalistas:

⁹ “Socialist Humanism”, *New Reasoner*, n. 1, verão de 1957, p.107

¹⁰ Thompson expõe a argumentação de Althusser, 1981: 138.

Meu artigo sobre o “Humanismo socialista” foi particularmente notado: “Thompson repete calúnias que são feitas por revisionistas de todos os matizes”. A revista sobre “Humanismo socialista” foi criticada como sendo dirigida por um grupo de renegados: “os escribas venais que colaboram na imprensa imperialista reacionária bem poderiam processar o autor por plágio: Thompson repete suas fantasias sobre o `stalinismo`, sobre a supressão do indivíduo na URSS, ele pede ardorosamente nada mais que uma revolta contra a ideologia soviética”. “Como todos os traidores, como todos os renegados e anarquistas. E. Thompson usa a expressão humanismo socialista como: `Uma cortina de fumaça, ao proclamar a identidade da moral da classe proletária com “uma atitude administrativa”, clamando uma revolta contra a desumanidade. Esse caluniador contrapõe, de todas as formas, o “homem em geral, abstrato à sociedade, ao coletivo, ao partido comunista, a favor de um “humanismo socialista” supostamente novo, que coloque homens e mulheres reais no centro da teoria, em lugar do que chama de abstrações ressonantes: o partido, o marxismo-leninismo-stalinismo, a vanguarda da classe operária. (Thompson, 1981: 145)

Na demonstração de Thompson, nota-se o quanto sua crítica foi mal recebida e gerou tentativas de associá-lo a vertentes liberais. O humanismo defendido por Thompson nunca negou as “condições reais” em que vivem os sujeitos, mas reivindicou um humanismo no sentido de tirar do silêncio sujeitos que, mediados por sentimentos, percepções e pela cultura, elaboram respostas e interferem no desenho social. Em um momento de crise do referencial marxista ortodoxo e de ameaça à centralidade do partido entre os militantes e nas manifestações populares, foi preciso, como argumenta Thompson, “inventar” inimigos, montar a figura de críticos `pequenos burgueses` para assim se firmar e tentar reestabelecer o controle. Os conflitos entre posições hegemônicas e as marginais é permanente, seja no marxismo ou outros grupos teóricos, como defendeu Thompson: *o humanismo socialista era, acima de tudo, a voz de uma oposição comunista* (1981:152), nunca foi anticomunista, há, ao invés disso, uma busca por outra apropriação dos textos de Marx.

O materialismo histórico e cultural ou comunismo libertário

As análises de Marx sobre a relação entre a organização produtiva e a

configuração política construiu-se em contraposição às premissas liberais da autonomia entre a forma de divisão social das riquezas e as ideias preponderantes num espaço social. Quando acompanhamos as formulações de *Ideologia Alemã*, é visível o empenho de Marx em demonstrar a relação direta entre os interesses dos grupos que monopolizam os meios de produção e as ideias mais difundidas num dado momento. Essa é uma associação que ficou bem trabalhada na teoria marxista, mas há uma linha sutil entre a) afirmar que pressões incidem nos sujeitos e originam tendências a certas ações e pensamentos e b) supor que a ação e o pensamento somente surgem determinados, a priori, pelos discursos dominantes que os envolvem. Essa linha sutil foi, como afirmam Thompson e Raymond Williams, extrapolada em algumas vertentes marxistas:

Não foi o marxismo, mas o sistema que combateu e continua combatendo, que separaram e fizeram a abstração de várias partes da totalidade do processo social. Foi a afirmação e a explicação de formas políticas e filosóficas e ideias como independentes do processo social material que produziu um tipo necessário de contra-afirmação. No fluxo da polêmica, isso foi com frequência exagerado, até chegar a repetir, numa inversão de termos, o tipo de erro que atacava. (Raymond Williams, Marxismo e Literatura, apud Thompson, 1981: 174)

A ideia de determinação da base sobre a superestrutura acabou por criar tantas dificuldades analíticas e seguiu sendo questão de incessantes debates. Há expectativas de que integrantes de uma mesma classe social comporte-se de modo similar, ou como refém submisso da posição social em que está ou com rebeldia à desigualdade percebida, mas não vemos exatamente essas reações, mas sim uma variedade de respostas: há concordâncias, revoltas, oportunismos, desesperanças, resistências variadas. No objetivo de considerar as mediações que envolvem as experiências vividas, Thompson tentou construir um caminho analítico que o autor nomeia como materialismo histórico e cultural, deslocando o teor de determinação para trabalhar com o termo pressão: os sujeitos sociais vivenciam pressões sociais e a elas elaboram respostas, fazem escolhas, de acordo com as mediações culturais dispersas no meio social. Se são pressões, e não determinações, então os comportamentos não podem ser totalmente previstos, é até possível indicar tendências, mas diante da consideração de que elas podem não acontecer.

A imprevisibilidade é uma dimensão a ser considerada, de modo que se

torna inviável pensar um sistema analítico em que a forma de organização produtiva determine as reações sociais. Esse dinamismo precisa, de acordo com Thompson, ser considerado na interpretação histórica, e é impossível fazê-lo quando se parte da teoria ao invés de primeiro se observar, empiricamente, como se dão as relações. A ideia de que o domínio de um esquema analítico é a garantia da mais perspicaz explicação histórica e da orientação de um caminho a seguir é uma armadilha analítica e política.

Como podemos, então, definir o materialismo histórico e cultural que Thompson propõe em contraposição ao estruturalismo marxista? Um ponto fundamental, já que há a defesa do materialismo histórico, é considerarmos que o modo de organização produtiva não é desconsiderado: ele forma o cenário em que ocorrem as situações, mas opera menos como determinante que como pressões e dificuldades que os grupos enfrentam. E como esses se relacionam com tais pressões? Esse é um segundo ponto e que remete ao contexto cultural. As pressões são significadas e sentidas, são vivenciadas e compõem a experiência. Trata-se de uma outra forma de se relacionar com os grupos populares, já que esses não são vistos como marionetes ou portadores de “falsa consciência”, mas como sujeitos expostos a restrições e que respondem, conforme o contexto cultural, diversamente a elas.

Contribuições da proposta de Thompson – Conclusões Finais

Ao explicar com detalhes suas críticas ao marxismo estruturalista, Thompson nos permite refletir o lugar que as experiências - vividas e interpretadas pelos próprios agentes – têm nas ações coletivas. A leitura de *A Miséria da Teoria* é muito instigante, suscita o questionamento a grandes sistemas teóricos que já pré-explicam sem precisar olhar, sem atentar para o modo como os grupos lidam com as restrições que vivem e a variedade de respostas que dão e como essas respostas influenciam uma situação. Além do fato de que o debate, feito nas décadas de 1960 e 1970, segue atual e se faz presente na academia, assim como nas militâncias.

Há um momento do texto em que Thompson afirma que o estruturalismo, ao partir da teoria e não das práticas sociais, acaba por cair no idealismo, porque a fidelidade é com o modelo teórico e não com o movimento das relações sociais. Essa observação nos traz uma importante ressalva: em quantos momentos já não partimos de teorizações prontas e tomamos a realidade

observada como forma de comprovação? Thompson não secundariza os processos econômicos, a questão não é a inversão de sinais, e sim repensar a relação entre as “condições dadas” e os sujeitos “agentes da história”. A proposta do autor é trabalhar menos com a ideia de determinação, que pressupõe marionetes que se movem conforme os balanços estruturais, do que com a noção de limitações e pressões. O modo de organização social exerce pressões, tensiona a permanência, mas há variadas respostas dos grupos sociais a tais pressões, há furos ao esperado, redesenham-se as cenas. A história é oxigenada, é vista como um processo indeterminado:

Ao contrário da opinião de certos teóricos, nenhum trabalhador conhecido pelos historiadores permitiu jamais que a mais-valia lhe fosse arrancada do couro sem encontrar um modo de reagir (há muitas maneiras de fazer cera) e, paradoxalmente, por sua reação, as tendências foram desviadas e as “formas de desenvolvimento” se processaram de maneiras inesperadas. (Thompson, 1981:171)

Quando a relação de determinação das “forças de produção” é questionada, é questionado também o poder irrestrito das elites de moldarem a história fielmente aos seus interesses, como acontece nos casos das análises em que as mudanças sempre são entendidas devido a um acordo “pelo alto” ou estritamente pelos interesses do Estado e mercado, como se as movimentações populares não existissem e não influenciassem os acontecimentos. Esse questionamento é claro, por exemplo, em Sidney Chalhoub, historiador influenciado por Thompson: a argumentação de seu livro *Visões de Liberdade* indica que os trabalhadores escravizados elaboravam, dentro de limites e das coerções da época, suas formas de resistência e atrapalharam em muito a continuidade do sistema escravocrata. As mãos negras também desenharam a transição pro trabalho assalariado, mesmo que essa tenha se dado com extrema subalternização e exclusão da(o)s escravizada(o)s.

Reconhecer que as “pressões sociais” são vivenciadas, interpretadas, respondidas e que estas respostas desenham as situações traz a indeterminação histórica, as previsões são mais questionadas, e traz também a possibilidade de surpresas (agradáveis ou não) para quem investiga as relações sociais. É possível que um pesquisador chegue numa fábrica ou num bairro e tenha expectativa de encontrar determinados comportamentos, mas pode se deparar com posições inesperadas, as quais mesclam concordâncias, mas também

deslocamentos e resistências aos processos sociais que os subjagam. Quando Thompson dá o exemplo da operária, esposa, mãe, amante, religiosa, o cenário é de alguém perpassado por várias condicionantes e que responde a elas, é sujeito em várias relações assimétricas. Há um incentivo para se pensar a história em processo, as permanências e mudanças num período de tempo observado.

Referências

- CHALOUB, S. **Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na corte**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.
- DEDDECA, Edgar S. E.P. **Thompson: um personagem dissidente e libertário**. Projeto História, São Paulo, n. 12, 1995.
- FORTES, NEGRO E FONTES. Peculiaridades de E.P. Thompson. Em: **As peculiaridades dos ingleses e outros artigos. E. P. Thompson**. Antonio Luigi Negro e Sérgio Silva (orgs). Editora da Unicamp, 2001.
- HALL, Stuart. **Da Diáspora: identidades e mediações culturais**. Liv Sovik (org). Editora UFMG, 2003.
- HOLLOWAY, J. **Mudar o mundo sem tomar o poder**. Editora Viramundo, 2003.
- MORAES, M.; MULLER, R. **Miséria da Teoria – o debate de History Workshop**. Revista Esboços, n. 14, UFSC, 2005.
- THOMPSON, E.P. **A Miséria da Teoria ou um planetário de erros (uma crítica ao pensamento de Althusser)**. Zahar Editores, 1981.

On popular and unexpected resistances: Edward Thompson's trajectory and his critique of Structuralist Marxism

ABSTRACT

This work presents the intellectual and militant trajectory of Edward Thompson and analyzes the author's criticism of Marxist structuralism. In his theoretical and political proposal, built within the Marxist debates, Thompson contraposes analytical perspectives that relegates to a second position - or even conceal - the cultural mediations in which the popular resistances are constructed. In Thompson's criticisms of Althusser in *The Misery of Theory*, it is possible to understand the reasons for his criticism, as well as the repercussions of the debate, which involves not only the two authors, but refers to the conflicts and clashes present in the yesterday and today lefts. An analysis of Thompson's trajectory and his arguments are brought to the fore.

Keywords: resistences, structuralist, lefts, social experiences.



Ciencia, tecnología y sociedad: una aproximación al discurso social de la disciplina en relación a Pierre Bourdieu y Bruno Latour, otros autores

Maribel Deicy Villota Enríquez¹

RESUMO

Este artículo intenta establecer un diálogo entre los discursos reflexivos de Bourdieu, Latour e otros autores acerca de la consolidación del campo CTS dentro de la interdisciplinariedad de los discursos sociales. El objetivo es establecer una conversación entre ciencia, tecnología e sociedad en medio del debate estructural que circunda hoy por diferentes corrientes teóricas e del conocimiento. En esta línea de pensamiento, se consideró algunos textos sobresalientes para generar un debate teórico alrededor de las ciencias frente a cuestiones sociales y epistemológicas. No se pretende por ningún motivo, crear polémica o enfrentamiento entre conceptualizaciones teóricas de autores que se separan en algún punto de este criterio, pues la idea no es posicionarse de manera determinista sobre un aspecto particular de esta reflexión. El cierre del texto evoca un panorama reflexivo en medio de debate actual entre ciencia, tecnología y sociedad.

Palavras-Chave: Ciência, Tecnologia e sociedade, Bourdieu, Latour, Reflexão Teórica.

Recebido em 18/04/2017

Aceito para publicação em 20/11/2017

DOI: <https://doi.org/10.25067/s.v21i2.17517>

Ciencia tecnología y sociedad: un preludio a la reflexión social e epistemológica

La construcción de la ciencia y los hechos científicos en el mundo, han apartado continuamente la noción social que pudiera crear una reflexión neutral respecto a los límites tecnológicos. De acuerdo con Bazzo (1998), vivimos intensamente en un mundo auspiciado por la ciencia y la tecnología, donde es más fácil confiar en él, que en una comunidad específica; una lógica primordial donde el comportamiento humano está ligado a la eficiencia, y las razones, son

¹ Antropóloga pela Universidad Del Cauca, U.DEL CAUCA, Colômbia. Mestranda em Ciência, Tecnologia e Sociedade pela Universidade Federal de São Carlos, São Paulo. E-mail para contato: mares-696@hotmail.com.

las razones de la ciencia. En este camino marcante de dependencia, en la que es innegable la contribución de la ciencia y la tecnología, y también los excesos y desproporciones ocasionados por las mismas en la sociedad, pareciera ser que a veces nos viéramos expulsados de participar de este debate técnico, pues casi siempre la ciencia se nos vuelve extraña, ajena y hasta en ocasiones incomprensible, generando que se construya un discurso hegemónico alejado de la realidad social.

Surge la necesidad de encontrar un punto de equilibrio, una reflexión neutral sobre la ciencia desde un posicionamiento social, sin dejarnos llevar por el pasionalismo de los análisis direccionales en los que priman los intereses individuales, colocando a la tecnología como un arma peligrosa donde la ciencia es deshumanizadora y esclavista. Gústenos o no, todos participamos de la tecnología, o lo que Winner (Bazzo, 1987) llamó: “simbolismo tecnológico” en el que desde la Revolución industrial, se presume la idea de progreso. La realidad de la ciencia y la tecnología deben construirse de manera neutral, en la medida en que empiece a entenderse, que si bien es cierto no están mejorando nuestras vidas, tampoco están convirtiéndola en un total y pleno desastre. Esta reflexión se hace necesaria, para que la ciencia y la tecnología funden en la sociedad, un discurso de ecuanimidad.

Los nuevos pensamientos científicos por ejemplo que vieron la luz en 1970 sobre la influencia del modelo Kantiano y la obra de Thomas Kuhn sobre *La estructura de las revoluciones científicas* (1971), contribuyeron a fortalecer los debates epistemológicos que surgieron a consecuencia de afirmar una fuerte dependencia de la ciencia respecto del contexto social. El paradigma propuesto por Kuhn marca el inicio de la ciencia formal, donde la historia de la ciencia es la principal fuente de información para construir nuevos modelos de ciencia; en otras palabras, no existe una única manera de organizar conceptualmente las experiencias, puesto que todos los hechos de la ciencia están cargados con teoría y su desenvolvimiento no es lineal ni acumulativo. En este orden, la ciencia desarrollada también tiene anomalías que se resisten a ser resueltas mediante el uso de paradigmas, pasando luego al campo de la ciencia extraordinaria.

Así empezó entonces a producirse una fuerte reflexión sobre la neutralidad, en la que conceptos como conocimiento y conocimiento científico, intentaron mostrar que la idea de legitimación en la ciencia no era la razón de las cosas, ni tampoco una única solución que representaba una vida mejor. Se hizo necesaria la intervención de la filosofía, para responder a debates como las experiencias tecnológicas y la participación del conocimiento científico frente a

la transformación radical del acelerado ritmo social (Bazzo, 1987). Además, fue importante el tema de la educación direccionada hacia el pensamiento crítico, la riqueza de los valores culturales, morales y espirituales de la vida, que precisaban ser llevados a todos los individuos.

La reflexión acerca de cómo la ciencia entró a hacer parte del discurso social a través de los estudios científicos, también se puede clasificar de acuerdo con Collins (2009) en tres olas: la primera ola de los estudios de la ciencia coincidió con la confianza de la posguerra en la ciencia, utilizando el éxito de algunos físicos durante la segunda guerra mundial. Durante éste periodo los filósofos intentaron definir la lógica subsecuente de las ciencias que culminaron en la noción de Karl Popper, en la que el filósofo austriaco abordó el problema de los límites entre la ciencia y la metafísica, en relación con el criterio de demarcación entre la veracidad o la falsedad de una afirmación. Además científicos sociales como Robert Merton, documentaron las normas de la comunidad científica en la que la ciencia debía ser imparcial, desinteresada, para un público libre y sujeto a la revisión crítica organizada.

La segunda ola, fue caracterizada por el escepticismo alrededor de la ciencia y participó de la más amplia revolución cultural de 1960, en donde se mostró que muchos de los tipos de actividades científicas que no se ajustaban a los modelos filosóficos e ignoraban las normas, tenían éxito. De hecho una de las contribuciones de la segunda ola, fue demostrar que los científicos no siempre podían chequear o verificar el mismo camino, y observar siempre el mismo resultado, resultando en algunas ocasiones difícil probar algunas hipótesis; un ejemplo de esto puede representarse a través del científico Joseph Weber, quien afirmó haber detectado las ondas gravitacionales, y resultó difícil de refutar su trabajo experimental porque Weber y sus aliados, no aceptaban que sus resultados fueran repetidos y por tanto estropeados. El dominio de esta ola, condujo desafortunadamente a que algunos de los estudios científicos y el pos-modernismo, concluyeran que la ciencia era solamente fe o certeza y política, llegando a ser realmente escépticos y cínicos con la ciencia.

La tercera ola de los estudios científicos acerca de la experiencia como conocimiento (expertise) y la experiencia como percepción (experience), abordó el problema de la legitimidad y el problema de la extensión. De acuerdo con Collins y Evans (2002), el problema pudo haber comenzado con la toma de decisiones técnicas en el dominio público, donde la ciencia y la tecnología se cruzan con el dominio político. Así, la tercera ola gira en términos de la teoría de la experiencia, cuestionando sobre quienes deberían y quienes no, contribuir

a la decisión de hacer en virtud de su experiencia. La sociología de la ciencia jugó aquí un papel muy importante en la construcción del conocimiento, pues sus reclamos acerca de los “cientistas puros con acceso a la verdad” fueron cuestionados severamente, y se empezó a debatir la noción de la experiencia tomada como verdad, es decir, una teoría normativa de la experiencia.

El interés representativo de esta ola, fue plantear una solución propuesta por la segunda ola con el problema de la ilegitimidad alrededor de la experiencia como contribución a la toma de decisiones técnicas. El objetivo principal era salir del escepticismo, con el fin de plantear nuevas cuestiones sobre la experiencia y perspectiva de las prácticas científicas, en la relación con la frontera del criterio del conocimiento.

De esta manera, la reflexión entre la ciencia y sociedad influyó en la creación de un nuevo espacio de discusión que buscaba entender los impactos de la ciencia en la sociedad, además de participar activamente del discurso. Pretensiones como estas por ejemplo, originaron estudios como los CTS remontados a mediados de 1970 en Escocia y Estados Unidos, que buscaban la comprensión del texto social de la ciencia y la tecnología de la posguerra mundial y sus impactos ambientales. Fue característico de acuerdo con Becerra (2010), la reflexión en temas como la sociedad industrial de la posguerra, accidentes nucleares, derramamientos de petróleo, envenenamientos farmacéuticos y el uso de desarrollos tecnológicos en la guerra de Vietnam. En otras palabras y de acuerdo con Snow citado por Becerra (2010, p. 2):

Se planteó la necesidad de construir un campo específico de reflexión en el que, mediante el diálogo de las ciencias sociales y naturales, se pudiera tener una visión ajustada de las consecuencias socioculturales de la ciencia y de la tecnología.

Se formó así, un campo específico capaz de reflexionar sobre la neutralidad; en Europa por ejemplo, se inició con la apertura de programas como la sociología de la ciencia, mientras en Norteamérica, los programas de estudio de ciencia y tecnología se organizaron por primera vez como campo autónomo en universidades como Harvard y Cornell (Becerra, 2010). Sin embargo, al unísono también, aparecieron autores polémicos como Bauman (2013), Lévy (1996), Schaff (1992) y otros, cuya percepción sobre los impactos de los medios tecnológicos, como los sistemas de información, generaban la deconstrucción de la igualdad, la sociedad panóptica y un mundo convulsionado y moderno en el que ya no existía confianza ni tranquilidad en el mundo. Para pensadores

como estos, las tecnologías se convirtieron en un entramado simbólico de relaciones ocultas.

Con todo este bagaje de interpretaciones, dos autores se destacaron en este texto dentro de los estudios de la sociología de la ciencia, y de ciencia, tecnología y sociedad. El primero es Pierre Bourdieu nacido en 1930 e hijo de un campesino, uno de los sociólogos más relevantes de la mitad del siglo XX; y el segundo Bruno Latour, nacido en 1943 y cuya influencia por parte de Michel Serres filósofo e historiador, contribuyó a su interés por la antropología a través de los estudios etnográficos. A continuación se mostraran entonces, algunas contribuciones de ambos autores con base en algunas de sus obras.

Pierre Bourdieu y Bruno Latour: Dos interpretaciones sobre el mundo de la ciência

Bourdieu fue uno de los sociólogos del pensamiento contemporáneo más representativos del siglo XX, su trabajo se centró en la sociología de la cultura, la educación, los medios de comunicación y los estilos de vida, además ejerció como profesor en Francia y Argelia². Su visión se distancia del marxismo, porque pudo ver la relación del capitalismo más allá de lo religioso y lo económico, involucrando factores como la familia, la educación y otras variables. Como aporte significativo también, Bourdieu caracterizó la estructura y funcionamiento del campo de producción erudita respecto del campo de la industria cultural, describiendo mediante la legitimidad propiamente artística, la consagración de una obra intelectual o artista.

Libros como, *A economia das trocas simbólicas* (1998) abordan la historia intelectual y artística que las sociedades europeas a través de los sistemas de producción, donde la ciencia es un bien simbólico cuyo proceso de automatización se libertó progresivamente de la iglesia, es decir, de sus demandas éticas y estéticas. Este fue un logro importante, porque se empezó a construir y propiciar un mercado de los bienes simbólicos completamente distinto a la consagración de las ideas hegemónicas de la iglesia, capaz de influir y subordinar la vida intelectual misma. En palabras de Bourdieu (1998, p. 101):

“O processo de automatização do produção intelectual e artística é correlato à constituição de uma categoria socialmente distinta de artistas ou de intelectuais

² Pierre Bourdieu (Círculo de Bellas Artes de Madrid). Recuperado el 3 de Julio 2016 en <http://www.circulobellasartes.com/biografia/pierre-bourdieu/>

profissionais, cada vez mais inclinados a levar em conta exclusivamente as regras firmadas pela tradição propriamente intelectual ou artística herdadas de suas predecessores, e que lhes fornece um ponto de partida ou um ponto de ruptura, e cada vez mais propensos a liberar sua produção e seus produtos de toda e de qualquer dependência social, seja das censuras morais e programas estéticos de uma igreja empenhada em proselitismo, seja dos controles acadêmicos e das encomendas de um poder político propenso a tomar o arte como um instrumento de propaganda”

El proceso conducente a la constitución del arte, se transformó así completamente; pues las relaciones por ejemplo de los artistas con no-artistas, resultaron en la constitución de campos artísticos relativamente autónomos y elaborados concomitantemente de una nueva definición en relación a la función del artista y de su arte. Fueron intereses propios, los que movieron la transformación de esos nuevos intelectuales y artistas, ya que ignorando las exigencias externas de una demanda social subordinada a provechos políticos y religiosos, sus nuevas obras no recibieron la influencia estética y formal de la aristocracia y la iglesia. Este cambio se aceleró más rápidamente con la llegada de la Revolución Industrial, en la que el arte (teatro, música, obra de arte) empezó a ser amenazado por el mecanismo implacable del mercado, y las intervenciones del romanticismo ya no se vieron como realidades superiores e irreductibles, sino que más bien, se expusieron a las necesidades vulgares de la economía (Bourdieu, 1998).

La comercialización de la obra de arte empezó a circular, dentro de la posibilidad de pertenecer a las prácticas propias del estatuto de mercaderías o a la singularidad de la condición intelectual o artística, donde la legitimidad de la obra de arte, se vio así amenazada. Según Bourdieu (1998, p. 103):

“De acordo com a mesma lógica, tudo leva a crer que a constituição da obra de arte como mercadoria e a aparição, devido aos progressos da divisão do trabalho, de uma categoria particular de produtores de bens simbólicos especificamente destinados ao mercado, propiciam condições favoráveis a uma teoria pura da arte – da arte enquanto tal –, instaurando uma dissociação entre a arte como simples mercadoria e a arte como pura significação, cisão produzida por uma intenção meramente simbólica e destinada à apropriação simbólica”

La obra de arte de acuerdo con Bourdieu (1998), formaba parte o bien del campo erudito, o bien de la industria cultural. Su pertenencia a uno o a otro campo, se caracterizó a través de la forma y la estética representada por la obra misma. Sin embargo, cada campo se formó y se forma en determinado momento; es decir que no estuvieron siempre. Además, existen dentro de cada campo, una serie de sub-campos, pero ya bien sea literario, físico, filosófico, astronómico u otro, cada campo tiene su propia una autonomía “relativa”, aunque carecen de autonomía “absoluta”. En esta relación, cada campo tiene su propia autonomía relativa, referida a su propia lógica de conocimiento, contribuyendo así a la propia lógica de su campo. Y carecen de lógica absoluta, en la medida en que fuera de sus límites, el campo pierde todas sus normas de conocimiento.

De manera más explícita, el campo erudito se construye como sistema de producción que propicia objetivamente, a través de una ruptura con el público de no-productores, o sea en términos de Bourdieu (1998, p. 106) “*a consagração propriamente cultural é pelo poder propriamente cultural*”, debido a que la intervención del gran público, llega a amenazar la pretensión del campo frente al monopolio de consagración cultural. En este aspecto, el campo se torna cerrado, para construir así su propia legitimidad cultural, orientando la producción en la búsqueda de las distinciones culturales pertinentes, donde a las marcas de distinción se le atribuyen al significado cultural que confiere valor cultural. Así según Bourdieu (1998, p. 109):

“O grau da autonomia de um campo de produção erudita é medido pelo grau em que se mostra capaz de funcionar como um mercado específico, gerador de um tipo de raridade e de valor irredutíveis à raridade e ao valor econômico dos bens em questão, qual seja a raridade e o valor propriamente culturais”

En cuanto a las instancias de reproducción y consagración el campo erudito, las obras son abstractas, puras y esotéricas. Se consideran puras porque exigen imperativamente del receptor, un tipo de disposición adecuado a los principios de su producción, a saber en términos de Bourdieu (1998, p.116) “*una disposición propriamente estética*”. Es por tal motivo, que las obras del campo erudito son accesibles apenas a detentores que posean un manejo práctico e teórico de un código refinado, pero también, que pueda descifrar los códigos de los códigos los que se circunscribe los códigos de estos códigos.

Dentro del campo de producción y circulación de los bienes simbólicos, también encontramos el campo de la industria cultural cuya lógica obedece

fundamentalmente a la conquista del mercado, donde la estructura de sus productos le concierne a las condiciones económicas y sociales de su producción. El “público medio” o “espectador medio” en términos de Bourdieu (1998), se encuentra consagrado y sometido a las obras que se hallan en el mercado. Sin embargo esta lógica también representa cierto tipo de dificultades, puesto que de acuerdo con Bertrand Poirot-Delpech citado por Bourdieu (1998, p.138), los públicos potenciales son diferentes y son tanto opuestos como antagónicos a modos por ejemplo de funcionamiento, ideologías, estilos, entre otros.

Verbigracia, podemos encontrar en algunas estaciones de radio más sometidas al mercado, donde la música clásica considerada culta, es producida y difundida poco. Bourdieu (1998) cita un ejemplo clásico de una estación de radio en Luxemburgo en 1956, en la que se transmitían 5 horas de música clásica, y ya luego para 1965 sólo eran dos horas semanales, terminando finalmente solo con una hora de transmisión semanal en 1966. No obstante, cadenas de radio como France-Musique y France-Culture, siguen abiertas al público ofreciendo de 96 a 36 horas semanales, resistiendo a los procesos aristocráticos.

En el campo de la industria cultural, ya no es válido la expresión del arte por el arte, sino más bien el arte media, ambas producidas por artistas e intelectuales altamente profesionalizados. En términos de Bourdieu (1998, p. 141) “*a produção, na arte pela arte, no sentido da busca do efeito e, na arte media, no sentido do oculto da forma pela forma*”, definida en relación a la cultura legítima, tanto del ámbito de la producción, como de la recepción. La historia del arte media así, es impuesta por las transformaciones técnicas y las leyes de la competencia. Ejemplo de esto son los bailarines de ópera según Bourdieu, que al bailar como elfos, también representan una actitud obscena por el aspecto estético; o el escritor de éxito, cuya imaginación y talento se forma en medio de la disciplina de escribir aunque sea dos hojas, perdiéndose la calidad de producción intelectual.

El análisis de las relaciones que los productores de bienes simbólicos mantienen con su significado disponible dentro del campo cultural, forman la dependencia, directamente de la posición que ocupan en el interior del sistema de producción e circulación de bienes simbólicos, es decir la posición que ocupan dentro de la jerarquía (puede verse también en el grado de consagración de una carrera intelectual o artística, correspondiente al campo jerarquizado) propiamente cultural. En términos de Bourdieu (1998, p. 178):

As funções objetivas objetivamente atribuídas a cada categoria de produtores e a seus produtos, por sua posição no campo e pelos sistemas de interesses propriamente intelectuais ou artísticos a elas associados, estão sempre como que recobertos e duplicados pelas funções externas que são objetivamente comprimidas na e pela realização das funciones internas.

Otra obra que también resalta la importancia el análisis del campo erudito y de las industrias culturales en el discurso de Bourdieu, es el texto *Para uma sociologia da ciência* (2008), cuyo estudio se centra en las orientaciones de las prácticas científicas a través de concebir el universo, como un laboratorio cerrado e insolado. En términos de Bourdieu (2008, p.51): “o laboratório é um microcosmo social situado num espaço que abrange outros laboratórios constituídos de uma disciplina”, en este sentido, la noción de campo marca una primera ruptura con la visión interaccionista a cuenta de la estructura y de las relaciones objetivas entre los laboratorios y los investigadores que acomodan u orientan las prácticas. De acuerdo con esto una segunda ruptura probable se da, de acuerdo a la visión relacional y estructural que se asocia a la filosofía de acción, donde los investigadores son personas calculistas, más interesados en los beneficios sociales que en descubrir la verdad.

La propuesta de la idea de un campo científico como un campo de fuerzas dotado de una estructura y de un espacio, delimitan esa estructura del campo, sea sobre la producción científica, o sobre las prácticas cuentistas (Bourdieu, 2008). En esta relación, la fuerza de un agente depende de sus triunfos, factores, diferencias y demás, que pueden garantizar una ventaja respecto de los rivales; esto depende al unísono, del volumen y la estructura del capital que posea el campo. En términos de Bourdieu (2008, p. 53) “*O capital científico é uma espécie particular de capital simbólico, capital fundado no conhecimento e no reconhecimento*”.

En esta discusión, se llega a un segundo momento sobre la definición de campo, o sea, el campo como espacio de conflicto y como campo de acción socialmente constituido en el que los agentes dotados de diferentes recursos se confrontan para conservar o transformar, las relaciones de fuerza vigentes. Al respecto de las fuerzas en los campos, Bourdieu (2008, p. 55) señala que “*o espaço de manobra deixado às estratégias dependera da estrutura do campo caracterizada, por exemplo por um níveis mais ou menos elevado de concentração do capital*” donde las estrategias y sus hipótesis de sucesos, dependen de la posición ocupada en la estructura. Estos cambios son

generalmente determinados, por las definiciones de las fronteras entre los campos; donde entran en juego, todos los instrumentos de conocimiento, de concentración y de acumulación de saberes.

Ejemplo de esto, son los diccionarios de sociología, etnografía, filosofía, etc., que generan actos de violencia al pretender describir, una realidad que registrar a medias. La construcción de la realidad desde el horizonte en la que se mire, es un acto de violencia inmediato, pues anula siempre otros tipos de realidades subsecuentes. En palabras de Bourdieu (2008, p.61) “*A analogia que alguns analistas fazem entre a prática artística e a prática científica não deixa de ter fundamento, mas tem alguns limites*”, pues el arte del cientista está separado del arte del artista, en la medida en que la importancia del saber formalizado es dominado por el estado práctico, que de acuerdo con Bachelard, solo es formalizado el hecho.

En términos generales, las prácticas científicas son sistemas de disposición base, inconsistentes y transponibles que tienden a generalizarse (Bourdieu, 2008), donde habitualmente se asumen formas específicas de acuerdo a las especialidades de cada campo. Esta reflexión es importante, porque nos permite entender el concepto de *habitus* propuesto por Bourdieu, en la que *habitus*, puede ser entendido como principio general de acción o principio específico de diferenciación o diferenciador de las orientaciones de las acciones de una categoría particular. Así (Bourdieu, 2008, p. 66):

“O habitus manifesta-se continuamente nos exames orais, nas exposições em seminários, nos contactos com os outros e, mais simplesmente, no aspecto físico, um porte, uma postura, que é a sua transição mais diretamente visível, e a recepção social dada a esses sinais visíveis reenvia à pessoa em causa uma imagem de si mesma que faz com que se sinta ou não autorizada e encorajada nas disposições, que, em outros, poderiam ser desencorajadas ou inéditas”

En otras palabras, *habitus* es <<un lugar natural>> o región del campo ocupado por personas predispuestas, donde como requisito de admisión, se forma un grupo unificado y homogéneo. Todo esto se crea en un campo científico donde los científicos tienen en común características y aspectos que los unen, separan, dividen y los ponen de acuerdo a sus fines, en la búsqueda simultánea por encontrar la verdad y combatir el error a través de la competencia directa que se genera como una arma científica. En palabras de Bourdieu (2008, p. 68): “*os investigadores, tal como os artistas e os escritores, estão unidos*

pelas lutas que os opõem, e as próprias alianças que os podem unir”; donde el requisito de admisión es una competencia teórico-experimental, materializada en el sentido del juego del *habitus* científico.

En esta relación Bourdieu (2008) señala que en el campo científico, las estrategias se presentan siempre en dos facetas: la primera, tiene una función puramente científica; y la segunda, una función social, o sea una relación de los otros, envueltos en el campo. Dentro de este aspecto, las relaciones de fuerza científicas, son relaciones de conocimiento y comunicación, donde el capital simbólico funciona como una forma de reconocimiento que permite ciertas exclusividades en el límite del campo. Bourdieu (2008, p. 82) indicaba así que “*quanto mais autônomo é um campo, mais a hierarquia*”, imponiendo los dominantes el hecho universal del valor científico.

La ciencia avanza entonces, porque en gran parte acredita y se acredita como una forma de avance del conocimiento; esta ficción colectiva conservadora, termina construyendo una norma ideal de las prácticas científicas, de acuerdo con Bourdieu (2008, p. 115):

Um bom cientista é alguém que tem o sentido do jogo científico, que pode antecipar a crítica e adaptar-se antecipadamente aos critérios que definem os argumentos admissíveis, fazendo assim avançar o processo de reconhecimento e de legitimação, alguém que põe fim à experimentação quando pensa que esta está conforme às normas socialmente definidas da sua ciência e quando se sente suficientemente seguro para enfrentar os seus pares.

En estos términos, el concepto de conocimiento científico sobrevive de las proporciones objetivas y de las luchas también que se generan al interior y exterior del campo mismo, donde el espacio y la posición como dice Bourdieu (2008, 1998) luchan por ganar posiciones dominantes en términos de producción, reconocimientos y avance del conocimiento.

Para contrastar el pensamiento de Bourdieu, vale la pena en este escrito involucrar el pensamiento del filósofo, sociólogo y antropólogo Bruno Latour mediante el texto *A vida de laboratorio* (2007), cuya reflexión a través del método etnográfico, dialoga con las prácticas científicas desde la inmersión y convivencia de lo que sucede dentro de un laboratorio de neuroendocrinología, en la que pasó dos años en el Instituto Salk. Latour se arriesga a observar desde la mirada participativa un contexto científico, en el que el escenario casi frío de convivencia acerca la cotidianidad de lo que acontece en un laboratorio,

relaciona las prácticas sociales con la construcción de la ciencia misma.

Su trabajo de campo resalta la situación de que la construcción social de los hechos científicos a través de los objetos de estudio, son socialmente constituidos dentro del laboratorio, es decir que no pueden ser atribuidos a una existencia exterior a los instrumentos que los miden y las mentes que los interpretan. En este sentido, la actividad científica se puede ver como un sistema de creencias, tradiciones o prácticas culturales, en la que la ciencia ya no es reconstruida como un procedimiento o conjunto de principios, sino más bien como una cultura misma. Según Latour & Wollgar (2007, p. 19):

Para dar independência às análises da ciência, é necessário, pois, não se basear unicamente no que os pesquisadores e descobridores dizem de si mesmos. Eles devem tornar-se o que os antropólogos chamam de “informantes”, certamente informantes privilegiados, mas sempre informantes de quem se dúvida.

El riesgo que se corre al estudiar la ciencia actual, es un medio atravesado por la controversia. Es preciso entonces, salir del confort intelectual para poder estudiar las ciencias abiertas e inciertas de manera en la que la antropología, pueda hacer un estudio posible de lo falso o lo verdadero, de lo científico o pre-científico, de lo central o periférico, del presente o pasado, sin que su atención se centre en los vencedores y los vencidos. En este sentido, Bloor citado por Latour (2007, p. 23) propone una simetría entre los vencidos y los vencedores de la historia alrededor de la ciencia, no en términos de como lo hacía Gastón Bachelard con una imagen heterodoxa y polémica de las ciencias, sino más bien, como una idea integradora y a fin al encuentro de la construcción social de los hechos científicos. En términos de Latour & Wollgar (2007, p. 26):

Nossa pesquisa tem por finalidade abrir um caminho diferente: aproximar-se da ciência, contornar o discurso dos cientistas, familiarizar-se com a produção dos fatos e depois voltar-se sobre si mesma, explicando o que fazem os pesquisadores, com uma metalinguagem que não deixe nada a dever à linguagem que se quer analisar. Em resumo, trata-se de fazer o que fazem todos os etnógrafos, e de aplicar à ciência a deontologia habitual às ciências humanas: familiariza-se com um campo, permanecendo independente dele e à distância.

De manera general y de acuerdo con Latour (2007), podemos decir que los propios científicos hacen sus ciencias, discursos, éticas, políticas y críticas, alrededor de un mundo familiarizado con las ciencias. Es por tal motivo que los

estudios antropológicos tienen cabida en la interpretación de esa re-flexibilidad que se experimenta al construir la noción misma de la ciencia, donde la etnometodología descubre el hecho de que la construcción social de la ciencia, es la re-flexibilidad continua que garantiza la neutralidad del discurso cientista.

Vale la pena resaltar también, que dentro de los límites del estudio de laboratorio, tanto la etnografía clásica como las ciencias, aportan al hecho la primera de territorio y la segunda de red, donde en términos de Latour (2007), tenemos una guerra continua de transformaciones que colocan a la ciencia en descubierta del laboratorio, pudiendo generar una “ciencia justificada” para los otros. Varias ventajas existen al respecto, una, es que el límite del estudio se basa en la red, otro es que el estudio de laboratorio se ocupa de los hechos y no de las teorías; en términos de Latour (2007), el etnógrafo “*deve penetrar às apalpadelas na selva dos fatos, sem possuir mapa o bússola*”.

Otro de los textos de Latour (1997) que vale la pena resaltar, es *Ciência em ação* donde la discusión entre los cientistas, hace parte del conocimiento científico sobre la discusión dual que se presenta entre una ciencia lista y una ciencia en construcción; aquí los científicos y los ingenieros discuten sobre el hecho de trabajos, certezas, concurrencias y demás, alrededor del estudio de la ciencia y la tecnología, lo que Latour llamó Caixa-preta, término usado en la cibernética cuando una maquina o un conjunto de comandos se revela complejo. En términos de Latour (1997, p. 16):

Incerteza, trabalho, decisões, concorrência, controvérsias, é isso o que vemos quando fazemos um flashback das caixas-pretas certinhas, frias, indubitáveis para o seu passado recente. Se tomarmos duas imagens, uma das caixas-pretas e outra das controvérsias em aberto, veremos que são absolutamente diferentes. São tão diferentes quanto as duas faces, uma vivaz e outra severa, de Jano bifronte. “Ciência em construção”, a da direita; “ciência pronta” ou “ciência acabada”, a da esquerda; essa é Jano bifronte.

Las diferencias son tan notorias, que la una puede admitir y acatar los hechos sin discutir siquiera, mientras la otra, descarta los hechos inútiles con base en la construcción científica. Estas diferencias se alejan tanto así, que la una puede discutir sobre la eficiencia de una maquina cualquiera, mientras la otra objetiva el significado propio de eficiencia.

Para complementar los aportes de Latour, respecto de la construcción social de los hechos científicos, vale la pena destacar también el texto de *Jamais*

fomos modernos (2009), en donde se reflexiona acerca de los repertorios de desenvolvimiento del mundo actual a través de la naturalización, socialización y deconstrucción en términos de Changeux, Bourdieu, y Derrida. En este aspecto Latour habla de naturalización cuando se refiere que no hay más sociedad, sujeto ni discurso; de socialización, cuando dentro del poder sociologizado no hay ciencia, técnica, contexto y contenido; y deconstrucción, cuando los efectos de verdad se acrecientan en la ingenuidad o a los juegos de poder.

La naturaleza de los hechos totalmente establecida, crea estrategias de poder previsible, proyectados sobre la vida intelectual continua que alimentan la crítica y la flaqueza de los abordajes, que pudieran ampliar el discurso de las ciencias, desdoblado el juego de poder, que crea una realidad mezclada. En términos de Latour (2009, p. 11):

As redes que desdobramos realmente não existem, e os críticos fazem bem em marginalizar os estudos sobre as ciências ou separá-los em três conjuntos distintos – fatos, poder, discurso -, ou então as redes são tal como as descrevemos, e atravessam a fronteira entre os grandes feudos da crítica – não são nem objetivas, nem sociais, nem efeitos de discurso, sendo ao mesmo tempo reais, e coletivas, e discursivas.

Así en términos de Latour (2009, p. 12): “*os fatos científicos são constituídos, mais não podem ser reduzidos ao social*”. Esta reflexión da pie a Latour, para pensar por qué no fuimos modernos en un contexto cultural y salvaje, en el que es casi imposible estudiar de manera justa y acertada un contexto perteneciente a otras culturas y otros lugares. Este dilema se encuentra afianzado en el hecho de que es imposible hacer una antropología del mundo moderno, ignorando aquellos que pretenden ofrecer una patria a las redes sociotécnicas; si esto fuera así, esa antropología en lo posible debe ser alterada y con esto, toda la definición del mundo moderno.

La construcción de una antropología de la ciencia hace que se re-piense y re-evalué, el hecho de pensar en una sociedad moderna, cuyo modernismo se proyecta en el despertar de un pasado entero, que representa la reacción anti-moderna de espíritu, racionalidad, verdad y sociedad, en el que para Latour (2009) los posmodernos, también aceptan las abstracciones modernas como reales, en contraste con la aproximación no moderna entre la ciencia y la tecnología, con la sociedad, con la intencionalidad de entrar en lo pre.-moderno como una experimentación en la que el beneficio es el modernismo. Según

Latour (2009, p. 15):

A modernidade possui tantos sentidos quantos forem os pensadores ou jornalistas. Ainda assim, todas as definições apontam, de uma forma ou de outra, para a passagem do tempo. Através do adjetivo moderno, assinalamos um novo regime, uma aceleração, uma ruptura, uma revolução do tempo. Quando as palavras “moderno”, “modernização” e “modernidade” aparecem, definimos, por contraste, um passado arcaico e estável. Além disso, a palavra encontra-se sempre colocada em meio a uma polémica, em uma briga onde há ganhadores e perdedores.

En esta relación entonces, somos sujetos híbridos situados en el interior de las instituciones científicas, sujetos que intentan describir la situación en la que estamos imbricados en medio de la ciencia, la tecnología y la sociedad, arrojados a participar como ingenieros, filósofos o especialistas, en lo que Latour (2007) llamó red, que no es más, que una noción flexible del sistema, más histórica que la de la estructura y más empírica que la de la complejidad. Los modernos, antimodernos y posmodernos así, tenemos el desafío de retomar el hilo del conocimiento a través de un análisis comparado (antropológico) del mundo entero, donde de acuerdo con Latour, es la red la que conecta el mundo que nos señala por qué nunca fuimos modernos; modernidad fuertemente criticada por Latour bajo la noción híbrida de la construcción de la proliferación y la disparidad como problema del relativismo.

La modernidad en este aspecto, designa el quiebre temporal entre los vencedores y los vencidos. La pelea entre lo antiguo y lo moderno, proviene de la constante dominación y emancipación, una mezcla que al contacto con la hibridación, pierde el sentido de lo moderno, en el que retrospectivamente tomamos conciencia de prácticas diferentes que son realmente eficaces; y es aquí donde nuestro pasado empieza a cambiar. La crítica de Latour hacia la creación conjunta de la humanidad dentro del modernismo, se debe analizar en la medida en que se descubra qué sucede con la participación ontológica en compañía de las prácticas (redes) que crean la traducción y mezclas entre géneros de seres enteramente nuevos, híbridos de naturaleza y de cultura.

Considerações finais

Se observa una fuerte crítica sobre el conocimiento científico y la

construcción del conocimiento científico, a partir de la legitimación de la ciencia. En las reflexiones la ciencia no simboliza una única solución verdadera para mejorar la vida cotidiana de las personas, no siendo una única verdad absoluta ni irrefutable. Esta fue la intervención de la filosofía de la ciencia, para responder a debates como las experiencias tecnológicas y la participación del conocimiento científico frente a la transformación del acelerado ritmo social (BAZZO, 1987). Aportes como éstos, orientaron el pensamiento crítico frente a valores científicos, culturales, morales y espirituales, que empezaron a formar un concepto neutral, integral y dialógico en la construcción teórica y conceptual entre ciencia, tecnología y sociedad.

Una característica de acuerdo con Becerra (2010) de este período, fue la reflexión epistemológica sobre las sociedades industriales de la posguerra, accidentes nucleares, derrames de petróleo, envenenamientos farmacéuticos y el uso de desarrollos tecnológicos. Se buscaba una visión neutral que integrará a la ciencia en una discusión con la sociedad. Así se formaron campos interdisciplinarios capaces de discutir sobre este posible diálogo. En Europa, por ejemplo, se inició la apertura de programas como sociología de la ciencia y en Norteamérica, surgieron programas alrededor de la ciencia y la tecnología que se organizaron por primera vez como campo autónomo en universidades de Harvard y Cornell (BECERRA, 2010).

En contrapartida aparecieron autores como Bauman (2013), Lévy (1996), Schaff (1992) y otros, cuya reflexión sobre los impactos de medios tecnológicos como los sistemas de la información y demás, generaban la deconstrucción de la igualdad y el inicio de una sociedad panóptica en la búsqueda del control social. De acuerdo con ellos, estábamos asistiendo a la transformación de un mundo más convulsionado y moderno, donde ya no existía confianza ni tranquilidad en ningún lugar. Las tecnologías cambian así comportamientos, nociones, percepciones y entramados simbólicos, que debían ser analizados, ya que implicaban una transformación radical de la construcción de la mayoría de las relaciones sociales.

Se consideran sobresalientes además alrededor de estos lineamientos, enfoques teóricos y conceptuales por parte de la historia de la ciencia y la tecnología, la sociología del conocimiento, la antropología de la tecnología, entre otros campos, con trabajos de historiadores, antropólogos, artistas – diseñadores, arqueólogos, psicólogos cognitivos, tecnólogos – ingenieros, sociólogos e filósofos (Graves-Brown 2000). La consideración de aportes como estos, pueden ampliar discusiones como las presentadas a lo largo del texto, estableciendo una noción más integral de esta reflexión. Cada campo del

conocimiento integra desde su propio enfoque, a valoración funcional sistémica e simbólica del valor semántico que los elementos representan en relación a los sujetos y grupos humanos.

Referências

- BAHUMAN, Zygmund. **Vigilância líquida**. Rio de Janeiro: Zahar, 2013
- BAZZO, Walter. **Ciência, tecnologia e sociedade: e o contexto da educação tecnológica**. Florianópolis: Editora da UFSC, 1998
- BECERRA, Javier. **Origen y desarrollo de los estudios CTS y su perspectiva en América Latina**. In MANCERO M; POLO, R. Ciencia, política y poder: debates contemporáneos desde Ecuador. Quito: FLACSO, 2010.
- BOURDIEU, Pierre. O mercado de bens simbólicos. In: **A economia das trocas simbólicas**. 5ª ed. São Paulo: Perspectiva, 1998. P. 99-181.
- BOURDIEU, Pierre. Um mundo à parte. In: **Para uma Sociologia da Ciência**. Lisboa: Edições 70, 2008.
- COLLINS, Harry: We cannot live by scepticism alone. **Nature**, v. 458, n. 7234, p. 30-30, 2009.
- COLLINS, Harry M.; EVANS, Robert. The third wave of science studies studies of expertise and experience. **Social studies of science**, v. 32, n. 2, p. 235-296, 2002.
- GRAVES-BROWN, P.M. **Matter, materiality and modern culture**. London: Routledge, 2000.
- KUHN. Thomas. **La estructura de las revoluciones científicas**. México: Fondo de cultura económica, 1971.
- LATOUR, B. **Ciência em Ação**. São Paulo: Editora UNESP, 1997
- LATOUR, B. **Jamais fomos modernos**, Rio de Janeiro, Editora 34 Ltda., 2009
- LATOUR, B. **Nunca fuimos modernos**, Buenos Aires, Siglo XXI Editores, 2007
- LATOUR, B. & Wollgar, S. **Vida de Laboratório**, Rio de Janeiro, Relume-Dumará, 2007
- LATOUR, B. & WOLLGAR, S. **Vida de Laboratório**, Rio de Janeiro, Relume-Dumará, 2007.
- LÉVY. Pierre. **O que é o virtual?** São Paulo: Editora 34, 1996.
- SCHAFF, Adam. **A sociedade informática**. São Paulo: Brasiliense, 1992.

Science, technology and society: an approximation to the social discourse of the discipline in relation to Pierre Bourdieu and Bruno Latour, other authors

ABSTRACT

This article tries to establish a dialogue between the reflective discourses of

Bourdieu, Latour and other authors about the consolidation of the CTS field within the interdisciplinary nature of social discourses. The objective is to establish a conversation between science, technology and society in the middle of the structural debate that today surrounds different theoretical currents and of the knowledge. In this line of thought, it was some outstanding texts considered to generate a theoretical debate around the sciences in the face of social questions and epistemological. It is not claimed for any motive created controversy or confrontation between theoretical conceptualizations of authors that are separated at some point from this criterion, because the idea is not to position itself in a deterministic manner on a particular aspect of this reflection. The closing of the text evokes a reflective panorama in the middle of current debate between science, technology and society.

Keywords: Science, Technology and society, Bourdieu, Latour, Theoretical reflection.



Por uma genealogia da cena hacker brasileira

Ana Carolina Estorani Polessa¹

RESUMO

Este artigo busca apresentar os resultados de uma pesquisa investigativa, com o objetivo primordial de oferecer uma pequena base para estudos mais consistentes dedicados a detalhar e compreender a genealogia e peculiaridades da primeira geração de hackers brasileiros em meados da década de 1980. A cena hacker brasileira faz parte da chamada "Cultura Hacker" que se expandia em diversos países do mundo neste período, porém a literatura científica sobre o desenvolvimento desta comunidade no Brasil neste período é escassa. Para tanto, este artigo desenvolve uma pequena referência que ajuda a entender e construir o perfil do hacker brasileiro, de acordo com a realidade e as adversidades encontradas por esta primeira geração de hackers no país.

Palavras-Chave: Hacker, genealogia, cultura, cyberpunk, underground.

Recebido em 27/06/2017

Aceito para publicação em 12/12/2017

DOI: <https://doi.org/10.25067/s.v21i2.16761>

Introdução

Nas últimas décadas diversos estudos se dedicaram a compreender a origem e o desenvolvimento tanto da chamada "Cultura Hacker" quanto da "Ética Hacker" em seus mais variados aspectos. Para deixar claro ao leitor a forma ao qual o termo "Cultura hacker" é utilizada neste artigo, deve-se ficar claro que geralmente a utilização desta expressão faz referência ao livro *Hackers: Heroes of the Computer Revolution*² de Steven Levy publicado em 1984.

Como base para seu trabalho, o autor utilizou a narrativa do *Tech Model Railroad Club* também conhecido como TMRC, um grupo de estudantes e

¹ Mestre em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Juiz de Fora. Especialista em História do Brasil e Diversidade Cultural pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Licenciada em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Juiz de Fora. E-mail para contato: polessaa@gmail.com.

² Lançado em português em 2012 pela editora Évora com o título "Os Heróis da Revolução".

projetistas que partilhavam o interesse comum de reconstruir réplicas de determinados modelos de trens, por diversão, por valores históricos e sentimentais nas dependências do MIT³ (LEVY, 1984).

Tal grupo, teria ampliado a aplicabilidade do hacking para outros projetos nos setores de engenharia e informática, estando envolvidos por exemplo nas primeiras pesquisas de inteligência artificial, no desenvolvimento das primeiras plataformas de ensino online na década de 1960 e até mesmo no aperfeiçoamento da *Advanced Research Projects Agency Network* ou simplesmente ARPANET conhecida como a primeira rede de computadores capaz de realizar trocas informações (LEVY, 2012; SILVA, 2016).

O TMRC seria para Sterling (2004, p.20) uma parte dos “programadores autênticos”, que teriam dado origem a uma tradição de engenharia e programação, que deu lugar a Cultura Hacker e do código aberto.

Certamente, uma das maiores contribuições do TMRC, foi estruturar a chamada “Ética Hacker”, uma série de valores que começaram a ser desenvolvidos ainda na década de 1960, mas vieram a público em 1984 justamente neste livro de Steven Levy.

Os pontos desta Ética segundo Levy (2012, p.27), se referem a tópicos como a necessidade de manter as informações acessíveis e livres, promover a descentralização além dos benefícios e demonstrar os benefícios da boa utilização dos computadores e de boas práticas de programação para a sociedade como um todo.

Posteriormente, no final da década de 80, início da década de 90 alguns grupos com perfis cyberpunks e criptopunks, em especial de fora do meio acadêmico, ampliaram os debates da ética para: “Não roubar os dados de outras pessoas, não ‘bagunçar’ dados alheios e disponibilizar dados públicos, proteger os dados privados” (CCC, 1989; ASSANGE, 2013) , dando uma maior flexibilidade para a atuação da prática hacker, em especial para os hacktivistas.⁴

Apesar de Steven Levy ter apresentado a ética na década de 1980, ela começou a ser estruturada na década de 1960, quando segundo Mungo (1993) empresas e organizações passaram a controlar os dados e limitar o acesso de pessoas que pudessem entrar em seus sistemas.

Este é um período que segundo o autor, idealistas da cena hacker

³ *Massachusetts Institute of Technology*

⁴ Ativismo praticado por hackers.

passaram a questionar sobre o poder da informação e que uma revolução por meio dos computadores seria bem-sucedida quando dados de todas as pesquisas disponíveis estivessem acessíveis para qualquer pessoa. (MUNGO, 1993; SILVA, 2016)

A comunidade hacker, compreendia que o objetivo de definir a ética não era definir o que era um hacker. Eles sabiam muito o que era. O hacker é compreendido por eles próprios como pessoas capazes de enxergar como suas habilidades (reais) podem tornar a tecnologia mais dinâmica. Transformando necessidades do “mundo real” em softwares e hardwares que suprissem tais demandas com mais precisão.

Do ponto de vista de Sterling (1993) *"os verdadeiros hackers podem precisar 'quebrar' sistemas de computadores particulares para saciar sua sede de conhecimento. Mas suas explorações intelectuais são inofensivas"*, argumenta ele, e *"não devem incidir em sanções penais"*.

A ética busca esclarecer a moral, a partir de seus traços e fundamentar a moralidade, aplicando-a em diferentes âmbitos da vida social (nesse caso da comunidade hacker). Os resultados de tais esclarecimentos e fundamentações buscam uma moral crítica ao invés de uma mera sujeição à um código.

A ética neste caso, pode ser vista como um jogo de poder desenvolvido pelos hackers em tentativas de legitimar seu discurso dentro da sociedade e universalizar a prática e a postura do hacking ético em especial a partir da década de 1980, quando houve a explosão de notícias e matérias na imprensa atribuindo e reduzindo o hacker a um “invasor de sistemas”.

Estes debates éticos têm reflexos inclusive no Brasil: a primeira geração de hackers brasileiros, fundaram uma editora com principal intuito de difundir a boa prática de programação e a ética hacker no país ainda na década de 80. (SILVA, 2016)

Mas além destes debates envolvendo a “ética”, a própria definição de “Cultura Hacker” apresentada pelo jornalista Steven Levy na década 80 a partir de seu contato com a comunidade de hackers que se desenvolveu na área acadêmica e no setor de pesquisas do TMRC nos Estados Unidos atualmente é tensionada.

Pesquisadores europeus como Alberts e Oldenziel (2014) criticam o fato da “cultura hacker ser lida como uma história americana, que por extensão clama por universalidade”, reforçando a necessidade de se compreender o *hacking* a partir da motivação dos próprios indivíduos.

Para Castells (2003, p.34):

A cultura da Internet é a cultura dos criadores da Internet. Por cultura entendo um conjunto de valores e crenças que formam o comportamento; padrões representativos de comportamento geram costumes que são repetidos por instituições, bem como organizações sociais informais. Cultura é diferente de ideologia, psicologia ou representações individuais. Embora explícita, a cultura é uma construção coletiva que transcende preferências individuais, ao mesmo tempo em que influencia as práticas das pessoas no seu âmbito, neste caso os produtores/usuários da Internet.

Pela definição de Castells (2003) a “Cultura Hacker” é vista como a integração de subculturas de um universo hacker muito mais vasto, que engloba diversas culturas hackers relacionadas a tradições geográficas e históricas muito próprias, com perspectivas, construções e trajetórias específicas a cada uma destas comunidades. (CASTELLS, 2003).

Com estes pontos (da Cultura e da ética hacker) minimamente definidos nesta parte introdutória, compreende-se que o esforço deste artigo está em desenvolver uma referência inicial que ajude a reconstruir a história e o perfil do hacker brasileiro da década de 1980, como parte desta Cultura Hacker (CASTELLS;2003) que ganhava força e se popularizava em diversas regiões do mundo durante este período.

Uma vez que trabalhos sobre a origem da cena hacker brasileira da década de 1980 são verdadeiramente escassos, os dados deste artigo foram obtidos a partir de um recorte de dissertação de mestrado⁵, baseada em uma pesquisa investigativa em jornais e revistas da época feita com intuito de reconstruir parte desta história. Como destaca Alexandre (2004, p.123).

O processo histórico é contínuo, porém não linear. Ele não pode ser comparado a uma linha reta, pois possui avanços e recuos, mudanças de rumos, idas e vindas. Os acontecimentos de hoje possuem relações com os fatos

⁵ SILVA, A.C.E.P; **Societas Anonymus: a construção política e social do hacker.** Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Universidade Federal de Juiz de Fora, Minas Gerais, Juiz de Fora, 2016.

passados, as rupturas históricas não surgem da noite para o dia, mas sim através de um lento e gradual processo, o qual chamamos de histórico.

Espera-se que não apenas a Cultura hacker, mas que também o perfil do hacker brasileiro seja melhor estruturado, a partir de sua própria narrativa e história, permitindo pesquisas mais consistentes sobre o tema.

A influência do modelo fechado e as limitações técnicas no setor de informática

A comunidade hacker brasileira começou a se formar entre 1981-1984 e era mais fechada e limitada a empresas, universidades e pessoas com maior poder aquisitivo, uma vez, que estes indivíduos podiam pagar por melhores equipamentos e também cursos de inglês e informática, que na época eram muito caros, ainda que por essência, a comunidade hacker seja baseada em motivações individuais fundamentadas em experimentação, curiosidade e estudo.

Durante esta pesquisa inicial, percebe-se que boa parte das informações colhidas apontavam que a cena hacker esteve mais concentrada na região de São Paulo, apesar de estimativas do final da década de 1980 de que haviam por volta de 10.000 computadores pessoais espalhados pelo país e cerca de 300 hackers, crackers⁶ e phreakers⁷ em atividade somente em São Paulo, associados a diversos grupos via BBS⁸. (ESTADO DE SÃO PAULO, 1988).

O que teria feito com que a cena hacker brasileira deste período fosse tão discreta, pode estar atrelado a fatores como as barreiras e limitações técnicas do setor de informática desta época.

O primeiro destes fatores é que enquanto ocorria o início do período da revolução da tecnologia da informação (CASTELLS, 2003), o Brasil ainda estava vivenciado a Ditadura Militar (1964–1985), o que aparentemente levou o país a ter uma estrutura de modelo fechado no setor de tecnologia e pesquisa,

⁶ Indivíduo que pratica o cracking (quebra) de um sistema, de forma ilegal e sem relação com a ética hacker.

⁷ Associados a uma variação dos Hackers de telefonia, considerados uma das bases da Cultura hacker.

⁸ Os *Bulletin Board System* (BBS) são Softwares que permitem a conexão via telefone do computador a um baixo custo e de maneira simples, permitindo a troca de informações e aplicativos. Muito utilizados entre 1970-1990, sendo considerada a primeira comunidade *online* não militar.

por muito anos.

Algo bem diferente do que ocorreu nos Estados Unidos por exemplo, o que certamente compromete uma análise baseada em tal modelo, sem que seja de forma comparativa.

Segundo Pekka Himanen (2001, p. 72) o modelo fechado não permitia iniciativa crítica, atos que poderiam tornar uma atividade mais criativa e autocorretiva.

O modelo aberto, adotado pelo governo estadunidense como estratégia militar durante o período da Guerra Fria (SILVA, 2016) é uma das principais bases do modelo de fonte aberta, na qual pesquisadores compartilham e divulgam seus trabalhos abertamente para que sejam utilizados livremente, opondo-se ao modelo fechado que só permite pouco ou nenhum acesso às informações, sendo este considerado um modelo ditatorial (HIMANEN, 2001).

Um indício da força do modelo fechado no Brasil, pode ser identificado quando são analisados os primeiros passos na formação das redes acadêmicas do país, que teriam ganhado força a partir de 1982.

É o que aponta o trabalho de Carvalho (2006, p.64) detalhando o lançamento do projeto “Ciranda” da Embratel caracterizado como:

um projeto piloto de uma rede de serviços de informações, restrito aos funcionários da empresa, que, para viabilizá-lo, colocou microcomputadores compartilhados para acesso em seus escritórios e financiou a aquisição de microcomputadores Prológica CP-500 (e modems) para os funcionários participantes instalarem-nos em suas casas, para uso próprio e de suas famílias.

Em 1984, ainda segundo Carvalho (2006) a Rede Nacional de Comutação de dados (RENPAAC), ou “cirandão” entrou em operação, visando o grande público que passara a adquirir computadores pessoais, mas não teve uma boa adesão.

Para Carvalho (2006, p.65) “Os nomes das redes de serviços da Embratel (Ciranda e Cirandão) valiam-se da metáfora da colaboração e da união, como ocorre em um jogo compartilhado”. No entanto:

Os esforços de criação de redes, na época, tinham sempre a preocupação de, apesar da metáfora descentralizadora da rede, fixar algum tipo de “centro” em território nacional, controlado e operado por nacionais, alinhados com a perspectiva estratégica de produzir conhecimento local. No Brasil, havia cerca de mil bases de dados, porém, menos de 8% estavam disponíveis para acesso público (BRASIL, 1984, p. 79). Para despertar o interesse pelo Cirandão, era necessário tornar disponível o acesso às informações das bases de dados existentes no Brasil, tarefa na qual a Embratel encontrou certa resistência por parte das instituições que mantinham estas bases. A saída foi criar parcerias com algumas associações profissionais, visando motivá-las a participar no projeto, colocando na rede as informações de interesse de seus associados. (CARVALHO, 2006, p.66)

O Brasil sofreu uma grande falha no setor de pesquisas durante o período da Ditadura Militar, o que fez com que o país não produzisse de forma significativa, nem participasse ativamente do processo de criação e aperfeiçoamento desta tecnologia (informática) durante este período, mas apenas a consumisse, ainda de forma limitada aos grandes centros, utilizando e tentando compreendê-la a partir dos manuais que vinham acompanhados com as máquinas.

Investia-se pouco na consciência de que a alfabetização computacional era importante, como já ocorria em outros países.

Na época, o professor Pieluigi Piazzzi (1943-2013), um dos fundadores da Urânia, atualmente conhecida como Editora Aleph, lamentava o “lançamento de novos computadores antes que tivesse algum tipo de literatura sobre eles, impedindo a total utilização de suas potencialidades”, alegando ainda a falta de títulos nacionais e criticando pesquisadores brasileiros que se recusavam a transmitir seus conhecimentos, afirmando que apesar de serem lançados em média 10 títulos sobre o tema por ano, não tinham qualidade suficiente, muitos apenas se aproveitavam de uma demanda existia no setor. (FOLHA, 1984)

Paulo Brito, também nesta mesma edição da Folha, retrata a dificuldade

de encontrar livros que tivessem uma linguagem mais simples, menos técnica e mais didática, isto é, que de fato ensinassem as pessoas a usar um computador.

Por fim, João Clodomiro do Carmo (FOLHA, 1984) faz uma dura crítica aos intelectuais e aos jornalistas brasileiros da época, que insistiam em ignorar a temática da informática e as profundas mudanças que poderiam ocorrer até o fim do século XX em função deste setor.

Outro fator que certamente prejudicou (mas não impediu) o desenvolvimento da cena hacker no Brasil, também pode ser relacionada a uma das consequências da PNI (Política Nacional de Informática), que atingia diretamente o valor e qualidade dos equipamentos comercializados no país.

A PNI (ou Lei 7.232/84) lançada em 29 de outubro de 1984, tinha como objetivo desenvolver a indústria de informática no Brasil, disponibilizando para si uma reserva de mercado. Essa medida impedia legalmente o acesso de empresas do exterior tal como a importação de certos produtos, visando o investimento e desenvolvimento da indústria nacional. (SILVA, 2016)

Tal política, forçava a aquisição de equipamentos obsoletos, de qualidade inferior e de alto custo para o consumidor final deste período, fazendo com que uma parcela significativa da população não fosse atingida pelos benefícios que esta tecnologia poderia eventualmente proporcionar.

Este ponto pode ser um outro problema para basear a construção da cultura hacker na visão aproximada às narrativas estadunidenses. Para Castells (2003) a visão estadunidense em relação à ideia de cooperação, liberdade e a cultura do dom, se desenvolveram entre os hackers que tinham suas necessidades básicas atendidas, permitindo que estes indivíduos pudessem dedicar suas vidas para a criatividade intelectual. Esta seria uma contradição para hackers que vivem em países mais pobres, aos quais as adversidades os levam a procurar alternativas para a prática de seu *hacking* (CASTELLS, 2003).

No entanto, tais limitações não impediram que houvessem discussões extremamente avançadas em relação a criptografia, segurança e Ética hacker no Brasil, mesmo que discretamente.

O interesse por estes temas, iniciados por volta de 1981 (a ética a partir de 1984), estava em uma preocupação de que crianças e jovens acabassem cometendo algum tipo de transgressão em nome de sua própria curiosidade e desafio, por falta de um conhecimento e contato mais aprofundado com comunidade hacker internacional.

Buscava-se assim, orientar essa primeira geração de hackers brasileiros para as boas práticas hacker.

Perfil do hacker brasileiro da década de 1980: a um passo de se tornar cyberpunk

Em 15 de novembro de 1971 a Intel anunciou na revista *Electronic News* o lançamento do 4004, seu primeiro microprocessador que media 3,2 mm, sendo capaz de executar cerca de 60 mil operações por segundo⁹.

Este foi o primeiro dos três modelos¹⁰, considerado o cérebro do computador, que permitiu a Intel ser líder no mercado nos 40 anos posteriores (MALONE, 2014).

Do ponto de vista de Lévy (1999, p.31):

O desenvolvimento e a comercialização do microprocessador (unidade de cálculo aritmético e lógico localizada em um pequeno chip eletrônico) dispararam diversos processos econômicos e sociais de grande amplitude. Eles abriram uma nova fase na automação da produção industrial: robótica, linhas de produção flexíveis, máquinas industriais com controles digitais, etc.”

Um computador com um preço mais acessível ¹¹fez com que o Governos e Escolas de países como Alemanha, Holanda e Reino Unido investissem na inserção de tal tecnologia na sociedade, na segunda metade da década de 1970, o que levou a um aumento do interesse de principalmente de jovens nesta área, e conseqüente ao meio hacker.

Em 7 de dezembro de 1972, a revista Rolling Stone publicou uma matéria chamada “*Fanatic Life and Symbolic Death Among the Computer Bums*”, trazendo à tona uma comunidade que se desenvolvia desde o fim da

⁹ Os atuais modelos executam até 4 bilhões de operações por segundo.

¹⁰ Os seguintes foram o 8008 (lançado em 1972) e o 8080 (de 1974).

¹¹ Boa parte do desenvolvimento tecnológico e da área de informática no Brasil estavam concentrados nos grandes centros, em especial na região de São Paulo. Em 1972 foi projetado na Escola Politécnica da USP o primeiro microcomputador brasileiro, chamado de “Patinho feio”. Documentário disponível em: <https://youtu.be/wQ22Ymo0Spk>

Segunda Guerra Mundial, com forte relação com phreakers e *hackers* de telefonia.

A matéria de Stewart Brand falava abertamente quem eram os *hackers* e a inovação que estava por vir em relação aos computadores, os descrevendo como pessoas que viviam uma relação de amor e ódio pelo computador, em que eles eram os técnicos desta ciência. Brand, descreve que:

Eles eram as pessoas responsáveis em transformar as necessidades humanas em códigos, que as máquinas fossem capazes de entender e agir. “Eles são uma legião”. Fanáticos com um brinquedo novo. Uma elite recém-descoberta, com o seu próprio aparato, linguagem e caráter, suas próprias lendas e humor. Aqueles homens magníficos com suas máquinas voadoras (...) onde as regras não são decreto ou rotina tanto como as demandas mais marcantes do que é possível. Uma ciência jovem viaja para onde o jovem a leva. Os mais sábios diretores de pesquisas de computação aprenderam que não confiando em seus jovens programadores com grande responsabilidade, pode levar imediatamente a pesquisa para lugar nenhum. (...) Para Les Earnest: “Às vezes é difícil dizer a diferença entre lazer e trabalho. Nós tentamos julgar as pessoas não por quanto tempo elas perdem, mas sobre o que elas realizam em longos períodos de tempo (...)”

Em 1976, o professor de ciência da computação do MIT chamado Joseph Weizenbaum publicou o livro “O Poder do Computador e a Razão Humana”, sendo o primeiro que associou abertamente o hacker à programação, criando o primeiro estereótipo e os definindo como programadores compulsivos com “*seus braços tensos que esperam para disparar seus dedos, já prontos para atacar*” (WEIZENBAUM, 1976; ALBERTS e OLDENZIEL, 2014; LEVY, 2012)

Levy (2012, p.123) aponta que a visão de Weizenbaum (que sequer convivia com frequência com os estudantes) trazia pela primeira vez, uma visão desumanizadora e irracional para os hackers.

Em 1983, foi lançado o filme War Games (Jogos de Guerra) apontados

por muitos autores como um divisor de águas da cultura hacker, pelo seu papel em popularizar o meio, mesmo que de forma distorcida entre os jovens, que queriam ser como o protagonista do filme, influenciando toda uma nova geração de hackers.

Tal filme, influenciou o imaginário popular em torno da figura do hacker, inclusive no Brasil, de uma forma diferente daquela descrita na década de 1970 ainda na revista *Rolling Stone*, que os descrevia como a vanguarda da nova era da informática.

Como resposta, além do livro de Steven Levy, em janeiro de 1984, a revista estadunidense *2600*¹² começa a circular, e em seu editorial “AHOY!”¹³ explica que a publicação surgiu por uma necessidade “daqueles que realmente apreciam o conceito de comunicação, os entusiastas da tecnologia”.

Demonstrando assim como termos como *hackers* ou *phreakers* estavam sendo utilizados para denotar termos como “criminosos ou anarquistas” e buscavam não julgar ninguém, apenas expor ideias e informação. Ainda segundo o editorial:

“Muita coisa mudou desde que o filme *Jogos de Guerra* foi lançado e a 414 foi pega¹⁴. Eventualmente todos estão falando de *hackers* e *phreakers*. Embora tenha havido uma espécie de salto daqueles que queriam ficar em evidência, outros ficaram mais cautelosos. Na verdade, ficaram bem chateados. Claro, a publicidade é divertida, mas qual seria o custo? Bem o tempo passou e o custo foi alto. Muitos *hackers* e *phreakers* foram forçados a um isolamento virtual. A única revista direcionada (a *TAP*¹⁵) sumiu misteriosamente no auge da crise levando a rumores que eles também teriam sido pegos. No entanto a revista ressurgiu em novembro com a desculpa de que um incêndio destruiu sua lista de contatos.¹⁶

A maioria das notícias sobre *hackers* que saíram no Brasil foram a partir

¹² Justamente em referência a frequência de 2600Hz utilizada por *phreakers*

¹³ Segundo o editorial da *2600*, Alexander Graham Bell costumava atender o telefone dessa forma e por alguma razão não pegou. “AhoY” é um cumprimento corriqueiro entre hackers e membros do Partido Pirata (fundado em 2006)

¹⁴ Um dos primeiros grupos de “hackers” detidos pela polícia em 1983, envolvendo jovens entre 16 e 22 anos. 414 era o número do código telefônico da cidade de *Milwaukee*, no Estado de Wisconsin, nos Estados Unidos. A escolha do nome pelo grupo foi associada a práticas de gangs, que tiram seus nomes ligados aos números das ruas da cidade.

¹⁵ A *TAP* foi uma das primeiras fanzines semelhantes as atuais *hackermagazines*, diretamente relacionada aos movimentos de contracultura, a publicação popularizou a prática do *phreaking*, uma das bases do hacking de informática. Para mais informações acesse a dissertação.

¹⁶ Tradução nossa.

de 1985, mas se intensificaram a partir da segunda metade da década de 1980. Boa parte das notícias, envolviam posicionamentos negativos em torno desta temática, reforçando um perfil de uma subcultura estadunidense (que envolvia jovens entre 13 a 17 anos e de classe média), distorcendo sua imagem como se fossem criminosos, com pouca sociabilidade, sem levar em consideração toda a sua diversidade, inclusive a do próprio Brasil.

É interessante pois até descrição que é feita desta comunidade no Brasil é muito diferente do senso comum frequentemente associada a Cultura Hacker estadunidense, como destaca Lemos (2002, p. 23):

Os primeiros cyberpunks eram garotos adolescentes poucos sociáveis e com grande conhecimento de informática que, vestidos em roupas que não possibilitavam a distinção entre os demais, podiam, dos próprios quartos, penetrar os bancos de dados de escolas ou órgãos do governo. A mídia exagerava propalando do que seriam capazes, somente para provar que eram capazes, de disparar uma centena de mísseis sobre a então União das Repúblicas Socialistas Soviéticas e detonar assim a Terceira Guerra Mundial. Essa possibilidade foi retratada no filme War Games, talvez a primeira expressão popular do imaginário dos cyberpunks.

Na matéria de 27 de março de 1988, “A Invasão dos Piratas de computador” descreve que a comunidade hacker no Brasil era muito diferente do que se pensa; além de procurar aulas de computação, de inglês e passar uma média de 12 horas em frente aos computadores “descobrimos coisas nem mesmo os fabricantes pudessem imaginar que existisse” eles:

“namoram, são fluentes em português, vestem-se na moda, convivem com os colegas de escola, em casa trocam a violência da televisão pelas teclas do computador. São contra a reserva do mercado para a informática e olham com desprezo as máquinas nacionais e costumam dizer ‘hacker que é hacker não copia programas. Inventam e tenta descobrir as senhas dos grandes computadores’”

Ainda segundo a matéria, um dos *hackers* afirma que muitas de suas atividades são feitas por *hobby* (diversão) e a fragilidade dos sistemas e softwares brasileiros não oferecem um desafio para esta comunidade. A estratégia apontada por empresas deste período, é que se algum *hacker* os invadisse, a melhor opção era tentar contrata-lo para desenvolver sistemas de segurança contra novos possíveis ataques.

Em 21 de maio 1988, no mesmo jornal, a matéria “Hackers dominam sistemas”, fala sobre práticas de *phreakers* e *crackers*, sem defini-los, apenas aponta que causar prejuízo a terceiros “*fere o código de honra dos ‘piratas’ e nenhuma destas práticas se enquadra no perfil de um verdadeiro hacker*”.

Muitos indivíduos descritos nestas matérias, ou mudaram de área ou atualmente trabalham com algo relacionado à informática ou engenharia, em especial na área de desenvolvimento e segurança.

Na Folha de São Paulo de 4 de novembro de 1988, a matéria “Clubes do Computador¹⁷ se multiplicam e atraem nova geração” pode ser vista como uma das matérias mais completas e mostrava efetivamente como foi a formação dos primeiros grupos de hackers brasileiros, mostrando diversos jovens que se reuniam para trocar informações (presencialmente ou *online*) e aprender mais sobre os limites que o computador oferecia, descrevendo a criação de programas desenvolvidos por diversão.

A grande maioria dos membros, tinha um perfil de jovens entre 14 e 19 anos, como Edi Kulinki, na época com 17 anos, que tentava juntamente com outros quatro amigos “montar um decodificador que traduzisse as ordens do micro em força motora”, além de desenvolverem um sistema operacional para o uso do grupo, que fazia parte do MISC (*MSX International Group*), um grupo de usuários do MSX ¹⁸ fundado em 1987 que compartilhavam informações e conseguiam descontos na compra de jogos, e teriam cerca de 1800 associados no Brasil.

O diretor do MISC na época, Álvaro Mattar (com 49 anos na época) afirmava que ele percebia um interesse dos jovens em se associar ao grupo para obter informações sobre jogos, mas posteriormente eles acabavam se interessando em atuar profissionalmente na área.

¹⁷ Estes clubes tem uma estrutura bem semelhante aos hackerspaces que foram difundidos na Europa a partir da década de 1990.

¹⁸ Padrões de microcomputadores da década de 1980

O artigo descreve um segundo grupo o CBBS-SAMPinha¹⁹, fundado em 1986 que mantinha seu contato basicamente *online* e era voltado ao envio de mensagens para tirar dúvidas, ofereceria um classificado de venda e troca de *hardwares* e *softwares* com mais de 352 membros cadastrados no Brasil e no mundo, e praticavam o hacking tanto de *hardwares* quanto *softwares*.

Sempre no aniversário do grupo ou quando o número de conexões virava um milhar²⁰, eles se reuniam para comemorar, principalmente pessoalmente, uma vez que eles só se conheciam pelo computador, em uma oportunidade de trocar experiências sociais.

Talvez, um dos maiores legados da primeira geração de hackers no Brasil tenha sido uma editora.

Alguns países (como Alemanha, Estados Unidos, Inglaterra) possuíam *hackermagazines* já na década de 1980, que é uma variação bem semelhante aos *fanzines*, caracterizados como parte de uma comunicação independente, feitos a mão em uma folha A4 típicos de uma cultura *underground*, especializados em divulgar e compartilhar informações, conteúdo de temas variados que interessam a estes indivíduos, além de opiniões pessoais de membros envolvidos em alguma rede ou comunidade específica. (SILVA, 2016; TRIGGS, 2006)

A diferença é que algumas *hackermagazines*²¹ são inteiramente online. Se fossem identificadas tais tipo de produções no Brasil na década de 1980, permitiria que fosse feito um perfil mais detalhado das atividades desta comunidade no país.

Na verdade, o que foi identificado é o fato de que hackers brasileiros da década de 1980, pensavam no desenvolvimento de manuais que facilitassem o uso dos computadores, por meio de publicações e traduções de obras de interesses característicos desta comunidade, não apenas em relação à parte tecnológica, mas nas obras no estilo *cyberpunk*, uma subdivisão das obras de ficção científica.

Haviam 3 grandes interesses para que a primeira geração de hackers provavelmente não optasse em seguir o caminho das *hackermagazines*, até mesmo para legitimar suas operações e difundir conhecimento de forma mais

¹⁹ Baseado no *Bulletin Board System* (BBS) Softwares que permitem a conexão pelo telefone do computador a baixo custo e de maneira simples, permitindo a troca de informações e aplicativos. Muito utilizados entre 1970-1990, sendo considerada a primeira comunidade *online* não militar.

²⁰ Prática de comemoração posteriormente absorvida nos chans.

²¹ Uma das primeiras *hackermagazines* identificadas no Brasil, foi a “Barata Elétrica” em 1994.

ampla: 1) ocupar um nicho do mercado editorial em expansão na década de 1980 no gênero cyberpunk e na área de tecnologia, 2) empregar jovens hackers para que eles pudessem eventualmente publicar livros sobre suas realizações, 3) difundir o conhecimento e a necessidade em torno da Ética Hacker de uma maneira mais ampla, especialmente a partir da segunda metade da década de 1980. Assim foi fundada a Editora Aleph, que ainda está em atividade.

No jornal Estado de São Paulo de 01 de novembro de 1987, é publicada a matéria “Yes, nós não temos *cyberpunks*”, apresentando pequenas transgressões cometidas por jovens com idades entre 13 e 15 anos em São Paulo, como por exemplo reservar um voo inteiro da extinta companhia aérea Varig, após invadir o *software* da empresa.

Como não havia este perfil bem trabalhado no Brasil, surge uma preocupação por parte do professor Pierluigi Piazzi²² em tornar as habilidades que eram utilizadas para cometer transgressões em algo realmente produtivo. Como ele conhecia boa parte dos jovens que usavam computadores para este fim em São Paulo, ele resolveu abrir uma Editora e empregar estes hackers para que eles publicassem livros sobre estes feitos, revelando o resultado de seus *hacking*: A Editora Urania atualmente conhecida como Editor Aleph, uma das mais importantes nesta época na publicação de livros da área de inovação e ficção científica (sendo a responsável por publicar a versão em português do romance *Neuromancer*²³), assuntos que geralmente interessam *hackers* e *cyberpunks*.

Como anteriormente dito, o professor Piazzi via que as transgressões eram fruto de um desequilíbrio social, causado pelo sentimento de deslocamento destes jovens de uma sociedade que não conseguia acompanhar seu ritmo. A editora Aleph foi fundada visando a necessidade de se construir uma cena hacker baseada nos princípios da ética, gerando informações de forma que os hackers não precisassem cometer uma transgressão para aprender sobre ética.

O artigo do Estado de São Paulo ainda aponta que, segundo Luciano Cassalli, na época com 21 anos e morador do Jardim Paulista que “no filme *Brazil* (de Terry Gillian) um inseto entra em uma impressora, e provoca um

²² É possível encontrar vídeos da década de 1980 do Prof. Pierluigi Piazzi disponíveis no Youtube. Eles teriam sido uma das principais bases para a formação dos primeiros programadores no Brasil. A exemplo do vídeo “Dominando o MSX” de 1987. Disponível em: <https://youtu.be/w28b6elAHho>

²³ Romance de Willian Gibson publicado em 1984, sendo apontado como o primeiro a utilizar o termo “ciberespaço”.

curto circuito. Isso faz com que o nome de uma pessoa seja colocado acidentalmente em uma lista negra. Os computadores também podem ‘piratear’ a sociedade”. Enquanto Carlos Eduardo Salvato afirma que se não fosse pelo valor do modem “os hackers brasileiros seriam definitivamente elevados a *cyberpunks*”

A matéria “Cyberpunk”, do jornal O Globo de 21 de maio de 1989, afirma que alguns *cyberpunks* defendiam o ponto de vista de que o termo foi criado pela própria mídia em sua “sede inesgotável de classificar tudo”, em que eles se definiam dentro de quatro grupos *Radical Hard SF*, *The Outlaw Technologists*, *the Eighties Wave*, *The Neuromantics*, *The Mirrorshades Group*.

Mas como afirma Bruce Sterling, na introdução da obra *Mirrorshades* (1986), teria sido o “*cyberpunk*” o rótulo que foi aderido, sempre buscando traçar um perfil de indivíduo, mas que nunca se encaixa perfeitamente ao mesmo, propondo explicar tal movimento, incluindo sua origem e seus devidos desdobramentos.

Mas segundo a matéria do jornal O Globo, quando a *Omni Magazine* (especializada em Ficção científica) cunhou os termos *cyber* da cibernética *punk* do movimento de rua dos anos 70, o rótulo ficou “irresistível e colou” (SIC) e os “pioneiros da tendência também são legião”, um ponto de vista defendido pelo próprio Bruce Sterling, um dos fundadores do gênero *cyberpunk*.

Sterling (1986) afirma que os “*cyberpunks*” são profundamente relacionados a um subgênero da ficção científica dedicado em uma profunda precisão científica (o que explica a riqueza de detalhes de obras como *Neuromancer*), em que muitos autores recebem influências de diversos estilos e gêneros musicais, tais como os punks ou o rock progressivo (dos quais muitos autores são declaradamente fãs).

A matéria do jornal O Globo de 21 de maio de 1989, finaliza afirmando que o Brasil é “cyberpunk e não sabe”, sob grande influência de publicações como *Neuromancer*, filmes como *Robcop* ou “O exterminador do futuro”, HQs como “*Watchman*” de Allan Moore (o mesmo de V de Vingança), na moda e estilo sob a influência da Cultura japonesa, o estilo de música é atribuído ao reggae, ao compositor Brian Eno, Laurie Anderson e ao Pop soviético. Cores, são atribuídas ao vermelho, preto e metálicos e o “Artefato” é um computador com um modem, uma câmera da Cannon que imprimia a partir de um “disquete”, “Disc Laser” (CD), e lugares: Japão, Los Angeles, Atlanta, Caribe e Brasil.

O pensador Timothy Leary, considerado uma referência em movimentos relacionados à contracultura, afirma que eles são a “última tribo urbana²⁴ do planeta”, dizendo que eles são “indivíduos que tem a inteligência e a coragem para procurar o acesso e o uso da tecnologia de *quantum* elevado para suas próprias finalidades de comunicação”, assumindo pessoalmente seus próprios futuros sem se reunir em grupos políticos ou se preocupar com questões morais.

O *cyberpunk* como consumo ou a apropriação por parte da literatura, mídia, moda e cinema de um gênero se tornou um estilo também no Brasil ao decorrer da segunda metade da década de 1980 e início da década de 1990. Assim podemos observar as tentativas de construir não apenas uma cena hacker no Brasil, mas também definir e dar sentido ao próprio indivíduo *cyberpunk*.

A afirmação de que o Brasil não saberia que era *cyberpunk*, se deu do próprio desconhecimento e até mesmo depreciação de muitos em relação a própria existência e capacidade de que uma comunidade hacker pudesse se desenvolver no país na década de 1980, envolvendo indivíduos que já enxergam a tecnologia como algo natural, que poderia ter sido facilmente integrada na sociedade.

Considerações finais

Buscando apresentar uma perspectiva diferenciada, mesmo que de forma inicial e investigativa, fica evidente que a partir da década de 1980 começou-se a construir uma cena hacker no Brasil, período no qual houve um aumento da venda dos computadores pessoais em diversas do mundo.

Apesar das adversidades do próprio cenário político do Brasil no período, tivemos a oportunidade de acompanhar, mesmo que de maneira exploratória e inicial, como os primeiros hackers brasileiros contornaram e

²⁴ Sobre a utilização do termo “tribo urbana” Murillo (2011) aponta que segundo Machado Pais (2004, p.18):

De facto (sic), da mesma forma que as antigas tribos se identificavam com determinados ‘meios ambientes’ (sic), também as novas tribos urbanas se identificam com asfalto, bairros, ruas, lugares de agrupamento de sociabilidades. O que a metáfora da tribo sugere é a emergência de novas formações sociais que decorrem de algum tipo de reagrupamento entre quem, não obstante as suas diferenças, procura uma proximidade com outros que, de alguma forma, lhe são semelhantes de acordo com o princípio ‘qui se ressemble s’assemble’ (V. Fournier). É, pois, em formas de sociabilidade que devemos pensar quando falamos de tribos urbanas, sociabilidades que se orientam por normas autorreferenciais (sic) de natureza estética e ética e que assentam na produção de vínculos identitários (PAIS, 2004, p.18).

reagiram a tais situações, construindo suas próprias soluções.

O hacker brasileiro dos anos de 1980 pode visto de uma forma diferente do estereótipo comum baseado na experiência estadunidense, mas são necessários mais estudos para que se comprovem certas hipóteses, como a influência do modelo fechado ainda na origem da formação da comunidade hacker Brasil.

Os Clubes do Computador em São Paulo (1988) chamam atenção, pois se assemelham as estruturas dos *Hackerspace*, que surgiram apenas a partir da década de 1990, além da criação de uma editora preocupada em oferecer bases para um hacking ético no país e a própria posição de empresas em tentar contratar hackers que os invadissem para ajudar a desenvolver sistemas de segurança, demonstram um certo avanço nos níveis dos debates que teriam desenvolvido no decorrer do desenvolvimento desta cena hacker.

É importante que temas como o perfil desta comunidade sejam melhor trabalhados, de acordo com a realidade encontrada no país, atualmente, podemos perceber que a comunidade hacker brasileira se aproxima mais de uma estrutura *underground*, o que pode ser um reflexo da própria genealogia dos hackers no país.

Os dados de uma cultura *underground*, exigiriam uma boa estratégia por parte do pesquisador, uma vez que os operadores dos BBS protegiam a privacidade de seus usuários com níveis de segurança relevantes. (MEYER, 1989)

Dentro da perspectiva dos Hackers *Underground* o próprio sentido do hacking é diferente, como Meyer (1989, p.24) destaca:

"Hacking" refere-se a ganhar acesso e explorar sistemas de computador e redes. "Hacking" engloba o ato e os métodos usados para obter contas de usuário válidas em sistemas de computador. "Hacking" também se refere à atividade que ocorre quando o acesso a outro computador foi obtido. Uma vez que o sistema está sendo usado sem autorização, o hacker não tem, de modo geral, acesso aos manuais de operação e outros recursos disponíveis aos usuários legítimos. Portanto, o hacker deve experimentar com comandos e explorar vários arquivos para entender e efetivamente usar o

sistema. O objetivo aqui é explorar e experimentar com o sistema que foi inserido.

Se tal informação for confirmada, provavelmente a própria afirmação do início deste artigo de que o modelo fechado teria força no Brasil poderia ser tensionada com a presença de uma possível comunidade *undeground* no país.

Como afirma Meyer (1989) estes grupos *underground* agem de formas diferentes, possuem organizações e valores variados e diferentes padrões de comportamento.

O aprofundamento de como eram as relações entre estes grupos poderia revelar características muito próprias de como eram de fato cada um destes possíveis grupos no Brasil, o que permitiria uma análise da história e desenvolvimento da cena hacker brasileira.

Referências

- ALBERTS, Gerard, OLDENZIEL, Ruth (org). **Hacking Europe: from computer cultures to demoscenes**. Springer, 2014.
- ALEXANDRE, Marcos. Representação social: uma genealogia do conceito. *Comum*. Rio de Janeiro, v.10, nº23, p 122-138, 2004.
- ASSANGE, Julian. **Cypherpunks: liberdade e o futuro da internet**. Boitempo Editorial, 2015.
- BAHIANA, Ana Maria. Cyberpunk. *O Globo*, Rio de Janeiro, 21 mai, 1989. Matutina, Segundo caderno, p. 12.
- BRAND, Stewart. **Spacewar: Fanatic life and symbolic death among the computer bums**. *Rolling Stone*, n. 7, p.50-57, 1972
- BRASIL. Lei 7.232/84, de 29 de outubro de 1984.
- CARVALHO, M.S.R.M. **A trajetória da Internet no Brasil: do surgimento das redes de computadores à instituição dos mecanismos de governança**. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Sistemas e Computação)- Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio, RJ,2006. Disponível em: < goo.gl/nE7kk4> Acesso em: 05 set. 2015
- CASTELLS, Manuel. **A galáxia da Internet**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003;
- COSTA, Pedro. **Hackers dominam sistemas**. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 21 mai,1988. Geral, p.15
- _____. **A invasão dos piratas de computadores**. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 27 mar, 1988. Ciência, p.21
- CLUBES DO COMPUTADOR se multiplicam e atraem nova geração**. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 4 nov, 1988. Especial Viva

- GOLDSTEIN, E.: *The Best of 2600, Collector's Edition: A Hacker Odyssey*. Wiley Publishing, Inc., Indianapolis (2009)
- HIMANEN, Pekka. **A ética dos hackers e o espírito da era da informação: a diferença entre o bom e o mau hacker**. Campus, 2001.
- LEMONS, André, et al. **Hackers no Brasil**. *Contracampo*. Niteroi, n.6, p. 41-42, 2002. Disponível em < goo.gl/uyAcbI > Acesso em: 16 jul. 2014
- LÉVY, Pierre. **Cibercultura**. Tradução para o português: Carlos Irineu da Costa. São Paulo: Editora 34, 1999.
- LÉVY, Steven. **Hackers: Heroes of the computer revolution**. Vol. 4. New York: Penguin Books, 2001.
- LEVY, Steven. **Os heróis da revolução: como Steve Jobs, Steve Wozniak, Bill Gates, Mark Zuckerberg e outros mudaram para sempre as nossas vidas**. Tradução para o português: Maria Cristina Sant'Anna São Paulo: Évora (2012).
- MALONE, Michael S. **Intel Trinity, The: How Robert Noyce, Gordon Moore, and Andy Grove Built the World's Most Important Company**. Harper Collins, 2014.
- MEDEIROS, Jota.B. **Yes, nós não temos cyberpunks**. O Estado de São Paulo, São Paulo, 01 nov, 1987. Caderno 2, p.59.
- MEYER, Gordon R., 'The Social Organization of the Computer Underground' (Master's thesis in sociology, Northern Illinois University, 1989);
- MUNGO, Paul; CLOUGH, Bryan. **Approaching zero: the extraordinary underworld of hackers, phreakers, virus writers, and keyboard criminals**. Random House Inc., 1993.
- PAIS, José Machado; et al. **Tribos urbanas: produção artística e identidades**. Annablume, 2004.
- STERLING, Bruce. **Mirrorshades: The cyberpunk anthology**. New York, Ace Books, 1988.
- _____. **The hacker crackdown: law and disorder on the electronic frontier**. New York, Bantam Books, 1994.
- SILVA, A.C.E.P; **Societas Anonymous: a construção política e social do hacker**. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais)- Universidade Federal de Juiz de Fora, Minas Gerais, Juiz de Fora, 2016. Disponível em < <https://goo.gl/VgPXTd> > Acesso em: 02 abr. 2017
- SILVA, Elisabeth Murilho da. **É possível falar em tribos urbanas hoje? A moda e a cultura juvenil contemporânea**. Iara: Revista de *Moda, Cultura e Arte*, 2011
- TRIGGS, Teal. **Scissors and glue: Punk fanzines and the creation of a DIY aesthetic**. *Journal of Design History*.v. 19, n.1, p-69-83. 2006
- WARGAMES. Direção: John Badham. [S.l.]: MGM/UA Home Entertainment, 1983. 1 DVD (114 min).
- WEIZENBAUM, Joseph. **O poder do computador e a razão humana**. Lisboa: Edições, v. 70, 1976.

For a genealogy of the Brazilian hacker scene

ABSTRACT

This paper aims to present the results of an investigative research, with the overriding goal to offer a small framework to more consistent studies dedicated to detailed and understand the genealogy and peculiarities from the first generation of brazilian hackers in the mid-1980s. The Brazilian hacker scene makes part of the so-called "Hacker Culture" that was expanded in several countries of the world in this period, but the scientific literature about the hacker community in Brazil in this period, are scarce. To that end, this article development a small reference that helps to understand and construct the profile of the Brazilian hacker, in accordance with the reality and adversities encountered by this first generation of hackers in the country.

Keywords: Hacker, genealogy, culture, cyberpunk, underground.



O retorno do sujeito em tempos de crise: a sociologia da ação de Touraine

Raul Felix Barbosa¹

RESUMO

“O Fim das Sociedades” é um livro complexo e resolutamente teórico. Ao remodelar a noção de ‘sujeito’ – central na ‘sociologia da modernidade’ que o autor elaborou há quase cinquenta anos – ele se esforça para entender o que é decisivo na crise financeira que eclodiu em 2008. E, a partir daí, caracterizar o que poderia ser o eixo das lutas sociais do novo século. Esta crise, diz ele, é muito mais fundamental do que o que a maioria dos intelectuais podem discernir. É o momento paroxístico de um longo processo de deslocamento do vínculo social moderno. E, embora suas causas imediatas sejam econômicas, elas precisam ser analisadas em termos não econômicos.

Palavras-Chave: Sociologia da ação, Teoria Sociológica, Crise, Sujeito.

Recebido em 08/09/2017

Aceito para publicação em 20/11/2017

DOI: <https://doi.org/10.25067/s.v21i2.17120>

Introdução

A crise econômica de 2008 é a mais séria daquelas que ocorreram na história do capitalismo desde 1929. Mas para a Europa mais especificamente, diz Touraine, constitui uma catástrofe social a um ponto tão agudo que a palavra ‘crise’ já não é suficiente para qualificar o que acontece. Sua excepcional importância decorre do fato de que, desde o início da década de 1980, ela se separou entre as ambições especulativas de um capitalismo financeiro que se tornou essencialmente um meio de rendimento e a atividade produtiva do capitalismo industrial. A extensão deste divórcio é tal que marca o fim de uma era. De fato, estamos testemunhando o dismantelamento das instituições às quais as democracias sociais europeias se reuniram em termos de padrões, senão

¹ Doutorando em Sociologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. É Mestre em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Espírito Santo com período sanduíche pela Università Ca' Foscari di Venezia e Bacharel em Relações Internacionais pela Universidade Vila Velha. E-mail para contato: raul.felix1@yahoo.com.ar.

de valores. A atividade industrial que atuou como motor da modernidade europeia, mas também a regulação do mercado, dos sindicatos e do sistema de proteção social, a própria política está perdendo o significado que lhes foi dado. Tudo isso exige nada menos que a reavaliação do que é chamado de ‘sociedade’.

A expressão o ‘fim das sociedades’, obviamente, não significa que não haja mais uma sociedade, mas sim o que foi concebido na Europa a partir dessa noção. Porque a noção de ‘sujeito’ – que faz de cada um portador de direitos – está seriamente comprometida, é por isso que devemos começar a pensar na crise e definir a ação que se orienta para um futuro diferente. Atualmente, estamos sob a influência de forças que, de produtos monetários que não têm mais utilidade social, especulam com a maior indiferença em relação ao destino reservado a milhões de indivíduos. Como agora a virtualidade das tecnologias financeiras possibilita que essas forças se desenvolvam velozmente, elas conseguem situar-se acima das instituições e mesmo das leis. São os direitos que definem o ‘sujeito moderno’ o qual está no centro da questão.

Em contraste com a arrogância destrutiva de tal capitalismo, no entanto, há outro registro de reflexão e ação para o qual as demandas econômicas da democracia não são uma retórica vazia. Em nome de todos aqueles que pedem para serem reconhecidos como sujeitos portadores de direitos, não se pode submeter a tal dominação. A vida coletiva que a selvageria fiável rompe em pedaços deve ser recomposta.

Touraine começa com um relato do que está acontecendo, lembrando, em primeiro lugar, que toda sociedade é constituída de dois elementos fundamentais: seus recursos materiais e intelectuais, por um lado, e as orientações culturais às quais ele as associa com uma visão para estabelecer objetivos, por outro lado. Se houver uma ruptura profunda entre estes dois elementos, resultará a destruição das instituições que sustentam a existência desta sociedade. Isto é o que estamos experimentando: as orientações culturais da modernidade que as sociedades europeias alcançaram através de uma longa história contada por sequências sucessivamente inspiradas em primeiro lugar por objetivos religiosos, seguidos objetivos políticos e então econômicos.

Com o fim do império romano, a vida coletiva na Europa foi assumida por uma religião colocando a população sob o domínio quase absoluto daqueles que falavam em nome de Deus. Os objetivos atribuídos aos recursos disponíveis dependem então de uma ‘natureza’ que é considerada imutável porque é recebida de suas mãos. O dogmatismo monoteísta sacrificou a ordem social e deixou um espaço pequeno para qualquer outra razão que não a sua. O que na

religião cristã ainda pode ser visto hoje como o anúncio de um sujeito individual consciente e livre, vive seu espaço singularmente reduzido. A partir do século XIV, no entanto, assim que as primeiras cidades-estados se formaram, então as monarquias e, finalmente, os estados nacionais, essa representação do mundo gradualmente teve que dar lugar a outra.

A questão foi pontuada por um compromisso, mas foi, no entanto, uma profunda ruptura, uma vez que o poder político conseguiu gradualmente substituir as suas finanças seculares pelas religiões. Durante esta remodelação, no entanto, os recursos e os objetivos permaneceram concentrados nas mãos de monarcas ou estados. A consciência dos sujeitos individuais teve que permanecer discreta, e o poder político central manteve o papel determinante na definição das perspectivas da vida coletiva. Assim, quando a industrialização que se tornaria a principal fonte de modernização no quadro dos jovens Estados nacionais, foi ela quem definiu os objetivos de uma nova transição econômica. De mãos dadas com ciência, tecnologia, produção e comércio, reconfigurou a vida coletiva a partir da nova confiança colocada nas aplicações da racionalidade instrumental. Através de uma forte sistematização do trabalho, a versão moderna da criatividade humana foi propagada e cada uma foi posta ao serviço da ‘sociedade’.

Pois, de fato, era nesse novo ambiente concebido a partir da natureza, mas contra isso a ideia de ‘sociedade’, que até então havia sido usada para designar a estrutura da existência coletiva. Já no século XVII, a ideia espalhou que a definição dos objetivos estabelecidos pelos grupos humanos não deveria basear-se unicamente na vontade de seus líderes, mas sim na interdependência de todos os que os compunham. Era um estágio da entrada das massas na cena da história, onde anteriormente não tinham nenhuma participação significativa.

Os ‘sujeitos do monarca’ tornaram-se assim ‘sujeitos individuais’, membros de uma ‘sociedade’ concebida não mais como a emanção de uma ordem celestial, mas sim como fruto do seu próprio dinamismo. E apesar do domínio de um capitalismo autoritário que continuou, aqueles que começaram aceitando a submissão aos mestres da economia e da política vieram reivindicar sua pertença a uma comunidade de cidadãos e trabalhadores com prerrogativas. Cada vez mais, a modernização implicava indivíduos cuja crescente liberdade de consciência era complementar aos direitos pessoais.

Ao longo dos séculos XIX e XX, o culto ao progresso celebrado em torno dos objetivos do desenvolvimento econômico, as lutas sociais, principalmente as do movimento operário e a luta pelo sufrágio universal, contribuíram para o

estabelecimento do que acabou se tornando a socialdemocracia. No entanto, desta forma, o antagonismo central entre os requisitos objetivos da racionalidade instrumental e o subjetivismo de sujeitos individuais foi estabelecido no coração da modernidade.

Entretantes, essa narrativa apenas ocupa parte da retórica ocidental que gosta de ver sua história como a da emancipação de indivíduos, todos chamados a compartilhar os benefícios do progresso. No atual período de crise, a memória é perpetuada no poderoso símbolo dos trinta anos gloriosos. No entanto, mesmo que não esteja vazio, este símbolo é profundamente unilateral, na medida em que esconde que, durante o último século, a grande maioria das pessoas teve sua existência pessoal apenas por meio de sua participação sujeita ao funcionamento do regulamento das instituições sociais. No entanto, essa força coercitiva do Estado e da produção pode fazer com que o século XX pareça um modelo harmonioso de regulação. Este período também foi constituído por contradições que acabaram destruindo a modernidade. Para Touraine, outra leitura das coisas, complementar ou alternativa, é, portanto, necessária para entender a decomposição das instituições sociais que é observada hoje.

Desde o início, a noção de ‘sociedade’ se mostrou ambígua na medida em que foi concebida como uma espécie de sinônimo de virtudes públicas. As instituições com reputação de serem capazes de transformar positivamente todos os aspectos da vida foram anunciadas ali, e era apropriado submeter-se a elas. Para todos, esquerda e direita, a sociedade estava acima dos indivíduos que, deixados para si mesmos, eram vistos como encarnando apenas a estreiteza de preocupações privadas. Na sociologia de Emile Durkheim, por exemplo, a noção de ‘sociedade’ não foi simplesmente concebida como o quadro para a implantação de processos sociais, mas como fonte de avaliação positiva ou negativa do comportamento de cada pessoa. Integração funcional do sistema social.

Quanto à burocratização da vida moderna, que Max Weber percebeu rapidamente como uma ‘gaiola de aço’ em que as sociedades ocidentais se fechavam, era bastante aceito como uma necessidade ingrata. O poder da noção de sociedade foi, portanto, muito grande: permitiu que os indivíduos fossem mobilizados ao serviço da soberania política poderosa, de uma cultura nacional com pouca tolerância para os particularismos, de uma estrutura econômica que impusesse suas demandas.

Neste sistema de ordem, toda reflexão sobre o assunto foi eclipsada. Os indivíduos não foram levados em consideração com base no significado que

poderiam dar ao seu próprio comportamento, mas apenas com base no seu lugar nele. Desta forma, introduziu-se um novo tipo de sacralização das instituições que, transformando os direitos dos sujeitos em seus deveres, realmente contribuiu para o poder disciplinar da produção, enquanto que, por outro lado, ocultou o fato de que as instituições públicas tinham menos capacidade do que esperava gerar sujeitos responsáveis e criativos.

Por outro lado, o século XX, que havia sido aberto pela Grande Guerra, que ainda lembra como as pretensões guerreiras das ‘sociedades nacionais’ poderiam ser levadas a cabo, seguiu rapidamente a brutalidade política dos regimes totalitários. O estalinismo e o nazismo criaram expressões paroxísticas da influência destrutiva que a noção de ‘sociedade’ pode assumir quando se atribui a função de assegurar o custo da unidade entre as dimensões coletivas e individuais da sociedade, a existência. Agora, diz Touraine, a revolução bolchevique de 1917 teve como resultado principal apenas a escravização do movimento trabalhista.

Dezenas de milhões de seres humanos foram sacrificados antes que o desastre desses totalitarismos acabasse. Nem podemos minimizar a brutalidade da sociedade colonial, a que os combates não menos brutais da inevitável descolonização sucederam. Durante o último trimestre do século, descobrimos as graves contradições no crescimento de ‘sociedades economicamente avançadas’, que não podem ser generalizadas em escala global e têm sérias consequências para o meio ambiente e para a vida de muitas espécies.

Para Touraine, é importante que a totalidade desta imagem do século seja destacada porque é a sua plenitude que mostra que quase todas as lutas que foram travadas foram marcadas pelo mesmo selo: o confronto entre o espírito democrático, por um lado, e a dominação política e/ou econômica, por outro. Em outras palavras, a oposição entre o universalismo dos direitos dos seres humanos e a desumanização dos princípios de orientação adotados pelas ‘sociedades’.

Em relação à crise em 2008, ela apenas levou ao fim da decomposição social no contexto de uma economia globalizada e financiada que é cada vez mais incontrolável pelas instituições existentes. Para a Europa, o que podemos ver além de um colapso? O aparelho industrial é abalado e colocado sob uma tutela especulativa que exige rendimentos rápidos e altos. O resultado é uma forte pressão sobre os salários e a extrema fraqueza dos sindicatos. E acima de tudo, uma destruição impressionante do emprego, privando milhões de pessoas de trabalho que, como parte da cidadania contemporânea, são a principal fonte

de direitos.

Isso seria apenas uma dificuldade temporária das tantas que o capitalismo passou? É um exagero ver nela uma negação do sujeito individual? Para Touraine, a observação é necessária: as instituições que devem assegurar o funcionamento social não estão mais ligadas aos desafios atuais. Alcançaram seu limite e a ideia de ‘sociedade’ de que vivemos por dois ou três séculos chegou ao seu crepúsculo. Temos de seguir em frente.

Ao unir a conta deste fim com o anúncio de um começo, o trabalho de Touraine se esforça para contribuir com essa demanda. A situação pode levar em direções muito diferentes: dos comportamentos mais desocializados do individualismo hedonista aos de um retorno à ordem da religião visto como o caminho de salvação. Existe uma ‘sociedade’ além daquela que não está estagnada ou regredindo? Porque a crise é total, o total também deve ser a resposta que deve se opor a isso.

A questão principal é o surgimento do ‘sujeito pessoal’ com direitos. Isto é o que Touraine chama de ‘subjetivação’, que questiona a oposição entre os polos objetivos e subjetivos que atormentam a modernidade. Mesmo que eles estejam necessariamente em tensão, é necessário conseguir que os frutos positivos da racionalidade instrumental não se encontrem subordinados à lógica da mercadoria e que, na busca pela emancipação, o indivíduo não seja prejudicado pela influência dos papéis que o sistema social tenta impor. É uma inversão da lógica da hierarquização que até então privilegia a cena pública sobre o que vem do domínio privado. Deste ponto de vista, Touraine se separou daqueles que, para sair da situação atual, colocaram suas expectativas na restauração, senão no aumento da autoridade do Estado. Muitos, de fato, acreditam que apenas a política é e continua sendo o fórum que permite que a sociedade se mantenha firme.

A experiência do século passado leva a argumentar que a política não é capaz por si mesma e, por si só, de garantir o que prometeu ser a ‘sociedade’. Como um instrumento de modernização democrática, deveria tender a conceder a todos os direitos de um sujeito pessoal. No entanto, a equivalência que foi estabelecida entre os termos ‘sociedade’, ‘política’ e ‘estado’ é o que, se não encorajado, estabeleceu a oligarquia. Essa forma política em que uma pequena e poderosa parcela da comunidade delibera entre pares e então impõe suas decisões ao conjunto. Mesmo que seja urgente se opor a esta observação, é urgente reativar os princípios fundadores da adesão e solidariedade dos indivíduos aos interesses superiores da vida coletiva. Só pode existir como um

princípio orientador da conduta se for concebido a partir do que realmente contribui para o acesso de todos ao que Hannah Arendt chamou de ‘direito a ter direitos’. A afirmação dos direitos do sujeito é, portanto, um pré-requisito fundamental.

Que o corpo político mantém um papel necessário na gestão da coisa coletiva não representa um problema aos olhos de Touraine. Ele sabe muito bem que, sem a transição para a ação política, o ‘sujeito pessoal’ é um tema que prossegue pouco claro, que é ilusório pensar que os indivíduos podem criar isoladamente novos conceitos de si mesmos e da vida coletiva. O sujeito pessoal só encontra sua tradução concreta na conflitualidade que se define na ação coletiva. Há, no entanto, uma maneira de olhar a transição para a política, o que reflete um pensamento que permanece abaixo da mais profunda significação da crise atual. E é impossível compreender a situação atual sem levar em conta as ações dos sujeitos que reivindicam o reconhecimento de seus direitos diante do domínio das instituições econômicas e políticas.

Desta forma, Touraine retorna ao que procurou mostrar nos últimos cinquenta anos: a sociedade é o produto de uma ação na qual os atores – indivíduos e movimentos sociais – continuam a colocar em movimento a relação que a humanidade tem com suas próprias obras. A busca do significado dos atores sempre depende da funcionalidade de um sistema que não se trata simplesmente de preservar ou restaurar. Consequentemente, os termos do raciocínio sobre como superar a crise são revertidos e o significado dos objetivos perseguidos pelos sujeitos pessoais precede a reafirmação do papel da política.

A preocupação de Touraine não é de modo algum apresentar um programa político. Pretende definir o que vem antes: o princípio que deve contribuir para a formação de uma configuração social além do que a noção de ‘sociedade’ ainda cobre. Ou seja, o processo de ‘subjetivação’ através do qual os indivíduos se tornam atores e criadores com base no chamado aos direitos universais. Tornar a política hoje não é convencer o maior número possível de pessoas para reunir uma representação acordada da vida social, mas contribuir para aumentar a capacidade de ação pessoal.

O fato de que o ‘sujeito pessoal’ se tornou o eixo principal da sociologia de Touraine poderia levar a acreditar em uma ruptura intelectual na pessoa que se tornou conhecida como teórica dos movimentos sociais. Ao invés de falar de uma ruptura, é mais correto falar de uma influência em seu pensamento, a adoção de um paradigma capaz de explicar a lógica social que governa quando triunfam a economia global e o individualismo cultural. É a ruptura atual da vida

coletiva que intensifica sua reflexão sobre a necessidade de pôr fim à sacralização que as instituições sociais há muito se beneficiaram da tradição sociológica. A ideia agora é que o ‘sujeito pessoal’ deve ser colocado acima de qualquer função política ou econômica que contribua para a submissão de indivíduos. Nesse sentido, Touraine apenas radicaliza o alcance de um argumento, que já está presente em vários de seus escritos anteriores.

Touraine não esconde que poucas iniciativas estruturadas atualmente respondem ao chamado do sujeito. O cenário das ações lhe parece bastante vazio, e a este respeito deve-se notar o pessimismo que surge em certas páginas de “o fim das sociedades”. Num contexto marcado pelo medo de catástrofes não só financeiras, mas também desencadeadas pela ambição moderna da dominação natural, muitos permanecem paralisados e vivem como vítimas. As classes populares são as que pagam o tributo mais pesado e as classes médias que perderam terreno ao longo das últimas décadas estão cansadas de seus esforços por sobreviver. Muitos deles voltaram para uma frente conservadora. Muitos se sentem indefesos diante dos poderes globalizados sobre os quais eles não veem a influência que poderiam exercer.

A crise que presenciamos é profunda, as ciências sociais certamente precisam explorar as ações que nos libertarão da resignação que nos une a imaginação política contemporânea. É essa tarefa que Touraine pretende cumprir com sua contribuição.

Referências

GAMBARO, Fabio. **Alain Touraine: Lo que llamamos ‘política’ es hoy una realidad muy degradada.** 2014. Disponível em: <https://www.clarin.com/rn/ideas/Alain-Touraine-llamamos-politica-hoy-realidad-degradada_0_Hyx-XoejPmg.html>. Acesso em: 04 ago. 2017.

URTEAGA, Eguzki. La fin des sociétés. **Papers. Revista de Sociologia**, [s.l.], v. 99, n. 1, p.153-156, 1 jan. 2014.

The return of the subject in times of crisis: the sociology of action of Touraine

ABSTRACT

“The End of Societies” is a complex and resolutely theoretical book. By reshaping the notion of ‘subject’ - central in the ‘sociology of modernity’ that

the author drew up almost fifty years ago – he struggles to understand what is decisive in the financial crisis that erupted in 2008. And, from there, characterize the which could be the axis of the social struggles of the new century. This crisis, he says, is far more fundamental than what most intellectuals can discern. It is the paroxysmal moment of a long process of displacement of the modern social bond. And while their immediate causes are economic, they need to be analyzed in non-economic terms.

Key words: Sociology of action, Sociological Theory, Crisis, Subject.